Valéria Eugênia Garcia

AS TRAMAS E O PODER

JABOTICABAL 1895-1936 **praça, igreja e uma outra história**

Dissertação para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

Área de concentração:
Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

Professora Orientadora
Dra. Maria Ângela P.C.S. Bortolucci

São Carlos
2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

G216t Garcia, Valéria Eugênia
 As tramas e o poder : Jaboticabal 1895-1936 praça,
 igreja e uma outra história / Valéria Eugênia Garcia ;
 orientador Maria Ângela P. C. S. Bortolucci. -- São
 Carlos, 2008.

 Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em
 Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria
 e História da Arquitetura e do Urbanismo) -- Escola de
 Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo,
 2008.

 1. Praças - Jaboticabal. 2. História urbana - São
 Paulo. 3. República 1889-1930. 4. Partido Republicano
 Paulista. 5. Espaço público. 6. Coronelismo. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: Arquiteta e Urbanista **VALERIA EUGENIA GARCIA**

Dissertação defendida e julgada em 24/09/2008 perante a Comissão Julgadora:

 Prof.^a Dr.^a **MARIA ANGELA PEREIRA DE CASTRO E SILVA BORTOLUCCI**
 (Orientadora)
 (Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

APROVADA

 Prof.^a Associada **CIBELE SALIBA RIZEK**
 (Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

APROVADA

 Prof. Dr. **NILSON GHIRARDELLO**
 (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" /UNESP/Campus de Bauru)

APROVADO

Prof. Titular **RENATO LUIZ SOBRAL ANELLI**
 Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
 Arquitetura e Urbanismo

Prof. Associado **GERALDO ROBERTO MARTINS DA COSTA**
 Presidente da Comissão da Pós-Graduação da EESC

A todas as pessoas que conheci durante a realização deste trabalho.

A todos os colaboradores desta pesquisa, inúmeras pessoas que generosamente forneceram informações, documentos, fotos e um pouco do seu tempo para que este quebra-cabeça ganhasse forma.

Foi agora, no final desta caminhada, que olhando para trás tentando organizar e entender os cálculos de perdas e ganhos que me dei conta que tenho muito a agradecer. Claro que as dificuldades foram muitas, contudo maiores foram as portas abertas e sempre por mãos de generosidade ímpar. Numa tentativa, com certeza infrutífera de ordenar o que não pode ser organizado por ordem de apresentação, começamos por lembrar que foi a confiança da professora Dra. Maria Ângela Bortolucci que tornou viável o início deste trabalho e o seu carinho possibilitou seu término. A bolsa CAPES, intermediada pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos (PPGAU-EESC), proporcionou os fundos para acudir as despesas de viagens e aquisição de livros necessários para o bom desenvolvimento da pesquisa.

Durante o período de coleta de dados sempre fui recebida com muito carinho pelo Pe. Milton Kenan e sua secretária Bete. As visitas à Livraria Acadêmica para conversar com Clovis Capalbo foram instigantes e produtivas, agradeço principalmente sua paciência e sua eterna disposição em ajudar. As conversas com o professor Manoel Paschoal André e com o procurador e pesquisador Dorival Andrade foram valiosas no início desta empreitada.

De forma muito especial, sou grata à V. Exa. Revma. Dom Antonio Fernando Bronchini, Bispo da Diocese de Jaboticabal, por permitir e facilitar nosso acesso aos documentos da Mitra Diocesana e da Paróquia de Jaboticabal. Sem esquecer da Carminha e da Valéria que ajudaram a tornar possível a pesquisa nestes arquivos.

Na Câmara Municipal, contei com o apoio jovial e organizadíssimo da Maria Aurea Garcia e suas assistentes. Lembro que o auxílio recebido no Museu Histórico e Artístico de Jaboticabal foi importantíssimo. Na cidade, agradeço à atenção do pessoal do Hotel Municipal e às informações fornecidas pelas arquitetas Luciane Merenda e Fernanda.

Os dados levantados em Bebedouro foram posteriormente excluídos da organização final do trabalho, mas é preciso lembrar a importância do apoio do vereador Gilberto Basile, do trabalho rigoroso de Marilena de Almeida Rodrigues, responsável pelo Arquivo Histórico da Câmara Municipal. A ajuda do pessoal da prefeitura — Cristina Baenninger, Wagner e Carla — foi enorme. Isso, sem mencionar um começo de tarde extremamente agradável ao lado do professor Manoel Izidoro Filho e as longas conversas de noite com minha tia Nair Izique. Em Pitangueiras, agradeço o apoio entusiástico do Pe. Eliel e do Pe. Sergio e as histórias do Sr. Elisio Francisco dos Reis. E, especialmente, à amiga e arquiteta Adriana Lucente, que me convidou para integrar a comissão de obras responsável pela reforma da Matriz, que afinal foi onde tudo isto começou.

Agradeço aos professores do PPGAU-EESC, aos funcionários Ceneviva, Marcelinho, Geraldo e Zanardi. Aos bibliotecários e funcionários da Biblioteca Central da EESC/USP sempre muito cordiais, à Elena por sua paciência infinita e deixo uma menção especial ao Nivaldo, responsável pelos empréstimos entre bibliotecas, sempre solícito em verificar a possibilidade de prorrogar prazos e diminuir a quantidade de viagens que teriam que ser empreendidas até São Carlos.

Aos funcionários de todos os arquivos que visitei sempre prontos a indicar caminhos para encontrar documentos relevantes para a pesquisa.

Aos meus pais agradeço o apoio e respeito pelas minhas escolhas profissionais, às várias oportunidades de estudo e viagens culturais, além da paciência e da compreensão pelas visitas continuamente adiadas.

Ao Landinho quero dizer que seu apoio e companheirismo foram fundamentais durante toda a caminhada. Agradeço sua paciência para me ouvir, mas principalmente por entender a importância de cada etapa, que afinal fazem parte de nossos objetivos comuns.

Os amigos que não são últimos, mas são íntimos para serem mencionados no fim. Mateus, sempre pronto para ajudar e compartilhar material comum a nossas pesquisas, quase irmãs. Vlad, Luciana e Ana, esses “pegadores de cobra pelo pé” — dito popular usado para designar os roceiros que entravam mata adentro e que no contexto acadêmico fazia referência às nossas pesquisas centradas no “sertão” de São Paulo e Minas Gerais. Aliás, esta é grande dívida dos amigos: fazer rir em momentos de muita preocupação. E tantas pessoas sempre prontas a conversar e a ajudar: Tereza — grande amiga —, Micheli — pelo carinho em me receber tantas vezes em sua casa —, Mônica — revisora de todas as horas —, Paola, Petúnia, Joana, Patrícia... e muito mais já que esta lista é só uma amostra de tantas coisas boas que esta pesquisa proporcionou.

AS TRAMAS E O PODER

Jaboticabal 1895-1936 – praça, igreja e uma outra história

Trata do espaço público como referência material na institucionalização das relações de poder. Aborda as alterações da paisagem urbana central da cidade de Jaboticabal a partir da instalação do Regime Republicano (1889-1930), que gradativamente alterou o foco da ação política do meio rural para o ambiente da cidade. O seqüente incremento do modo de vida urbano suscitou transformações na organização das estruturas de poder com conseqüências diretas na concepção de cidade, enquanto artefato e enquanto *locus* de transmissão de mensagens. Essa situação gerou transformações e, paradoxalmente, permitiu permanências. No âmbito local, isso significou diversas disputas pelos espaços centrais da cidade, no que tange sua propriedade, administração, usos e significados. As implicações diretas remetem-se à organização das construções na região central, com destaque à praça e ao edifício da igreja, assim como os processos de remodelação relacionados a estes espaços. A Câmara é, nesse sentido, agente de difusão dos projetos nacionais e a praça central, elemento espacial escolhido como recorte da pesquisa, o veículo portador das mensagens necessárias à fundamentação dessa nova ordem centrada na propagação do ideário de “construção” da nação brasileira. A discussão, no entanto, atravessa outra faceta do campo da administração da cidade, quando se soma aos valores simbólicos mencionados, as demandas concretas por infra-estrutura, situação inerente a um sistema urbano em expansão. Paralelamente, a adesão ao modo de produção capitalista insere a região na dinâmica mundial de produção, consumo e divisão do trabalho. A manutenção da base agrária, centrada no cultivo do café, fornece os instrumentos para a atuação de uma autoridade local constituída por defensores da República fatalmente ligados à cafeicultura. Finalmente, a imprensa local, que se transforma no veículo portador dos diversos discursos, engendrando a materialização destes na *urbes*. Para tanto, propõe uma análise baseada na coerência entre os discursos de legitimação e o espaço efetivamente construído. À medida que o discurso precisa ser fiel ao contexto pesquisado, opta pela utilização de documentos primários: leis, artigos de jornais, atas, cartas e todo e qualquer material que expresse de forma direta a alocação dos atores envolvidos. Da mesma forma, utiliza o suporte fotográfico com a finalidade de entender a configuração dos espaços e edifícios frente aos dados proporcionados pelos documentos pesquisados.

Palavras-chave: Praças – Jaboticabal. História urbana – São Paulo. República 1889-1930. Partido Republicano Paulista. Espaço público. Coronelismo.

URBAN FABRIC AND THE POWER WITHIN

Jaboticabal 1895-1936 – central square, church and yet another narrative.

This dissertation deals with power relations materialization into public spaces. It investigates the changes in Jaboticabal's urban landscape after the instatement of the Republican Regime (1889-1930), which gradually altered the focus of political actions from rural to urban environment. The rise of the urban way of living triggered transformations on the power structures with direct consequences for the city idea, as artifact and as *locus* for symbolic messages. This circumstance of pressing changes paradoxically permitted a number of resistances. On the local sphere it meant de installment of several disputes for the city's central locations, in regard of its property, management, use and meanings. The direct implications refer to the downtown's hierarchy of buildings, with emphasis on the square and church, along with their renovation processes. In this sense, the Town Council is the dissemination agent of national projects, and the central square, our study object, the instrument to deliver the necessary messages to configure this new order based on the ideology of "constructing" the Brazilian nation. This discussion, however, is another facet of city government deals that in addition to the mentioned symbolic values must be understood in a situation of concrete demands for infrastructure inherent to an urban expansion condition. Also, the accession of capitalist places the region in the world production, consumption and labor division dynamics. The persistence of the agrarian base, focused on coffee plantation, provide the tools for the act of local authorities made up of supporters of the Republic and inevitably linked to coffee production. Finally, the local press that becomes the vehicle of various speeches, engendered in the materialization of urban grounds. To that end, we propose an analysis based on consistency between the speeches of legitimacy and space effectively built. To the extent that the speech must be faithful to the search context, we opt for primary sources use: laws, newspaper articles, minutes, letters and any material that expresses in a direct address the goals of the actors involved. As well as the use of photographic medium in order to understand the configuration of spaces and buildings, resource that enables the comparison image and data.

Keywords: Squares – Jaboticabal. Urban history – São Paulo. Brazilian Republic 1889-1930. Republican Party of São Paulo. Public space. *Coronelismo*.

Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo	AALESP
Arquivo da Câmara Municipal de Jaboticabal	ACMJ
Arquivo da Mitra Diocesana de Jaboticabal	AMDJ
Arquivo da Paróquia de Jaboticabal	APJ
Arquivo do Museu Histórico e Artístico de Jaboticabal	AMHAJ
Arquivo Público do Estado de São Paulo	APESP
Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto	APHRP
FAU-USP: Seção de livros raros	FAU-LR
Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo	IGC
Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo	IHGSP

INTRODUÇÃO	Sede bem-vindo	15
CAPÍTULO 1	Pelas tramas da república	23
1.1	O poder e o tecido urbano	25
1.1.1	Objeto empírico e parâmetros conceituais	25
1.2	Os elementos do discurso	37
1.2.1	Progresso	41
1.2.2	Ordem	53
1.2.3	Modernidade	66
1.3	A chegada da ferrovia	83
CAPÍTULO 2	Pátio da Matriz ou Praça da República? (1895-1910)	87
2.1	Vida pública e o jardim	89
2.2	As faces do Coronel	105
2.2.1	O herói	105
2.2.2	O senhor das eleições	119
2.2.3	O herege	127
2.3	As praças do Coronel	133
2.3.1	Do sagrado ao público	133
2.3.2	O padre quer uma praça... o coronel quer todas	148
2.3.3	O fim da Era Vaz	158
2.3.4	O legado urbano da Era Vaz	164
CAPÍTULO 3	Do coronelismo ao espaço burguês (1910-1936)	167
3.1	Os ventos pós 1910	169
3.1.1	<i>Mutatis Mutandis</i>	169
3.1.2	O esvaziamento da política coronelista	179
3.1.3	A máquina cafeeira movimenta a infraestrutura	181
3.2	Uma igreja para o público	189
3.3	A praça do Bacharel	215
3.3.1	<i>Perdurat in me Paulistarum Spiritus</i>	215
3.3.2	São João de Jaboticabal	231
3.3.3	Centenário apoteótico	242
3.3.4	Roupa nova	260
CONSIDERAÇÕES FINAIS		275
REFERÊNCIAS		283
ANEXOS		301
APÊNDICES		305

SEDE BEM-VINDO

Quem viaja sem saber o que esperar da cidade que encontrará ao final do caminho, pergunta-se como será o palácio real, a caserna, o moinho, o teatro, o bazar. Em cada cidade do império, os edifícios são diferentes e dispostos de maneiras diversas: mas, assim que o estrangeiro chega à cidade desconhecida e lança olhar em meio às cúpulas de pagode e clarabóias e celeiros, seguindo o traçado de canais hortos depósitos de lixo, logo distingue quais são os palácios dos príncipes, quais são os templos dos grandes sacerdotes, a taberna, a prisão, a zona. Assim — dizem alguns — confirma-se a hipótese de que cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, preenchida pelas cidades particulares.

ITALO CALVINO

Nossa pesquisa começou a delinear-se durante os trabalhos de reforma da igreja Matriz da cidade de Pitangueiras, município que atualmente integra a jurisdição eclesiástica da Diocese de Jaboticabal. Apesar de tratar-se de uma reforma e não de uma ação de restauração pautada por parâmetros científicos e conceituais inerentes a este tipo de trabalho apresentamos à comissão de obras a necessidade de um levantamento histórico básico. O objetivo era o estabelecimento de parâmetros de interferência para preservação dos poucos ornamentos e elementos construtivos que resistiram às reformas das décadas de 1960-1980, pautadas por interpretações equivocadas do Concílio Vaticano II. Tais interpretações motivaram alguns párocos a retirar parte do ornamento interno do edifício e, aos poucos, imagens foram doadas e altares removidos. Fato similar, em proporções diferentes deu-se também em outras igrejas da região, o que acarretou um dano irreparável a um conjunto arquitetônico regional que primava por uma homogeneidade hoje impossível de ser alcançada. Contudo, o grande dilema de ação, no caso específico da matriz de Pitangueiras não foi preservar, pois muito pouco restou dos ornamentos originais, mas sim decidir como tratar os espaços vazios deixados pela falta do altar principal e outros elementos históricos desaparecidos como confessionários, púlpito, lustres, pias, portas em madeira trabalhada, imagens entre outros.

Todavia, o levantamento histórico proposto empurrou-nos para a situação de construção da igreja, partindo aí para a exploração de informações sobre a doação do patrimônio, entendido então como instrumento importante no surgimento de um grande número de cidades no Estado de São Paulo. Seguido pela reconstrução da capela original que em nossa visão espelhava o contexto, a tecnologia construtiva, o ideal estético e sem dúvida a situação política da Primeira República. Este foi o caminho trilhado que nos levou à idéia inicial que pautou a primeira proposta de pesquisa entregue ao PPGAU-EESC. O objetivo residia em investigar os dados de reconstrução das matrizes das principais cidades da Diocese de Nossa Senhora do Carmo de Jaboticabal, tendo como parâmetros a conjuntura de reconstrução do edifício, portanto, 1889-1930, e a relação deste com o entorno — a Praça da Matriz, ou da Catedral no caso de Jaboticabal. Neste momento, acreditávamos que os livros de tombo das paróquias supririam em grande parte às demandas por dados primários da investigação. No entanto, durante o empreendimento de pesquisa foi preciso alargar as fontes documentais e conseqüentemente restringir a quantidade de cidades. Por esta mecânica, os dados levantados em Jaboticabal — sede da cátedra — e, portanto, primeira cidade a ser pesquisada, foram tão significativos e importantes, até para uma revisão crítica da historiografia urbana do Estado de São Paulo, que mereceram um recorte especial. Desta forma, empregamos toda a energia de investigação na pesquisa histórica sobre as construções das atuais praças Joaquim Batista Ferreira Sobrinho (anteriormente Pátio da Matriz, Praça da República e Praça João Pessoa) e Nove de Julho

(anteriormente, Praça Tibiriçá e Praça Centenário) assim como do edifício da Matriz (posteriormente Catedral).

A chave dos questionamentos que instigaram o levantamento documental e as leituras empreendidas para abarcar os objetivos propostos centrou-se nas relações de poder implícitas no processo de construção e na reformulação destes espaços deflagrada frente à constituição de um “público”¹ devido à instalação do regime republicano. Nossa dissertação propõe, portanto, enlaçar a dinâmica das relações de poder local e sua cristalização nos espaços públicos constituídos pela República e seus ecos, que no contexto local estendem-se até o ano de 1936.

Como ação introdutória, cabe ainda apresentar a cidade de Jaboticabal. Onde fica? Ou, de forma mais clara, qual seria sua situação e aparência no período delimitado? Sob que perspectiva seus habitantes usavam e fruía seus espaços? Que imagens e quais sensações eram impressas na constituição da memória coletiva local?

Estes questionamentos serão elucidados no decorrer do trabalho, e para iniciar este processo queremos delinear a cidade sob a perspectiva de um viajante que pela janela do trem vai aos poucos visualizando o casario crescer diante de seus olhos. Quem nos ajuda nesta empreitada é o artigo intitulado “Jaboticabal — Impressões de viajante” publicado pelo jornal *O Combate* em 20 de setembro de 1916.

O viajante que, por uma das principais derivações da Estrada de Ferro Paulista, percorre em direcção a Barretos, a fertil zona situada ao norte do Estado de São Paulo no sector geographico que se estende de 21 a 23 grãos de latitude sul e de 5 a 7 grãos de longitude occidental do meridiano do Rio de Janeiro vai à proporção, que se aproxima das linhas da divisa estadual com o território mineiro, proximas à confluencia dos rios Grande e Pardo, deixando atraz de si cidades que, pela circumstancia accidental de uma localisação privilegiada, conquistaram na nomenclatura dos adjectivos lisongeiros, titulos que contribuíram para a sua definida collocação na ordem chronologica dos principaes burgos do Estado.

Antes porem, de attingir o ultimo marco kilometrico do trecho da estrada que liga a florescente cidade de S. Carlos ao ponto extremo do ramal férreo, e ja depois de ter perdido a impressão recebida na curta demora do comboio em Araraquara, quando vai adormecendo no tédio desolante da viagem, as ultimas reminiscencias dos pittorescos povoados que se formaram em torno das últimas estações, ao olhar investigador e extasiado do viajante, surge bruscamente — depois de prolongada curva da estrada e quase que, como por effeito de transição scenografica — o agradável panorama da cidade de Jaboticabal, cujo aspecto visto de longe, ao primeiro olhar, evoca espontaneamente, a lembrança de um presepio de festa de Natal, e cuja quietude recorda a paz bucolica da antiga vida patriarchal acomodada extravagantemente, no agitado ambiente de uma cidade contemporânea.

¹ A palavra “público” é entendida aqui no sentido de habitantes das cidades que deveriam encarnar o papel de cidadãos e, portanto, fruidores dos espaços citadinos. Situação que por um lado reforçava a idéia de cidadania que se desejava incutir e, por outro, reafirmava o poder do novo regime administrativo.

[...] com o olhar interrogador elle percorre demoradamente o semi-circulo formado pela collina de flanco esquerdo, fronteira a Estação, onde a casaria parece reclinar-se num espreguiçamento prolongado, ponde sobre as nuances verdes da vegetação a polycromia bizarra e variegada de suas tintas, e o tom escuro dos seus telhados, os quaes a inclemencia do tempo vai desapiedadamente denegrindo como para attestar a vetustez das construções veneráveis.

Apezar disto, e talvez por isso mesmo, parece a quem chega a esta cidade, haver nas fachadas das casas a expressão de rostos joviaes, engalanados pelo sorriso da hospitalidade.

Aqui, alli, por onde quer que para o olhar do observador, tufo de folhagens emergem dos quintaes solarengos de tonalidades verdes, nas quais o espirito pesquisador do visitante pode ler o convite expresso em saudação effusiva de boa vinda: — **“Sêde bem vindo”**

No alto, sobrepujando a casaria da cidade, com a angulosidade de seus telhados novos no mesmo nivel da fimbria da collina, dois edificios se destacam da regularidade quasi rythmica dos demais e parecem encarar-se affrontosamente a distancia, como dois symbolos expressivos de antagonismo vivo, ambos com o eloquente silencio dos seus aspectos severos, ambos semelhantes na arrogancia altiva das suas linhas architectonicas mas diversos na sua representação característica: a Cadeia e o Grupo Escolar — o crime e redempção.

Figura 1

Grupo Escolar Cel. Vaz

Fonte: Brenha (1925)

E o forasteiro entra confiante na cidade para lhe conhecer a vida, a historia, as tradições, e, dentro em pouco, reconhece maravilhado que ha nella a palpitação intensa de uma existencia collectiva derivada das existencias individuais de seis mil almas, que mourejam e se afadigam febrilmente, sem o característico *struggle for life* de outras operosas localidades, mas vibrando expansivamente num desabrochamento promissor, sob os auspicios beneficos e salutaes de uma iniciativa progressista que obedece a criteriosa orientação dos poderes publicos, em boa hora confiados à competente direcção de cidadãos honestos e laboriosos.

Em 1818 o terreno em que hoje está localizada a cidade fazia parte de uma extensa sesmaria de terras de propriedade João Pinto Ferreira, português, domiciliado no Brasil desde época anterior e chefe de numerosa família².

A vontade do operoso sertanejo conseguiu congrega em suas terras, até 1850, grande numero de familias de suas relações e amizades, e, no annos immediatos a fama da uberidade do solo attraheu para o povoado avultado numero de lavradores e criadores que, encontrando hospitaleiro acolhimento por parte do proprietario das terras, nesse núcleo se installaram, nascendo desse conjuncto a primitiva povoação.

Intensificando-se accentuadamente a vida local, ditatou-se a aspiração de seus moradores e em 1857, por effeito da lei n. 43 de 30 de Abril, adquiriu o povoado foros de parochia do municipio de Araraquara, do qual se desmembrou pela lei n. 10 de 5 de julho de 1867. Em 1894, a lei n. 14 de 6 de outubro, concedia à primitiva povoação de Nossa Senhora de Jaboticabal, a prerogativa de cidade. Anteriormente, em 1883 conquistara já a florescente Villa, o titulo de municipio, e a sua população augmentando progressivamente, forneceu à mais recente estatística a cifra de quarenta mil habitantes (JABOTICABAL..., 1916).

Recebemos então o leitor na Estação Ferroviária para uma outra jornada. Propomos uma viagem pela história dos espaços públicos, para que, ao final, possamos entender melhor a cidade do presente. O recorte temporal 1895-1936 foi determinado pelas mudanças de nome mais significativas da praça central. Primeiramente, o Pátio da Matriz é renomeado como Praça da República para, no final do período estudado, receber o nome atual de Praça Joaquim Batista Ferreira Sobrinho. Entendemos essa situação como ritos de passagem que delimitam nosso objeto e marcam momentos políticos importantes na historicidade local.

Figura 2
Estação Ferroviária em 1928
Fonte: Capalbo (2007)

² Pedimos que o leitor fique atento aos dados e datas de fundação exibidos ao longo do texto, pois no decorrer da dissertação estas informações serão acrescidas e/ou modificadas. A intenção é ressaltar como a história da cidade é apreendida em cada momento e como esta serve para respaldar as relações de poder e discursos a elas vinculados.

Tirando proveito da metáfora “de uma viagem”, temos, no Capítulo 1, a bagagem necessária para a empreitada. Nele introduziremos a cidade de Jaboticabal conjuntamente com a fundamentação de parâmetros e conceitos que servirão de suporte para a construção historiográfica exposta nos dois capítulos seguintes. Esta divisão foi elaborada mediante as transformações no mando local, buscando por esse caminho encontrar seu rebatimento espacial.

O Capítulo 2, constituído pelo período de 1895 a 1910, abarca a ação coronelista e os câmbios espaciais inerentes a um ambiente urbano em expansão, marcado pela instalação da monocultura cafeeira que dinamiza assentamentos já estabelecidos em regiões extremas do Estado de São Paulo. Trata-se de um desenvolvimento urbano que acompanha a ocupação agrícola dos solos basálticos e simultaneamente reverbera os discursos de legitimação do poder propagados nas primeiras décadas da República.

Já o recorte temporal do Capítulo 3, 1910-1936, compreende as transformações da cidade frente à atividade de profissionais urbanos, mesmo que invariavelmente vinculados à circulação do capital gerado pelo café. Nesta etapa, o mando torna-se um tanto mais sutil que a truculência clientelista, porém, em contrapartida, todo um arsenal simbólico, inclusive e principalmente centrado na cidade e em seu desenvolvimento, precisava ser acionado para atingir os cidadãos ou o que ainda se forjava como cidadão.

“As tramas e o poder” é uma história que se constrói sobre a historiografia tradicional e muitas outras histórias que surgiram durante a pesquisa documental. Às vezes consonante com a história oficial, por outras em tensão, surge por entre montes e montes de papéis antigos, atas, tombos, leis, posturas, decretos, notícias cuidadosamente fotografados, organizados e inventariados. Trata-se de um material tão rico e portador de uma beleza própria que optamos por, ao longo do caminho, apresentar alguns exemplares e, assim, compartilhar com o leitor o prazer de ter dito acesso a papéis tão significativos.

E sem muitas demoras aproveitamos as palavras do hospitaleiro cronista de 1916 e o convidamos para adentrar os meandros dos discursos progressistas, da ordem republicana e do desejo de modernidade desses paulistas debutantes no mundo do capital em circulação.

“Sede bem-vindo!”

PELAS TRAMAS DA REPÚBLICA

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

— Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? — pergunta Kublai Khan.

— A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra — responde Marco, mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:

— Por que falar em pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

— Sem pedras o arco não existe.

ITALO CALVINO

1.1.1 OBJETO EMPÍRICO E PARÂMETROS CONCEITUAIS

A presente dissertação busca entender a produção dos espaços públicos na cidade de Jaboticabal sob os mecanismos do poder republicano. Para tanto, é preciso esclarecer que a investigação foi empreendida sob duas perspectivas complementares. O primeiro olhar foi pautado por uma inquietação conceitual ampla que alimentou todo o conjunto de questionamentos que instigaram a pesquisa e ordenaram a apresentação dos resultados obtidos nos levantamentos de campo e documental. Sendo assim, a questão matriz foi:

Quais as relações entre o exercício do poder e a construção ou reaproveitamento das áreas centrais da cidade? Ou ainda:

Dado que a modificação do ambiente natural, construção de edifícios e a própria materialização das cidades é resultado das atividades humanas, seja na ação individual ou de grupos organizados, sendo a existência humana atravessada por relações de poder, pergunta-se: como as ações pautadas pelo desejo de alcançar ou perpetuar a autoridade sobre um grupo acaba por influenciar a constituição do seu hábitat — ou pelo menos — dos locais de uso comum desse hábitat?

Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar que extravasa as fronteiras da arquitetura e do urbanismo e avança sobre os mais diversos campos, como história, geografia, ciências sociais, direito e economia para citar alguns. Para tornar esta empreitada possível, entra em cena a segunda perspectiva que delimita a abordagem em um estudo de caso claramente abalizado no espaço e no tempo. Por este caminho, interessou-nos, de forma especial, o imenso município de Jaboticabal, emancipado da circunscrição de Araraquara pela Lei nº 10, de 5 de julho de 1867. Em sua primeira configuração político-administrativa tinha como delimitações: ao Norte, a Província de Minas Gerais pelo Rio Grande; ao Sul, o Município de Araraquara pelo Rio dos Porcos; ao Leste, Ribeirão Preto e Batatais pelos rios Mogi-Guaçu e Pardo; a Oeste estende-se até o rio Tietê (ANDRADE, 1978). Para além do território vastíssimo que abrangia boa parte da porção norte do Estado de São Paulo e posteriormente dividiu-se em inúmeros outros municípios³, chamou nossa atenção o desenvolvimento urbano da cidade de Jaboticabal, acelerado pela instalação da franja cafeeira na região em coincidência cronológica com o período da Primeira República (1889-1930).

³ Consultar **Figuras 4, 5, 6**. Os mapas evidenciam parte das negociações para o estabelecimento das divisas com a vila de Monte Alto. Mostram por um lado, a precariedade dos instrumentos gráficos de documentação das medições e demarcações de terras, ao mesmo tempo que apresenta parte do território ora selecionado para estudo da forma como era apreendido no período de recorte.

Figura 3
Expansão cafeeira
1900 e 1929⁴
Fonte: Monbeig (1984)

O ponto de partida para o estabelecimento de parâmetros de interpretação é o exposto por Moraes (2002, p.15-16), “o espaço produzido é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem”. E mais, ao associar objetos fixados ao solo à dimensão temporal, Moraes vincula a paisagem⁵ à historicidade do desenvolvimento humano. Contudo, esses objetos que exprimem a espacialidade de organizações sociopolíticas específicas articulam-se sempre numa funcionalidade do presente. Trata-se de uma dinâmica circular que realimenta todo o processo já que as formas inertes possuem o poder de influir no funcionamento da sociedade. Temos então que a cidade, produto social e histórico, é, obviamente, resultado da ação de sujeitos sociais e históricos. Assim, “por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias”.

⁴ Coloração e justaposição dos mapas apresentados por Monbeig (1984, p. 169;186).

⁵ Paisagem, entendida no contexto desta dissertação pela fundamentação de Santos (1999, p.83), como uma imagem urbana transtemporal que junta objetos passados e presentes. “A paisagem é, pois um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável; o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente”.

Figura 4
 “Mapa do Território entre
 Córrego Rico e Estrada Fonseca”
 Fonte: Sandhalt (1905)
 Documento pesquisado no AALESF

Figura 5
 Detalhe do “Mapa do território”

Figura 6
 Demarcação da área de Jaboticabal durante a reorganização das divisas com Monte Alto (1905).
 Fonte: Freire (1905) - Documento pesquisado no AALESF

Dizer que a produção do espaço social é um processo teleológico⁶ significa que ele envolve uma finalidade. Esta orienta o trabalho humano, diferenciando-o da atividade animal. Trata-se de ação dotada de sentido, atribuído pelo executante. Um movimento que necessariamente se realiza através de sujeitos individuais e/ou coletivos que, ao agirem desencadeiam séries causais. Isto coloca o imperativo de se compreenderem as motivações envolvidas para dar conta da produção do espaço, pois são elas que impulsionam os sujeitos. Os atores são movidos por necessidades, interesses desejos e sonhos (MORAES, 2002, p.16).

Temos neste enunciado que a “motivação” é um elemento-chave para compreender a produção do espaço. Para tentar apreender algumas dessas motivações, tendo sempre como base de análise o objeto empírico desta dissertação, optamos por investigar os atores e os discursos envolvidos na construção e/ou modificação dos espaços públicos centrais da cidade de Jaboticabal. Por atores, entendemos os sujeitos e as instituições com autoridade sobre esses locais. E para definir discurso, optamos por Foucault (2004, p.5), que o apresenta como manifestação de um desejo e, ao mesmo tempo, por si próprio o objeto do desejo. “Longe de ser um elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica”, o discurso é “um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes”.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso — como a psicanálise nos mostrou — não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que — isto a história não cessa de nos ensinar — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2004, p.5).

Esse discurso no entender de Foucault (2004, p.7) transforma-se dos gregos para o mundo moderno pela forma de expressão da “verdade”, “que já não residia mais no que *era* o discurso, ou no que ele *fazia*, mas residia no que ele *dizia*”. Expressão de uma “verdade” que deixa de ser transcendente para tornar-se imanente, marcada pela aparição de novas formas de “verdade”, deixa de ser única e torna-se múltipla.

“É que se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder?” (FOUCAULT, 2004, p. 9).

⁶ O termo “teleologia” define o modo de explicação baseado em causas finais, diferentemente do modo de explicação baseado em causas eficientes. Apelamos para a causa final ou teleológica quando, ante uma entidade ou processo, perguntamos: para quê? É muito freqüente chamar causalismo ao modo de explicação por causas eficientes e teleologismo (ou finalismo) ao modo de explicação por causas finais. Quando se reduz a causa eficiente à causa mecânica, o causalismo chama-se mecanicismo, e a oposição estabelece-se entre o mecanicismo e o teleologismo. Consultar Speculum (2007).

A partir do suporte conceitual de Foucault, apresentamos como discurso, no âmbito desta dissertação, os elementos de comunicação que envolvem os atores que atuam sobre o espaço urbano. Para efeito prático, entendemos como elementos de comunicação toda gama documental elegida para pesquisa, leis, posturas municipais, cartas, artigos de jornais, atas da Câmara, documentos eclesiásticos, documentos jurídicos entre outros.

Ainda estabelecendo parâmetros pelas considerações de Foucault temos que a troca e a comunicação são figuras positivas que atuam essencialmente por sistemas complexos de restrição e pertença:

A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciais, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (FOUCAULT, 2004, p.15).

Buscando a ressonância destas abstrações na constituição do ambiente urbano temos que as formas da cidade perpassam a historicidade dos discursos que nela atuaram, numa associação tão íntima, que ao final é possível enxergar a própria cidade como um discurso, ou mesmo como um conjunto de discursos em conflito. Neste sentido, apresentamos o exposto por Rama⁷ (1985, p.53):

Não somente Tamara, toda cidade pode parecer-nos um discurso que articula variados signos-bifrontes de acordo com leis que evocam as gramaticais. Mas há acordo onde a tensão das partes se agudizou. As cidades desenvolvem suntuosamente uma linguagem mediante duas redes diferentes e superpostas: a física, que o visitante comum percorre até perder-se na multiplicidade e fragmentação, e a simbólica, que a ordena e interpreta, ainda que somente para aqueles espíritos afins, capazes de ler como significações o que não são nada mais que significantes sensíveis para os demais, e, graças a essa leitura, reconstruir a ordem. Há um labirinto das ruas que só a aventura pessoal pode penetrar e um labirinto dos signos que só a inteligência raciocinante pode decifrar, encontrando sua ordem.

⁷ Rama elaborou esta idéia partindo de uma pequena inserção de Calvino (1990, p.17-18) que versa de forma poética sobre a linguagem simbólica das cidades. “Os olhos não vêem coisas mais figuras de coisas que significam outras coisas [...]. Na porta dos templos, vêem-se as estátuas dos deuses, cada qual representado com seus atributos: a cornucópia, a ampulheta, a medusa, pelos quais os fiéis podem reconhecê-los e dirigir-lhes a oração adequada. Se um edifício não contém nenhuma insígnia ou figura, a sua forma e o lugar que ocupa na organização da cidade bastam para indicar sua função: o palácio real, a prisão, a casa da moeda, a escola pitagórica, o bordel [...]. O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e a todas as suas partes [...]. Como é realmente a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, ao se sair de Tamara é impossível saber”.

A cidade como discurso concede à interação entre vazios e massa construída a qualidade de linguagem. E, neste sentido, mesmo Certeau (2005), na dicotomia entre o modo coletivo de gestão e os modos individuais de reapropriação, adere a esta possibilidade de aproximação entre espaço urbano e linguagem. Ao caminhar pelas ruas de Manhattan, “lê” a cidade, em suas palavras: “o mais desmesurado dos textos humanos”. Pela ótica do caminhante, que bem serve ao seu processo de inversão do foco historiográfico, transfere ou pelo menos partilha o poder dos aparelhos produtores de um espaço disciplinar com as “astúcias” e as combinações de poderes sem identidade, sem tomadas apreensíveis e sem transparência racional. Nesta acepção, “o ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação está para a língua ou para os enunciados proferidos” (CERTEAU, 2005, p.177). Assim, ainda que sob a perspectiva invertida da história do cotidiano, a cidade permanece um enunciado.

Mumford (2004, p.109-114) fundamenta a historicidade desta perspectiva ao delinear o movimento de transmutação da cidade ancestral para a antiga, ou seja, de instrumento de arregimentação de homens e domínio da natureza para o exercício de funções urbanas em que se destaca a capacidade superior de cooperação somada à ampliação da área de comunicação e à comunhão emocional. Nesse influxo, o local sagrado, ponto de encontro para ritos e cerimônias, tornou-se também um ato deliberado de escolha. No entanto, a história urbana demonstra que a função de recipiente permaneceu mais importante que a de ímã. “A cidade foi antes de tudo um armazém, uma estufa e um acumulador”. Foram estas as funções desencadeadoras da função última, a “transformadora”, possível pela canalização de formas simbólicas armazenáveis. A cidade tornou-se órgão essencial dos processos cumulativos dessas sociedades. Assim, o aperfeiçoamento de “métodos simbólicos” caminha pelo desenvolvimento urbano e transcende a função de recipiente de pessoas e instituições para imprimir mensagens maiores que as lembranças humanas poderiam transmitir pela palavra oral. “Por meio dos seus edifícios e estruturas institucionais duráveis e das formas simbólicas ainda mais duráveis da literatura e da arte, a cidade une épocas passadas e épocas por vir” (MUMFORD, 2004, p.113). Enfim, a cidade sempre apreendida como um receptáculo destinado a armazenar e transmitir mensagens.

Se assumimos então o ambiente urbano como caixa de ressonância de mensagens e, portanto, uma forma de linguagem, temos a cidade como um sistema simbólico. A empreitada de decifrar a ordem e hierarquização dos signos que organizam esse hábitat é uma tarefa complexa que extrapola os objetivos desta pesquisa. Porém, a determinação de alguns parâmetros é importante e necessária. Pelas sínteses de Bourdieu (2005b, p.7-15) é possível enxergar pontos de aproximação entre a organização urbana e as expressões simbólicas tradicionais — arte, mito, religião, língua.

Em primeiro lugar é preciso fundamentar que Bourdieu (2005b, p.9-11) percebe tais “sistemas simbólicos” como “instrumentos de conhecimento e comunicação” que tornam possível um consenso acerca do sentido social que contribui para a reprodução da ordem na sociedade. Nesta primeira síntese, o poder simbólico trata da construção da realidade pautada pela relação entre sujeito e conhecimento. No entanto, a segunda síntese sob as luzes da tradição marxista, apresenta a produção simbólica como um mecanismo de dominação, de modo que os “sistemas simbólicos” cumprem a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação do poder de uma classe sobre outra.

Por entre estas duas sínteses, Bourdieu apresenta um caminho que convém a este trabalho:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. **Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” [...] mas que define numa relação determinada — e por meio desta — entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura de campo em que se produz e se reproduz a crença.** O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, **é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras** (BOURDIEU, 2005b, p.14-15, grifo nosso).

Logo, por reciprocidade, o poder que transita do universo dos discursos para e pela organização espacial da cidade provém de ordens outras: social, política, econômica e cultural, efetivas ou enquanto projetos para uma nação em formação. É este aspecto que desejamos enfocar. É esta relação que investigaremos na confrontação entre documentos primários e o espaço público central representado pela “praça da matriz”. A organização do espaço como artefato e ao mesmo tempo como veículo dos discursos institucionais durante a consolidação de um novo regime de representação.

E neste processo de apresentação do objeto, sistematização de propósitos e instrumentos de análise interessou-nos as dimensões propostas por Meneses (1996, 2005) que se imbricam solidariamente na realização de todas as cidades — artefato, campo de força e representação. Artefato é um segmento de natureza física, coisa material socialmente apropriada. Compreende, segundo padrões sociais: forma, função e sentido — isoladamente, conjuntamente ou por suas várias combinações. Para descrever campo de forças, Meneses (2005, p.36) estabelece um paralelo com a física para mostrar um, “espaço definível de tensões, conflitos, de interesses e energias em confronto constante, de natureza territorial

econômica, política, social, cultural e assim por diante⁸. E continuando por esta trilha “as práticas que dão forma e função ao espaço e o instituem como artefato, também lhe dão sentido e inteligibilidade e, por sua vez, alimentam-se, elas próprias, de sentido”. Portanto, a cidade em sua terceira dimensão é representação. “O conceito de representações sociais dá conta da complexidade da imagem (imaginário, imaginação), sendo igualmente capaz de incorporar outros ingredientes, como conhecimento imediato, esquemas de inteligibilidade, classificações, memórias, ideologia, valores, expectativas e etc.” (MENESES, 1996, p.149). Neste sentido, Cascudo (2004, p.148-149) percebe a estabilidade humana, fator fundamental para estruturação de sociedades urbanas primitivas, não como fruto do sedentarismo e cultivo do solo, mas como a consciência da própria suficiência. Isto é, a capacidade de compreender o destino do seu domínio e de enxergar numa determinada paisagem uma antevisão natural do futuro. A imagem está, portanto, na origem desse processo em que “a memória guardava fórmulas que se tornavam eficientes no momento necessário de sua utilização” (CASCUDO, 2004, p.149).

Aproximando-nos do contexto proposto e em um último paralelo com a produção de sistemas simbólicos, e mais especificamente com a linguagem escrita. Sevcenko (1999, p.19-20) estabeleceu uma divisão entre o âmbito da produção discursiva na historiografia e sua contraparte literária que abre possibilidade para uma observação interessante com a produção do espaço e sua qualidade de transmissor de mensagens. “Nesse sentido, enquanto a historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa do vir-a-ser”. De maneira similar, podemos entender que o espaço construído, seja o edifício, seja a cidade, transita por estes dois domínios: a realidade material e social em contrapartida a uma busca por novas possibilidades que, assim como na literatura, nem sempre são consumadas. Entretanto, a diferença crucial aplicada ao contexto em estudo está na autoria, enquanto a historiografia e a literatura são, em geral, produtos do trabalho individual. A produção do espaço público é sempre resultado da ação de grupos organizados. Este viés privilegia o papel das instituições nos processos de urbanização e na materialização da forma da cidade ou de suas partes. Seja por meio da própria administração pública ou por associações dotadas de poder de mobilização, tais como a Igreja ou mesmo grupos religiosos⁹, partidos políticos, representantes do setor imobiliário e imprensa — que, neste caso não é somente veículo dos discursos, mas também órgão fomentador das discussões que permeiam o meio urbano.

⁸ A definição não foge da que foi delineada por Bourdieu (1990, p.119), “espaço... [...] no interior do qual há uma luta pela imposição da definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo”. Contudo, optamos por Meneses por apresentar aspectos que facilitam a sistematização do trabalho.

⁹ Vide, por exemplo, a ação das irmandades no processo de secularização dos cemitérios na cidade de Salvador e a proibição de enterramentos *ad sanctus*. Para mais informações sobre o assunto ver *A morte é uma festa* (REIS, 1991).

Trata-se de uma luta simbólica por poderes que forma — e muitas vezes deforma — a cidade, pautada por um elemento mediador: a legalidade urbana, instrumento poderoso que regula a produção do espaço e, ao definir sistemas de apropriação permitidos e proibidos, age como marco delimitador de fronteiras de poder (ROLNIK, 2007, p.13).

A lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. Funciona portanto, como referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final (ROLNIK, 2007, p.13).

No final do século XIX, as cidades na rota do café “revelavam os limites de suas estruturas urbanas arcaicas em face das novas exigências econômicas”, e não escapavam à ação devastadora das epidemias. “Nelas veremos surgir no bojo do projeto modernizador da sociedade, a necessidade de se redefinir o espaço urbano” (ANDRADE, 1992, p.208). Rolnik (2007, p.34) complementa: “na virada do século, o espaço público foi redefinido. Iluminado pela recém-instalada iluminação a gás, redesenhado pela regularidade das fachadas e transformado num espaço de circulação exclusiva”. Trata-se de um novo espaço, o lugar da respeitabilidade burguesa. “A partir desse momento seria uma das metas essenciais da política urbanística expressa na legislação” (ROLNIK, 2007, p.34).

A cidade republicana como instrumento do progresso, ou de forma mais clara, do discurso progressista, demanda uma política pública engajada, transpõe a tradição civilizadora do período colonial e do Império pela rearticulação das normas de organização e condutas arregimentadas pelos códigos de postura urbana. Os campos de ação prioritários são a higiene e a recomposição dos espaços públicos, seja no tocante ao calçamento, alinhamento, abaulamento, e a própria rotina de limpeza de ruas, seja no campo estético pelo redesenho e ajardinamento das áreas centrais.

Trata-se, assim, de uma política urbanística que assimila e reproduz a idéia de espaço público como objeto e objetivo de sua ação. No entanto, com o propósito de fundamentar esta introdução, buscamos sem sucesso uma definição jurídica para esse espaço privilegiado onde o exercício de poder transita das relações sociais, políticas, econômicas e culturais para a dimensão material, num processo mediado por um léxico de símbolos. No âmbito jurídico, a idéia de espaço público confunde-se com a definição de “bem público”, expressa no art. 65 do Código Civil, no qual ruas e praças são categorizadas juntamente com estradas, rios e mares como “os de uso comum do povo”. Portanto, “aqueles bens que qualquer pessoa, cumprindo os regulamentos, pode utilizar”¹⁰ (RODRIGUES, 1995, p.139-140).

¹⁰ Neste sentido, a jurista Di Pietro (1995, p.423-426) faz um retrospecto, a partir do direito romano, das classificações da propriedade pública: *res communes* (mares, portos, estuários e rios), *res publicae* (terras,

Esta definição é insuficiente para os parâmetros deste trabalho, uma vez que a idéia de espaço ganha complexidade face às suas possíveis formas de apropriação. Segundo Santos (1999, p.83-88), o espaço consiste na soma das formas com a vida que as anima, um sistema de valores que se transforma permanentemente, a matriz sobre a qual as novas ações substituem as passadas. O conceito de espaço pressupõe a intrusão de uma sociedade e abre possibilidade para transformações na função, no significado e no valor das formas por ele dispersas. “O espaço é sempre a síntese provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais” (SANTOS, 1999, p.88). Soma-se a esta complexidade a multiplicidade de significados e a carência de definições precisas que Habermas (1984, p.13) denuncia no uso corrente do termo “público”.

Chamamos de “públicos” certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um — assim como falamos de locais públicos ou de casas públicas. Mas já falar em “prédios públicos” não significa apenas que todos têm acesso a eles; eles nem sempre precisam estar liberados à frequência pública; eles simplesmente abrigam instituições do Estado e, como tais, são públicos. O Estado é o “poder público”. Ele deve o atributo de ser público à sua tarefa de promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos.

A palavra já tem um outro significado quando se fala em “recepção pública”; em tais ocasiões se desenvolve uma força de representação, em cuja “natureza pública” logo entra alguma coisa de reconhecimento público. A significação também se desloca quando dizemos que alguém alcançou renome público; o caráter público de renome ou até de fama se origina de outras épocas que não as da “boa sociedade” (HABERMAS, 1984, p.14).

O fato é que, quando nos referimos a espaços públicos na condição específica de ruas e praças, estamos tratando de um tipo de espaço que não pode ser entendido aparte da inserção do modo de vida burguês. Será a sociabilidade burguesa o elemento a transformar lugares de uso comunitário em espaços de circulação e visibilidade. Desta forma, não se trata necessariamente de demarcar a propriedade do Estado e de inferir a idéia de “bem comum”, mas de um “público” que significava aberto à observação e que surge, a partir do século XVII, em oposição a um “privado” que significava uma região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos (SENNETT, 1988, p.30-31).

É neste ambiente que apresentamos formalmente os objetos desta dissertação: a praça e a igreja matriz¹¹ de Jaboticabal. Ou mais precisamente a relação entre a praça central e o edifício

escravos, de propriedade de todos e subtraídas ao comércio jurídico) e *res universitatis* (fórum, ruas, praças públicas) em contraposição à situação medieval, quando a absorção destes pela Coroa resume o bem público em duas categorias: as coisas públicas (rios, estradas), sobre as quais o rei não tinha direito de propriedade, mas dever de guarda ou poder de polícia, e os de domínio da coroa, sobre os quais o monarca detinha a propriedade. Com o Estado Moderno e o desenvolvimento da idéia de Estado como pessoa jurídica, este assume a propriedade dos bens públicos em substituição ao príncipe. Ainda sobre a indistinção entre bens públicos e bens da Coroa, ver Faoro (2000a, p. 5-34). Sobre os tratadistas portugueses — em especial Manuel Álvares Ferreira, que classifica ruas e praças como locais públicos de uso comum e universal, *loca publica communia*, destinados à utilização pública e abertos permanentemente ao uso geral —, ver Andrade (1966, p.56-62) e Rolnik (2007, p. 26-28).

¹¹ Matriz elevada à Catedral de Nossa Senhora do Carmo no ano de 1929 pela criação da Diocese de Jaboticabal.

da igreja, relação física, circunscrita materialmente na paisagem, e simbólica, fruto das relações de poder em vigor durante o período estudado.

A mecânica da pesquisa documental teve início buscando levantar e entender os discursos que atuavam sobre a cidade no período da Primeira República. Em seguida, a consequência natural foi destacar os autores destes discursos, e na relação destes com a cidade surgiu um recorte temporal específico: 1895 a 1936. Trata-se da junção de dois períodos distintos — 1895-1910 e 1910-1936 — que muito mais do que delimitar as ações de reorganização da praça e reconstrução da igreja, marcam as transformações no exercício da autoridade sobre o solo urbano. A praça que foi “Pátio da Matriz”, “Jardim Público”, “Praça da República”, “Praça João Pessoa” e “Praça Joaquim Baptista Ferreira Sobrinho”, reflete a oscilação de forças no campo de confronto pelo poder no espaço da cidade. A igreja perde sua ascendência sobre a administração imobiliária do solo citadino e, no entanto, ganha espaço simbólico, marcando de forma monumental o horizonte do cenário urbano. A centralização do templo e seu marco vertical definem então a hierarquia dos edifícios. Paradoxalmente, a cidade republicana do avanço cafeeiro, se por um lado é movida pelo desejo de progresso, por outro se aproxima da paisagem das cidades pré-industriais¹².

A centralidade é uma forma de organização de forças: assim como o centro está para o círculo, a capital está para o Estado, também a praça está para a cidade.

O fato de que a hierarquia dos níveis dos centros seja baseada nos níveis de estrutura administrativa do país talvez se deva à atenção dada as formas do poder político. Será atribuída mais importância à perfeita correspondência, de um nível a outro, das formas de organização econômica e das configurações espaciais (LEPETIT, 1996, p.47).

Contudo, Silva (1980, p.189-191) afirma que é no contexto característico do século XIX que “a praça é incorporada à cidade com o significado que conhecemos hoje”. A imagem literária do jardim exposta por Schorske (1988, p. 264-273), espelho do paraíso e medida da condição temporal, impregnada de romantismo e realismo, utopia e realidade, situa-se num contexto¹³ no qual o controle das paixões determina a idéia de ordem e torna-se elemento indispensável à liberdade do indivíduo e do Estado.

Na conjuntura brasileira, a tensão humanista que abarca o florescimento moral do espírito humano cede lugar à ordem prática do desenvolvimento material. Obrigado a zelar pela manutenção da propriedade, seja esta pública ou privada, o Estado assume também a tarefa

¹² Uma referência interessante, neste sentido, é dada por Mumford (2004, p.76): “As cidades antigas não cresceram além de caminhadas ou de audição. Na Idade Média, ficar dentro do alcance dos sinos de Bow definia os limites da *City* de Londres; e até que outros sistemas de comunicação em massa fossem inventados, no século XIX, estes contavam-se entre os limites efetivos do crescimento urbano. Isso porque a cidade, à medida que se desenvolve, passa a ser o centro de uma rede de comunicações [...] o tamanho permissível da cidade varia parcialmente com a facilidade e o alcance efetivo das comunicações”.

¹³ Viena do pós-1848.

de organizar esses espaços. Assim, o Código Sanitário de 1894 trata o jardim público como local privilegiado que merece um conjunto de normas ordenadoras. O artigo 10º determina que “as praças públicas devem ser calçadas ou ajardinadas”. Seguindo esta linha, o artigo 12 recomenda que “os jardins e arborizações das ruas e praças devem ser estabelecidos e cuidadosamente conservados”. O artigo 13 trata da escolha do arvoredo que deve ter folhagem exuberante e raízes verticais. Os artigos 14 e 15 declaram a preferência pela iluminação elétrica, no entanto, tolerando ainda os sistemas de “gás ou petróleo” (SÃO PAULO, 1894).

Segawa (1996, p.31-49) denota a substituição da idéia de praça pública medieval, espaço popular marcado pela espontaneidade e pela festa, para a disciplina na organização do diverso, pautada por um sentido de ordem que vai presidir as grandes intervenções urbanas européias. Trata-se de transformações que amadurecem no espaço temporal que abarca desde a Idade Média até o século XVII, e, no Brasil, são catalisadas a seguirem um fluxo similar confinadas à conjuntura do século XIX e primeiras décadas do século XX. O jardim público torna-se um monumento verde. Espaço de ordem e hierarquia, seja do homem sobre a natureza, seja dos homens sobre outros homens. Numa descompassada continuidade, se comparada aos ambientes parisienses e londrinos dos séculos XVII e XVIII, a afirmação de Sennett (1988, p.70-83) também é válida para as praças interioranas do Estado de São Paulo. “O antigo local de encontro, a praça de uso múltiplo estava sendo consumido pelo espaço tomado como monumento a si”. Nesta conjuntura, o uso do jardim público, recinto da sociabilidade burguesa, implicava o aceite de regras em um jogo social pautado por normas de refinamento.

O jardim público era o local de encontro das elites ou dos segmentos derivados, passarela de semostração, das vaidades expostas, das vestimentas equilibrando ou escamoteando classes distintas — um espaço de trocas sociais legitimado pelos valores aceitos pelas sociedades que constituíram tais recantos. A percepção, a apropriação e o usufruto de jardins públicos tornam-se produtos de uma construção social (SEGAWA, 1996, p.221).

No contexto de Jaboticabal, praça e igreja também são palco e simultaneamente os remanescentes mais importantes do centenário de fundação do assentamento da cidade, comemorado suntuosamente em 1928. A cidade, como um todo, encaixa-se perfeitamente no cenário que delimitamos para estudo das relações entre o exercício do poder e sua correspondência espacial física e simbólica. Destarte, pelo contexto republicano, em meio às formas de socialização burguesa, e pela inserção de capital, cujo motor assenta-se na dinâmica da produção cafeeira, entendemos o progresso, a ordem e a modernidade como elementos fundamentais dos discursos que estruturam a teia de poder local e perpetuam as relações que se materializam no artefato urbano.

OS ELEMENTOS DO DISCURSO

Antes de circunscrever os elementos que estruturam os discursos republicanos e investigar seu rebatimento no ambiente de pesquisa, lançamos uma questão fundamental — o que é República no âmbito da presente dissertação?

Seria o ato da proclamação? A instalação de um novo regime de representação? Para além dos acontecimentos seqüentes aos 15 de novembro de 1889, entendemos a república como um processo de transição na ordem de poder. Processo esse que tende a aproximar a articulação de capital e a autoridade política.

Houve ainda uma mudança política, com a quartelada encenada no Rio de Janeiro pelo marechal Deodoro da Fonseca, a cabo da qual se entendeu por proclamada a República. Na verdade o velho marechal, dividido entre a lealdade que devotava ao imperador e à revolta que lhe causavam ações do governo que interpretava injustas para com o Exército, não tinha certeza, nem ele, ao sair pelas ruas à frente da tropa rebelada, na manhã do 15 de novembro de 1889, de que estava proclamando a República. Talvez se satisfizesse com a queda do ministério. Republicanos mais autênticos, no entanto, ou, por outra, republicanos simplesmente, sem adjetivos, pois nem republicano se podia dizer que o marechal fosse, acabaram por empurrá-lo, a ele e aos eventos desencadeados por aquele passeio eqüestre matinal, na direção de uma mudança de regime — e a verdade é que não tiveram lá muito trabalho para atingir tal desiderato. O antigo regime ruiu fácil com um castelo de cartas [...]

A República foi mais importante para a província de São Paulo do que para qualquer outra. A independência foi proclamada em São Paulo por acaso. Já a República pode-se dizer que por acaso foi proclamada no Rio de Janeiro. Com mais persistência e competência que em outros lugares ela foi tramada em São Paulo, consolidada em São Paulo, e atendeu sobretudo os interesses de São Paulo. É verdade que o ato inaugural do movimento pela mudança de regime, o Manifesto Republicano de 1870, foi redigido e divulgado no Rio, por iniciativa de cariocas, ou de homens que residiam no Rio. Mas a causa republicana, a partir daí, não progrediria na capital do Império, senão aos arrancos, alternando-se picos de entusiasmo com períodos de esquecimento. Em parte das províncias, ela nem daria o ar de sua graça. Enquanto isso em São Paulo, criou-se um Partido Republicano que, este sim, estruturado em bases conseqüentes, conduziria a idéia de maneira articulada e continuada (TOLEDO, 2003, p.411-412).

Deixando de lado a visão romântica das utopias republicanas que aportaram do continente europeu, menos pela violência da Primeira República Francesa (1789-1799), e mais por sua condição de vitrine do pensamento iluminista e fundamentação de uma filosofia de direitos que perpassa os conceitos de cidadania e liberdade. Interessa-nos associar a idéia de República à criação do Partido Republicano em seu rebatimento paulista, forte, coeso, poderoso, apto a proporcionar as condições para o exercício de posição hegemônica após 1889 (HOLANDA, 1993, p.279).

O partido que veio à luz pela Convenção de Itu em abril de 1873 propunha a república como alternativa concreta para estabelecer uma ação por meio do Estado que assegurasse a ampliação e a reprodução do capital (SALLES, 1986, p.55). Formado por boa parte da fina flor da elite de São Paulo foi largamente engrossado pelos votos do “Oeste”, da zona do café, motor do capital paulista que se ressentia à falta de prestígio político do Império. A plataforma de ação foi ambígua. A idéia de república, mesmo trasladada e reformulada nos parâmetros do contexto periférico, tem inerente em si a atuação do cidadão como agente histórico, como portador de direitos. Sob o âmbito prático, “liberdade, igualdade e fraternidade” significa também a existência e a organização do uso do espaço citadino. No entanto, se o agente “cidadão” não existe neste momento histórico, seria preciso de alguma forma forjá-lo. Essa situação trouxe para o foco das discussões a politização da relação povo-Estado, que tenciona criar essa condição de cidadania enfatizada, então, por projetos modernizadores da educação, das transformações espaciais e do próprio exercício político que, contudo, mascaram a continuidade do privilégio de classe e desigualdades da sociedade brasileira (SALLES, 1986, p.63).

À parte das inconsistências ideológicas, o que temos de concreto é que São Paulo preparava-se para a República com equipamentos que sacudiam o velho vilarejo de Anchieta do sono de mais de três séculos: telégrafo (1875), empreendimento da Cia. Cantareira (1877-1883), corpo de bombeiros (1880), telefone (1884) e eletricidade (1890). Em lances principais, as cenas dos dias 15 e 16 de novembro, desenrolaram-se entre a Rua São Bento, próximo ao Clube Republicano, e o pátio do Colégio, onde ficava o Palácio do Governo. Durante todo o período matutino os telégrafos permaneceram silentes. O jornal *A Província de São Paulo* circulou pela manhã apresentado escusas por não publicar naquele número os habituais telegramas da capital do país. Como parte do golpe, Quintino Bocaiúva, mandara um homem de sua confiança, tenente da Marinha, José Augusto Vinhais, apossar-se da Repartição Geral dos Telégrafos. No período da tarde, com o serviço restabelecido, chegou o telegrama de Francisco Glicério, eleito representante dos conspiradores que partira dias antes para o Rio de Janeiro e outro dos comandantes do Exército no Rio para os oficiais das guarnições de São Paulo. O movimento em torno do sobrado que sediava o Clube Republicano cresceu — muitos desejavam informação, enquanto, outros se reuniam para deliberar. Urgia a formação de um governo provisório na província, as instruções da Capital eram para que se formasse um triunvirato formado por um componente militar (TOLEDO, 2003, p.422-428).

João Morais¹⁴, relator da ata de 18 de novembro de 1889, narra os fatos sob a perspectiva do ano de 1903:

¹⁴ Diante da necessidade de apresentar o narrador dos fatos que seguirão pelas próximas páginas, optamos por fazê-lo por suas próprias palavras que inauguram o artigo enviado em 1903 para IHGSP: “Naquelle tempo era eu

Confirmada a noticia, instado pelas pessoas presentes, entre as quaes o dr. Martinho Prado Junior, Julio Mesquita, resolvi dar publicidade ao primeiro telegrama, depois de ter exigido a promessa formal, de que não o retirariam do quadro, em que se costumava affixar as noticias telegraphicas.

Mal colloquei, à porta do escriptorio, quadro e telegramma foram arrebatados, e no meio da rua, o dr. Martinho Prado Junior o leu em altas vozes, e alli, em frente ao “Correio Paulistano” foram erguidas as primeiras saudações ao ESTADO DE SÃO PAULO, e à Republica proclamada.

À tarde, depois das resoluções tomadas pela commissão permanente, foram acclamados membros da junta provisoria Prudente de Moraes, Pestana e Mursa [...]

Depois da aclamação, C. Salles, Pestana, Martinho Prado Junior, Lopes de Oliveira e outros, foram ao Palacio dar conhecimento ao general Couto de Magalhães, de que se achava organizado o governo provisório, para que a elle entregasse a administração da Provincia [...]

No dia 16, ao meio dia, Prudente de Moraes e Rangel Pestana, prestaram compromisso na Camara Municipal. Presidia aquella corporação o commendador Domingos Sertorio, presentes os vereadores João Garcia, Theophilo de Azambuja e Victorino Carmillo, este republicano, aquellos conservadores.

Da Camara Municipal, seguiram os membros do governo para Palacio, onde entraram, apenas, Prudente e Rangel Pestana. Campos Salles e outros chefes, por um motivo de delicadeza conservaram-se no grande portão do jardim, impedindo que fossem elles seguido pelo povo. Depois de ter feito entrega do governo, retirou-se o General Couto de Magalhães, acompanhado por Prudente de Moraes e de alguns amigos.

Seguiu-se uma scena emocionante, que demonstrará no futuro a generosidade e grandeza paulista.

Pequeno grupo, atravessava o jardim do Palacio. Na frente o general Couto de Magalhães e Prudente enfrentaram o povo, os chefes republicanos, e todos que alli se achavam descobriram-se respeitosamente dando-lhes passagem [...]

Prudente seguiu até a entrada da rua da Imperatriz, e alli despediu-se do general, que seguiu por aquella rua, acompanhado pelos Drs. Augusto Queiroz, Albuquerque Lins e outros amigos. Desde porém, que Prudente separou-se do general para voltar ao Palacio, romperam frenéticos vivas à Republica, aclamações, que o povo inteiro soube calar, em quanto esteve presente o ultimo representante da monarchia.

O facto, narrado, tal qual o presenciei, me parece pela sua grandeza, sem precedentes nos factos revolucionários [...] (MORAIS, 1903).

Morais (1903) discorre, então, sobre a convocação da reunião do dia 18, “nella discutiram e encararam as difficuldades creadas, pela nova ordem de cousas, e o modo pela qual deveriam ser resolvidas” e, juntamente com sua crônica, anexa a ata por ele lavrada.

político em actividade. Acabava de representar pela 5ª vez a Provincia de S. Paulo, na assembléa provincial, e meu nome estava incluído na chapa do partido conservador evolucionista para a eleição que se ia realizar. Collaborava no *Correio Paulistano*, desde o dia em foi adquirido pelo illustre chefe da União Conservadora, e a 15 de Novembro, achava-me na gerencia daquelle jornal, que só deixei, quando posteriormente realizamos sua venda a dois illustres republicanos, na ausencia de Antonio Prado, então na Europa. Além disso, havia sido o indicado para lavar a acta da reunião do 18 de Novembro, cujo autographo venho hoje offerecer ao Instituto” (MORAIS, 1903).

No dia 18 de novembro de 1889, as seis horas da tarde reunidos no edificio do theatro de São José, crescido e imponente numero de cidadãos, representantes de todas as classes sociaes, que acudiram à convocação feita pelos Drs. Antonio da Silva Prado e Augusto de Souza Queiroz, para o fim de manifestarem solemnemente sua adhesão à forma de governo proclamada no paiz, [...] Em seguida, tomando a palavra o dr. Antonio da Silva Prado, por elle foi dito, que tendo os ultimos successos determinado completa transformação politica, e creado um estado de character provisório, que não pode offerecer segura garantia, à ordem e tranqüillidade publica e aos grandes interesses sociaes, entendia, que todos os brasileiros, esquecendo antigas dissensões partidárias, deviam confraternizar o único pensamento, de cooperarem para a organização politica da patria livre, formando assim o partido nacional — o grande partido Republicano (MORAIS, 1903).

A moção a ser assinada pelos presentes era do teor seguinte:

Os cidadãos aqui reunidos pelo impulso do patriotismo, que exige o concurso de todos os brasileiros, nas actuaes circumstancias, para salvação da patria, para manutenção da ordem e tranqüillidade publica, e para garantia dos direitos civis e políticos, acceitam, para fórmula de governo Brasileiro, a Republica Federativa dos Estados Unidos do Brazil. Outrosim, protestam leal e decidido apoio ao Governo Provisorio do Estado de S. Paulo, para que elle possa cumprir o seu dever (MORAIS, 1903).

As assinaturas foram postas em meio a vivas à República e ao Estado de São Paulo. A lista de nomes é extensa e confirma a presença das figuras que atuaram no macrocenário, como Antonio Prado, Augusto de Souza Queiroz, Manoel de Almeida M. Freire, Antonio Proost Rodovalho, João Baptista de Moraes, João Alvares Rubião Junior. No entanto, para nossa surpresa apresenta também a assinatura de um não tão conhecido “Irineu Villela”. Trata-se de um advogado atuante no contexto da cidade de Jaboticabal que assumirá um papel político importante no período de 1900 a 1910¹⁵. Neste momento, o que nos interessa é apenas fundamentar que a cidade do “Oeste” paulista localizada no sertão, no ponto extremo do avanço cafeeiro no ano de 1889, tinha seu representante na famosa reunião do dia 18 de novembro, mesmo que, na época um mero acadêmico de direito.

Figura 7

Nota sobre a comemoração do aniversário do dr. Irineu Villela

A lista dos presentes mostra seu prestígio social e político

Fonte: Felicitações (1901)

¹⁵ Graduado pela Faculdade de Direito de Largo de São Francisco em 1888, a atuação política de Irineu Villela na cidade de Jaboticabal integra o Capítulo 2 da presente dissertação.

1.2.1 PROCESSO

Figura 8

Texto publicado pelo jornal *O Atalaya*, intitulado
 “O Movimento das idéias no século XX”
 Mostra o espírito inquieto diante da idéia de progresso material
 intrinsecamente associada ao desenvolvimento urbano
 Fonte: Honório (1906)

O cronista arrebatado pelo espírito progressista vagueia ante as possibilidades do século XX. Poderia ser este denominado como anticlerical? Ou bem seria o século da eletricidade, descoberta anterior, no entanto, somente agora disseminada pelo efervescente ambiente urbano? Pergunta-se, como incluir o avanço comercial e industrial nesta trama? Em seguida, o cronista graceja com a possibilidade de chamá-lo século do futebol e conclui com altivez “Século das Idéias Avançadas”.

Não se trata aqui de zombar da ingenuidade do cronista fascinado pela promessa de progresso contínuo e infinito, muito pelo contrário, é exatamente este sincronismo com seu tempo que desperta atenção ao texto. Também não é o caso de cobrar deste, o rigor contemporâneo de Hobsbawm (1995, p.19), que no lado oposto da mesma linha temporal nega-se a elaborar previsões proféticas. Encerra o século na década de 1990 e apresenta o futuro como “um olhar para a escuridão”. Somente hoje é que podemos vislumbrar a complexidade de um século que teve início como patamar de sociedades secularizadas e terminou como a “era das guerras religiosas” (HOBSBAWM, 1995, p.541-542). A menção ao futebol é mais séria do que o autor poderia imaginar. O estabelecimento da Copa do Mundo em 1930 tornou o evento genuinamente universal. No entanto, não mais que uma engrenagem no processo de massificação da cultura popular, possível em razão de um aparato tecnológico e industrial: imprensa, câmera, cinema, disco e rádio (HOBSBAWM, 1995, p.196-197).

Contudo o que desejamos ressaltar no texto não é exatamente o que está escrito, mas o que nele está implícito. “A marcha progressiva de todos os ramos da atividade do homem” somada ao comércio, à indústria e às inovações tecnológicas — como a luz elétrica — implica necessariamente a idéia de desenvolvimento urbano.

Neste sentido, o século XX pode ser evocado como o da urbanização do globo, sobretudo quando o foco de observação está no Terceiro Mundo (HOBBSAWM, 1995, p.445). Este processo de urbanização é seqüente ao maior movimento migratório da história, no qual a pressão demográfica nas cidades excede a imagem do êxodo rural como fenômeno local e regional e leva homens e mulheres a transpor oceanos e a penetrar em zonas de fronteira. “Uma gigantesca máquina para desenraizar os homens do campo” é uma imagem precisa para o precedente século XIX, ainda que seja importante ressaltar a correlação direta entre os processos de migração e urbanização (HOBBSAWM, 2005, p.273-275).

No contexto brasileiro dos primeiros anos do século XX esse antagonismo entre campo e cidade é reelaborado pela expressão “regeneração” usada na montagem de uma nova estrutura urbana para capital federal. Assim, o Rio de Janeiro, durante o governo de Rodrigues Alves (1902-1906) e pela administração de Pereira Passos, é lançado como símbolo, num conjunto de intervenções-modelo passíveis de extensão pelo território nacional. Trata-se da valorização de comportamentos “urbanos” em contraposição ao modo de vida rural, ou pior, a “indolência do campo”. É o que se convencionou como “progresso” e “civilização”, quando as bases tradicionais da sociedade e da cultura passavam por um processo de aburguesamento extensivo à organização do espaço urbano (SEVCENKO, 1999, p.33-41).

Figura 9

“Contra os pernilongos”

Mais do que uma receita inusitada, indica a opção pelos modelos de comportamento europeus

Fonte: Contra... (1902)

Azevedo (2003, p.14-26), que pesquisa as noções de civilização e progresso no Rio de Janeiro entre os anos de 1868 e 1906, entende que, apesar da especificidade de cada um destes conceitos, não seria possível pensá-los à parte de uma análise relacional. Deste modo, “as noções de progresso e civilização mantiveram entre si uma relação hierárquica [...] na qual uma noção encontra-se compreendida na outra que, dominante, apresenta-se como valor maior a ser atingido”. Esta relação travada na esfera moral da sociedade oscilava, conferindo

primazia ora a uma e ora a outra, conforme a sucessão de experiências históricas. Nas duas últimas décadas do período imperial “a idéia de civilização compreendeu em si a idéia de progresso” enquanto que na “República, foi a idéia de progresso, cada vez mais percebida como desenvolvimento material, quem submeteu à sua lógica própria a idéia de civilização” AZEVEDO, 2003, p.23).

A palavra civilização tem origem etimológica na raiz *civis* que também gerou cidadão, civilidade, civismo e cidade. “Está sempre ligado ao homem portador de direitos, expoente de força disciplinadora, detentor de garantias ideais de um patrimônio político (*polis*, polícia, polidez), como ainda de *urbs*, cidade, urbanismo, urbanidade, urbano” (CASCUDO, 2004, p.44). Este conceito de civilização, decorrente da ação doutrinária do próprio indivíduo, conquistas do convívio, da aproximação, relações humanas associadas ao plano do espírito, da projeção imanente da dignidade, soberania e domínio da espécie emerge na Europa setecentista. O contexto é de afirmação e expansão do movimento iluminista, ligando-se a idéia de progresso material e desenvolvimento da história, juízo marcado por duas conotações fundamentais: a idéia de movimento, processo firme e constante que enquadra também o comportamento humano indicando uma caminhada, uma melhoria constante, portanto, uma “evolução”¹⁶, e o ato propriamente dito, civilização como verbo, ação de civilizar, de dotar de civilidade aqueles que são “rudes”, “campesinos”, “jovens” ou “bárbaros” (AZEVEDO, 2003, p.27-41). Neste espectro, a imagem da cidade teve um papel fundamental, espaço privilegiado, pelo menos em teoria, para o desenvolvimento da urbanidade, da democracia, da ciência e por excelência do progresso.

A idéia moderna de progresso, ligeiramente anterior ao conceito de civilização, ampliou-se em fins do século XVII em meio à fundamentação do pensamento cartesiano como instrumento de combate ao ideário medieval. Serviu para ocupar o espaço vazio que o impacto das idéias iluministas causou à visão religiosa do mundo, e convinha, assim, ao nascimento do homem racional, cindido do universo da vontade de Deus. Em seu primeiro momento, submetida ao conceito de civilização, a idéia de progresso fortaleceu-se ao longo do tempo, embalada pelos avanços tecnológicos da Segunda Revolução Industrial. Ganhou vigor a partir da segunda metade do século XIX, época das grandes exposições internacionais, quando o fetiche da técnica parecia dominar boa parte da elite européia. Paralelamente, a admiração pela técnica vinculou a idéia de progresso ao sentimento de orgulho nacional, o que ampliou sua projeção

¹⁶ Conceito que em seu uso geral induz a idéia de “melhoria”. No entanto, optamos também por adicionar a consideração de Elias (1987, p.9), que descreve evolução como transformações gerais de longo prazo e em uma direção. “La evolución social general de la que aquí tomamos una de sus manifestaciones centrales, una ola secular de integración progresiva, un proceso de construcción del Estado, con el proceso complementario de una diferenciación también progresiva, es un cambio de composición que, considerado a largo plazo, en su ir y venir, en sus movimientos progresivos y regresivos, mantiene siempre una única dirección a lo largo de muchas generaciones” (ELIAS, 1987, p. 13).

para outras camadas da população que não as elites econômicas. Com efeito, na metade dos oitocentos, a idéia de progresso, pautada pelo entusiasmo do desenvolvimento material, suplanta a de civilização, atingindo maior força e prestígio e tornando-se imagem de força do ideal de modernidade. No entanto, será Auguste Comte, no primeiro quartel do século XIX, quem fundamentará o conceito em um sistema de pensamento cuja finalidade última é a política, implicando, assim, um ideário de desenvolvimento da sociedade num inexorável movimento positivo com destino ao futuro (AZEVEDO, 2003, p.41-56).

Estamos tratando aqui de uma complexa gama de conceitos amadurecidos ao longo de mais de dois séculos que, nas simplificações do cotidiano brasileiro, eram entendidos apenas como sinônimos do modo de vida dos europeus da *Belle Époque* (SEVCENKO, 1999, p.124). Obviamente, o modo de vida cosmopolita que tinha como modelo máximo a Paris dos Champs-Élysées, do quarteirão Etoile e dos bulevares de Haussmann¹⁷. Porém, no campo dos significados, a regeneração foi mais do que a transformação da figura urbana do Rio de Janeiro, atingiu o modo de vida, o sistema de compreensão e o comportamento dos agentes que a vivenciaram (SEVCENKO, 1999, p.41). Transformou-se no protótipo de intervenção urbanística desejável para criação ou reorganização de espaços públicos centrais das cidades brasileiras em franco processo de desenvolvimento. Este modelo, fortemente inspirado no Plano de Paris (1853-1869), é paralelo e ao mesmo tempo influi na implantação do “Plano de Melhoramentos” (1899-1911) na cidade de São Paulo. Em seguida, espalha-se de forma modesta, porém não menos emblemática, pelos núcleos urbanos do interior paulista (REIS FILHO, 1994).

Azevedo (2003, p.252-288) apresenta um paralelo interessante que ressalta a utilização dos conceitos de civilização e progresso nos discursos do presidente Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos. Para o presidente, o progresso da cidade do Rio de Janeiro é, por metonímia, a superação do atraso da nação. Progresso entendido dentro do léxico republicano como desenvolvimento material da sociedade, pautado pelas obras públicas e pelos avanços tecnológicos representados pela ferrovia e pela luz elétrica, entre outros. Na visão do Prefeito, o Rio de Janeiro anterior à ação reformadora não era um espaço digno de um povo civilizado, o que denunciava a ausência do poder público em seu dever civilizador. Para combater o “atraso da civilização”, Passos atuou simultaneamente em duas frentes: estética e reordenamento do sistema viário. O progresso também presente em seu discurso assumia uma posição conservadora, isto é, processo de melhoria contínua que partia sempre de uma realidade anterior, na qual as mudanças somente efetivar-se-iam a partir de níveis de continuidade. Continuidade que, por sua vez, permitiria o desenvolvimento de níveis de mudança, os quais sempre deveriam ser operados de maneira gradual a fim de não comprometer a conservação

¹⁷ Ver mais em Benévolo (2004, p.91-122), Barbuy (2006, p. 69-89) e Salgueiro (2001).

necessária ao movimento do progresso. Destarte, o significado de progresso estaria além do simples desenvolvimento material, embora não o excluísse, abarcando em sua estrutura conceitual elementos como: moral, ética, cultura e organização política e social.

Paralelamente, a situação paulista não é diferente, marcada pela atitude pedagógica do Conselheiro Antônio Prado, prefeito de São Paulo no período de 1899 a 1910. O ex-monarquista manteve o tom civilizador num discurso permeado pela idéia de civilidade urbana. Suas aparições, sozinho ou acompanhado da família, nos mais variados espaços públicos tinha o objetivo de servir como modelo vivo, portava-se como um referencial da “maneira adequada de se fruir com elegância e civilidade ambientes, logradouros e serviços de uma grande cidade” (SEVCENKO, 2005, p.121). Como reformador buscou uma visão abrangente do conjunto urbano num planejamento de efeito cenográfico, ao mesmo tempo em que ajustava os projetos urbanísticos à pressão dos especuladores imobiliários. O contexto efervescente de São Paulo dá conta do tipo de crescimento demográfico enfrentado pelas administrações municipais, entre 1890 e 1908 a cidade cresceu 415%, o que equivale a uma taxa anual da ordem de 23%, números que pesaram sobre o vigoroso processo de renovação invariavelmente associado aos conceitos-base de civilização e progresso e voltado para a concretização de um ideal de modernidade (SEVCENKO, 2005, p.106-127).

**AÇÕES URBANIZADORAS NAS DEZ MAIORES CAPITALS
NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

Cidades	População (mil hab.)	Projeto mais relevante	Urbanista responsável
Rio de Janeiro	810	Abertura da Avenida Central (1902-06)	Eng. Pereira Passos Eng. André Gustavo Paulo de Frontin
São Paulo	239	Parque Anhangabaú (1911-16)	Eng. Victor Freire/ (+arq.Bouvard)
Salvador	205	Melhoramentos na Rua Chile e abertura da Av. Sete de Setembro (1910-16)	Eng.civil Jeronymo Teixeira de Alencar Lima
Recife	113	Av. Marquês de Olinda e Av. Central (1909-13)	Eng.civil Alfredo Lisboa
Belém	96	Melhoramentos no Boulevard da República (1905-11)	Eng. Manoel Nina Ribeiro
Porto Alegre	73	Av. Júlio de Castilho e imediações	Eng. Arq. João Moreira Maciel
Manaus	65	Av. Eduardo Ribeiro (1893-1902)	Gov. Eduardo Ribeiro
Curitiba	50	Melhoramentos na Rua 15 de Novembro (1920-24)	Pref. e Eng. João Moreira Garcez
Fortaleza	48	Melhoramentos no Passeio Público	Gov. Antonio Pinto Nogueira Accioly
Teresina	45	Melhoramentos nas Praças D. Pedro II e da Bandeira	Govs. Antonino Freire da Silva e Miguel de Paiva Rosa

TABELA 1

Fonte: Simões Junior (2007)

Conforme demonstra o recorte de um artigo publicado pelo jornal *O Combate* em 1906, a cidade de Jaboticabal não estava imune ao discurso progressista e civilizador veiculado pelas reformas urbanas de São Paulo e do Distrito Federal. Aqui, o empreendimento de Rodrigues Alves é aclamado por transformar a cidade do Rio de Janeiro em uma das mais belas do mundo. A ação de Passos é explicitamente comparada aos modelos europeus na frase “qual Haussmann de Pariz”. A construção da Avenida Central empreendida pelo engenheiro Paulo de Frontin é coroada com o adjetivo de “um dos mais bellos passeios do Universo”. Obra da “República Brasileira” convenientemente costurada ao ideário de uma pátria a ser louvada. Discurso que aglutina à organização espacial da cidade, conceitos maturados secularmente que perpassam as idéias de: civilidade, polimento, evolução e desenvolvimento material, moral e cultural (15..., 1906).

Na mecânica da República, o progresso material parece redefinir-se à medida que a apropriação burguesa dos espaços consolida-se e altera os conceitos de ordem em vigor. Assim, a criação da Diretoria de Higiene e o Código Sanitário de 1894 representam, na última década do século XIX, o novo entendimento sobre a organização e a conservação do espaço público, eminentemente pautado pela intervenção do Estado¹⁸ (BONDUKI, 1998, p. 27-43), para, em seguida, já no século XX, ocupar-se dos melhoramentos urbanos vinculados à infra-estrutura, à melhoria de circulação e ao embelezamento das cidades.

Figura 10

Texto publicado em 15/11/1906 para as comemorações da Proclamação da República Paralelamente à festa cívica, as ações de Rodrigues Alves são exaltadas num discurso de valorização da situação republicana que perpassa o desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro
Fonte: 15... (1906)

Auxiliares do governo. Não podemos calar aqui os nomes de 3 brilhantes auxiliares que teve o Sr. Rodrigues Alves para execução de seu programma, e são os Drs. Pereira Passos, Oswaldo Cruz e Paulo Frontin.

A' essa luminosa trindade muito deve a Capital da Republica.

O primeiro, Dr. Passos, qual Haussmann, de Pariz, transformou e remodelou completamente o Rio de Janeiro, tornando-a uma das mais bellas Cidades do Mundo; o segundo, Dr. Oswaldo Cruz, saneou completamente a Capital Federal, expurgando-a de seu maior flagello—a febre amarella, e o terceiro, Dr. Frontin, dirigiu os trabalhos de abertura e da construção da Avenida Central, dorando assim a nossa Capital com um dos mais bellos passeios do Universo.

Eis em traços ligeiros o que foi a administração do Sr. Rodrigues Alves.

S. Excia. cumpriu estritamente o seu programma e foi, mesmo, além do que promettera, e um dia a Historia lhe fará justiça.

S. Excia. assignou a mais bella pagina da historia da Republica.

Saudando ao presidente que descesaudamos tambem ao presidente que sobe, o illustre Conselheiro Affonso Penna, estadista experimentado, em quem a Patria deposita n'este momento todas as suas esperanças.

Que encontre flores em sua carreira e que seja prospero o seu governo é o que desejamos.

E no mais, salve! ó 15 de Novembro!

Salve! Republica Brasileira!

¹⁸ Tendo São Paulo como parâmetro e dependendo da classe social dos sujeitos ou grupos, também sobre o espaço privado, já que a autoridade higienista atuou com vigor sobre as moradias da população de baixa renda localizadas na área central da cidade (BONDUKI, 1998, p.20-26).

No caso de Jaboticabal os primeiros atos administrativos já demonstravam algumas preocupações de ordem sanitária, mesmo porque não são poucos os registros de epidemias. As atas da Câmara apontam várias vezes a preocupação em conter possíveis focos epidêmicos, desde o relatório médico que indicou a necessidade de desocupação do terreno do cemitério da Rua Redenção, apresentado em 10 de janeiro de 1871 (JABOTICABAL, 1867-1877), quanto à menção às epidemias de varíola, durante o segundo semestre de 1892 (JABOTICABAL, 1892-1895, p.85) até a mais drástica e mortífera epidemia de febre amarela que teve início em 1895 e estendeu-se até 1899 (JABOTICABAL, 1895-1899). Capalbo (1993, p.55) menciona a suspensão do período letivo e os arranjos necessários para dar conta do movimento funerário e dos sepultamentos extramuros nos cemitérios do Bom Jesus do Lazareto e de Santa Tereza.

Uma pesquisa nos inventários utilizados para organizar o conjunto de documentos recolhidos aponta a utilização do termo sanitário/a entre outros já mencionados¹⁹. Os dados não comprovam, mas pelo menos indicam uma concentração de ações sanitárias no período de 1895 a 1899.

PALAVRAS E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS

Livros de Atas	Progresso	Melhoramentos	Civilização	Limpeza	Higiene	Sanitário/a
1: 1868-1877	0	1	0	17 ²⁰	2	0
2: 1877-1879	0	1	0	3	0	0
3: 1879-1884	0	0	0	3	1	0
4: 1884-1888	0	0	0	0	1	0
5: 1888-1891	2	1	0	0	5	1
6: 1892-1892	1	2	0	0	7	1
7: 1895-1899	1	1	0	3	5	8
8: 1899-1905	1	5	0	1	1	2
9: 1905-1912	1	12	0	7	3	2
10:1912-1924	0	3	0	1	1	4
11:1924-1937	2	1	3	0	3	0

TABELA 2

Fonte: Livros de Atas da Câmara Municipal de Jaboticabal

¹⁹ Lembrando que as atas foram fotografadas a partir de uma seleção de palavras-chave e relevância dos assuntos tratados nas sessões. Foram posteriormente inventariadas de forma a condensar as informações mais importantes de cada livro em um documento que facilitasse e orientasse futuras consultas. Portanto, não se trata de uma busca sistemática por todo conjunto documental, mas apenas uma amostragem que tem por base a leitura do levantamento documental.

²⁰ Neste inventário consta praticamente na íntegra a transcrição de quatro Códigos de Posturas — 1868, 1871, 1873 e 1877. A limpeza e a manutenção dos caminhos é um elemento prioritário no exercício administrativo da Câmara.

A palavra sanitário/a²¹, que mais nos interessa, tem seu uso amplificado a partir da República. É utilizada pela primeira vez em 25 de fevereiro de 1890. Trata-se da notificação de uma circular enviada pelo Governo do Estado “chamando a atenção desta intendência para o Regulamento Sanitario que baixou com o Decreto do Governo Federal nº169 de 18 de janeiro p. passado, publicado no Diário Oficial de 9 deste mez, e recommendando toda a solicitude na observancia de suas disposições” (JABOTICABAL, 1888-1891, p.39).

Figura 11
Detalhe da circular do governador do Estado. Reflexo local de uma política ocupada da organização sanitária das cidades
Fonte: Jaboticabal (1888-1891)

Outro exemplo é a criação da Lei Municipal nº 26, promulgada em 9 de março de 1896, que declara como leis municipais os artigos do Código Sanitário de 1894 (JABOTICABAL, 1895-1899, p.27-28). Mais um texto interessante registrado em ata no dia 15 de abril de 1898 consta:

O Senhor Capitão Fortunato Antonio da Silva propõe que fique o Senhor Intendente investido de plenos poderes para attender ao estado **sanitario** da cidade, e, usando dos direitos que concedeu as Constituições Federal e do Estado ao municipio e ao cidadão, quanto aos mesmo referidos direitos contra os abusos de poder das autoridades **sanitarias** (JABOTICABAL, 1895-1899, p.80, grifo nosso).

No período entre 1º de abril a 5 de julho de 1898, as sessões da Câmara foram realizadas nas casas dos vereadores “para fora da cidade por achar-se ella oficialmente impedida pela epidemia” (JABOTICABAL, 1895-1899, p.77-92). Estas citações demonstram o fluxo das ações higienistas desde a imposição de uma política sanitária via governo do Estado quanto à necessidade imediata de medidas saneadoras para combater os surtos epidêmicos locais.

Contudo, chamou-nos a atenção o número quase nulo de utilização da palavra “progresso”, bastião do discurso republicano e elemento estrutural da idéia de desenvolvimento material absorvida tanto pelas práticas higiênicas quanto pelas ações ordenadoras empreendidas sobre a malha urbana. Analisando o conteúdo das atas produzidas no século XIX, vimos seu emprego associado ao desenvolvimento da cidade no âmbito da saúde pública, por exemplo, na ata do dia 4 de novembro de 1890:

²¹ Levantamento efetuado durante a pesquisa documental tendo o cuidado de verificar o sentido de sanitário na expressão higiene e limpeza da cidade.

O cidadão presidente depois de discorrer relativamente sobre o **progresso** dessa villa, fazendo salientar as suas necessidades futuras e não remotas, visto como esta para, em breve prazo, aqui abrigar a estrada de ferro, indicou para que se faça aquisição de terrenos no patrimônio da igreja matriz para nos quais se **construir o cemitério municipal**, bem como um **lazareto, casa de misericórdia e teatro** devendo se officiar o respectivo parcho para que ordene ao fabriqueiro para passar os respectivos titulos dos terrenos que forem precisos para os fins mencionados, ficando à cargo da comissão demarcadora do novo quadro desta villa, a demarcação dos terrenos dos quais o fabriqueiro passar títulos (JABOTICABAL, 1888-1891, p.64-65, grifo nosso).

A reposta do pároco dá-se na ata do dia 11 de dezembro de 1890:

Foi lido officio do vigário desta parochia — Conego Nuncio Grecco do theor seguinte: Paróquia de Nossa Senhora do Carmo do Jaboticabal 8 de Novembro de 1890 — Illmo Sr. — Acuso recebido o ofício de 4 do corrente com que V.Sa. manifesta a louvável intenção que tem a Intendencia deste município de dotar a vila com estabelecimento de diversos edificios publicos, reclamados não só pela hygiene, como pelo **progresso e formoseamento da villa**, por cujo motivo solicita a concessão de terrenos do patrimônio da matriz. Applaudindo tão patriotica iniciativa de honrada Intendencia cumpro o grato dever de significar a V.Sa. que incontinente foram dadas as ordens ao Fabriqueiro afim de attender e opportunamente, dando à Intendencia toda preferencia na escolha dos terrenos (JABOTICABAL, 1888-1891, p.67-68, grifo nosso).

No entanto, a conclusão a que chegamos é que o uso da palavra “progresso” não serve para estruturar os discursos internos da Câmara. Sua reprodução externa é que vincula o conceito ao espaço da cidade, como o discurso de inauguração da Praça da República, antigo Pátio da Matriz convertido em Jardim Público.

Achando-se presente igualmente grande numero de cidadãos e muitas familias distintas²² desta cidade foi dito pelo cidadão presidente que a presente sessão tinha por principal objetivo poder conhecer a Camara e o povo deste Municipio, que hoje inaugura-se o Jardim Publico desta cidade ao largo da República, temos presente significar que se acha realizada uma justa aspiração, qual o importante melhoramento local, que hoje é aberto a consonancia do publico e a cuja guarda fica confiada. No dia em que a sua querida patria se adorna das mais esplendidas galas, para festejar a faustosa data da nossa emancipação política, esta Câmara soleniza o feliz aniversario dotando esta cidade, não só com aquele melhoramento como também com a Ponte sobre o Ribeirão denominado Jaboticabal destinado a ligar a rua [vazio] com a estação da Companhia Paulista de vias férreas e fluviais. Estes melhoramentos, se por ventura não puderem constituir padrões de gloria, servirão ao menos como testemunho inequívoco para a todo tempo demonstrar que esta Camara é também propulsora **do progresso e dos adiantamentos materiais** deste município, cujos destinos ella tem a subida honra de dirigir (JABOTICABAL, 1899-1905, p. 81, grifo nosso).

²² Ahamos interessante destacar, neste discurso, um exemplo do que Kingman (2006, p. 149-164) classificou como cidadania hierárquica. De forma similar a outros países sul-americanos, também estruturados em redes de clientelas, a etnicidade ou no caso brasileiro, a “fineza” ou a “tradição” das famílias diretamente ligadas à estrutura de poder local é sempre um elemento importante, criando uma espécie de gradação de direitos. E no caso do ambiente urbano, essa hierarquia determina a forma de uso de determinados espaços. Kowarick (1985, p.29) indica que se trata de um processo de marginalização que opera na “defasagem entre o grupo de participação de um indivíduo em relação ao seu grupo de referência positivo”. Trata-se de um discurso que impõe simultaneamente, modelos de comportamento e barreiras de pertencimento.

O que interessa é, portanto, a promoção das ações da municipalidade no que tange o desenho e o embelezamento da cidade e seus espaços públicos. Assim sendo, é na imprensa que o discurso ganha dimensão, mesmo quando se trata de crítica, seja da população ou de membros contrários à administração, para melhorias de ordem sanitária e na seqüência temporal dos melhoramentos estéticos e de infraestrutura. São os jornais os veículos aglutinadores da idéia de progresso aplicada à organização espacial da cidade, como se vê no artigo “As nossas ruas”, publicado no jornal *O Atalaya* em 1899. O texto demanda reparo e asseio no largo da Matriz e na rua da Redempção, onde pela altura da “matta” já se escuta o piar das cobras. O primeiro argumento é fundamentado nos artigos 1º a 43, do código de posturas da cidade aprovado em 1893, que regulamentam o alinhamento, o nivelamento, o asseio, a pintura e o calçamento do passeio frente a um edifício ou terreno (JABOTICABAL, 1893, p. 1-5)²³. Portanto:

Demais, é uma medida de justiça, de igualdade, se obriga-se, sob pena de pesada multa o particular, ao proprietário, a trazer limpa a sua testada, gastando não pequena soma afinal paga pelo inquilino, quando a casa é de aluguer. Como tolerar-se que a camara [...] não saneie as ruas na parte que lhe toca? Dos poderes públicos deve partir o exemplo porque só assim advirá o respeito e autoridade em matéria de saneamento [...] A saúde é a primeira necessidade de um povo que aspira ao progresso [...] Bom seria que no largo da Matriz tivéssemos um jardim, onde de [ilegível] com ambrosia das flores, com o perfume frescalado pelas nossas gentis famílias pudéssemos em diversão aos domingos ouvir os accordes da nossa excellente musica embora um tanto preguiçosa, ou então em tardes calmosas irmos desaltear à sombra de frondosas árvores, **mas não, isso não pedimos, nos limitamos a pedir limpeza nas ruas**, assim como mais um pouco de luz (AS NOSSAS..., 1899, grifo nosso).

Figura 12

Texto publicado em 05/02/1899.

Crítica a situação estética e sanitária dos logradouros da cidade com ênfase especial ao largo da Matriz, onde se marca o desejo de um jardim público

Fonte: As nossas..., (1899)

²³ Código de Posturas de 1893, pesquisado no AMHAJ.

Bresciani (2001, p. 343-366) descreve essa rearticulação da idéia de progresso que fundamentada pela palavra “melhoramentos” e pela expressão “melhoramentos materiais” atua como metáfora, ou seja, “articula um sentido a uma representação” e põe ante nossos olhos uma cadeia ou seqüência de semelhanças entre artefatos diferentes. Partindo da cidade de São Paulo como objeto de análise, a autora encontra a mesma ordem de ações que percebemos no ambiente da cidade de Jaboticabal. As primeiras obras concentram-se nas diretrizes funcionais e estéticas do sanitarismo, para, em seguida, na década de 1910, dedicarem-se à relação entre espaço vazio e construído sob a ótica da organização e do embelezamento. Assim, a **Tabela 2** demonstra, no contexto de Jaboticabal, a sincronicidade dessas ações na cidade registradas nas atas redigidas entre 1905 e 1912.

No artigo publicado pelo *O Combate*, 13 anos depois, notamos como o discurso deixa o campo do sanitarismo e concentra-se na organização e na produção do espaço urbano:

[...] os extraordinarios melhoramentos que estão sendo emprehendidos e mais outros que em breve, terão inicio, dando ao programma da nossa activa prefeitura um cunho de realidade, ja se vai sentindo mais conforto e alimentando esperanças de que a nossa cidade, em breve, desatando o nó do jugo que amotinou, por longos annos, se constitua mais notadamente uma parcella indispensavel na ordem das mais adeantadas cidades do interior e das que trabalham proficuamente pela grandeza do Estado [...]

Os melhoramentos ja emprehendidos; alargamento de passeios, construcções de pontes, reforma das estradas de rodagem para a facilidade de communicacão do povo com os importantes municipios circumvisinhos; reforma do abastecimento d'agua e da rede de exgottos, a iniciativa para a demolição da antiga igreja, para a construcção da nova Matriz; vão levantando os nossos credits e lavando das injustiças o nome de Jaboticabal (O PROGRESSO, 1912).

Figura 13

Texto exalta o progresso da cidade vinculando os avanços materiais à atuação do poder municipal
Fonte: Progresso (1912)

Passado o período de fundamentação do regime republicano o discurso que irradiava da capital ressona na cidade de forma tão natural, que um “Hausmann” distante, primeiramente personificado pela figura de Pereira Passos é então encarnado pelo próprio prefeito local.

Com a cidade que de uns tempos a esta parte tanto se tem transformado, vão também os hábitos mudando de roupagem.

Esta descoberta, dirão, é do cons. Accacio, mas nem por isso deixa de ser um bello achado de modesto espírito.

São tantas as coisas mudadas...

E a cidade civilisa-se. Aos *belgas* a kerozene que o Alfredo Homem e depois o Laranjeira se encarregavam de mandar accender cada noute, appoz-se a claridade offuscante das lampadas electricas; e a cidade toda, até o bairro do major Lessa; até a Aparecida do dr. Locke, a Santa Cruz do José Henrique, até os bairros esconsos do Izaac, tudo entrou no dominio da luz.

E as ruas, as antigas vielas esburacadas, de lombo cheio de desnivelamento se fizeram essas outras que têm certa analogia — **dirá o nosso Hausmann ou s. exc. o sr. prefeito** — com um campo de patinação novíssimo.

Para confusão e finalmente morte do chamado theatro Florenzanno começa-se o Arthur Azevedo que não acaba mais e que, antes, se acha ameaçado de ter as paredes derrubadas por odio e graça de um dos seus mais legítimos *progenitores...*; e apparece o Polytheama com a sua corda de lampadas a clarear mais ainda a bella praça Tibiriça.

E por ahi segue-se a lista de aquisições.

Na ordem moral quantas conquistas também?

O fanatismo rezou a sua oração de finados e lá se foi para a calma região dos mortos. Por isso quase se não trata de philosophias barbaras que não admitem a vaccina, a sotaina a irman de caridade, a carne às sextas e os beijos a toda hora. Vejam que progresso [...] (COISAS, 1911, grifo nosso).

Figura 14
Teatro Polytheama e antiga Praça Tibiriçá em foto de 1947
A praça foi renomeada “Centenário” em 1922 e posteriormente denominada “Nove de Julho”
Fonte: Capalbo (2007)

Por este caminho, o discurso ordenador do espaço aliado ao desejo de uma ordem social secular adentra a cidade de Jaboticabal, revestido pela metáfora do progresso e impondo um conceito de organização espacial intrínseca à própria idéia de República.

1.2.2 ORDEM

O artigo publicado em 1904, no jornal *O Atalaya*, para as comemorações da jovem república, ressalta “o progresso rápido que vae fazendo o nosso Paiz e que já o elevou a um grão assás elevado na escala das nações progressistas” (15..., 1904). Aqui, a “infância” do Brasil é determinada pela expulsão dos holandeses em 1654, fato que marcaria o desenvolvimento do embrião do povo brasileiro e o amor à autonomia nacional representada já pelas idéias republicanas. Assim, o 15 de novembro seria a data que assinalaria a verdadeira comemoração patriótica. A data que pedia, indistintamente, o concurso de todas as classes, conclamando à participação coletiva uma população que ainda não existia em sua integridade, ou, como observou Freyre (2000, p.44), “do que havia de um povo entre nós”.

Este texto é um exemplo de muitos que se debruçam na busca, e quando não, na fabricação de uma identidade nacional. O que nos interessa aqui é a particularidade de ter sido redigido na cidade de Jaboticabal. Portanto, trata-se de um discurso que integra o rebatimento ideológico no contexto em estudo. Novamente, pelas entrelinhas, o que parece saltar aos olhos não é exatamente quais são as origens do Brasil e de seu povo, mas quais seriam os caminhos para traçá-las. A questão de peso parece ser então: onde encontrá-las?

Por esta trama que se arma em torno dos discursos republicanos, parece-nos, portanto, pertinente questionar: por quais caminhos espaço e república se entrecruzam nesse processo de instituição de um novo regime de representação?

Figura 15

Artigo veiculado pelo *O Atalaya* durante as comemorações cívicas de 15 de novembro.

Como órgão de comunicação do Partido Republicano na cidade, expressa também os discursos que sustentam seu projeto de poder

Fonte: 15... (1904)

A república, pela expressão latina *res publica* — “coisa pública” —, indica uma direção inicial. Essa coisa pública, o interesse comum, transita de maneira abstrata no universo das relações sociais, no entanto, tem também uma faceta material. O domínio público, seja moral, intelectual, ou seja, o espaço físico, é o local controlado pelo Estado de acordo com suas regras (LIMA, 2001, p. 14). Como organização política, o Estado tem sua base nas fronteiras²⁴ e na organização territorial. No contexto do século XIX, a idéia de valorização do espaço abarca a formação de um território como um processo historicamente identificado. Trata-se de um procedimento cumulativo, resultado de uma possibilidade, um contínuo em movimento (MORAES, 2005, p.37-47). “Em outros termos, é a própria apropriação que qualifica uma porção de Terra como um território”, fundamento importante na estruturação de um Estado Moderno, em que os conceitos de Estado e território entrelaçam-se de forma que o exercício do poder depende de um espaço demarcado, uma jurisdição, seja esta um país ou uma cidade. “Deste modo, a modernidade fornece uma referência espacial clara para o exercício de poder estatal [...] trata-se, pois, de um Estado territorial” (MORAES, 2005, p.45;51).

Temos então que “a *res publica* possui fronteiras, no interior das quais vive sua população, que ao dotar-se de direitos de cidadania torna-se um *povo*, expressão política da *nação*”. As idéias que perpassam a noção moderna de população, “*bem comum* (meta do bom governo) ou *interesse geral* (fundamento das práticas protecionistas) pressupõem um âmbito espacial bem delimitado para sua elaboração e exercício” (MORAES, 2005, p.57-58). Foucault (1986, p.277-293) situa a arte de governar na “governamentabilidade” desenvolvida entre os séculos XV e XVIII²⁵ também como resultado de práticas que perpassam uma política territorial. Trata-se de uma etapa, entre outras, no amoldamento de um tipo de poder que se pode chamar de governo, base para o desenvolvimento de um conjunto de saberes e uma série de aparelhos específicos de administração. “São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado do que é ou não estatal”.

A partir deste pressuposto temos que a formação dos Estados no contexto periférico tem na manutenção dos fundos territoriais e na continuidade da expansão os elementos necessários

²⁴ Fronteiras, construções históricas que possuem vários pressupostos, entre eles a constituição dos Estados. No mundo moderno, são linhas que formalmente delimitam e legitimam as áreas de exercício de soberanias estatais. Assim, bordejam territórios entendidos como espaços qualificados pelo domínio político. Há, desse modo, um componente de submetimento e conquista na definição das fronteiras, que geralmente têm em sua gênese um caráter bélico. Todavia, sobre este dado genético deve-se desenvolver todo um processo legitimador que torna a fronteira também um constructo jurídico, sendo esta dimensão cada vez mais importante conforme avançamos na história. Finalmente, a fronteira é igualmente uma construção ideológica no sentido de conquista e legitimação objetivada e deve ser assimilada pelos atores sociais envolvidos no processo. E a maior fetichização das fronteiras está, exatamente, em tomá-las como naturais. Isto é, ver aquelas linhas demarcatórias dos domínios espaciais dos Estados como acidentes geográficos da superfície terrestre (MORAES, 2005, p.77).

²⁵ É importante notar aqui o foco eurocêntrico dos textos de Foucault e ressaltar a observação metodológica de Kingman (2006, p.56), que adverte a necessidade de fazer um uso não dogmático dos critérios foucaultianos. O pesquisador recomenda que, para assimilá-los ao debate contemporâneo na América Latina e às próprias necessidades de análise histórica, é preciso ter em mente que se trata de contextos social e histórico distintos.

para sua legitimação. No Brasil, como em todos os países de origem colonial, a própria formação está vinculada à apropriação de novas terras. O espaço a conquistar funciona como eixo estruturador da vida social, molda as instituições e as relações vigentes (MORAES, 2005, p.73). Trata-se de uma ideologia territorial, um discurso geográfico, eficaz numa situação de identidade histórica problemática como era o caso brasileiro.

Com a emancipação em 1822 era necessário consolidar o novo Estado nacional, numa situação em que metade da população era constituída de escravos: na dificuldade de identificar-se como uma nação, o Estado brasileiro toma o território como centro de referência da unidade nacional, vendo seu povoamento como tarefa básica a ser realizada no processo de construção do país. Tal concepção espacialista enraíza-se na cultura política do Brasil estimulando argumentações de forte conteúdo geográfico que adentram pelo século XX, fundamentando algumas das principais interpretações do país nas primeiras décadas republicanas (MORAES, 2005, p.33).

Poderíamos pinçar algumas facetas destes discursos de interpretação do Brasil a começar por Euclides da Cunha, empenhado na construção da “nação republicana”. Em sua obsessão pelos espaços do interior, transita do realismo — qualidade do cientista que desbravava territórios praticamente inexplorados — para o romantismo — predicado do poeta, do sonhador, que na contramão da maneira como o poder consolidava-se na ordem republicana, enxergava o sertão como idílico e pitoresco (OLIVEIRA, 2002)²⁶. Mas o que nos interessa aqui é a postura do engenheiro que entendia a modernização das cidades interioranas como parte do projeto de construção da nação, um trabalho que deveria acontecer por vias materiais, por meio da “construção de pontes, saneamento, iluminação e redes de comunicação” (SILVA, 2004, p.7). Euclides da Cunha é também personagem atuante no contexto histórico e na delimitação geográfica em estudo, com destaque especial para as anotações de “Ao longo de uma estrada”, redigida nas margens do rio Turvo em 1901. O objetivo do autor é assinalar a premência do avanço em direção ao centro-oeste, ao mesmo tempo em que apresenta a situação privilegiada de Jaboticabal para a empreitada.

Mas esta **estrada de Taboado** que, pelo seu traçado, é a mais importante não já de S. Paulo mas do Brasil inteiro, merecia trabalhos excepcionais. Tem um caráter continental tão frisante que devíamos, tanto quanto possível, aproximá-la de uma estrada romana. Desenvolvendo-se do **Jaboticabal** ao porto do Paraná, que a batiza, o seu prolongamento levá-la-ia, recortando o *divortium aquarum* do Amazonas e do Paraguai, a Cuiabá, quase no centro geométrico da América do Sul. Teria, então, um comprimento de duzentas léguas escassas e se fosse construída — não diremos com o luxo estupendo dos caminhos antigos, nem mesmo como os modernos *planck-roads* do Canadá — mas larga e abaulada, declives atenuados, atoleiros para sempre desfeitos com aterros firmes e drenagem completa, faixas reforçadas por uma macadamização pouco espessa embora, pontes que não constringissem a vazão do rio nas estreitezas de uma economia extravagante, e tendo, regularmente espaçados, estações e postos de segurança garantindo e policiando o tráfego; assim constituída, aquela estrada duplicaria em poucos anos a vitalidade nacional. Não idealizamos.

²⁶ Para expandir o quadro desta argumentação, ver também Sevcenko (1999, p.119-123; 136-146).

Entre os coeficientes de redução do nosso progresso, avulta uma condição geográfica, que toda a gente conhece. O Brasil é compacto. Falta-lhe penetrabilidade. Falta-lhe esse articulado fundo das costas, essa diferenciação do espaço que em todos os tempos e lugares da Grécia antiga a Inglaterra de hoje e ao Japão, reage vigorosamente sobre as civilizações locais.

[...] As nossas duas melhores estradas de penetração, aparelhadas pelos recursos acumulados de um progresso crescente, a Paulista e a Mogiana, inauguradas em 72 e 75, no avançarem para Mato Grosso e Goiás mal ultrapassam, hoje, um terço e a metade das distâncias.

[...] A primeira afastou-se do mesmo traçado civilizador de Pimenta Bueno, seguindo illogicamente para Barretos, desviando-se de uma rota entregue hoje ao avançamento, naturalmente moroso, da estrada de Ribeirãozinho. Mas dado que persistisse no primitivo rumo e fosse encontrando sempre nas novas paragens atingidas as mesmas condições de vida, só alcançaria Cuiabá num prazo mínimo de sessenta anos.

De fato, percorridos os 435 quilômetros que vão de **Jaboticabal** à margem direita do Paraná, fronteira ao Taboado, mercê de uma ponte de 880 metros sobre o grande rio, a única obra de arte dispendiosa a executar, a estrada se desdobrará, a partir de Santa Ana, pelo vale do Aporé; e, deixando-o, irá deparar regiões ainda mais praticáveis, estendendo-se em cheio sobre esse *divortium aquarum* do Amazonas e do Paraguai, tão pouco acentuado e de relevos tão breves que os tributários dos dois rios quase se anastomosam em nascentes comuns. E se considerarmos que em todo este percurso lhe sobejam, nos seixos rolados de inumeráveis cursos de água e nos afloramentos de quartzitos, materiais que suplantam na facilidade do britamento, e na duração, o gnaiss granítico da "União e Indústria", vemos que, de feito, numerosíssimas condições favoráveis rodeiam a abertura desse caminho admirável, imposto por exigências sociais e políticas tão imprescindíveis e urgentes.

Quando isto suceder — dando-nos mesmo às diligências, numa marcha diária de dez horas, uma velocidade média de doze quilômetros, a travessia de **Jaboticabal** a Cuiabá será feita, folgadoamente, em dez dias — precisamente um terço, portanto, do que hoje se gasta na volta de quinhentas léguas pelo Prata.

Ademais, ficaram por uma vez removidos todos os embaraços, todos os empecos inesperados da travessia num rio que, pelos atritos perigosos que tem originado, e despertará, é o Bósforo alongado na América do Sul.

E se isto não acontecer — então, parafraseando uma frase célebre, é que decididamente nos faltam "um grande engenheiro, um grande ministro e um grande chefe de Estado", para a realização das grandes obras (CUNHA, 1975, p. 55-58, grifo nosso).

Figura 16

Detalhe do mapa de reorganização das divisas com Monte Alto (1905)

Note o ajuste para visualização do mapa tendo como referência a marcação vertical do Norte geográfico. Veja também a menção à delimitação do Patrimônio, Estrada do Taboado, Rio Turvo e Córrego Cerradinho

Fonte: Freire (1905)

Documento pesquisado no AALESP

Figura 17

Traçado urbano da cidade de Jaboticabal na virada do século XX
Fonte: Desenho elaborado a partir de dados obtidos em Almeida ([198?]) Capalbo ([199?]) e Poli (1986).

Essa afinidade entre o exercício de poder e o espaço é abrangente e alcança os mais variados níveis de apropriação e administração. Se, num contexto geral, falar em fronteiras, território, nação e população pode ainda parecer abstrato, a cidade é, pois, *locus* próximo e concreto, artefato onde essas relações materializam-se no espaço. Assim, interessa-nos um discurso posterior a “busca das raízes brasileiras” empreendida por Sérgio Buarque de Holanda no período de 1927 a 1936, que discute a cidade já como *locus* de poder. “Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram” (HOLANDA, 2006, p.97).

Holanda (2006), movido por um sentido de ordem que tem sua gênese nos discursos republicanos, entende a organização da cidade sob o viés disciplinar.

As cidades que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” — palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como “saudade” e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que “não vale a pena...” (HOLANDA, 2006, p.115).

De tal modo, que o “desleixo” das cidades portuguesas na América seria resultado da ausência de um código disciplinador, a exemplo da Recopilação das Leis das Índias, utilizado pelos confrades ibéricos na dominação espacial da América espanhola.

Mas não é preciso ir longe na história e na geografia. Em nosso próprio continente a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa: por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoações estáveis e bem ordenados. Um zelo minucioso e previdente dirigiu a fundação das cidades espanholas na América [...]

Já à primeira vista, o próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõe-lhes antes o acento voluntário da linha reta [...]

O traço retilíneo, em que se exprime a direção da vontade a um fim previsto e eleito, manifesta bem essa deliberação [...]

Uma legislação abundante previne de antemão, entre os descendentes dos conquistadores castelhanos, qualquer fantasia e capricho na edificação dos núcleos urbanos. Os dispositivos das Leis das Índias, que devem reger a fundação das cidades na América, exibem aquele mesmo senso burocráticos das minúcias, que orientava os casuístas do tempo, ocupados em enumerar, definir e apreciar os complicados casos de consciência, para edificação e governo dos padres confessores (HOLANDA, 2006, p.98-99).

Rolnik (2007, p.16-17) corrobora a posição de Holanda sob o aspecto da disciplina afirmando que “a colonização portuguesa, ao contrário da espanhola, não possuía um conjunto sistemático de regras escritas para o desenho da cidade”²⁸. Todavia, a autora também entende que, embora não existisse um corpo legal específico para aplicação na colônia, isto não implicava a inexistência de uma noção de legalidade urbana lusa aplicada às especificidades da colonização das terras brasileiras. As ordenações Afonsinas (1446) e Manuelinas (1521) seriam, posteriormente, importantes para a definição de uma ordem urbanística brasileira, presentes em três temáticas: o sistema de representação indireta do povo no governo municipal, a definição do regime de propriedade urbana e a primeira formulação dos direitos de vizinhança²⁹.

Marx (2003, p.41-42) apresenta a união Igreja–Estado no empreendimento colonial lusitano como fator importante na contínua reprodução de algumas características urbanas. Assim, a imagem da metrópole era reafirmada pela transposição das normas efetivas no reino e pela tradição dos cânones que pautaram o estabelecimento das sedes de representação do poder civil e do clero. No entanto, “enquanto as entidades eclesiásticas faziam valer seu cunho de agentes da religião oficial e instalavam-se segundo suas normas bem formuladas e fiscalizadas, outro era o quadro para as entidades cívicas, ainda que de maior prestígio”. Esta situação é fundamental para a configuração de uma paisagem urbana marcada pela presença do edifício da igreja. “Assim, se era claro o estipulado para implantar um templo ou uma nova casa religiosa, em relação à topografia, aos congêneres preexistentes e ao casario circundante, não o era o plano citadino em geral, seu arruamento e sobretudo o parcelamento do solo”. Temos então que o concurso das forças da Igreja e do Estado na formação urbana colonial e imperial, representada pelo padroado³⁰ também como uma organização territorial, confere ao templo católico uma força magnética. Uma ação centralizadora que congrega em torno do edifício religioso, além do casario inicial, a própria dinâmica da vida urbana³¹.

²⁸ Ver também Andrade (1966, p.33-39), Holanda (2006, p.98), Marins (2001, p.46) e Marx (1991; 2003).

²⁹ Sobre organização municipal lusa ver Faoro (2000a, p. 5-27) e Andrade (1966).

³⁰ O padroado é uma instituição medieval que define um compromisso entre a Igreja de Roma e o governo de Portugal. Tem sua origem histórica ainda no século IV na conversão de Constantino e na convocação do Concílio de Nicéia (325). O imperador romano recebe, assim, certa ingerência nos negócios eclesiásticos em troca de benefícios administrativos. Frente às tensões da Idade Média, a proteção do Estado trouxe simultaneamente privilégios e compromissos para a Igreja. A partir do século XVI, a coleta do dízimo passa a ser feita pelo próprio rei de Portugal, investido pelo poder de zelar pelo bem espiritual das colônias portuguesas. No Brasil, a figura do rei também como chefe religioso promove a dilatação das fronteiras da fé e do império (HOORNAERT, 1979, p.160-168).

³¹ A importância da organização paroquial na organização do território brasileiro é reforçada pela constituição do Império de 1824. A paróquia tornou-se, então, a célula básica do sistema eleitoral, o que lhe conferiu novos significados e importância política (VALE, 1998, p.54).

Contudo, nossa intenção aqui não é enveredar pelos sentidos de regularidade e decoro implícitos nas relações entre cidade e paisagem do empreendimento colonial português³². O objetivo é apresentar a cidade como efetivo instrumento de dominação, no qual a alteração das relações que estruturam o exercício do poder tem como resultado espacial formas urbanas diferentes. Uma constatação de que a alteração de alguns elementos no campo de forças das relações que geram um dado espaço resulta na modificação substancial do artefato — cidade, praça, ruas e edifícios —, seja em seus aspectos formais, seja na organização e na hierarquia dos elementos que o constituem. Holanda (2006, p.187-208) apresenta a Abolição (1888), seguida pela República (1889), como marco divisório entre duas épocas, a transição de uma ordem agrária para o exercício de um tipo de autoridade que somente poderia acontecer no meio urbano.

E efetivamente daí por diante estava melhor preparado o terreno para um novo sistema, com seu centro de gravidade não já nos domínios rurais, mas nos centros urbanos. Se o movimento que, através de todo o Império, não cessou de subverter as bases em que assentava nossa sociedade ainda está longe, talvez, de ter atingido o desenlace final, parece indiscutível que já entramos em sua fase aguda (HOLANDA, 2006, p. 188).

A urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse esteio rural, que fazia a força do regime decaído sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo (HOLANDA, 2006, p. 194).

E no campo das relações que antecedem a materialidade que permeia a cristalização das cidades no espaço, Holanda (2006, p.207), ao tratar da tradição que estruturava a organização civil brasileira, associa a palavra “Ordem” à idéia de poder constituído. Podemos, então, intuir que o período republicano, assentado em um acelerado processo de desenvolvimento urbano teria que lidar, de forma diferenciada, com a legislação que ordenava as cidades.

A situação republicana amplia a abrangência da Lei de 1º de outubro de 1828 que organizava as funções, a forma e o funcionamento das câmaras municipais no Império³³. As cidades que eram responsáveis pela manutenção das estradas, pela limpeza dos espaços públicos, pela construção e inspeção de infra-estrutura e pela regulamentação e ocupação da terra e do trânsito, passam a concentrar esforços em práticas higienistas e ações retificadoras, reforçando os laços entre codificação e ordem urbana. Contudo, a autonomia da municipalidade era tolhida por um sistema tributário que vinculava a maior parte dos recolhimentos ao governo estadual, situação que resultava na dependência financeira para a

³² Para aprofundamento neste sentido, consultar Bastos (2006) e Santos (2001).

³³ Trata-se da regulamentação da Constituição imperial de 1824. Por um lado, essa legislação concede poderes para a municipalidade no governo de cidades e vilas, por outro, a legislação complementar reafirmou a subordinação da Câmara às assembleias provinciais. “Apesar do papel subordinado, as câmaras municipais constituíram o cenário político por excelência em que se desenrolaram historicamente as principais negociações e definições em relação à ordem urbanística” (ROLNIK, 2007, p.18).

realização de grandes obras (ROLNIK, 2007, p.18). Parte da ascendência do poder clientelista no período reside, então, na necessidade de intermediação e poder de negociação para o atendimento de demandas locais.

No ambiente da capital paulista, já ajustado ao gosto eclético, Lemos (1999, p.22-23;29-31) entende o Código de Posturas de 1886 como texto inicial a estabelecer um padrão disciplinador. Legislação-base a ser ampliada e reorganizada em 1894 pelo Código Sanitário que estenderia sua abrangência ordenadora a todos os municípios do Estado. Para Ghirardello (2005), os Códigos de Posturas municipais efetivos no período cafeeiro acabaram por estabelecer um padrão de arruamento de rápida e fácil implantação, sistema flexível aberto à possibilidade de expansão e que resultou na implantação continuada da quadrícula como modelo de organização urbana no território paulista. Muitas vezes copiados de uma cidade para a outra, os códigos acabam por impingir um conjunto de semelhanças morfológicas aos centros históricos das cidades do interior de São Paulo. Rolnik (2007, p.32-33), ao apresentar o artigo de nº 1 do Código de Posturas paulistano, ainda em sua primeira versão datada de 1875, coloca duas situações fundamentais para a nossa pesquisa: primeiramente, a constatação de que o objetivo principal concentrava-se na limpeza, na fluidez e no desimpedimento do trânsito nas ruas:

“Artigo 1º – Todas as ruas ou travessas que se abrirem nesta Cidade, em outras povoações do município, terão a largura de 13 metros e 22 centímetros. As praças e largos serão quadrados, tanto quanto o terreno o permitir” (SÃO PAULO³⁴, 1875 *apud* ROLNIK, 1997, p.32).

Ou, conforme a preferência de Lemos (1999), na versão aprimorada, em 1886, desta postura:

“Artigo 1º – Todas as ruas que se abrirem nesta Cidade, ou em outras povoações do município, terão dezesseis metros. As praças e largos serão quadrados, tanto quanto o terreno permitir” (SÃO PAULO, 1886)³⁵.

Para numa segunda leitura já pautada pelos documentos levantados na pesquisa de campo, deparamo-nos com a similaridade dos Códigos de Postura da cidade de Jaboticabal:

“Dos alinhamentos das ruas e edificações”

“Artigo 1º Todas as ruas e travessas que se abrirem nesta villa e povoação do municipio terá a largura de 13m e 33 cm. As praças e largos serão quadrados ou retangulares” (JABOTICABAL, 1893).

³⁴ SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. (1875). *Postura Municipal*. São Paulo.

³⁵ Documento pesquisado no FAU-LR.

Nesta constatação, resultado dos estudos empreendidos a partir do levantamento documental, verificamos também que o Código de Posturas de Jaboticabal, em sua versão de 1902:

Dos arruamentos e das edificações

Capítulo 1º

Arruamentos, alinhamentos e nivelamentos.

Artigo 1º As ruas e avenidas que se abrirem nessa cidade e município, da promulgação deste código em diante, serão rectas e terão pelo menos: as primeiras 16 metros e as segundas 20 metros de largura.

Os largos e praças deverão ser quadrados sempre que for possível.

§ Único Os alargamentos das ruas e avenidas actualmente existente deverão obedecer sempre a mesma largura actual (JABOTICABAL, 1902).

Artigo 3º As ruas e avenidas serão abahuladas, logo que os cofres da Camara permitirem, calçadas por qualquer dos systemas em pratica (JABOTICABAL, 1902).

Já absorve as recomendações do Código Sanitário de 1894:

Capítulo 1: Ruas e Praças Públicas:

Artigo 1º Todas as ruas nunca deverão ter menos de 16 metros de largura e as avenidas nunca menos de 25, sempre que a topografia local o permittir; travessas de pequena extensão podem ser toleradas com 10 metros de largura.

Artigo 2º Os passeios das ruas occuparão cada um pelo menos o espaço correspondente a 6ª parte da largura das ruas.

Artigo 3º As ruas deverão ser abahuladas, devendo ter maior elevação na parte central. A inclinação do centro para os lados deverá ser de 3 a 5 centímetros por metro corrente (SÃO PAULO, 1894).

Na base desta nova dimensão que se desenvolve sobre o controle dos espaços, Rolnik (2007, p.22-25) apresenta também uma segunda dimensão: o território como mercadoria. A sistematização do exercício de poder sobre a terra, marcado pela promulgação da Lei de Terras (1850), estabeleceu uma ordem jurídica sobre a posse de solo rural. Desta forma, não foi por acaso que “a mesma lei que instituiu um novo procedimento para ocupação da terra regulamentou também a importação de colonos europeus livres para o Brasil” (ROLNIK, 2007, p. 23). O acesso à terra era impossível ao escravo, mas, se não regulada, podia ser facilmente adquirida pelos trabalhadores assalariados. Portanto, a questão da mão-de-obra intrinsecamente ligada à disciplina do trabalho integra o debate e os novos projetos econômicos para a nação³⁶.

³⁶ A argumentação de Rolnik vem de Martins (1979, p.33), que expõe a transformação da dinâmica do modo de produção. No primeiro momento, a renda capitalizada era representada pelo escravo e o ponto nuclear da fazenda estava centrava no trato do cafezal e da colheita. Quando o capital transfigura-se em renda territorial, a ênfase do empreendimento econômico do café passa a ser a formação da fazenda. O capital deixa de se configurar no trabalhador para configurar-se no resultado do trabalho.

O fato é que ao longo do século XIX, o capital de produção transferiu seu lastro para a terra, e este é um ponto importante na estrutura do discurso político que se arma a partir do Manifesto Republicano (1870): a República é apresentada como fórmula para aparelhamento do Estado dentro da organização produtiva capitalista (SALLES, 1986, p.17-53)³⁷. Solução premente para constituição do Estado-nação, base territorial e política para equilíbrio do sistema a partir de uma ordem social burguesa³⁸ (HOBBSAWM, 2005, p.19-20) em que o conceito de progresso ganha uma dimensão adicional de forma a recuperar o trabalho como parte do processo social de produção numa ação de valorização positiva e enobrecedora. Assim configura-se o projeto de construção de uma sociedade civilizada no qual os homens seriam moldados para o trabalho e para o exercício da política (SALLES, 1986, p.17).

Nesta trama complexa que entrelaça a formação do território, a ação engajada da *intelligentsia*, a codificação urbanística, a propriedade do solo e a reestruturação da força de trabalho com os discursos republicanos, entendemos que o vértice principal erige-se na idéia de ordem. Não por simples coincidência que a sessão da Câmara de Jaboticabal, realizada em 21 de novembro de 1889, ao confirmar a adesão dos vereadores ao novo regime compromete-se em acatar o pedido do Governo Provisório Republicano, expedido em circular datada de 16 de novembro, que clama pelo patriotismo dos munícipes e sua “adesão à actual ordem de cousas, a leal cooperação para que seja mantida a ordem, o respeito a todos os direitos legítimos e a paz publica em que reside o regime da liberdade plena que se acaba de inaugurar” (JABOTICABAL 1888-1889, p.27).

Enfatizamos aqui que estamos tratando de ordem como um elemento do discurso que pretende fazer valer uma “verdade”. No âmbito prático, Carvalho (2006, p.155) apresenta o lado perverso da República e seu caráter de “desordem” ao reproduzir-se por um mecanismo político pautado pelo uso tradicional de capoeiras, capangas e malandros no processo eleitoral.

Trata-se de uma ordem conservadora que em meio a um conjunto de mudanças inevitáveis tem o objetivo de assegurar a estabilidade necessária à reprodução do capital. A idéia de ordem social inaugura as ações de organização do espaço urbano, neste sentido, a redefinição do papel do Estado dentro do projeto de poder republicano também reivindica uma ordem espacial concreta. O Estado, ao feitio da condição periférica, como organizador do espaço e gestor do território, tem como meta republicana um processo de modernização que se

³⁷ Freyre (2000, p.235) chama a atenção para outra relação vinculada à substituição do trabalho escravo pelo livre, o sentido de tempo. A circulação rápida de capital aproxima o Brasil ao tempo dinâmico da Europa industrial.

³⁸ Em relação a esta ordem social burguesa transladada para o mundo periférico, Fernandes (2006, p. 32-39) esclarece que, se por um lado não é possível associar legitimamente o termo “burguês” na referência à aristocracia agrária, por outro lado seria ilógico negá-lo frente aos requisitos estruturais e funcionais da sociedade. O burguês surge, no Brasil, já como uma identidade especializada, seja por vias do agente artesanal, do negociante, seja ligado à organização do Estado nacional. A plebe urbana converte-se, no século XIX, em classe assalariada, aumentando o volume deste núcleo burguês, a partir de então fortemente condicionado pelo desenvolvimento urbano.

concretiza essencialmente nestas mesmas estruturas espaciais. A ação progressista, sempre pautada por um forte impulso material, é um elemento fundamental na implementação das posturas, na prática higienista e na construção de uma infra-estrutura de serviços urbanos.

Somado a este contexto, temos que o espaço citadino disposto por uma ordem republicana também adiciona ao desenvolvimento de uma identidade territorial um conjunto simbólico. O léxico do discurso positivista pautado por símbolos cívicos³⁹ passíveis de serem utilizados no ambiente urbano difunde-se não somente pelo gosto por monumentos e hermas, mas na própria existência e pela reformulação da praça central. De certa maneira trata-se da reapropriação do poder centralizador operado pelo edifício da igreja, transferido agora para praça, elevada à categoria de símbolo cívico da cidade.

No ambiente de Jaboticabal, de forma similar a outras cidades da franja pioneira paulista, a reformulação da praça central é um elemento simbólico de grande significância na configuração da forma e da estrutura urbana no período da Primeira República. A cidade que pretendia ser moderna busca os elementos visuais para alçar tal empreitada. Nos capítulos seguintes apresentaremos o percurso e os percalços na implementação da organização administrativa republicana e sua ação sobre as duas praças centrais do município (República e Tibiriçá, ou por suas denominações contemporâneas, Joaquim Baptista Ferreira Sobrinho e Nove de Julho).

É, portanto, nesse território definido pela expansão cafeeira paulista que a “modernidade” abater-se-á sobre as estruturas urbanas, muitas em formação, modelando propriedades, relações sociais e de produção, exigindo para sua admissão o controle social e político do espaço, sobretudo nas ações simbólicas de dominação localizadas e exercidas nos espaços públicos centrais (LAPA, 1996, p.20).

³⁹ Carvalho (2004, p.129-140) discorre sobre ação beligerante dos adeptos da doutrina de Comte na tentativa de tornar a República um regime não só aceito como também amado pela população. Desta forma, os positivistas tornaram-se os principais manipuladores de símbolos do novo regime. Voltando às páginas 43 a 47, o autor ilustra a fundamentação dos vários pensamentos que, ora em conflito, ora em harmonia, estruturaram o ideal de república a ser implantado. Os monumentos simbolizavam assim, a partir do espaço da cidade, a ordem material que se desejava estabelecer.

1.2.3 MODERNIDADE

Traçado o objetivo de buscar pontos de confluência entre República, espaço urbano e modernidade, a primeira questão que nos preocupa é encontrar na idéia de modernidade a demarcação dos limites possíveis para uma discussão estruturada no contexto da Primeira República.

Figura 19

Programa de festividades relacionadas à inauguração da luz elétrica. Integra o conjunto de publicações que vinculam os melhoramentos materiais da cidade às idéias de progresso e modernidade
Fonte: Câmara Municipal (1910)

Afinal, de que modernidade estamos falando? Seria a modernidade saneadora? A modernidade dos melhoramentos urbanos? Ou a modernidade estética do ecletismo? Poderia ser a modernidade das inovações técnicas de produção e cultivo, do vestuário ou dos eletrodomésticos?

Como essas modernidades participam, estruturam ou intervêm no campo de relações de poder que caracterizam a cidade como artefato?

Por estes questionamentos, a primeira imagem que vislumbramos é a de que estamos tratando de uma modernidade essencialmente ligada aos aspectos materiais da vida urbana. Até aqui não nos distanciamos da Paris estudada por Ortiz (1991, p.141-145), que no processo de ressignificação da palavra “conforto” credita uma dimensão pública à facilitação da vida cotidiana. Os desenvolvimentos técnicos que possibilitam o fornecimento em maior escala de água, eletricidade, esgoto e transporte aos poucos ampliam a idéia de conforto sobre o campo anteriormente tido como do luxo.

No entanto, no contexto europeu, a modernidade possui parâmetros muito mais largos que os limites do desenvolvimento material. Para Ortiz (1991, p.265-268), seria “uma cultura, uma visão de mundo com suas próprias categorias cognitivas”, uma sociedade historicamente determinada pelo surgimento da cidadania e pela ruptura das fronteiras sociais. Na França do século XIX, o homem moderno é utopicamente livre.

A modernidade não conhece fronteiras ou nacionalidades. Ela traz consigo os germes de uma ordem planetária. Não exclusivamente econômica, mas de um tipo de cultura que se expressa no lazer, na indústria cultural, no consumo, no turismo, nas cidades. Transformações que requerem uma nova concepção de espaço e de tempo mundiais. Entretanto, para se internacionalizar ela deve operar uma disjunção em relação à base material que lhe havia acompanhado. Uma ruptura entre modernidade e modernização se instaura (ORTIZ, 1991, p.267).

Ou contraditoriamente livre, conforme Beguin (1991) que traça um convívio paradoxal entre conforto e liberdade trazidos pelo mundo civilizado, já que a comodidade das máquinas modernas, estendidas pelo menos em parte para a moradia operária vai progressivamente fortalecendo as conexões de dependência com os serviços e a infra-estrutura urbana.

Na conjuntura das sociedades periféricas trata-se de um panorama ainda mais contraditório, no qual as relações hierarquizadas, que davam sentido a um dia-a-dia cujo eixo central de referências era a casa patriarcal, começam a conviver, de maneira cada vez mais intensa, com outras, de caráter contratual pautadas na racionalidade do capital. A mediação acontece pela abertura de novas ruas, criação de bairros e, em grande parte, pela instalação de equipamentos de infra-estrutura no espaço urbano. No entanto, as transformações socioeconômicas implicam na aplicação de uma política cada vez mais ostensiva, de racionalização dos usos sociais das ruas, implementada pelo poder público, implicando, entre outros, medidas punitivas e aumento de taxas e impostos (FREHSE, 2001).

Figura 20

Inauguração da nova captação para abastecimento de água.

Integra o discurso de progresso e modernidade alicerçado na implantação de melhorias urbanas

Fonte: Abastecimento... (1911)

Generalizando as observações de Kingman (2006, p. 48-49)⁴⁰, trata-se de uma modernidade incipiente e excludente, na qual a modernização, e menos ainda a modernidade, estabeleceram-se de forma desigual. Apesar de alguns melhoramentos, principalmente no que tange à difusão do transporte ferroviário e ao esforço de renovação do ambiente urbano, temos que as próprias elites, apegadas a signos exteriores, em muitos aspectos não eram completamente modernas. É o que Ortiz apresenta como descompasso entre termos.

Porque a transformação da infra-estrutura material nunca se concretiza na sua plenitude, ela é incapaz de gerar uma “mentalidade” consistente, isto é, análoga à dos países centrais. E vice-versa, o modernismo das elites e dos intelectuais só pode existir enquanto manifestações da consciência, mas sem que necessariamente tenhamos uma correspondência real entre esta e a modernização ausente (ORTIZ, 1991, p.267).

Por este caminho, Lapa (1996, p.17-38) entende a modernização no Brasil como setorial e epidérmica. Um processo em que novos ideais são propostos, perseguidos e aceitos acolhendo a idéia de rompimento, característica intrínseca dos conflitos entre o antigo e o novo, entre a tradição e a inovação, próprios da modernidade⁴¹. Entretanto, em nosso contexto ganha o sentido de “certo rompimento com certo passado, mas não com todo o passado”. Assim esse “homem moderno”⁴² utopicamente livre convive com a escravidão e com todas as outras características de uma sociedade senhorial. Até 1888, o projeto de modernização ao qual se submete a cidade desenvolve-se tendo em conta que precisa ordenar a coexistência desses dois universos: o livre e o escravo.

É assim que se instala entre nós a racionalidade burguesa gerada pela Revolução Industrial e alargada para os parâmetros de criação cultural. Racionalidade “que se estende pelo econômico, pelo social e pelo cultural, atingindo as mentalidades, os costumes e a criação estética, não necessariamente nessa ordem, com o atraso que se espera para um país de Terceiro Mundo e com as especificidades que uma sociedade escravista conserva” (LAPA, 1996, p.19).

Na conjuntura de Jaboticabal observamos dois fatores dinamizadores que ganham importância à medida que coincidem cronológica e espacialmente: a instalação da frente pioneira e a proclamação da República.

⁴⁰ As análises de Kingman são feitas a partir da cidade de Quito enquanto objeto central de estudo, no entanto, são muitas vezes generalizadas pelo autor, tendo como respaldo trabalhos realizados por vários pesquisadores latino-americanos.

⁴¹ Benjamin (2000, p.20-21) apresenta o olhar melancólico de Baudelaire frente aos conflitos gerados pela modernidade. O espaço moderno, conquistado pelas pás, machadinhas e alavancas de Haussmann, possibilita a circulação, facilita a comunicação, une e ao mesmo tempo separa os sujeitos. “E que grau de destruição provocaram já estes instrumentos limitados! E como cresceram desde então com as grandes cidades os meios que a podem destruir! Que imagens do futuro provocam!”

⁴² Ser moderno, nesse contexto periférico, era ser republicano e abolicionista, imigrantista e amante do progresso, higiênico e sintonizado com o que ia pela Europa e pelos Estados Unidos (LAPA, 1996, p.19).

Figura 21

Anúncio de prestação de serviço para beneficiamento do café. Maquinário traz conforto e agilidade na produção à um dos pontos mais distantes da franja cafeeira logo no começo do século XX

Fonte: Machina... (1901)

Para entender a agilidade da transição, temos em 1868 a resposta da Câmara de Jaboticabal a um ofício do Ministério da Agricultura afirmando ter em seu território criação de gado, porcos e carneiros; fábrica de cana e plantio de café e algodão. “Culturas são de excelente qualidade; feijão, trigo, cevada, aveia e linhaça, cultivadas duas vezes ao ano: abril a março e setembro a outubro”. Trata-se claramente de produção ligada à subsistência que cederá lugar à monocultura extensiva entre 1888-1889, período assinalado na documentação municipal pela preocupação com a cobrança de imposto sobre café e sua estrutura de produção, como a taxaço das máquinas de beneficiar (JABOTICABAL, 1867-1877; 1888-1891).

Figura 22

Ilustração integra notícia sobre a inauguração de máquina de beneficiamento de café na Cia. Agrícola São Martinho. Atenderam o evento as figuras políticas mais importantes da cidade

Fonte: Cia. Agrícola São Matinho (1917)

Figura 23

Concerto domingueiro na Praça da República em Jaboticabal
É interessante notar o programa inspirado em Verdi e o espaço menor concedido às canções de Robert Planquette
Fonte: Concerto (1907)

São por estes parâmetros que devemos entender essa “época de transição e de modernização”. Freyre (2000, p. 148-153) menciona entre tantos marcos dignos de nota, a substituição da latrina de barril e do penico pelo *water-closet*, o telefone como possibilidade de comunicação interurbana, o telégrafo, a “valorização do café”, o almanaque, a Emulsão Scott, o Elixir Nogueira, a Loteria Federal, o chuveiro, os clubes elegantes ou esportivos, o *étagère*, a mesa “de elástico”, o candeeiro belga, as molduras douradas e, evitando aqui nos estender em detalhes sobre o vestuário, preferimos assinalar o uso domingueiro da praça pública, marcada pelo passeio em torno do coreto ao som da banda local.

Barbuy (2006, p.77) aponta a difusão do sistema capitalista e assimilação dos confortos modernos, em São Paulo, associados à publicação do primeiro almanaque administrativo comercial em 1857. Enquanto o sistema anterior assentava-se sobre a tradição, tendendo à repetição, a uma certa estabilidade dos artefatos — e, assim a mudanças lentas —, a moderna febre de novidades e celebração do presente promoviam a dinâmica das transformações rápidas, impondo a desconexão com a tradição.

Mas a questão ainda persiste. Em meio ao contexto agrário paulista, estruturado por “um rosário de cidades”⁴³ que gravitam em torno da produção cafeeira, qual seria afinal, o rompimento desta nossa modernidade sertaneja? Por quais caminhos seria possível vislumbrar o processo de desconexão com a tradição, instalado em um ambiente afastado do cosmopolitismo da “capital irradiante”⁴⁴ e mesmo da cidade de São Paulo, que adentra a “teia da modernidade”⁴⁵ buscando espelhar-se nas grande exposições internacionais.

⁴³ Expressão emprestada de Saia (1978, p.49-50).

⁴⁴ Expressão emprestada de Sevcenko (1998, p.522) para enfatizar a situação do Rio de Janeiro como “caixa de ressonância das grandes transformações em marcha pelo mundo”.

⁴⁵ Expressão emprestada de Barbuy (2006, p. 225-230) que descreve a forma como as idéias caminhavam como raios, cujo centro estava fixado nas sociedades industriais.

Figura 24

Fogão

Indica a difusão ou pelo menos o desejo de consumo das máquinas modernas de conforto

Fonte: Progredior (1926)

Figura 25

Geladeira

Neste caso alia o conforto das máquinas modernas a idéia de saúde pública

Fonte: Cia. de Força e Luz de Jaboticabal (1929)

A direção que vislumbramos é que, se esta modernidade não rompe com o passado senhorial e clientelista, fica então, em essência, restrita aos avanços materiais. Trata-se de uma modernidade que flui por imagens de outra(s) modernidade(s) hegemônica(s) e confunde-se com a idéia de melhoramentos e do próprio progresso, entendido aqui a partir do ideário republicano. Passado o furor higienista do final do século XIX, o baluarte desta modernidade interiorana assenta-se na implantação da infra-estrutura básica (água, esgoto e luz elétrica) a que se soma o símbolo maior da modernidade, a estrada de ferro, que ao chegar (1893) afeta tanto a configuração da malha quanto o modo de vida urbano.

A instalação do complexo da estação implicava em obras de porte, edifícios, instalações e equipamentos que movimentavam trabalhadores de diferentes qualificações (LAPA, 1996, p.24). Bortolucci (1991, p.74) menciona a importância da ferrovia para a cidade de São Carlos ressaltando o fator de dinamização e aceleração da difusão do ecletismo como reflexo da mudança gradativa dos usos, costumes e comportamentos. Se no ambiente efervescente da capital paulista Sevcenko (2005, p.231-232) assinala a música e as artes como expressões cristalinas da modernidade, dignas da construção de um teatro monumental de efeito simbólico, arquitetônico e urbanístico, no interior a reprodução desses modelos, sempre pautados pelo concreto, palpável, material, parece mais importante que as idéias e os valores implícitos na própria concepção de modernidade.

A reprodução ou a adaptação dos prédios existentes dentro dos padrões estéticos do ecletismo parece trazer, simultaneamente, os valores burgueses que Patetta (1987, p.12-13) aponta como fundamentais na difusão do estilo — “primazia ao conforto” e “amor ao progresso”. Trata-se da linguagem moderna reordenando espaços e reconfigurando edifícios num processo em que a chave das transformações assenta-se um tanto mais no código simbólico do que na celeridade de câmbio no campo de forças. É a produção espacial integrando-se à ordem do discurso que nos aproxima da afirmação de Reis Filho (1987, p.146):

Na segunda metade do século XIX, a arquitetura brasileira passou por transformações que eram partes das modificações socioeconômicas e tecnológicas ocorridas então na vida do País. Nessas condições, as novas formas de habitar e construir não devem ser consideradas apenas como consequências das mudanças vividas pelos vários grupos sociais, mas vistas como parcelas importantes dessa renovação.

Neste ponto concordamos com Reis Filho, não porque acreditamos que essa arquitetura seja imanente, objeto capaz de produzir um significado intrínseco, tampouco porque a entendemos como dotada do poder demiúrgico da transformação. Concordamos porque compreendemos a arquitetura como portadora de um discurso organizado por um código simbólico que não pode ser apreendido à parte do meio social de sua produção, apropriação ou reapropriação.

Figura 26

Vista de Jaboticabal em 1879

Primeira foto urbana de que se tem notícia, mostra o casario acomodado na elevação leve do terreno e um tanto afastada das margens do Córrego do Jaboticabal

Fonte: Brenha (1925)

Figura 27
 Antiga Av. General Osório,
 atual Av. Bento
 Vieira de Albuquerque
 Foto publicada pelo jornal
O Atalaya em 1908
 Fonte:
 Um aspecto... (1908)

Figura 28
 Antiga Av. General Osório,
 atual Av. Bento
 Vieira de Albuquerque
 Fotografia data de 1927⁴⁶
 Fonte: Capalbo (2007)

⁴⁶ Trata-se da principal via de comunicação entre a Estação Ferroviária e o centro da cidade. É uma área de difícil ocupação devido à várzea do córrego do Jaboticabal, que mesmo assim foi ocupada com o incremento comercial proporcionado pelo comércio de café. Esta região da cidade abriga até hoje um grande número de galpões e armazéns que atestam o vigor agrário e comercial do município.

O artigo/anúncio da instalação na cidade dos arquitetos alemães Eich & Von Trexler preconiza que a atuação de um profissional da construção garante segurança, higiene e beleza. Madeira, tijolos, cimento armado e pedras são os materiais que garantem “construções sólidas e lindas” pautadas pelas regras gerais da técnica moderna⁴⁷.

Neste sentido, a atuação de arquitetos e engenheiros enquadra-se no processo de transferências de modelos, possível pelo movimento itinerante destes profissionais desde a metade do século XIX. Lemos (1987, p.77-78) chama a atenção, por exemplo, ao fato de que, pelo *Almanak da Província de São Paulo* de 1873, metade dos engenheiros atuantes em São Paulo não tinha endereço fixo na cidade.

No entanto, no ambiente local, esta transferência de modelos amolda-se a um quadro político, social e econômico próprio. O jornal *O Combate*, que assume uma “posição” nas discussões políticas locais a partir de 1909-1910, sustenta um discurso pautado no “notável progresso” e no grande emprego de capitais tanto públicos quanto particulares que os edifícios em construção representam para a cidade, principalmente quando vinculados a figuras importantes no cenário local.

As novas construções

De todos os ramos de arte, industria e tecnica é o mais importante, sem duvida, aquelle das obras de construção.

A technica moderna dispõe já hoje de meios e materiais que satisfazem, por completo, todas as exigencias de qualquer obra.

Nessa febre actual de construções nos lugares novos, de desenvolvimento muito prompto, a iniciativa particular, com a preocupação instantanea de construir em breve e a reduzido preço uma residencia, uma moradia, raras vezes fiscaliza a construção barata, acontecendo, não raro, sair uma obra imperfeita, insegura, que não obedece aos elementares preceitos de conforto e hygiene e arte, propriamente.

Entretanto, os architectos profissionais escrupulosos garantem que para se construir um prédio com todas as regras e solidéz da evolução actual da architectura, não é, absolutamente, necessario o emprego de materiais caros.

Conhecendo perfeitamente o assumpto, o empreiteiro-constructor tira da obra um orçamento approximadissimo, com pequeno lucro relativo, empregando na construção ou madeira, ou tijolos, ou cimento armado, ou pedra, segundo a perfeita exigencia da technica moderna, tendo a solidéz em vista, e verificando que todas as edificações: igrejas, theatros, casas de negocio, palacetes ou pequenas casas de morada, fiquem verdadeiras obras de arte, cingidas mesmo ás condições de espaço e preço da encomenda.

As casas de moradia, principalmente, não se encarecem na construção, porque a fazem solida, obedecendo a esthetica e com um exterior artistico apreciavel.

Ocorreu-nos este gordinho, a seguinte local:

Oa sra. prof. arch. Eich & Von Trexler recentemente chegados a Jaboticabal, peritos

AO PUBLICO

Nas convalescenças dos partos e longas enfermidades

Aconselhamos o uso do **VANADIOL**

o mais energico fortificante dos nervos, do corpo enfraquecido. Com 2 a 3 vidros a saúde voltará. A partevante recupera as forças e terá muito leite. Os convalescentes ficam restabelecidos em uma semana. Restaura as forças, excita o appetite, fortifica o sangue e os nervos.

A venda em todas Farmacias (Ls) - 3

las, theatros, pontes, casas de moradia, fabricas, tumulbo, coberturas, grades, vigamentos, tudo emfim que se relacione com os serviços dessa especie.

Os constructores profissionais recém-chegados mostraram-nos divrsas plantas e desenhos de boas, de lindas, de esplendidas construções, que se propõem executar e administrar a preços, relativamente, de vantagem.

Temos já na cidade prédios que a embellezam extraordinariamente: construções solidas e lindas, de novissima feitura de profissionais competentes e escrupulosos.

A maior parte, porém, das construções de morada não obedece os preceitos da technica moderna em solidéz, em esthetica, em hygiene, em disposição, em gosto artistico emfim.

Estamos em que seria de grande proveito common que a iniciativa particular applicasse ás construções de morada as regras gerais da technica moderna. Ficariam muito mais lindas, mais commodas, mais distinctas, quiza mais solidas, sem lhea augmentar muito o preço de custo, actualmente.

As bellas e solidas construções dos profissionais e empreiteiros da cidade: dr. Yalenti, Dr. Carli, Boarini e outros, se ajuntarão, agora, as que forem, possivelmente, encarregadas aos architectos allemees.

Figura 29

Texto trata da febre de construções nos “lugares novos”. Ressalta a necessidade de atuação do arquiteto para obtenção de conforto, higiene e arte
Fonte: As novas... (1926)

⁴⁷ Ver descrição pormenorizada da utilização de materiais construtivos pela “civilização do café” em Lemos (1989, p. 37-50).

Predios novos

De tempos a esta parte, não obstante a crise que nos assoberba, Jaboticabal vem realizando notavel progresso quanto ao emprego de capitaes particulares, já se não fallando do edificio do Gymnasio, construido pela Camara e que lhe faz grande honra. Não mencionando dispendiosas construcções anteriores, basta lembrar os bellas palacetes ultimamente construidos pelos srs. Capitães Cosme Mendes, Octaviano Gomide Pontes, do snr. Francisco Zaccaro e Dr. Alvaro Leite: o vistoso e caro sobrado, cuja construcção vae adeantada, de propriedade do capitalista e commerciante sr. Felipe Atalla, o qual rematado, ficará um dos melhores e mais artisticos do interior, devendo importar em mais de uma centena de contos de réis. Também o escrivão do 2.º officio, sr. dr. Cezar Guarita, está construindo no centro da cidade, em um dos melhores pontos da rua principal — da Redempção, um prédio especial, para o qual transferirá em breve seu cartorio, onde ficará aquella repartição excellentemente installada. O Cel. Francisco Lopes Gonçalves, e igualmente constrõe proximo a estação dous importantes predios.

[...] Jaboticabal vem realizando notavel progresso quanto ao emprego de capitaes particulares, já se não falando do edificio do Gymnasio, construido pela Camara e que lhe faz grande honra. Não mencionado dispendiosas construcções anteriores, basta lembrar os bellos palacetes ultimamente construídos pelos srs. Capitães Cosme Mendes, Octaviano Gomide Pontes, do snr. Francisco Zaccaro e Dr. Alvaro Leite: o vistoso e caro sobrado, cuja construcção vae adeantada, de propriedade do capitalista e commerciante sr. Felipe Atalla, o qual rematado, ficará um dos melhores e mais artisticos do interior, devendo importar em mais de uma centena de contos de réis (PREDIOS..., 1918).

A partir do contexto são-carlense, Bortolucci (1991, p.163-165) entende a afluência de engenheiros e arquitetos de fora da cidade como uma faceta do processo urbanizador do café. No âmbito da produção estatal, Euclides da Cunha aparece ligado à construção do Grupo Escolar Paulino Carlos na condição de engenheiro responsável pelo 5º Distrito de Obras Públicas. Simultaneamente, no período entre 1901 e 1904, Euclides da Cunha será responsável pela construção do Grupo Escolar Cel. Vaz, na cidade de Jaboticabal⁴⁸.

Figura 30
Notícia sobre o boom
de construções na cidade
Fonte: Predios... (1918)

Todavia, o que desejamos ressaltar é o interesse da elite cafeeira em seguir os padrões construtivos e arquitetônicos da capital. “Mandaram executar novas moradias completamente imbuídas das novidades construtivas, até como forma de demonstração de poder e prestígio de classe” (BORTOLUCCI, 1991, p.87). E pela mesma dinâmica, influenciar a produção arquitetônica local, ditando padrões a serem apropriados pelas classes inferiores.

Figura 31
Grupo Escolar Cel. Vaz
Fonte: Capalbo (2007)

⁴⁸ Pedra fundamental lançada em 06/09/1901 e inauguração comemorada em 20/09/1903 (data de aniversário do Cel. Vaz, benemérito do empreendimento) (ANDRADE, 1978, p.30-32).

Figura 32
Foto publicada pelo jornal *O Atalaya*
da residência do então vice-prefeito
Dr. Cesar Augusto Salgado Guarita
Fonte: Residência... (1909)

Espirito

Progressista

De comum dá-se o título de benemerito de uma localidade a quem vincula o nome a estabelecimentos pios socieis, favorecendo o bem estar actual e de futuras gerações que preponderam na constituição de sociedades e instituições que, embora isoladas na fortuna particular, oferecem certo conforto á população.

Assim, entretanto, não deve ser. É justo que se reconheça também esse jón naquelles que, não visando usufructo immediato, mesmo com certo sacrificio de seus actuaes interesses, promovem o engrandecimento do

Dr. CEZAR AUGUSTO SALGADO GUARITA
Tabellão - Grande proprietario agrícola e urbano

Chacara „Bella Vista“, residencia do Dr. Cesar Guarita

Dois dos modernos palacetes do Dr. Cesar Guarita

lojar, incluindo em seu desenvolvimento de modo a tornal-o com direito a lugar de destaque entre os melhores centros, por seu progresso, dotando-o de construcções, edificios que, sendo propriedades particulares, não deixam, entretanto, de interessar á fortuna publica.

Isso maximé no interior. De effeito: geralmente as cidades que não são capitães ou que não têm seu desenvolvimento garantido pelos favores officiaes, são apenas centros de explorações, onde se procuram constituir a-valutades capitães que, quando são levados para os grandes campos de actividade, onde seu emprego garante boas e immediatas lucras, são applicados em outros misteres que pouco ou quasi nada interessam directamente á cidade. Raros são os que empunham suas reservas no lugar em que as adquirem, menor ainda quando os lucros não são promptos.

Entre esses raras nesta cidade está o sr. Dr. Cesar Guarita, digno primeiro tabellão da comarca.

Além desses palacetes tem também o sr. Dr. Guarita terreno preparado para outros finaes, para conclusão de seu plano de construcção n'aquelle bairro de um numero consideravel de vivendas que se recomendam pela elegancia e pelo conforto, fazendo, portanto, jus ao titulo de benemerito de Jaboticabal.

Alas construcções são solitas, de estylo moderno, offerecendo o mais agradável aspecto. São essas villas: «Chacara Bella Vista» residencia do proprietario; «Villa Eulina» em homenagem á demissã Eulina Guarita; «Villa Elza» em homenagem á minha Elza Guarita; e finalmente mais uma nova e interessante, a que não deu ainda nome.

Alas construcções são solitas, de estylo moderno, offerecendo o mais agradável aspecto. São essas villas: «Chacara Bella Vista» residencia do proprietario; «Villa Eulina» em homenagem á demissã Eulina Guarita; «Villa Elza» em homenagem á minha Elza Guarita; e finalmente mais uma nova e interessante, a que não deu ainda nome.

Villa „Elza“

Predio de propriedade do Dr. Cesar Guarita

Villa „Eulina“

Figura 33
Texto publicado pelo jornal
O Democrata, em 1916,
prestigiando o Dr. Cesar
Augusto Salgado Guarita
As fotos mostram que essa
figura importante no
contexto local aderiu ao
boom construtivo
empreendendo construcções
e reformas em seus imóveis
Fonte: Espirito... (1916)

Neste sentido, Kingman (2006, p.325-329) apresenta o ornamento como parte importante do que ele chama de “arquitetura social”, a estrutura de codificação dos comportamentos e das relações das elites, assim como seus critérios de distinção, diferenciação e separação. O ornato público de uma cidade, além de proporcionar comodidade a seus habitantes, serve para medir sua cultura e estabelecer o distanciamento em respeito aos “outros”. O ornamento condiciona os sentidos, isola e distingue. De forma paralela, as práticas higienistas modelam o *habitus*⁴⁹, tencionam civilizar o corpo tanto dos indivíduos quanto dos grupos sociais.

Por este caminho, a cidade de taipa transforma-se na cidade das platibandas, buscando a reprodução de uma modernidade urbana cuja relação com os modelos paulistanos precisa ser resguardada em sua devida proporção. As franjas do extremo norte da expansão cafeeira estavam de fato longe do cosmopolitismo fervilhante de sua capital.

Figura 34

Casa de taipa fotografada em 1909

Fonte: Capalbo (2007)

Figura 35

Centro comercial da cidade fotografado em 1941

Fonte: Capalbo (2007)

⁴⁹ De forma simplificada, seria um sistema de regras e normas que orientam condutas e pensamentos (MICELI, 2005). De maneira um pouco mais elaborada, seria o conjunto de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e torna possível cumprir tarefas infinitamente diferenciadas, graças à transferência analógica de esquemas adquiridos em uma prática anterior. É uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade torna-se depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e às solicitações do seu meio social existente (WACQUANT, 2007).

Em seu levantamento sobre os bens culturais da cidade de Jaboticabal, Poli (1986, p.29-30) nota a importância dada aos acabamentos das fachadas. Os arcos deveriam ser plenos e nunca abatidos, geralmente as vergas eram retilíneas, arrematadas com cimbalhas salientes ou por um pequeno frontão. Em muitos casos conservava-se apenas a porta principal em arco pleno de modo a destacá-la do conjunto.

Com o final do século passado, começo do atual, a cidade já mostrava a volumetria em fachadas atualizadas com o gosto e ornamentos, herança do neoclássico, como platibandas decoradas com balaustre, pinhas, bonecas e urnas em cerâmica, assim como os desenhos variados em cimbalhas, cornijas e frontões que encabeçavam as construções, ora públicas, ora residenciais (POLI, 1986, p.30).

Figura 36
São Paulo Club e sede
provisória da Sociedade
Operária Internacional
Fonte: Brenha (1925)

Figura 37
Residência do Sr. Basiliano da Costa Fontes
Fonte: Brenha (1925)

Figura 38
Residência do Sr. Bento Vieira de Albuquerque
Fonte: Brenha (1925)

Figura 39

Texto da oposição crítica as construções pautadas por um efeito de “maquiagem”

Fonte:

As construcções... (1928)

Por aí se entende porque esse conjunto construtivo não escaparia a uma observação “calma e imparcial” como pedia o artigo do jornal oposicionista *O Democrata*. O “efeito maquiagem” concentrava-se nas fachadas, “modernizando” edifícios em muitos casos ainda cobertos pelas já desprestigiadas telhas de capa.

É um abuso inqualificável este de muitos proprietários alguns delles incontestavelmente abastados de remendar casas deixando as sem luz, sem ar, sem jeito de cousa alguma. Certo no fim, o concerto de nada valerá. Mas o prédio adaptou-se ao interesse monetário (AS CONSTRUCÇÕES..., 1928).

Desta forma, o discurso saneador e normalizador também serviu à disputa de poder travada entre oposição e administração. O jornal aliado da família Vaz⁵⁰ pede, no mínimo, o cumprimento dos preceitos do código municipal de construções.

“Não se deve admittir a reconstrução dos carunchosos prédios, não se deve permittir que apenas se lhe applicuem rouge, cintas, anquinha e pomadas” (AS CONSTRUCÇÕES..., 1928).

Figura 40

Vista de Jaboticabal em 1927, com marcação nos elementos antigos que persistiam nas reformas “modernizadoras”

Fonte: Capalbo (2007)

⁵⁰ Sobre ascendência e decadência da família Vaz, no controle administrativo da cidade, ver Capítulo 2 da presente dissertação.

Exatamente um ano após o artigo homônimo, a oposição volta a bater na mesma tecla, a desobediência das regras fundamentais do urbanismo e dos preceitos de higiene e beleza, valores imprescindíveis para o bem-estar da coletividade. A intervenção do poder público é, então, requisitada para preservar o “senso esthetico” da cidade, e termina o artigo chamando a atenção para a necessidade de rigor na avaliação do projeto e para a fiscalização do novo teatro da cidade.

A ordem burguesa⁵¹ confunde-se então com a ordem republicana. Os códigos simbólicos da ornamentação e da “boa” estética operam conjuntamente com a organização e a posse do território, seja em seu aspecto amplo, no âmbito nacional, seja no cotidiano da organização urbana.

O espaço construído, ou melhor, a cidade é ferramenta e veículo fundamental na estruturação do discurso republicano, pautado pelo conceito moderno de cidadania, mesmo quando, de fato, era apenas parcialmente aplicada. A imagem urbana ao integrar os códigos simbólicos do discurso acaba assim por tomar parte significativa no processo de transposição da sociedade senhorial.

Portanto, Veyne (1998, p.249), sob a ótica foucaultiana, sintetiza: “os objetos parecem determinar nossa conduta, mas, primeiramente, nossa prática determina esses objetos”.

Figura 41

Texto da oposição volta-se diretamente contra a Câmara Municipal

Denuncia a falta de rigor na aprovação de projetos e a desobediência das regras fundamentais do urbanismo

Fonte: As construcções... (1929)

⁵¹ Ou do que havia de burguês entre nós, mudando aqui a citação de Gilberto Freyre sem tirar-lhe o sentido maior.

Será o limiar da década de 1930 que trará à cidade um referencial das potencialidades modernas para além dos melhoramentos urbanos. É somente por esta conjuntura que é possível captar no ambiente distante das franjas do café a irradiação de uma modernidade que atua sobre os sentidos em face às novas potencialidades tecnológicas. Luzes, eletricidade, sons e ritmos incorporam o mundo dos impulsos, a partir daí possibilitando o desenvolvimento de novas plataformas para o exercício do poder.

Figura 42

O jornal *O Democrata* veicula os anúncios das peças em cartaz na cidade
Fonte: Odeon (1929)⁵²

Figura 43

Chamada para o filme *Metropolis*
Fonte: Cine-Theatro Municipal (1929)

⁵² É interessante notar que, enquanto o jornal oposicionista *O Democrata* divulga com largueza em seu espaço as atividades culturais da cidade intrinsecamente ligadas à idéia de modernidade, o jornal *O Combate* dedicada grande destaque à criação da Diocese de Jaboticabal. Mais interessante ainda foi acompanhar o desenvolvimento desses dois veículos de comunicação e saber que o antigo *O Atalaya* transformado em *O Democrata* teve seus principais proprietário e administradores ligados à Maçonaria. Em contrapartida *O Combate*, superado o furor anticlerical do começo do século XX, assume, a partir de 1910, uma postura simpática ao clero, aceitando inclusive artigos de religiosos locais ou reproduzindo discursos eclesiásticos travados em âmbito nacional. A postura ideológica desses veículos será apresentada nos Capítulos 2 e 3 desta dissertação.

Figura 44
Notícia e comemoração
da instalação da Diocese de Jaboticabal
Fonte: Arquidiocese de São Carlos (1929)

“A modernidade, afinal de contas, chegava diferente, em proporções imensamente desiguais, mas atingia a todos. O que cada um faria com o que obtivesse era um novo fator aleatório e estranhamente imprevisível. Os perfis começam a ficar enevoados e os papéis a se embaralhar” (SEVCENKO, 1998, p. 611). Mas esta já é outra história. A nossa trata das disputas pelo poder local, literalmente, travadas em praça pública.

A CHEGADA DA FERROVIA

E finalmente, sem nos esquecer do objetivo principal que é entender o espaço como elemento estruturante na formação social e simultaneamente instrumento mediador nesse processo de transição de poder, temos a primeira e mais importante ação: a participação do líder político local, Coronel José Manoel Vaz de Sampaio, nas negociações para a modificação do traçado Pimenta Bueno que previa inicialmente a continuidade do sistema ferroviário em implantação, ligando a cidade de Araraquara a Rio Preto (CAPALBO [199?], p.213). Em 14 de março de 1887, portanto, ainda no Império, o projeto modificado passa pela Assembléia Provincial:

Art. 1: Fica concedido a companhia de estradas de ferro Rio Claro privilégio de 50 annos para **prolongar sua linha de Araraquara a Jaboticabal e desta para Barretos**.

Art. 2: O privilégio concedido comprehendera uma rama de 3 metros de cada lado e um da linha, sendo em todo caso, limitada pelo lado direito a margem esquerda dos rios Mogy Guassu e Pardo.

Art. 3: Caducará o privilégio para a parte não construida, se dentro dos prazos de tres annos a contar da data de assignatura do respectivo contracto com o governo da Provincia, não estiver a devida construcção da estrada athe Jaboticabal, ou se dentro do prazo de 4 annos, a contar da inauguração do trafico official e definitivo athe a villa do Jaboticabal, não estiver concluída athe Barretos [...] (SÃO PAULO, 1887, grifo nosso)⁵³.

Consta ainda no processo:

As commissões unidas de Constituição e Obras Públicas foi presente ao requerimento que a esta Assembleia dirigio a Companhia de Estrada de Ferro Rio Claro solicitando privilegio para os prolongamentos de suas linhas, uma de Araraquara à Barretos passando por Jaboticabal e outra de Jahú à Serra de Agudos e às Aguas do rio do Peixe tributário pela margem esquerda do Rio Tietê.

A Companhia de estrada de Ferro do Rio Claro obteve do Governo Geral pelo decreto n. 7838 de 4 de outubro de 1880 a concessão de privilegio para suas linhas do Rio Claro a Araraquara passando por S. Carlos do Pinhal tendo ultimamente inaugurado o trafego da estrada entre este dois ultimos pontos.

Dando esta concessão toda em território Paulista o Governo Geral fez por considerar a estrada de interesse geral o que ainda se evidencia pela disposição do § Único do Artigo 1º do mencionado decreto impondo a obrigação a Companhia de seguir o traçado mencionado nos estudos do Engenheiro Francisco Antonio Pimenta Bueno, quer na parte contractada, quer quanto ao prolongamento.

Ora tendo aquelle Engenheiro levado seus estudos até Sant'Anna do Parnahyba nas barracas do Rio Grande, claro que está que era pensamento do Governo dirigir para aquelle

⁵³ Documento pesquisado no AALESP.

ponto da estrada de ferro da Companhia Rio Claro; a qual pela clausula 5ª do mencionado decreto conveio preferência em igualdade de condições ao prolongamento da estrada e seos ramais.

As comissões ignoram se as villas de Jaboticabal e Barretos estavam estipuladas no traçado do Engenheiro Pimenta Bueno mas previam que aqueles importantes pontos de junção não deviam deixar de ser servidos pela estrada de ferro Rio Claro principalmente quando essa directiva não prejudica o plano geral do prolongamento da estrada as barrancas do rio Grande ou ir além desta pela Província limitrofe [...] a Assembléia Provincial prestará relevante serviço a Província concedendo o prolongamento de Araraquara a Barretos, passando por Jaboticabal [...] (SÃO PAULO, 1887)⁵⁴.

O fato é que a ferrovia ainda sem trilhos foi inaugurada em 1º de fevereiro de 1893. E “quando o primeiro trem da Companhia Paulista de Estradas de Ferro alcançou Jaboticabal, em 5 de Maio de 1893, esperava-o na gare da estação, o Coronel Vaz, então um homem de 38 anos de idade, forte, simpático, mandão, que enfeixava em suas mãos a chefia política do município” (COUTINHO, 2007, p.231). Como exposto por Lanna (2002, p.165), ferrovia e urbanização são fenômenos indissociáveis, expressam a ocupação do território pautada pela tecnologia, trazendo em seus trilhos a ideologia do progresso, afastando a barbárie e introduzindo a civilização.

Pessoas, mercadorias e doenças transitam de forma intensa pelos trilhos [...]

Cidades consolidam seu papel de centro regional porque possuidoras de entroncamentos ferroviários que animavam este fluxo permanente material e de desejos [...]

Todos associavam às ferrovias velocidade, mobilidade e progresso. O quanto ela foi ou não capaz de realizar estas expectativas é uma história que depende dos grupos sociais envolvidos e do tempo/espaço onde os trilhos se instalavam (LANNA, 2002, p.168).

Nos parâmetros conceituais estabelecidos para esta dissertação a chegada da ferrovia é entendida como instrumento que alimenta os discursos ansiosos pelo poder. A via férrea aproximou universos diferentes, facilitou a circulação de mercadorias e trouxe consigo o vigor econômico do capital. E como tudo tem seu preço, com ela veio a epidemia de febre amarela de 1895, que durante mais de três anos dizimou a população de Jaboticabal a tal ponto que, em 18 de março de 1898, *O Estado de São Paulo* noticiava que “mais da metade da população havia abandonado a cidade” (COUTINHO, 2007, p.234).

Entendemos, assim, a ferrovia como artefato, tal como a praça central, que articula relações que transitam para o universo material, que se cristalizam no espaço para em seguida dinamizarem novamente o processo de luta pelo poder. Com ela também adentraram pela Jaboticabal da virada do século os principais elementos do discurso republicano — progresso, ordem e modernidade.

⁵⁴ Documento pesquisado AALESP.

Figura 45
Mapa Geral das
Estradas de Ferro
em tráfego no
território de São
Paulo – 1901
Fonte: Pinto (1903)

Figura 46
Detalhe do Mapa
Geral das
Estradas de Ferro
indicado a situação
do prolongamento
até Jaboticabal
Fonte: Pinto (1903)

1895-1910 PÁTIO DA MATRIZ OU PRAÇA DA REPÚBLICA?

Em Bersabéia, transmite-se a seguinte crença: que suspensa no céu existia uma outra Bersabéia, onde gravitavam as virtudes e os sentimentos mais elevados da cidade, e que, se a Bersabéia terrena tomar a celeste como modelo, elas se tornarão uma única cidade.

Também crêem, esses habitantes, que existe uma outra Bersabéia no subterrâneo, receptáculo de tudo o que lhes ocorre de desprezível e indigno, e eles zelam constantemente para eliminar da Bersabéia emersa qualquer ligação ou semelhança com a gêmea do subsolo.

ITALO CALVINO

Figura 47
Jornal *O Atalaya* distribuído
como “Orgam do Partido
Republicano”
Fonte: Recepção... (1901)

O dia 12 de setembro de 1901 seria atípico para Jaboticabal. A cidade pacata, que experimentava naquele momento o vigor da economia cafeeira e vislumbrava as possibilidades que o incremento da circulação de capital proporcionaria a seus habitantes, amanheceu diferente naquele final de inverno. Um frenesi pairava no ar e as conversas corriam ao pé de ouvido pelos estabelecimentos que abriam suas portas. Um telegrama chegou causando a movimentação de um séquito de correligionários para a preparação de uma “recepção política”. “Às 3 horas da tarde grande número de pessoas se achava presente nas proximidades da Pharmacia Popular, dirigindo-se em seguida para a Estação, precedidas por uma banda de musica” (RECEPÇÃO..., 1901). O jornal *O Atalaya* menciona a concorrência de massas populares que vinham de todos os pontos para na estação encontrar a “garbosa guarda de honra fornecida pelo destacamento local” (RECEPÇÃO..., 1901).

A notícia dava conta que o comboio atingiu a vila de Córrego Rico às 9hs e 10min da manhã causando ali grande movimento de pessoas, encabeçado pelas figuras políticas do major João Guilherme da Silva Braga e o tenente Américo Lopes. Em Guariba, o expresso aportou às 13 horas e 31 minutos e as atividades programadas iniciaram-se com um almoço no hotel local para, em seguida, percorrer a povoação em visitas às repartições públicas e “pessoas de amizade”, sempre seguidos pelo “entusiasmo” da população. Em Jaboticabal, o sinal da locomotiva anunciou a chegada, o que deflagrou a detonação de salvas e foguetes. Na *gare* aguardavam duas bandas locais, às quais se somou a banda da cidade guaribense que acompanhara a ilustre figura desde a povoação anterior. “Ao desembarcar o eminente chefe político, foi espontânea e freneticamente aclamado pela multidão” (RECEPÇÃO..., 1901).

Tamanho frisson diz respeito ao retorno do Coronel José Manoel Vaz de Sampaio de uma entre tantas viagens à capital do Estado. Nas minuciosas memórias de seu sobrinho-neto, Oroncio Vaz de Arruda Filho, encontramos detalhes sobre o porte e a aparência do “tio Juca”:

Retratavam-no corpulento, alourado, olhos azuis, tez clara, cavanhaque. Deveria parecer-se com o conde D’Eu, a quem sempre comparavam qualquer varão de cavanhaque.

Mamãe concordava com a descrição e para evitar fosse confundido com seu tio Juca Sampaio, completava, tio Juca Vaz era elegante, sempre usava colete e trazia bem um lindo anel de brilhante.

Era maçom. Parece que foi Grão-Mestre.

Quando ele ia pra São Paulo falar com o Presidente⁵⁵, o Presidente mandava o melhor carro com os melhores cavalos para esperá-lo na estação.

Havia muita vaidade nesses relatos. Riam-se da matreirice do coronel fazendo pedidos ao pai da Pátria, na Capital. Quando não interessava ser atendido, assinava por extenso. Do contrário, assinava apenas Coronel Vaz. Deve ter aprendido com o Barão de Cotegipe, de quem se contava coisa parecida. O corte ou não do *t* era a senha (ARRUDA FILHO, 1987, p.147-148, grifo nosso).

Figura 48
Informações sobre os preparativos para a recepção do Coronel
Fonte: Recepção... (1901)

Figura 49
Chegada do Coronel e saudação da população
Fonte: Recepção... (1901)

⁵⁵ O “Presidente” a que Arruda Filho refere-se é o Presidente do Estado de São Paulo. Na época ainda não havia a designação de governador do Estado. No caso desta viagem, datada de setembro de 1901, o ocupante do cargo era Francisco de Paula Rodrigues Alves.

Figura 50

Capa do jornal *O Atalaya* em homenagem ao Coronel José Manoel Vaz de Sampaio
Fonte: Coronel... (1907a)

José Manoel Vaz de Sampaio era filho de Adão Antônio e Ana Esméria. Segundo Arruda Filho (1987, p.109-132), vários ramos da família Vaz espalharam-se por todo o estado de São Paulo com atuação política ativa por gerações, desde o avô de Ana Esméria Arruda, doador do patrimônio da freguesia de Pirapora, hoje Tietê, ou mesmo antes, na fundação de Pindamonhangaba pelo avô em quinto grau. Adão Vaz de Sampaio, por sua vez, era aparentado dos Vaz de Barros, fundadores da cidade de São Roque. Também tinha Arruda em seu nome, por parte de mãe. Este clã era alcunhado de *Quebra-Panela*, ao que consta devido ao temperamento forte de seus membros, o outro ramo da família Arruda, conhecido como *Surra-Cangalha*, seguia a mesma linha “esquentada” e em nada ficava atrás. O casal teve oito filhos: Maria, Cláudio, Evaristo, Gabriela, José Manoel, Durçulina, Francelina e Vespasiano⁵⁶.

⁵⁶ A assinatura dos sobrenomes pode gerar confusão, mas trata-se apenas de uma preferência de cada um dos filhos do casal. José Manoel optou pelo Vaz de Sampaio, pois eram os sobrenomes de seu pai e avô. Vespasiano assinava apenas Vaz. Cláudio e Evaristo preferiam Vaz de Arruda. Mesmo quando encurtado, o Vaz aparecia sempre em destaque (ARRUDA FILHO, 1987, p. 117).

Na cidade de Tietê, Adão foi grande fazendeiro, dono de engenho⁵⁷, curador com homeopatia e construtor. Por volta de 1875 o patriarca dos Vaz vende a fazenda de três mil alqueires nas proximidades do rio Sorocaba e segue o fluxo pioneiro estabelecendo-se na região de Araraquara nas proximidades do Mogi. Será neste local que seus descendentes tomariam parte no desenvolvimento das cidades de Jaboticabal e Guariba, para posteriormente seguir o ímpeto pioneiro e avançar pelas terras da Noroeste⁵⁸.

José Manoel Vaz de Sampaio nasceu em Tietê, aos 16 de setembro de 1855. Quando sua família transferiu-se para Jaboticabal tinha em torno de 20 anos de idade. Sua ascensão política aconteceu com a proclamação da República. Foi signatário do manifesto de apoio ao novo regime e assumiu uma posição de destaque superando o prestígio político de seus antecessores (CAPALBO, [199?], p.227).

O que vemos nesta história privada é uma faceta da ocupação do território paulista. A mobilidade de famílias, ou mesmo de grupos maiores, que vendiam propriedades formadas em zonas tradicionais e partiam em busca de terras recém-abertas nas regiões mais extremas da ocupação territorial do Estado.

A mudança para Jaboticabal assemelhou-se a uma entrada para o sertão. Deslocaram-se duas ou três dezenas de pessoas entre patrões, agregados, negros forros e escravos. Abarrotaram-se em carros de bois com móveis, trens de casa, ferramentas, quinquilharias, sementes, mudas, mantimentos, aves, cães e porcos. Usaram animais de carga e montaria; tangeram muito gado. Moveram céus e terras.

Vencendo percalços de toda ordem chegaram à Fazenda Santa Cruz, adquirida já formada ou aberta por Adão, auxiliado pelos filhos. Entregaram-se de corpo e alma à nova empresa de explorar algumas centenas de alqueires (ARRUDA FILHO, 1987, p. 129).

Como registrado por Monbeig (1984, p.23) a natureza da “marcha para Oeste”⁵⁹ é essencialmente paulista, porque configurou a penetração de homens deste Estado, mesmo quando excedia os limites de seu território. Além disso, as relações econômicas armavam-se em uma trama que articulava a criação de núcleos urbanos economicamente vinculados a suas principais cidades — Santos e São Paulo.

⁵⁷ Arruda Filho (1987, p.124) cita como fonte de sua pesquisa um relatório da Câmara Municipal de Pirapora, elaborado em 1851, por ordem do Governo Provincial. Neste consta “o nome de Adão Vaz como fabricante de açúcar e com engenho ‘bem montado’ e de ‘produção vantajosa’”. Estendendo um pouco os dados de Arruda Filho encontramos no “Termo do Tietê” no Almanak da Província de São Paulo, elaborado no ano de 1873, as seguintes menções: na sessão de eleitores da freguesia e na lista da Guarda Nacional, 4ª Companhia, Alferes, Cláudio Vaz de Arruda. No setor de fazendeiros de açúcar consta então Adão Antônio Vaz de Sampaio (LUNÉ, 1873, p. 474-479).

⁵⁸ Arruda Filho (1987, p.21-31;109) narra parte da transação imobiliária feita, em dezembro de 1909, com Roberto Todd Locke, engenheiro residente em Jaboticabal. Nestes relatos, fica claro que essas terras tinham sido adquiridas, anteriormente, de Manoel Bento Cruz, grande empreendedor imobiliário da Noroeste (ver Ghirardello, 2002) numa região onde hoje se localiza a cidade de Glicério, nas proximidades de Penápolis.

⁵⁹ A “marcha Oeste” é usada no contexto de Jaboticabal, cidade localizada na região norte do Estado de São Paulo, de forma figurativa. É possível que o termo tenha recebido influência da mítica americana (EUA) que justifica a posse do território pelo desbravamento das fronteiras do Oeste nos séculos XVIII e XIX. No entanto, o que interessa à nossa pesquisa é a construção do mito paulista, para veja também o Capítulo 3 desta dissertação.

Por volta de 1870, a população paulista estava firmemente instalada no litoral, nas altas terras tropicais do vale do Paraíba e também na depressão, entremeada de manchas de terra roxa e que se estende entre o planalto atlântico e o escarpamento oriental dos planaltos do Oeste. Em seu conjunto, esboça-se o povoamento do século XVIII, quando as minas de Goiás, do Mato Grosso e do Paraná tinham suscitado as Bandeiras dos paulistas. Ao longo das estradas, haviam-se fixado os pousos, núcleos de povoamento e pontos de partida da ocupação agrícola do solo. Daí provém a disposição quase em linhas retas das principais aglomerações, seja no caminho de Goiás, seja até Porto Feliz, sobre o Tietê, onde se embarcava para demandar Cuiabá, seja na estrada de Curitiba. Quando se intensificou a cultura de cana-de-açúcar e começaram as plantações de café, na depressão periférica, desenvolveram-se fazendas isoladas e aglomerações satélites, à sombra dos velhos pousos, então promovidos à categoria de centros regionais. Os progressos podem ser avaliados, mediante a comparação do número de municípios em 1836 e em 1872: contra uma quinzena, na data mais antiga, contam-se 40, em 1872, traduzindo tal fragmentação administrativa o aumento da população. Entretanto a conquista do solo não ultrapassa muito as regiões conhecidas, havia muito tempo; por volta de 1870, não se verificava mais que uma espécie de ampliação do povoamento e das superfícies cultivadas, no centro e no leste da depressão periférica. E, todavia o mapa indica que já então novas tendências se manifestavam: o povoamento começava a tomar pé, no reverso das *cuestas*. **Botucatu, Lençóis, Jaú, Brotas, São Carlos, Araraquara, Jabuticabal bem denotam essa tendência.** Espaçam-se manchas de povoamento, mais para diante dessas cabeças de municípios, cuja criação era recente. Algumas dessas manchas indicam um movimento de penetração, que partiu de Botucatu e de Lençóis, no rumo do rio Paranapanema, com Campos Novos e Bela Vista. Outras balizavam a via de penetração tradicional: o Tietê; um terceiro grupo finalmente, se dirigia para o rio Grande, com Catanduva e São José do Rio Preto. Eram manchas de povoamento pioneiro, em pontos extremos de vanguarda (MONBEIG, 1984, p.25-27, grifo nosso).

Figura 51

Sede da fazenda Bacuri formada por Evaristo Vaz de Arruda (irmão de José Manoel Vaz de Sampaio), local do planejamento da fundação da vila de Guariba

Fonte: Arruda Filho (1987)

Assim, a ocupação de fato da região de Jaboticabal dada a partir da segunda metade do século XIX, simultânea a Guerra do Paraguai⁶⁰ (1864-1870) e já próxima ao fim do período imperial, assume algumas características peculiares. A distribuição de títulos nobiliárquicos não atingiu seu território. Nele não se aplicam as distinções, descritas por Taunay (1945, p.206), que transformavam as cidades “até sob o ponto de vista arquitetônico, pois os agraciados começavam logo a construir sobrados condignos de sua situação social de titulares e de grandes do Império”. Sob o bastão do imperador, as possibilidades econômicas dessa região em desenvolvimento não se refletiram em ganhos políticos. Esse descompasso entre poder político e poder econômico vivenciado pelos fazendeiros do Oeste Paulista acabaria por ratificar a cisão com os plantadores de café do Vale do Paraíba. Os “defensores do progresso” do Oeste passaram a deter o domínio econômico, enquanto os setores tradicionais mantinham-se na situação política. Esse descompasso entre poder econômico e político fortalece o movimento republicano na província de São Paulo. A Convenção de Itu, realizada em 1873, contou com a participação de 76 lavradores, dentre 133 convencionais. A baixa adesão de representantes do Vale do Paraíba reforça a tensão entre as aspirações de mando dos setores mais dinâmicos e a luta dos tradicionais pela manutenção do poder (VIOTTI DA COSTA, 1999).

Neste contexto, temos que o núcleo de Jaboticabal urbaniza-se sem prestígio, os agentes locais jamais tiveram qualquer tipo de notoriedade, sempre ofuscados pelas freqüentes menções ao Conde do Pinhal⁶¹, autoridade mais próxima simbolicamente vinculada ao Império. Em Jaboticabal, a instauração do Partido Republicano Paulista, em 15 de março de 1881⁶², atesta a simpatia dos líderes locais ao projeto político do PRP. Em se tratando de uma zona de fronteira, onde as matas cediam espaço para a monocultura extensiva do café, é razoável que a causa republicana, imbuída da tarefa histórica de negar a monarquia e defensora de um Estado capaz de conciliar capital e trabalho, fosse mais atraente aos produtores locais⁶³.

A grande lavoura do município é a do café em cuja cultura se ocupa a grande maioria da população do município. Há fazendas importantes de duzentos, trezentos e mais mil pés de cafeeiros, com grandes maquinismos para beneficiar café, serraria a vapor, etc. É calculada a lavoura cafeeira do município e oito milhos de pés de café (VOTTA, 1902).

⁶⁰ Algumas anotações do cronista local Brenha (1925) ilustram a conjuntura: “Estalou a guerra do Paraguay! Começou o recrutamento; Antonio Carlos Botelho (Conde do Pinhal) é quem determinava as escoltas de capturas de voluntários do sertão”. Quem obedecia as ordens do Conde era o subdelegado Manoel Martins Fontes que organizava as escoltas “para pegá gente para a guerra”.

⁶¹ Antônio Carlos Botelho, fundador de São Carlos e agricultor ligado aos setores tradicionais da produção cafeeira.

⁶² Informação obtida em Capalbo (1993, p.44).

⁶³ Aproximação à conjuntura de Jaboticabal do exposto por Salles (1986) que fundamenta a preocupação do discurso republicano em redimensionar a idéia de trabalho como instrumento de criar riqueza e como condição intrínseca ao homem, numa clara contraposição ao *status quo* arraigado nos setores que tradicionalmente exerciam o poder durante o período imperial.

Esse período que entremeia a proclamação da república implica dois ganhos fundamentais para a cidade⁶⁴, o incremento da produção cafeeira e a fundamentação de um *status* de poder, respectivamente, capital e representação política. Contudo, essas conquistas não se articulavam de forma autônoma, estavam fundamentalmente personificados na figura do coronel José Manoel Vaz de Sampaio.

Figura 52

Lista de assinaturas da sessão especial de instalação da Comarca de Jaboticabal, assentada em 7 de Janeiro de 1890. Nota-se aqui o peso da participação da família Vaz. Cláudio Vaz de Arruda, José Manoel Vaz de Sampaio e Vespasiano Vaz assinam o livro, entremeados pelos amigos João Guilherme da Silva Braga e do subdelegado José Rodrigues de Carvalho. Mais abaixo, esta a assinatura do outro irmão, Evaristo Vaz de Arruda.
Fonte: Jaboticabal (1888-1891)

⁶⁴ A vila de Jaboticabal foi elevada a categoria de cidade em 6 de outubro de 1894.

Figura 53
João Guilherme da Silva Braga
Fonte: Capalbo (2007)

Figura 54
Cláudio Vaz de Arruda e esposa
Fonte: Capalbo ([199?])

Figura 55
Evaristo Vaz de Arruda e esposa
Fonte: Arruda Filho (1987)

Figura 56
Vespasiano Vaz
Fonte: Capalbo ([199?])

Voltando ao frenético 12 de setembro no ano de 1901, temos que o coronel foi saudado por mais de mil pessoas que aplaudiram a oratória eloqüente do ex-juiz de direito da comarca Dr. Juvenal de Carvalho. Da estação, seguiu em comitiva até o palacete do capitão Basiliano da Costa Fontes, “sempre acompanhado por seus amigos e admiradores, três bandas de música, a guarda de honra e compacta massa de povo” (RECEPÇÃO..., 1901).

Na Estação desta cidade, entre a enorme aglomeração avaliada em cerca de mil pessoas, representando todas as classes sociais conseguimos apenas citar de memória:

Dr. Cândido Monte Claro
 Dr. Theodilo Cardoso
 Dr. Juvenal de Carvalho
 Dr. Aniceto de Paula Cândido
 Dr. Carlos Castano de Abreu
 Dr. Liberato da Costa Fontes
 Dr. Benjamin de Azevedo
 Dr. Cesar A. Salgado Guarita
 Dr. Philippe di Philippo
 Tenente Coronel Paulino Braga
 Major José Carlos de Oliveira
 Capitão Jeronymo da Rocha Neves
 Capitão Manoel da Silva Girio
 Cap. Maximiano B. de Lacerda
 Cap. Agnello Affonso
 Capitão João Galilherme S. Braga
 Capitão Fortunato Antonio da Silva
 Capitão Alexandre José Pedrosa
 Capitão Adolpho Vaz de Sampaio
 Capitão José Justino Junior
 Cap. Francisco B. de Godoy Macota
 Cap. Joaquim Antunes de Oliveira
 Cap. José Baptista da Rocha
 Cap. Francisco Baptista Ferreira
 Cap. Gabriel de Lacerda
 Major Salviano R. de Carvalho
 Cap. Theodoro de Arêdes
 Tenente Philomeno Vetta
 Tenente José Augusto Soares
 Tenente Melchades A. Borges
 Tenente Bonifácio Antonio da Faria
 Tenente Oberubim Silveira Mello
 Tenente Victor Bello
 Tenente José Saliano de Carvalho
 Tenente Domingos Braga
 Tenente José Homem
 Tenente Alfredo Homem
 Tenente Jacó Withzel
 Alferes Antonio Carrilho de Góes
 Jocelyn de Godoy
 Augusto Pinto de Andrade
 Armando Nóbrega

Figura 57

Lista de correligionários presentes na recepção do Coronel
 Fonte: Recepção... (1901)

Anselmo Pires de Mello
 Alberico Faccin
 Juvenal Pereira Bastos
 José Garcia
 Bartholomeu Prado
 Antonio Witta
 Heitor Alves Gomes
 Antonio Augusto Nogueira
 Sebastião Marins
 Emygdio Affonso
 Joaquim Fernandes dos Santos
 Americo de Araujo Lopes
 Antonio Blumer
 Ernesto de Anirado
 Aprigio Rocha
 Antonio Duarte Figueiredo
 Aurelio Cardoso
 Domingos Raymundo
 José Henrique de Oliveia
 Antonio Custodo Neves
 Augusto Neves
 Angela Lapenla
 João Rondon
 José Francisco Fenerich
 alferes Luiz Cribari
 João Evangelista Mendes
 Miguel Martini
 Francisco Gagliardi
 Antonio dos Santos Maneiro
 Antonio Gomido Godinho
 Godofredo Espindola
 José Picone
 Joaquim And ade
 Frederico Ostial
 Antonio Rossi
 Raphael Fabiano
 João de Angelis
 José Albino do Amaral
 Francisco Guedes
 João José Marques
 Carlos Heiland
 Lucas do Nascimento
 Hilario José Leite
 André Jacintho da Costa Valle
 Francisco Faro
 Affonso Todaro
 Ludeiro Mendes
 José Piffer
 José Jeronymo da Camargo
 José Carvalho e Silva
 José Tucci
 José Florenzano

Figura 58

Lista de correligionários presentes na recepção do Coronel
 Fonte: Recepção... (1901)

Interessa-nos, ainda, detalhar algumas relações do coronel. Juvenal de Carvalho apareceu em cena oficialmente na ata da sessão extraordinária de 20 de novembro de 1889, quando tomou posse do cargo de depositário do governo provisório em Jaboticabal. Segundo o referido documento, “para o qual foi proclamado em reunião popular do dia 18 do corrente mez, como consta na respectiva acta lavrada n’aquella reunião” (JABOTICABAL, 1888-1891, p.25). O próprio Coronel Vaz de Sampaio inicia sua atividade pública em data próxima, seu nome é mencionado nas atas a partir de 12 de janeiro de 1884 quando foi nomeado inspetor de caminhos⁶⁵. No mesmo período, seu irmão Cláudio Vaz de Arruda exerce mandato de vereador sob a presidência de João Guilherme da Silva Braga, que esteve à frente da Câmara Municipal em períodos intermitentes, marcados, porém, por certa regularidade⁶⁶. Não por mera coincidência estas figuras que giravam as engrenagens da política local formariam a primeira associação maçônica da cidade — Loja Fé e Perseverança⁶⁷ — instalada oficialmente em 20 de julho de 1889 (CAPALBO, [199?], 222-223). Na sequência de eventos, em 29 de janeiro de 1890, José Manoel Vaz toma posse da intendência como membro do conselho nomeado para exercer a administração municipal, sendo eleito⁶⁸ na ocasião para o cargo de vice-presidente e responsável pela Comissão de Obras Públicas (JABOTICABAL, 1888-1891, p.32-34). Esta afirmação de sua atividade pública pós-dissolução da antiga Câmara demonstra as boas ligações do Coronel com a elite do Partido Republicano Paulista, já que tais nomes, fossem republicanos tradicionais ou adesistas, deveriam ser previamente aprovados pelos governadores. Toda a nova configuração das relações de poder dependeria dessa associação, pois seriam confiadas às autoridades municipais, a qualificação dos eleitores, a tomada e a apuração dos votos (FAORO, 2000b, p.244-245).

Outra figura que nos interessa na “Recepção Política” do coronel é o capitão Basiliano da Costa Fontes. Além de cunhado de Vaz de Sampaio, casado com sua irmã Durçulina, foi pioneiro ao fundar e administrar a primeira casa bancária da cidade. Entretanto, o que importa nesta relação é o sobrado dos Costa Fontes, também o primeiro da cidade.

⁶⁵ Estrada de Araraquara: “José Manoel de Sampaio, da villa até sua casa” (JABOTICABAL, 1879-1884, p. 135).

“Idem José Manoel de Sampaio, dando parte que o caminho para o qual foi nomeado inspetor acha-se prompto [...]” (JABOTICABAL, 1884-1888, p. 6)

⁶⁶ As informações fornecidas neste parágrafo constam dos livros de atas do município de Jaboticabal.

⁶⁷ Lista dos 21 um cidadãos que constam na ata de implantação da Maçonaria no município: Rafael Piccerne (Grau 30), Antonio Jacintho de Medeiros (Grau 17), Manoel da Silva Gírio (Grau 3), João Evangelhista Homem (Grau 3), José Pinto Machado (Grau 3), José Rodrigues de Carvalho (Grau 3), Jeronymo Antônio da Rocha Neves (Grau 3), **José Manoel Vaz de Sampaio** (Grau 3), Manoel Antônio da Maia (Grau 3), Vicente Ayello (Grau 3), Miguel Ângelo Florenciano (Grau 3), Francisco Gonçalves de Mello (Grau 18), Bernardino José de Sampaio (Grau 3), Fernando Pagliuso (Grau 3), Antonio Caetano Sampaio (Grau 3), **Cláudio Vaz de Arruda** (Grau 3), Nicolau Flores (Grau 18), Sebastião Domingues da Silva (Grau 3), **Dr. Juvenal de Carvalho** (Grau 3), **João Guilherme da Silva Braga** (Grau 3), Antonio José Ribeiro Braga (Grau 3) (CAPALPO, [199?], 222-223, grifo nosso).

⁶⁸ Eleição interna feita entre os membros do conselho.

“Bem situado, o sobrado ficava na esquina do jardim ou Largo da Igreja, a poucos metros de onde residia Nhô Adão”⁶⁹ (ARRUDA FILHO, 1987, p.131). Nota-se aqui que já existe certa confusão de nomenclatura da praça na sua transição para uma situação de “espaço público”, Arruda Filho diz “jardim”, mas na seqüência, para se fazer entender, esclarece “Largo da Igreja”. O casarão, construído no alinhamento, abrigava no térreo o estabelecimento de crédito, enquanto a família residia no andar de cima. Externamente ostenta ornamentos ecléticos⁷⁰ e materiais industrializados — como o vidro —, manteve, no entanto, a solução compacta dos comerciantes abastados, moradia e trabalho no mesmo edifício, distanciando-se dos níveis de privacidade e sociabilidade então vigentes na capital do Estado⁷¹. Esta configuração parece delinear o perfil do empreendedor local, indivíduos detentores de capital, panfletários do progressismo republicano, desejosos do *status* burguês, todavia perpetuadores de valores tradicionais arraigados em seu modo de vida e denunciados pela forma de exercer o poder, de morar e pela organização social.

Figura 59

Sobrado de Basiliano da Costa Fontes, localizado em uma das esquinas da Praça da República
Foto: Gentileza de C. Capalbo

⁶⁹ Adão Antonio Vaz, pai de José Manoel Vaz de Sampaio.

⁷⁰ Bortolucci (1991, p.66-67) destaca a importância do ecletismo como sinônimo de progresso e linguagem do poder econômico, que no caso paulista, embora impregnado de contribuições classicizantes, foi acima de tudo italiano.

⁷¹ Adaptação ao contexto de Jaboticabal do exposto por Homem (1996) sobre a conjuntura de construção dos palacetes paulistanos.

Figura 60
Farmácia Popular
de propriedade de
Adolpho Vaz de Sampaio
Fonte: Capalbo ([199?])

Figura 61
Esquina da Praça da República.
Vê-se, do lado esquerdo, o casarão dos
Costa Fontes e, do lado direito, a
Farmácia Popular
Fonte: Jaboticabal... (1909)

Figura 62
Primeira configuração da Praça da
República. Projeto elaborado e
construído sob a autoridade do
Coronel José Manuel Vaz de Sampaio
Fonte: Jardim... (1908)

Figura 63
Passeio da Praça da República
próximo ao coreto
Foto: Gentileza de C. Capalbo

Figura 64
Passeio da parte inferior da
Praça da República, face à
Rua do Comércio atual Juca Quito
Foto: Gentileza de C. Capalbo

Figura 65
Posto Meteorológico
Coreto ao fundo
Foto: Gentileza de C. Capalbo

Figura 66
O cortejo, Discurso oficial,
Resposta ao discurso e
Cópo d' água
Fonte: Recepção... (1901)

Figura 67
Monte Alto, Reunião particular,
Acclamações
Fonte: Recepção... (1901)

Temos, até aqui, que Jaboticabal foi uma cidade que se integrou ao ciclo cafeeiro sem os títulos nobiliárquicos do Império, num cenário em que os detentores do poder e do capital não construíram palacetes nos mesmos moldes das famílias enriquecidas que residiam na capital paulista. A conjuntura local, no entanto, sobrevalorizou os membros da Guarda Nacional⁷², elementos especialmente importantes em uma estrutura de poder em fase de transição.

E que transformações espaciais tal situação engendrou? Esta é uma dentre tantas questões que instigam a elaboração da presente dissertação. Apesar de toda a distinção dada à

⁷²Arruda Filho (1987, p. 120-123) comenta a falta de títulos nobiliárquicos: "Exceto os títulos da Guarda Nacional – profusos na família – nenhum outro adjetivou qualquer dos seus membros". A única exceção foi o Comendador Joaquim Lourenço de Corrêa. Entretanto, o espírito republicano pode ser verdadeiramente encontrado na quadrinha repetida *ad nauseam* pelo sogro: "Título de nobreza,/ coisa vã e atoa./ Tacho também tem asa/ e quem diz que tacho voa?..."

trionfante chegada do Coronel Vaz, é neste momento que o objeto pesquisado entra, de fato, em cena:

Ao chegar junto ao **Jardim público**, no ângulo. Este, onde se ergue a magestosa e tradicional Figueira, estrondou uma salva de 21 tiros e as bandas de musica alternadamente executaram soberbas marchas.

Da sacada do palacete do sr. capitão Fontes orou o dr. Benjamim de Azevedo que, em frases justas e expressivas significou ao chefe o jubilo do povo e em nome da Comissão, de todos os amigos do coronel e dos interesses da localidade e comarca fez, cordeaes votos pela prosperidade do chefe illustre cuja política habil e patriótica tem sido tão benéfica, merecendo o mais franco apoio e as mais eloqüentes adhesões.

O orador não conseguiu terminar sob a trovoadas de applausos e aclamações (RECEPÇÃO..., 1901, grifo nosso).

O “Jardim público”, como denominado no artigo, é um espaço de poder que permite as demonstrações de suporte popular, necessárias ao exercício do mando coronelista. Trata-se de um instrumento que valoriza o apoio das massas locais como uma espécie de moeda de troca, tal como o próprio texto do jornal *O Atalaya*, de propriedade do sobrinho, Adolpho Vaz de Sampaio⁷³. Esse mecanismo funciona a partir da dinâmica da *política dos governadores*⁷⁴ que desloca o eixo decisório para os estados, o que torna imperativo uma intermediação, fiscalização — e porque não... — manipulação do processo eleitoral. A autoridade do coronel, embasada no prestígio popular, é um elemento fundamental nesse jogo, uma vez que “o vínculo que lhe outorga poderes públicos virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições”⁷⁵ (FAORO, 2000b, p.242-243).

O coronel, antes de ser um líder político, é um líder econômico, não necessariamente, como se diz sempre, o fazendeiro que manda nos seus agregados, empregados ou dependentes. O vínculo não obedece a linhas tão simples, que se traduziriam no mero prolongamento do poder privado na ordem pública. Segundo esse esquema, o homem rico — o rico por excelência, na sociedade agrária, o fazendeiro, dono da terra — exerce o poder político, num mecanismo em que o governo será o reflexo do patrimônio pessoal. Mais um passo lógico: o coronel, economicamente autônomo, formará o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima. Se a riqueza é substancial à construção da pirâmide, não é fator necessário [...].

Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito (FAORO, 2000b, p.243).

⁷³ Adolpho Vaz de Sampaio é filho da irmã mais velha do Coronel, Maria, que foi assassinada por um escravo rebelde pouco depois de sua chegada em Jaboticabal. O marido, Benedito Alves de Lima, que não aceitou a irmã mais moça, Gabriela, em casamento, foi expulso da família e enviado de volta para Tietê. O acesso à criança foi negado e Adolpho viveu até a sua juventude sem saber que seu pai vivia e possuía família em outra cidade. (ARRUDA FILHO, 1987, p.134-154).

⁷⁴ Para informações adicionais consultar Faoro (2000b, p. 197-240)

⁷⁵ Faoro (2000b, p.243-244) comenta a transição para o regime republicano como momento que exacerba a função eleitoral do coronel fundamentada pelos Decretos 200-A de 8 de fevereiro de 1890 e Decreto 511, de 23 de junho de 1890.

A consequência desse processo, segundo Rizek (2003, p.80), é uma urbanização difícil, que esbarra nos “costumes políticos”, “uma certa maleabilidade avessa à fixidez das classes sociais, associadas a um Estado centralizado, centralizador e despótico que operavam como trava às novas forças sociais pós-abolição”.

A cidade, o processo de urbanização, era assim a forma de um mundo novo e a âncora da contraposição a um Estado autoritário, visto como uma espécie de síntese e de avesso das instituições republicanas, isto é, do solo novo a partir do qual seria possível pensar a construção de um mundo público (ou de instituições republicanas) no Brasil (RIZEK, 2003, p.80).

Assim, as peculiaridades do mando coronelista são fundamentais para a organização deste “Jardim público”, num contexto no qual a constituição da vida pública municipal é consequentemente seguida pela criação de espaços públicos, em teoria, o cenário da socialização coletiva da cidade. No entanto, no universo das relações locais, a própria idéia de vida pública é ambígua. Numa comunidade essencialmente vinculada à produção agrícola em que os detentores do capital projetam uma vida burguesa, ainda não de fato concretizada, é possível questionar: que “vida pública” estaríamos ajuizando, a do povo ou a do coronel?

Neste sentido, Rizek (2003, p. 80-81) assinala que as conexões entre política e sociedade, pautadas por relações equívocas, entre cidade e ruralidade, perturbadas por interesses herdados, nepotismo e prestígio dos conchavos pessoais impediam a proliferação de relações sociais novas, libertas do jugo do passado. O resultado é a criação de espaços públicos desprovidos de seu papel fundamental de articulador e ordenador das atividades e usos do solo urbano para integrar-se ao rol dos instrumentos políticos do chefe local. Mediante o exposto, entendemos que, no jogo das relações locais, a população é antes consumidora da imagem mítica do coronel do que propriamente de um jardim que ambiciona relações sociais distantes do contexto em questão.

Figura 68

Vista de Jaboticabal a partir dos trilhos da Cia. Paulista - 1908

Fonte: Capalbo (2007)

2.2.1 O HERÓI

José Manoel Vaz de Sampaio, como de praxe na ordem coronelista, exerceu seu domínio por relações pautadas pela tradição, o que significava interatuar em um sistema que articulava valores como lealdade e gratidão para gerar submissão. Segundo Janotti (1981, p.11), é uma situação de dependência de caráter paternalista. A dominação é exercida em uma ordem hierárquica rígida na qual o coronel assumia, no jogo local de poder, uma autoridade superior ao pai de família.

A imagem pessoal, neste contexto, é um bem que deve ser cuidado, o objetivo principal é conservar a ascendência sobre o eleitorado. A figura do chefe político — ainda que não diretamente à frente do governo municipal — estrutura-se no mito, na idéia do líder como alguém superior, melhor do que qualquer um dos liderados, dotado de qualidades que faltavam aos homens comuns, e imune às fraquezas de caráter daqueles que contra ele se levantavam. Tal procedimento transportava as querelas do campo político para o moral. Mais do que republicano, o chefe político era o indivíduo dotado de qualidades para conduzir, e não ser conduzido (PERES, 1994, p.57).

Figura 69

Retrato de José Manoel Vaz de Sampaio

Fonte: Capalbo (2007)

As publicações do jornal *O Atalaya* foram fundamentais para a construção da imagem mítica do Coronel, do herói ligado ao povo pelas vias da emoção⁷⁶. Entre vários exemplos temos a contenção da revolta no destacamento local, em 7 de fevereiro de 1901, em que o texto passional concretiza imagens de força física e moral:

De facto, pelas 5 horas da tarde, o coronel delegado de polícia recebeu um recado injurioso do alferes Vicente Ferreira Dantas, desafiando-o a comparecer na cadeia.

O sr. coronel José Manoel Vaz de Sampaio dirigio-se imediatamente para o local, onde, desde cedo, o mencionado alferes e o soldado Chagas proferiam os mais grosseiros insultos contra aquele cavalheiro.

Alguns dedicados amigos do coronel delegado de polícia, presentindo o risco a que se expunha o temerário chefe político, acompanhara-n'o, afim de coadjuval-o na eventualidade de um conflicto [...]

Chegando a cadeia o sr. coronel delegado de policia ia sendo aggredido pelo soldado Chagas cuja prisão ordenou ao alferes Goes, a ella oppondo-se por palavras e actos o revoltoso alferes Dantas que lançou mão de uma carabina, sendo desarmado pelo alferes Goes coadjuvado pelo sargento Antonio Miguel dos Santos [...]

Recolhido a prisão, de passagem pelo corpo da guarda ainda o soldado Chagas apoderou-se de uma carabina com ella tentando fazer fogo sobre o delegado de policia que desejando lançar-se sobre o agressor foi contido pelos seus amigos [...]

Tendo conseguido abafar a tentativa de revolta e com a mais louvável prudência acalmar os ânimos exaltados contra a policia, o sr. coronel Vaz ordenou ao alferes Goes que assumisse o commando do destacamento [...]

Deve-se também a enérgica prudência do coronel Vaz o não haver desfecho trágico neste incidente, usando essa auctoridade de toda sua influencia para impedir excessos por parte do povo indignado (GRAVES..., 1901, grifo nosso).

⁷⁶ Comentário elaborado a partir de Cassirer (2003, p.20) que aponta o malogro do pensamento racional na política das sociedades modernas, “nesse domínio, o homem moderno parece ter esquecido tudo quanto aprendeu no decorrer de sua vida intelectual”. Regressa aos períodos mais rudimentares da cultura humana numa esfera em que o pensamento racional e científico reconhece abertamente a sua derrota. Consultar também “A função do mito na vida social do homem” em Cassirer (2003, p.57-71).

GRAVES OCCURRENCIAS

Revolta do destacamento

Domingo, 5 do actual mez, a nossa população foi sobressaltada pela noticia que se espalhara pela cidade, concernente a revolta do destacamento local.

De facto, pelas 5 horas da tarde, o coronel delegado de policia recebeu um recado injurioso do alferes Vicente Ferreira Dantas, desafiando-o a comparecer na cadeia.

O sr. coronel José Manoel Vaz de Sampaio, dirigio-se immediatamente para o local, onde, desde cedo, o mencionado alferes e o soldado Chagas proteriam os mais grosseiros insultos contra aquelle cavalheiro.

Alguns dedicados amigos do coronel delegado de policia, presentindo o risco a que se expunha o temerario cheto politico, acompanharam-n'o, afim de coadjuval-o na eventualidade de um conflicto.

Já pela manhã, o commandante, irritado por haver recebido ordem de recolher-se a S. Paulo, em virtude de sua má conducta, ultimamente communicada aos seus superiores, havia dado lugar a evasão de um criminoso preso pela activa auctoridade, sr. Jacob Witzel Filho e confiado a guarda daquelle insubordinado official.

O sr. alferes Dantas procedia inconvenientissimamente, embriagando-se, envolvendo-se em intrigas entre pessoas de restaurantes, espancando mulheres e por outros actos, desrespeitando a farda e provocando geraes murmúrios e frequentes queixas.

Por esse motivo o delegado solicitára a retirada desse commandante, tendo já chegado para substituí-lo o alferes Goes.

Chegado a cadeia o sr. coronel delegado de policia ia sendo aggreddido pelo soldado Chagas, cuja prisão ordenou ao alferes Goes, a ella oppondo-se por palavras e actos o revoltoso alferes Dantas que, lançou mão de uma carabina, sendo desarmado pelo alferes Goes coadjuvado pelo sargento Antonio Miguel dos Santos.

da communicado telegraphicamente ao Exmo. Snr. Dr. Chefe de Policia todos estes graves acontecimentos.

No mesmo sentido os representantes da imprensa telegrapharam aos seus contrades da capital.

Ambos estão sendo processados, tendo Dantas seguido segunda-feira para S. Paulo onde também responderá pelos taes actos perante os seus superiores.

Esse sargento, alferes em commissão, é o mesmo que a tempos revoltou os destacamentos do Jaridinopolis e Bebedouro, desacatando nessas localidades as respectivas auctoridades e promovendo desordens.

A attitudo desse commandante desordeiro e do seu auxiliar Chagas, poderia ter as mais tristes consequências si os demais soldados o acompanhasssem.

Deve-se também a energica prudencia do coronel Vaz o não haver destecho tragico neste incidente, usando essa auctoridade de toda sua influencia para impedir excessos por parte do povo indignado.

Mereceu francos louvores os corajosos srs. Candido de Paula Ramos, Lucas do Nascimento, Antonio dos Santos Manoel, e muitos outros que se expuzeram ao perigo imminente, concorreram para a prisão do soldado aggressor e impediram o alferes Dantas de commetter maiores desatinos.

O sargento Antonio Miguel dos Santos que aqui se achava de passagem para o Rio Preto prestou relevantes serviços, desarmando os alferes e soldado rebellados, tendo sido, a pedido, destacado aqui.

Continúa perante o cap. Agnello Affonso o inquerito do soldado Chagas.

Figura 70

A figura heróica do Coronel
Fonte: Graves... (1901)

Figura 71

Continuação do texto que resalta o Coronel como herói
Fonte: Graves... (1901)

Na edição seguinte a ação heróica do coronel é especialmente cumprimentada.

Figura 72

“Reconhecimento” ao feito heróico do Coronel

Fonte: Coronel... (1901)

Em 21 de julho do mesmo ano, a notícia “Pânico na Matriz — Um véo que arde — atropello, confusão” veicula a postura serena do Coronel Vaz auxiliado por seu mais fiel aliado político, Dr. Irineu Villela, para estabelecer a ordem e auxiliar fiéis apavorados diante de um princípio de incêndio durante a missa em homenagem a padroeira da cidade, Nossa Senhora do Carmo. O êxodo desordenado de pessoas que “poderia trazer conseqüências tristíssimas” foi pelo “esforço enérgico” dos cavalheiros apaziguado.

Ao que parece, o Coronel, para além da ação heróica, conseguiu dividir um pouco as atenções da santa, mesmo na ocasião de seu principal festejo religioso. Em meio ao acaso, aproveitou a oportunidade para aumentar seus dividendos políticos.

Figura 73

Coronel, herói ao conter princípio de incêndio na Matriz

Fonte: Panico... (1901)

Figura 74

Coronel é exaltado pelos jornais da Capital
Fonte: Coronel... (1904)

As publicações dessa natureza são numerosas e marcam o perfil partidário do periódico, cuja finalidade principal residia na construção da imagem de Vaz de Sampaio, pautada pela moral, vigor e pulso de condução.

Figura 75

Coronel é chamado a resolver conflito com imigrantes insatisfeitos no distrito de Monte Alto
Fonte: Conflicto... (1901)

Na passagem do século, a imprensa da capital paulista adentra a fase industrial, voltada inequivocamente para o comércio, enquanto, subsistiam nas pequenas cidades as folhas semanais elaboradas de maneira artesanal para servir às virulentas lutas locais (SODRÉ, 1983, p.275). Fundado, em 17 de janeiro de 1899, como órgão do Partido Republicano *O Atalaya*⁷⁷ é um exemplo da atuação periodista no interior do Estado. Inicialmente declarava em sua primeira página “Propriedade de Vespasiano Vaz”, para a partir de 1902 operar sob o controle de Adolpho Vaz de Sampaio. De qualquer forma, sempre sob a tutela dos Vaz, e muito provavelmente, ocultando o verdadeiro proprietário José Manoel Vaz de Sampaio.

⁷⁷ Informação obtida em Capalbo (1993, p. 61).

Cel. Vaz de Sampaio

O nome que encima estas linhas não precisa de nós um traço biographico, no dia em que festeja o seu anniversario natalicio, pois esse nome está bastantemente gravado nos annos da administração politica de Jaboticabal.

Ha quasi 18 annos que este benemerito cidadão vem chefiando o partido republicano, governista local, e o seu prestigio vai sempre recrescendo, pelas suas extraordinarias faculdades, e depois porque personifica um pensamento politico activo e militante. Com o Cel. Juca Vaz está desfraldada galhardamente a bandeira do partido republicano governista, que defende a Constituição de 24 de Fevereiro.

O seu nome centralisa uma bandeira, abroquelada um partido e uniformisa uma politica. A politica local tem sido o verdadeiro campo de batalha do coronel Juca Vaz. Nesse duro e dilatado campo elle é um chefe indiscutivel, digno de commandar, desinteressado, expondo-se e sacrificando-se pelos que dirige, homem de probidade e de coraçaõ ao mesmo tempo. E permitta-nos a expressãõ, a maioria dos nossos politicos só têm a habilidade da intrica e no lugar do coraçaõ um espaço vazio. Por isso na esphera politica é o Coronel Juca Vaz o maior homem de Jaboticabal, o primeiro que as vistas estranhas logo distinguem de qualquer ponto do municipio, da comarca e mesmo do Estado de S. Paulo.

De todos os chefes locais é elle o mais habil, o mais fiel, o mais tolerante, o mais firme e o mais forte. Fiel a sua bandeira, firme nos seus principios. Não é essa uma affirmacão gratuita, banal, pois, a firmeza é de si uma grande qualidade e para quem commanda uma qualidade necessaria, imprescindivel.

Relembrando aos nossos coreligionarios e amigos hoje, dia do anniversario do nosso eminente e popular amigo Coronel Juca Vaz, os serviços por S. S. prestados em prol da verdadeira aggremação republicana e da causa da justiça a que tem inquestionavel jus, dedicamos-lhe esta ligeira noticia da sua vida publica, grande parte della dedicada ao serviço da Republica e do municipio de Jaboticabal.

Exprimimos nesse justo preito de homenagem ao nosso eminente amigo os sentimentos de dedicacão e lealdade do partido republicano governista de Jaboticabal que se orgulha de o ter por guia e seu immediato conselheiro, de par com os votos que todos seus numerosos amigos fazem para que S. S. preste, por longos annos ainda os seus serviços a esta formosa terra.

Figura 76

Coronel é exaltado como chefe local do PRP "ha quase 18 annos"

Fonte: Cel... (1907)

O JUCA VAZ

A proposito do auspicioso anniversario natalicio que verifica-se hoje, desse estimado e popular Chefe Republicano, permitta-nos elle lembrarmos aqui alguns ditos que havemos ouvido, allusivos a sua pessoa como politico.

Uma occasiãõ dous individuos desta localidade tiveram um atrito.

O offendido relatava a occorrença a um terceiro que passeiava em nossa companhia.

Estabeleceu-se então o seguinte dialogo ;

—Porque não deste-lhe uma bofetada ?

—Eu não. Eu aprendi com o Juca Vaz a ser tolerante.

Outra occasiãõ, numa roda fallava-se de genios fortes e genios brandos. Então disse um dos presentes:—Aprecio extraordinariamente os homens calmos, que, sem quebra da sua dignidade, sabem tolerar os impetos dos colericos. Merecem-me inteira confiança. Haja ás vistas o Juca Vaz, que, graças a sua calma, tem evitado derramamento de sangue por questões politicas nesta cidade, o que se vac tornando um caso virgem no interior do Estado.

Uma vez, no «Café America», da Capital, rodeando uma mesa, diversos figurões, nossos desconhecidos, fallavam de politica, vindo á baila os acontecimentos, então recentes, de Araras.

Disse um, encartolado, de cavagnac e oculos: Qual! de lado as presumpções! Nós no interior só temos um chefe que tem sabido fazer politica como deve ser: é o tradicional Juca Vaz, de Jaboticabal! Ha muitos annos que alli o temos á frente do partido e até hoje ainda não se verificou um acontecimento na politica local que o desabone.

—Realmente, disse outro figurante, não o conheço pessoalmente, porém, ouço fallarem constantemente no seu nome.

Nisso, um nosso companheiro chamou-nos para tomarmos o bonde do Ypiranga e lá ficaram os personagens.

Jaboticabal, 16—9—907.

Figura 77

Coronel cumprimentado em seu aniversário. Contam-se seus feitos e habilidades políticas no Café América, na Capital

Fonte: O Juca... (1907)

Eleição

No dia trinta de Outubro do corrente anno proceder-se-á a eleição municipal de dez vereadores, trez juizes de paz e dos respectivos suplentes.

Fazemoso presente por estar alguém a assoalhar que essa eleição está adiada, quando a verdade é que nada ha, por enquanto, de official, a respeito.

Todavia, si o Congresso resolver adiar a eleição, por estas columnas avisar-mos aos nossos amigos e coreligionarios.

CORONEL VAZ

Mais uma occasiãõ teve a 18 do corrente o nosso eminente Chefe republicano, Coronel José Manoel Vaz de Sampaio, de ver provada a inoffuscavel evidencia a larga estima em que é tito.

Evidentemente, n'aquelle dia, data natalicia de popular cidadão, foram innumeradas e as mais affectuosas as manifestações de apreço que lhe fizeram.

Aos primeiros alvares por toda a cidade foram queimados numerosissimos foguetes, enquanto, aos estampidos de uma bateria de 24 tiros, a apreciada banda «Coronel Vaz» em frente á residencia do eminente Chefe, rompia em melodiosa alvorada.

Numerosos amigos foram então saudado pelo festivo acontecimento. O distincto anniversariante os recebeu com a amabilidade que lhe é peculiar, agradecendo, rivelmente commovido, aquellas demonstrações de apreço, aliás sinceras e merecidas.

A banda percorreu todo o perimetro central da cidade, ao iato interrupto atoar de foguetes.

Pela manhã affluiram á residencia do popular e estimadissimo anniversariante, numerosos representantes de todas a classes sociais e das diversas colonias, que o foram cumprimentar. A sede do Directorio, durante o dia esteve repleta de amigos do digno republicano, felicitando-o pelo inolvidavel e faustoso acontecimento.

S. S. foi inextinguivel em amabilidade para com quantos lhe foram levar as expressões de sua amizade, expressões essas que revelam perfeitamente o illimitado prestigio do conspicio Chefe republicano, a quem reiteramos nossas cordialissimas felicitações pelo seu estimado anniversario natalicio.

Figura 78

Convocação eleitoral publicada juntamente com notícia da comemoração do aniversário do Coronel

Fonte: Coronel... (1907b)

A Política Vaz

Efectuaram-se, domingo, nesta localidade e no seu município, as eleições municipais. A opposição ergueu-se da campã em que a prestara o desprezo do povo e veio cõca, titubante, cega pelas paixões e pela presumpção de valer por alguma coisa, vor-se com segua illudir a constancia inabalável do eleitorado no sentido de encaixar o seu terço. Ergueu-se mais astuciosa do que nunca, lançando mão de estratagemas vedados pela sinceridade e boa fé, como sejam, espíritos *engarrafados* e telegrammas falsos, descobridos, tendo por escopo intrigar o nosso Chefe com o illustre Governo do Exmo. Sr. Dr. Jorge Tybiricê. Mas não lhe valeram as astúcias, foram baldadas, diante da consciencia tranquila do eleitorado que vê no Chefe o nos seus dignos auxiliares, a sensatez e o critério encarnados. A opposição fez uso da especulação, incluído em sua chapa, o nome do chefe da respeitável família e o de um italiano, com o unico, exclusivo e innegavel fim de suggestionar os eleitores a quem sympathisa aquella família e o eleitorado italiano; mas tudo foi infructifero, tudo baldou-se. Ao lado da politica dominante, chefiada pelo Coronel Vaz Sampaio, na pugna que se travou no dia 30, foi caubã a urna e balas as cordulas que dizimaram as pretensões dos opposicionistas que sempre têm sido e continuarão a ser repellidos da bocca da urna pela estabilidade da faldade do eleitorado que vê na opposição, só *ponada* e conversas inuteis. A 16 de Outubro, quando tivemos a honra e o prazer de festejarmos o aniversario do nosso Chefe, dissemos que o povo tem nelle, um sincero e desinteressado militar da justiça e da razão. Hoje tivemos ensejo e occasião de paten-tear ao publico a luzidia verdade com que lidámos, pois, vemo-la representada na confiança que o eleitorado nelle deposita, votando incondicionalmente em sua chapa, convicto de que ella foi organizada á luz da sinceridade, tendo por mira os interesses do municipio. Pela politica Vaz não houve illusão, não houve má fé, não houve especulação, justamente o que tudo houve do lado da opposição. A calma, a sinceridade, a sensatez, o critério, o caracter impoluto, o tino e a indole pacifica, postos no domingo em pratica pelo nosso honrado Chefe Coronel Vaz Sampaio, são predicados seus que todos os leitos de caprichos e de má fé, conhecem e de que hoje tiveram mais uma occasião de se certificarem.

A victoria estrondosa partida domingo, da bocca da urna é a prova inconcussa e esmagadora do que acima ficou dito.

O povo de Jaboticabal e municipio não se deixa ainda fascinar pelas promessas vagas e idéas concebidas do momento para despojar-lo do que possui e do que tem por certo, isto é, de uma administração capaz de velar os seus interesses! E este seu procoflimento correcto e applausivel nos faz occorrer á mento a phrase arrebatadora do grande estadista francez Adolpho Thiers quando disse «Para nossa felicidade e da França, o povo ainda pensa!»

A retardação desta folha e a falta de espaço obrigam-nos a pararmos aqui, limitando-nos em resumo de tudo que se passou no pleito eleitoral, a parodiar a phrase de um grande pensador e dizermos—Enquanto que em outros municipios houve rios de prantos, neste, graças ao tino politico dominante, houve rios de flores!

Eleição Municipal		
Os eleitores do partido Republicano, cujo Chefe é o distinto cavalheiro, Exmo. sr. Coronel Vaz, comparecendo ás urnas na eleição municipal, realizada no dia 30, demonstraram, mais uma vez, o incontestavel prestigio de seu eminente Director e a fraqueza manifestada de seus adversarios.		
Não valeram as processas, as intrigas e cabalas desentreadas, por espaço de dois mezes—tudo foi em vão!		
Um numero de 709, firmes, disciplinados e confiados na escolha dos candidatos apresentados pelo Chefe prestigioso de sempre, elles compareceram e, com os votos depositados nas urnas, patentearam, de modo evidente, a força reconhecida e respeitada do Partido dominante.		
Vieram, usando do dever cívico, protestar contra as accusações injustas e denuncia infundadas, feitas pelos adversarios, declarando de um modo eloquente, que o prestigio de seu Chefe foi, e se será sempre o mesmo.		
Vieram, no exercicio desse direito sagrado, qual o do voto, demonstrar com dignidade, a pujança do seu Partido e a derrota vergonhosa dos adversarios (candidatos vadios no concurso para os cartorios de paz). E assim que, com numero verdadeiros, extrahidos dos livros de presença de todas as seções eleitorais do municipio, podemos estabelecer, sem receio de contestação, a seguinte differença de força entre os dois partidos:		
Guariba, chapa governista	84	Votos
» » opposicionista	17	»
Tayaçu » governista	82	»
» » opposicionista	0	»
S. Sebas-tião do Turvo » governista	478	»
» » opposicionista	0	»
Cidade » governista	565	»
» » opposicionista	56	»
JUIZES DE PAZ		
Paulino Braga	365	Votos
Mechiadas de Araujo Borges	204	»
Joaquim de Andrade Cunha	499	»
SUPPLENTES		
Francisco Ferreira Pinto	128	Votos
João Baptista Ferreira	127	»
VEREADORES		
Bento Vieira de Albuquerque	556	Votos
Adolpho Vaz de Sampaio	555	»
Ezaquiel Alves da Cunha Mattos	515	»
Gabriel Ribeiro do Lacerda	512	»
Joaquim Ferraz Filho	424	»
Fortunato Antonio da Silva	420	»
Manoel da Silva Girio	419	»
Antonio Zeferino Gonçalves	344	»
SUPPLENTES		
José Alexandre Ferreira Pinto	82	Votos
Athur Laraugoira Bastos	82	»
José Baptista Ferreira	81	»
Pedro Amelio de Godoy Macota	72	»
Total — chapa governista	709	Votos
» — » opposicionista	73	»
O partido opposicionista foi derrotado por 636 votos.		

Figura 79

Números da vitória governista no pleito de 1904
Exposição da supremacia política do Coronel ao comparar:
Chapa governista, 709; e chapa de opposição, 73 votos.
“O partido opposicionista foi derrotado por 636 votos”

Fonte: Eleição... (1904)

Figura 80

Exaltação da conduta política do Coronel frente à vitória no pleito de 1904

Fonte: A política... (1904)

O fato é que a circulação de periódicos no interior do estado de São Paulo está intrinsecamente vinculada à propaganda política do PRP, seja na disseminação de debates que acabariam por constituir uma base ideológica, seja na defesa ou na exaltação da imagem de seus membros. A própria história do partido captura o desenvolvimento da imprensa já que desde a convenção de Itu levantou-se a necessidade de organizar um jornal que defendesse a causa republicana. Fundado o partido em 1872, o *Correio Paulistano* torna-se inicialmente seu órgão oficial, situação revertida após 1882 pela direção de Antônio Prado (SODRÉ, 1983, p.225-228). Entretanto, a partir de 4 de janeiro de 1875 começa a circular *A Província de São Paulo*, posteriormente renomeado *O Estado de São Paulo*, jornal que nascia defensor do princípio republicano, instituído pelos mesmos signatários que encabeçaram o Manifesto de 1870 (TOLEDO, 2003, p.418). Neste sentido, a constituição de uma firma capaz de absorver os custos deste tipo de empreendimento inaugurou, também, o jornalismo de base empresarial⁷⁸. Por este caminho, o influxo dos acontecimentos multiplicaria os órgãos de imprensa por todo país, segundo Sodré (1983, p.233), engendrados por toda sorte de debates:

Ora, o que mais se fazia, naquela fase, era precisamente discutir, por em dúvida, analisar, combater. Combater a pretensa sacralidade das instituições: da escravidão, da monarquia, do latifúndio. E a imprensa tinha, realmente, em suas fileiras, grandes combatentes, figuras exemplares, como homens de jornal e como homens de inteligência ou de cultura.

No município de Jaboticabal, o principal interlocutor desses debates foi o jornal, ironicamente batizado de *O Combate*. Fundado por Carlos Buck em 20 de setembro de 1903 como “órgão independente” apesar da declarada missão de dar notícias locais e regionais sem qualquer senso de paixão engaja-se no policiamento das atividades da Câmara Municipal de forma a enfrentar o mando coronelista representado pela figura de José Manoel Vaz.

Jornal pequeno e modesto, *O combate* não será literário, nem artístico e nem discutirá problemas sociológicos; se limitará, apenas, a dar notícias locais e regionais que possam interessar ao público, e a comentar ligeira e criteriosamente qualquer fato interessante, mas sem alarme e sem paixão. Não engrossará, não adulará e não bajulará a ninguém absolutamente (COUTINHO, 2007, p. 237).

Figura 81
O jornal *O Combate*
circula na cidade como
“Órgão Independente”
Fonte: *O Combate* (1906)

⁷⁸ Membros da sociedade Pestana, Campos & Cia: Francisco Rangel Pestana, Américo de Campos, Bento Augusto de Oliveira Bicudo, Antônio Pompeu de Camargo, Américo Brasiliense de Almeida Melo, João Francisco de Paula Sousa, Manuel Ferraz de Campos Sales, João Manuel de Almeida Barbosa, Rafael Pais de Barros, Diogo Pais de Barros, João Tobias de Aguiar Castro, Manuel Elpídio Pereira de Queiroz, João Tibiriça Piratininga, José Pedro de Moraes Sales, Francisco Sales, Marinho Prado Junior, José Alves de Cerqueira César, Cândido Vale e Francisco Glicério de Almeida Leite (SODRÉ, 1983, p.226).

Nestes artigos de 1907, por exemplo, *O Combate* debate com o “douto collega d’O Atalaya” sobre a ilegalidade na venda de materiais para o serviço de abastecimento público da cidade. Em nota menor comenta que Vespasiano Vaz, funcionário público de Guariba, estava negligenciando sua função para coagir o eleitorado da cidade. E aproveita a deixa eleitoral para advertir em “Phosphoros sem cabeça” que usariam do código penal para impedir a participação de “certos indivíduos, com certeza gente de seu partido, de ir votar sabbado com títulos falsos” (PHOSPHOROS..., 1907).

Figura 82
Artigos do jornal *O Combate* voltados à censura da prática eleitoral do PRP Governista
Fonte: A verdade; Empregado...; Phosphoros... (1907)

Figura 83
O jornal *O Combate* critica duramente a atuação eleitoral de Vaz de Sampaio. Dá conta inclusive da ação de capangas e a prática de fraudes na apuração.
Fonte: Proesas... (1907)

Figura 84
Oficina d' *O Combate*,
em 1920, localizada na
Rua da Redenção
Fonte: Capalbo (2007)

Continua a peleja no artigo “Conspiração” chamando os adversários do Partido Republicano Paulista de “ultra-incoerentes” insinuando que Vaz de Sampaio tornara-se um monarquista (CONSPIRAÇÃO, 1907). Na contrapartida, *O Atalaya* responde que o dito “órgão independente” transformou-se em escoadouro de paixões e de ódios, um fantoche de meia dúzia de políticos que se articulam pela calúnia, intriga e fraude (TRISTE..., 1907).

Entretanto, a contradição é manifesta. Apregôa-se aos quatro ventos, em borrascas de mal fingido entusiasmo, que a Victoria são “favas contadas”, que o chefe não é mais chefe, que seus companheiros leais debandaram, que elle está com a minoria. Si assim é, que significam esses espectros de capangas atraz pelas estradas, de porta em porta com o maior descaro, a mentir aos eleitores, a illudi-los, importunando-os, offerecendo-lhes dinheiro pelo voto? Quem está forte, quem está com o poderio, procede assim? É o cumulo! Provocam gargalhadas esses polichinellos (TRISTE..., 1907).

O povo de Jaboticabal tem seu chefe, aquelle que há vinte annos o é, sabendo interpretar com perfeição a vontade popular. O eleitorado desinteressado não se vende a mesquinha quantia com cujo offerecimento se offende a sua dignidade, elle quer a paz e a tranquillidade de si e de sua família, quer o respeito e por isso tem sabido prestar o apoio ao chefe que lhe serve, que tem de há longos annos sabido merecer-lhe a sympathia, a preferencia, sendo seu amigo sincero em todos os tempos e não em vespas de eleição somente, como esses pseudo políticos que de política não entendem patavinas (TRISTE..., 1907).

Conspiração

Ultra-incoerentes os adversários encobertos do Partido Republicano Paulista, neste município admiravelmente chefiado pelo prestigioso coronel José Manoel Vaz de Sampaio!

Ora se dirigem aos eleitores mais dedicados, convidando-os a virarem contra o coronel Vaz, porque assim voltará a monarquia, ajuntando que o neto do Imperador já está numa fazenda, de um dos que desejam ser chefe desta desastrosa conspiração.

A eleitores contribuintes pedem votos prometendo-lhes que, votando com elles e contra o coronel Vaz, não serão mais sujeitos ao pagamento de impostos.

E a outros ainda, asseguram que os eleitores que votarem com elles *são conspiradores monarchistas*, e contra o partido republicano chefiado pelo coronel Vaz, serão isentos do serviço militar obrigatorio, ao passo que os fiéis amigos do Coronel serão todos recrutados.

O povo que não estima os orgulhosos conspiradores, zomba destes planos ineficazes para abalar-lhe a brisa constancia. Os adversários da Republica e do coronel Vaz estão revigorando a disciplina do partido que ainda não perdeu eleições no município de Jaboticabal.

Além dessa estratégia, aliás malograda, ameaçam, e por todos os expedientes tristes se esforçam no proposito de constrirem a opinião dos eleitores que se manifestam partidarios da Republica e do coronel Vaz.

Em breve os nossos amigos festejarão mais uma gloriosa victoria do grande, unido, invencível Partido Republicano, orientado pelo prestimoso coronel Vaz, e a paz continuará reinando no município, como em vinte annos passados, com a garantia da bondade deste chefe popular.

Quanto aos aristocratas, que não estimam o povo, desprezam o pobre e o ignorante, esses verficarão mais uma vez, que o povo não os estima.

Figura 85

Artigo do jornal *O Atalaya* responde às críticas do *O Combate* tendo como base uma possível ação conspiratória na cidade visando macular a figura de Vaz de Sampaio

Fonte: Conspiração... (1907)

Triste Situação!

Não precisa ser muito intelligente para comprehender a triste situação d'«O Combate» e dos seus. O organ independente de outr'ora foi brutalmente arrastado do alto palanque de imprensa livre para o baixo plano de escoadouro de paixões e odios pessoas de meia duzia de fantoches politicos que, não obstante arrogarem-se sabios e civis, manifestação concludente da maior vaidade e do mais requintado pedantismo, desconhecem que na politica é contraproducente o artificio asqueroso da calumnia, da intriga e da fraude.

Dir-se-ia que a folha sem partido d'outr'ora fôra victima de alguma acção narcotica para facilmente ser dominada, como foi.

Da primeira á derradeira linha editorial d'«O Combate» resalta em caudalosos jactos a mais ferina desfaçatez, o que vem trazer á luz da publicidade o grão de desorientação em que se acham aquelles que, sorrateiramente, delles se apoderaram para meio de exteriorização de suas paixões.

Repudiado, orphão atirado ás ortigas, o desventurado collega que, ao apparecimento, promettera ser o palladino das causas nobres, ser o monte Sinai, de cujas columnas só emanariam bons ensinamentos, está hoje transformado em alvacoento muro, onde os incertos traços a carbono exprimem o grão de malandrice dos garotos que allí vão esboçar as suas lastimaveis concepções.

Similis cum similibus facile congregantur. E' o caso.

A redacção do collega, outr'ora imaginada um paraizo por quem por allí passava, já está difficultando o transito pela rua da Redempção.

Procura-se já evitar por allí passar, temendo ser arrolado com os *mãos*, pois o confrade vae já tornando extensiva a toda a população a sua censura, quando elle, exclusivamente elle, é o unico censuravel por consentir que se transforme a sua redacção em *rendes-vous de petit-maitres*, que n'uma ancia indizível de galgarem o poder, seja por que via fôr, mesmo illicita e deshonesta, concertam-se em detestaveis confabulações que veem a publico pelas columnas da folha á guisa de propaganda politica.

Dizemos acima a toda a população, porque o collega, ainda com o congraçamento politico, embora flagrantemente infringido pela falsidade e má fé com que se tem procurado galgar a suprema chefia local, tão grande e invejavel que de um chefe que possui a quem transformar em *peixe da Biblia*, para ser dada a muitos, nessa epocha de fusão

official, repetimos, o collega salta da lethargia do narcotico que applicaram-lhe com conhecida habilidade e, qual cavalleiro de Dulcinéa de Toboso, vê em cada homem um inimigo, em cada eleitor um adversario.

E assim, montado em seu pobre Rucinante, que não tem forças para libertar-se da carga que o infelicitá, lá vae com o gallo da arvore da mentira e da calumnia em riste a offerecer combate aos que tiveram a desdita de não lhe cahir na graça.

Entretanto a contradicção é manifesta. Apregoa-se aos quatro ventos, em borrascas de mal fingido entusiasmo, que a victoria são «favas contadas», que o chefe não é mais chefe, que seus companheiros leaes debandaram, que elle está com a minoria. Si assim é, que significam esses espectros de capangas atraz pelas estradas, de porta em porta, com o maior descaro, a mentir aos eleitores, a illudi-los, importunando-os, offerecendo-lhes dinheiro pelo voto? Quem está forte, quem está com o poderio, procede assim? E' o cumulo! Provocam gargalhadas esses polichinellos!

Ou pensam que como elles, o eleitor criterioso, o homem probo, vende a sua opinião? Não, o povo é o povo e o eleitorado o representa.

Este, o eleitorado, para sua propria felicidade e garantia social, não quer janotas para dirigirem seus destinos politicos. Querem democratas com os quaes possam entender-se com franqueza, com liberdade.

D'ahi a razão por que fazem orelhas moucas ás insinuações, hoje feitas com hypocrita amizade, por aquelles que os tratam sempre com desprezo, com desdém — o operario bruto, o caboco velho e, assim os considerando e tratando, votam-lhes o maior abandono, negando-lhes até a simples consideração symbolizada no toque no chapéu.

O povo de Jaboticabal tem o seu chefe, aquelle que ha vinte annos o é, sabendo interpretar com perfeição a vontade popular. O eleitorado desinteressado não se vende, á mesquinha quantia com cujo offerecimento se offende a sua dignidade, elle prefere a paz e a tranquillidade de si e de sua familia, quer o respeito e por isso tem sabido prestar o seu apoio ao chefe que lhe serve, que tem de ha longos annos sabido merecer-lhe a sympathia, a preferencia, sendo seu amigo sincero em todos os tempos e não em vespéras de eleições somente, como esses pseudos politicos que de politica não entendem patavina.

Os eleitores são senhores de sua vontade, votam por ideal proprio e comprehendendo que esse ideal tem sido interpretado com inteireza pelo Coronel Vaz e seus companheiros, delles e de seus prepostos não desviam o seu apoio.

Figura 86

O Atalaya contra-ataca e faz denúncias sobre a postura eleitoral dos opositores As acusações são de intrigas, calúnias, fraudes e compra de votos

Fonte: Triste... (1907)

De forma previsível, o embate ganha contornos dramáticos as vésperas da eleição de 14 de dezembro de 1907. Segundo Sodré (1983, p. 276-277), o exercício do poder afeta diretamente o desenvolvimento da imprensa que mesmo na capital, estabelecida em moldes empresarias, “é forçada a acomodar-se ao poder político que não tem ainda conteúdo capitalista, pois o Estado serve principalmente a estrutura pré-capitalista tradicional”.

A preocupação fundamental dos jornais, nessa época, é o fato político. Note-se: não é política, mas o fato político. Ora, o fato político ocorre, então, em área restrita, a área ocupada pelos políticos, por aqueles que estão ligados ao problema do poder. Assim, nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos e decisões de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato político. Daí o caráter pessoal que assumem as campanhas; a necessidade de endeusar ou de destruir o indivíduo. Tudo se personaliza e se individualiza. Daí a virulência da linguagem da imprensa política, ou o seu servilismo, como antípoda (SODRÉ, 1983, p.277).

Figura 87

O Atalaya apresenta-se ao público como defensor do povo, dos interesses do cidadão pobre e rústico

Afirma que os textos do *O Combate*, “autocrata da imprensa local”, são despóticos

Fonte: Dogmatico? (1907)

Mas para que não se engane o leitor é preciso enfatizar o exposto por Ortiz (2001, p. 187-188) ao lembrar que as dificuldades da produção literária numa sociedade periférica transcendem os limites de caráter tecnológico e econômico, já que o “desenvolvimento dos meios escritos pressupõe um labor anterior, a existência de um público letrado”. Em um país em que os índices de analfabetismo foram 84% em 1890 e 75% em 1920, a idéia de qualquer tipo de literatura “popular” é uma ilusão. “Na sociedade brasileira, em nenhum momento de sua história ocorreu uma clara diferenciação e oposição entre cultura “erudita” e cultura “popular”. O trânsito entre esses domínios é freqüente e sem intermitência” (ORTIZ, 2001, p.189).

Figura 88
O Atalaya em 1899
 apresenta Vespasiano Vaz
 como proprietário
 Fonte: *O Atalaya* (1899)

Figura 89
O Atalaya em 1904 declara
 o proprietário como sendo
 Adolpho Vaz de Sampaio
 Fonte: *O Atalaya* (1904)

Figura 90
 Adolpho Vaz de Sampaio
 Fotografia feita em 01/Set./2007
 Detalhe do painel de formandos da Faculdade
 de Farmácia de Ouro Preto
 Foto: L. O. Campos

Figura 91

Propaganda da “Pharmacia Popular” publicada pelo jornal *O Atalaya*. Afirma que se trata do único farmacêutico diplomado na cidade. Fonte: Pharmacia Popular (1901)

“A sociedade brasileira do início do século era, portanto, marcada pela contradição tradicional/moderno; seu presente agrário contrastava com o ideal de uma modernidade ainda ausente” (ORTIZ, 2001, p.189). Os periódicos que adentram a franja cafeeira das barrancas do Mogi integram esse projeto de modernidade não concretizada. Faltam-lhe as relações horizontais, ditas burguesas. É um empreendimento parnasiano de linguagem empolada, onde mesmos os anúncios não chegavam a quebrar a uniformidade da página⁷⁹. Estampam-se logo na primeira folha os conchavos e compadrios. Pelo endereço da oficina tipográfica, nota-se que funcionava adjunta à Farmácia Popular também de propriedade do sobrinho Adolpho Vaz de Sampaio. Eis aí o cerne da direção política do Coronel Vaz, o local onde todas as decisões eram tomadas, por vários anos, utilizada, também, como sessão eleitoral do município e local de apuração de votos⁸⁰.

Figura 92

Propaganda da Pharmacia Popular publicada pelo jornal *O Atalaya*. Fonte: Pharmacia Popular (1899)

⁷⁹ Ver também “Literatura e Sociedade” em Lustosa (1993, p.53-60) e Sodré (1983, p.275-288).

⁸⁰ De certa forma, a Farmácia Popular também financiava os custos eleitorais do Coronel e seus protegidos políticos, uma vez que as atas da câmara mencionam inúmeras vezes a apresentação de requerimento para pagamento de medicamentos fornecidos a presos pobres e indigentes. Diga-se de passagem, que os pareceres da comissão de contas eram sempre favoráveis e sem nenhum questionamento. Ver Jaboticabal (1899-1905; 1905-1912).

2.2.2 O SENHOR DAS ELEIÇÕES

É possível apreender a dimensão da atuação eleitoral de Vaz de Sampaio com base em recurso impetrado, em 18 de janeiro de 1908, sob nº 6.042, junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo⁸¹.

Por um procurador abaixo assignado [Constancio Rodrigues da Silveira], diram o **Dr. Augusto Accioly do Prado, Henrique Tiburcio de Almeida, Bento Vieira de Albuquerque e Francisco Ferreira Pinto** que sendo candidatos ao cargo de vereador da Camara Municipal desta cidade na eleição que se procedeu a 14 de Dezembro do anno findo, e não podendo se conformar com as decisões da junta apuradora e da Camara reconhecedora de poderes, interpuseram daquellas decisões, o recurso junto ao Tribunal de Justiça do Estado, e não tendo podido conseguir que um recurso fosse tomado por termo em razão das difficuldades e obstáculos postos em excussão pelo Presidente [Dr. Irineu Villela] e Secretário [Manoel Honorio Ferreira]⁸² da mesma Camara Municipal, vem os suplicantes pedir a V. Exa se digne mandar tomar pelo escrivão do jury, por termo a seu recurso e tomado este ordene ao referido escrivão que entregue os mesmos recursos aos supplicantes afim de serem enviado por estes ao Tribunal de Justiça do Estado (SÃO PAULO, 1908, grifo nosso).

Eram várias as acusações postuladas pelos recorrentes:

Os abaixo assignados, eleitores neste município e candidatos a vereança municipal de Jaboticabal nas eleições procedidas a 14 de dezembro de 1907, considerando-se lesados em seus direitos com o resultado da apuração geral das mesmas effectuadas a 23 do referido mês, vêm recorrer desse acto para o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado baseados nos motivos abaixo referidos:

- a. Inobservancia das disposições legaes na constituição da mesa e irregularidades e violencias commettidas durante o processo eleitoral da oitava (8ª) secção em S. José de Tayaçu.
- b. Irregularidades e violencias praticadas durante o processo eleitoral na terceira (3ª) secção nesta cidade.
- c. Inobservancia das disposições legaes na organização da mesa e irregularidades no concerto da authentica da segunda (2ª) secção eleitoral, nesta cidade.
- d. Emendas, alterações e vicios praticados posteriormente aos trabalhos eleitorais no livro de actas da mesma secção modificando fraudulentamente o resultado da eleição (SÃO PAULO, 1908).

As referidas seções eleitorais (2ª e 3ª), pleito de 14 de dezembro de 1907, aconteceram no prédio da Câmara Municipal, na sala de sessões, fato que não impediu a coerção do eleitorado⁸³. Na cronologia política de Jaboticabal, o que se observa é a mudança da primeira e, por vezes, da segunda seção de dentro do prédio da igreja para a Farmácia Popular e posteriormente para as salas da Câmara Municipal. A responsabilidade direta do Coronel sobre estas, que eram as principais seções do município, mostra a magnitude do poder por ele exercido.

⁸¹ Documento pesquisado no APESP sob nº de ordem 41775, Caixa do Município de Jaboticabal.

⁸² Informação obtida na ata referente à sessão de 2 de janeiro de 1908 (JABOTICABAL, 1905-1912, p.48).

⁸³ A 8ª seção citada estava localizada na vila de Taiacu, distrito que integra o município de Jaboticabal. Ver Figura 93, recorte do jornal *O Atalaya* que anuncia os locais das seções.

Figura 93

Presidente da Câmara, Dr. Irineu Villela informa as seções eleitorais

Fonte: Serviço... (1907)

As fraudes praticadas por Vaz de Sampaio não eram fato desconhecido, os relatos familiares dão conta de quão corriqueiros eram tais procedimentos. Arruda Filho comenta as ações do Coronel auxiliado por seu pai⁸⁴.

Desde mocinho papai ocupou-se de política. Seu professor foi o Cel. Vaz em Jaboticabal, de quem ele foi cabo eleitoral e cúmplice nas trapagens eleitorais segundo os moldes do P.R.P. (ARRUDA FILHO, 1987, p.63).

Em casa, foi o tio — dos Vaz de Arruda — de quem mais se falava. Quem sabe por ter sido o primeiro patrão de papai — na Fazenda Capuava — ou com quem papai teria mais afinidade. Talvez por ter sido cabo eleitoral e com ele ter feito falcatrues eleitorais — repetidas mais tarde — como soíam acontecer — ou porque sua personalidade controvertida deve ter despertado interesse e polêmicas (ARRUDA FILHO, 1987, p. 147).

Cochichavam que as atas daqueles pleitos eram falsificadas na farmácia, com a ajuda dos sobrinhos.

Comentando certa vez com papai — que também fizera semelhante fraude — respondeu convicto:

— O processo era desonesto mas os homens eram honestos (ARRUDA FILHO, 1987, p.148, grifo nosso).

Definição dos locais das seções eleitorais para eleição de Presidente do Estado estabelecida em sessão da Câmara na data de 16 de abril de 1892 (JABOTICABAL, 1888-1891, p.119). Nota-se a preferência pela sala da intendência e pela igreja.

Figura 94

Lista das seções eleitorais para a eleição de Presidente do Estado em 1892

Determinam-se as 3.^a e 4.^a seções no recinto da igreja matriz

Fonte: Jaboticabal (1888-1891)

⁸⁴ Vale lembrar que Arruda Filho, Oroncio Vaz de Arruda Filho, era sobrinho neto de José Manoel Vaz de Sampaio. Filho de Oroncio Vaz de Arruda que, por sua vez, era filho do irmão mais velho do Coronel, Evaristo Vaz de Arruda.

Sob a presidência de Cláudio Vaz de Arruda, em 5 de outubro de 1892, a Farmácia Popular é definida como primeira seção designada para fins de alistamento (JABOTICABAL, 1892-1895, p.4).

Figura 95
Farmácia Popular definida como 1ª seção para alistamento eleitoral em 1892
Fonte: Jaboticabal (1892-1895)

A partir de então a Farmácia Popular torna-se definitivamente, senão o único, pelo menos um dos locais de votação da cidade.

Figura 96
Farmácia Popular definida como 1ª seção para pleito de 1898. Ata da sessão de 5 de abril de 1898
Fonte: Jaboticabal (1895-1899)

Figura 97
Instalação das comissões eleitorais. Farmácia Popular é definida como 1ª seção. Ata da sessão de 5 de abril de 1900
Fonte: Jaboticabal (1899-1905)

Voltando aos dados fornecidos pelo recurso eleitoral que documenta as ações coercitivas e as fraudes praticadas no pleito de 1907, interessa-nos a seguintes passagens.

Argumentos dos recorrentes no tocante aos fatos ocorridos na 8ª Sessão do Município:

Os membros da mesa achavam-se armados de garruchas que tinham à amostra do publico e, como se ainda não bastasse haviam collocado carabinas junto às suas cadeiras. Ao lado dos mesários e pelo recinto se viam pessoas armadas (Doc. 9). **Havia o intuito de intimidar o eleitorado como intimidados ficaram os fiscaes presentes a quem se não permittiu a minima observação sobre o pleito sendo obrigados a collocarem-se a certa distancia da mesa para nada observarem** (Doc. n.9 e n. 6 – protesto de Maurilio Mendes).

Os eleitores que vinham suffragar os abaixo assinados foram quasi todos obstados a isto, para o que a mesa usou do subterfúgio de collocar na urna a cédula que ella mesmo escolhia, enquanto o eleitor assignava o livro de presença. É o que se vê no próprio depoimento de um dos eleitores, o de nome Benedicto Fucciole, que compareceu à eleição (Doc. n.7 e n. 9.) (SÃO PAULO, 1908).

Acusações sobre irregularidades e vícios na 3ª seção:

Na direcção dos trabalhos da referida secção intervieram pessoas estranhas à mesa, suggestionando sua maioria, obrigando o presidente a interpelar os eleitores no momento da votação com o intuito de intimidar os que não acompanhassem seu credo politico, sem que attendessem aos continuados protestos do fiscal junto à mesma secção e da minoria da mesma retorquindo o principal intruso que “ali a lei era elle” e “que só se faria o que elle quisesse” (doc. n.9 e 10). Por isto mesmo foram admittidos a votar individuos desconhecidos portadores de títulos pertencentes a eleitores conhecidos que não concorreram ao pleito, ao mesmo tempo que se negou o direito do voto as pessoas conhecidas que exhibiram seu competentes titulos eleitoraes. (Doc. citados).

Estabelecido tumulto na sala onde procedia a eleição, foi o recinto da secção invadido por individuos estranhos a ella, permittindo então a mesa que votassem diversas pessoas sem a competente exhibição do titulo, não obstante os protestos, e disto resultou até que appareceu maior número de cedulas que eleitores que subscreveram o livro (SÃO PAULO, 1908).

Sobre as alterações e rasuras no livro de atas da 2ª seção:

Não se torna quasi preciso pedir a esclarecida attenção desse respeitavel Tribunal para as irregularidades acima apontadas, porque sem mesmo a ella alludir-se, observa-se estar inquinado de nullidade absoluta todo o processo eleitoral da referida 2ª secção em virtude das raspadas, emendas e alterações feitas na acta da mesma secção, depois de concluídos os trabalhos, com o intuito claro e evidente de alterar o resultado da votação, prejudicando os concorrentes (Doc.n.12).

Para a realização da fraude planejada a mesa deixou de fornecer o boletim exigido pelo respectivo fiscal José Marques de Souza (Doc. n.6, protesto referido), sob fundamento de ser tarde, mais de dez horas da noite e sob promessa fallaz de fazel-o no dia seguinte. Uma vez obtido a assinatura de toda a mesa e do referido fiscal acharam-se os criminosos habilitados à prática da fraude. Raspavam grosseiramente as votações, substituíram pelos candidatos os números de votos, alterando o verdadeiro resultado da eleição e de tudo deixaram o corpo de delicto, pensando, contudo ver este delicto encoberto, levando a referida acta a concerto com o escrivão de paz deste distrito, cidadão que por ser da

parcialidade política dos responsáveis pela fraude tinham todo o interesse em não desvendá-la.

De facto, o concerto desejado foi executado, sem que o referido escrivão mencionasse a fraude cometida.

Mas no acto da apuração geral das eleições para vereador (Doc. 15) a junta respectiva não se conformando com o concerto feito pelo referido funcionario, requisitou o livro original da referida acta para por elle ser realizado o concerto legal cometidos por ele ao tabelião interino do 1º Officio. Por este concerto acham-se constatadas as emendas, raspaduras e alterações constativas da fraude allegada, as quaes foram ainda observadas por diversas pessoas, como se vê em diferentes depoimentos (Doc. n.14) (SÃO PAULO, 1908).

É interessante notar que a peça do recurso não cita com clareza os nomes das pessoas envolvidas. Os autores do recurso parecem desejar ainda resguardar-se de ataques diretos ao Coronel. Seu nome juntamente com o de Irineu Villela aparece somente mais adiante nos relatos das testemunhas. Entre estes o mais interessante é o de João Braga Filho, 23 anos, residente na cidade e funcionário público:

Disse que era mesario da terceira secção e que presenciou o fato do Doutor Irineu **Villela** ter invadido o recinto destinado aos mezarios e urna dessas ocasiões ter dado ordem ao presidente da meza da mesma secção para que quando fossem eleitores votar com chapas que não fossem do partido do **Coronel Vaz** que perguntasse a esses eleitores se sabião que ião votar contra o **Coronel Vaz** e que o prezidente da meza José Baptista da Rocha obedecia a essa ordem e fazia a pergunta indicada a todos os eleitores que não se apresentavam com chapas do **Coronel Vaz** e isso fazia apesar do protestos do fiscal da meza. Disse mais que quando o Doutor Theodulo Augusto Cardoso offerecia protesto sobre a eleição o presidente da mesa respondeu que só poderia acceitar depois de ouvir o Doutor **Villela** e sahindo da secção foi à procura do Doutor **Villela** e voltando com o mesmo Doutor **Villela** este perguntara ao Doutor Theodulo em que termo era o protesto e então o Doutor Theodulo deu o protesto por escrito para ser lido pelo Doutor Irineu **Villela** ao que este depois de ter lido retorquiu que era uma mentira e que não consentia naquella ao que respondeu o Doutor Teodulo que isso era um insulto e que por isso não podia dar resposta ali então o Doutor **Villela** atracou-se com o Doutor Theodulo e o quiz arrastar para a rua não conseguindo em virtude da intervenção de diversas pessoas entre as quaes José Marques de Souza e os mesários da secção; respondeu mais que diversas pessoas com nomes diferentes dos da lista de chamada a apresentaram-se a votar e que tendo sido protestado pelo fiscal Doutor Theodulo Cardoso, interveio o Doutor **Villela** e disse em voz alta “a lei aqui sou eu” e só se faria o que elle Dr. **Villela** quisesse, mandando que essas pessoas votassem o que foi feito (SÃO PAULO, 1908, grifo nosso).

É impressionante também o testemunho escrito do juiz de direito da comarca de Jaboticabal Dr. Joaquim Antonio de Oliveira Neves:

A 23 de Dezembro do anno passado reuniu-se nesta cidade a junta apuradora das eleições de vereadores realizadas a 14 daquelle mez. Na qualidade de presidente apresentei as authenticas recebidas, e, a proporção que eram ellas retiradas dos invólucros examinávamos os membros da junta e os fiscaes — si estavam revestidas de todas as formalidades legais. — Ao ser apresentada a da segunda secção eleitoral desta cidade, bem como a da 6ª, se verificou que os concertos dessas authenticas tinham sido feitos pelo escrivão de paz da sede da cidade e comarca e não por tabellião [...].

Propus eu, então que se mandasse proceder o concerto por tabellião, — alvitre aceito pela junta. Requisitei do Dr. Presidente da Camara Municipal [Irineu Villela] e membro triplice da junta, a presença dos livros e, mandei convidar um dos tabelliões — para immediatamente comparecer à sala de audiencias a fim de satisfazer aquella formalidade da lei. Vieram o livro — e, tambem o tabellião Sylvio Pacheco — então no exercício interino do cargo, como substituto legal no impedimento do effectivo. — **O notário deu começo ao concerto, trabalhando em uma sala contigua à em que se reunia a junta apuradora, e tendo encontrado diversas emendas na acta da segunda secção, foi me consultar como deveria proceder. Repondi-lhe que tudo deveria consignar em termo que havia de lavrar;** e, suspendendo por alguns instantes o trabalho da apuração, dirigi-me à sala onde se achava o tabellião e para alli foram também diversas pessoas [...]

Resolvi nessa ocasião auxiliar o tabellião a fazer o concerto, tanto por não ter elle pratica desse serviço, e para que o mesmo fosse concluído com brevidade, como também por não desejar fosse elle auxiliado por outras pessoas que alli se achavam e que eram interessadas nas questões politicas da localidade. — Para isso tomei o livro das actas da segunda secção e fui acompanhando a leitura que o tabellião fazia pela copia da acta com authentica exhibida, — e tive ensejo de verificar — **que a acta da segunda secção, estava emendada em pontos essenciais, — quaes sejam — em numero de votos dados a diversos candidatos, e essas emendas achavam-se na fls. 18 e 19. Fiz o tabellião consignar no concerto as emendas encontradas e também que ellas então fossem resalvadas no final da acta e antes das assignaturas dos mesários a fl. 20.** Esse livro da segunda secção, com acta assim viciada, foi visto nessa ocasião por diversas pessoas (SÃO PAULO, 1908, grifo nosso).

O juiz relata que após o inicio do processo de recurso o livro da segunda seção eleitoral foi por ele requisitado ao presidente da Câmara que se recusou a exhibi-lo novamente. No decorrer da ação o livro foi finalmente enviado ao Tribunal de Justiça do Estado, no entanto, as folhas 18 e 19 não estavam mais rasuradas:

O livro exhibido para esse exame é o mesmo que ora está diante de seus olhos e que de fls 11 a 20 está rubricado pelo exmo Sr. Ministro Dr. Almeida e Silva. É o mesmo que esteve em minhas mãos no dia 23 de Dezembro em dia da apuração das eleições de vereadores, com a differença, porém, que nas fls. 18 e 19 — já não existem mais as emendas que eu verifiquei e examinei pessoalmente e que mandei ficarem consignadas no concerto lavrado pelo tabellião. Lembro-me perfeitamente que a fls 18 depois das palavras: **Dr. Cezar Augusto Salgado Guarita, advogado, residente nesta cidade** estava escrita a palavra — um — visivelmente emendada e tão visível que parecia ter sido feita por outrem que não a mesma pessoa escrevera a acta, além disso o m da palavra — um — cortava obliquamente debaixo para o § maiúsculo da palavra Segundo que segue. Entretanto, na fls. 18 da ata actual não se observa o que venho de referir.

Lembro-me, também, que fls. 19 a palavra — doiz — entre as palavras cento e a palavra votos, achava-se também visivelmente emendada, e não como se vê no livro ora exhibido. Lembro-me que outras emendas existiam e que essas foram a anotadas em termo de conserto feito pelo tabellião. A vista do exposto — affirmo que as fls. 18 e 19 do livro de actas da segunda seção foram substituídas — depois do dia 23 de Dezembro. Affirmo ainda que — nesta parte essencial — a acta que foi apresentada a esse Egrégio Tribunal, e que veio para exame decretado — não é a mesma que foi presente para o concerto da authentica no dia 23 de Dezembro de 1907. Se eu não tivesse plena certeza disso e por conhecimento próprio, não me arruinaria a fazer essa affirmação, com toda a franquesa e com toda a serenidade. E como toda a serenidade e máxima franquesa diria o contrario, se o contrário fosse verdade.

Os vereadores diplomados permaneceram os constantes da ata de apuração publicada em 23 de dezembro de 1907 (SÃO PAULO, 1908).

Eleitos no primeiro turno:		Votos	Eleitos no segundo turno:		Votos
José Manoel Vaz de Sampaio		677	Dr. Irineu Villela		678
Major João Baptista Novaes de Aguiar		184	José da Costa Telles		676
Dr. Alfredo Mario Vieira		171	Coronel Joaquim Lourenço Corrêa		676
Cesar Augusto Salgado Guarita		154	Major Manoel da Silva Gírio		674

TABELA 3

Fonte: São Paulo (1908)

Suplentes	Votos
Antônio Barone	674
João Kamla	664
Izidoro Geraldo Martins	556
Augusto Accioly Prado	521
Bento Vieira de Albuquerque	517
Alberto Maccheroni	514
Francisco Ferreira Pinto	504
Basiliano da Costa Fontes	488

TABELA 4

Fonte: São Paulo (1908)

Esta seria, no entanto, a última vitória eleitoral de José Manoel Vaz de Sampaio, sua ascendência política terminaria em 1910.

2.2.3 O HEREGE

O Coronel José Manoel Vaz de Sampaio foi sem dúvida uma figura peculiar. A confrontação de vários dados levantados na pesquisa documental faz-nos questionar quais seriam suas verdadeiras inclinações frente a atitudes por vezes controversas.

A filiação à Maçonaria é inequívoca e confirmada nas próprias atas da Loja Fé e Perseverança. Mais que um irmão, Vaz de Sampaio foi membro fundador, ocupando posições de destaque (CAPALBO, [199?], p.221-228). A nossa pesquisa revela que todos os varões dos Vaz foram maçons, mesmo Adolpho Vaz de Sampaio, jovem demais para constar na ata de fundação, tem seu nome vinculado à Maçonaria pelos informativos publicados n'*O Atalaya*. Apresentar o Coronel e seus parentes como anticlericais seria, neste momento, apenas suposição, entretanto, o secularismo assumido por setores republicanos reverberava no periódico dos Vaz. As publicações são inúmeras e variadas, compreendem desde a defesa do casamento civil entremeado a notícias sobre o Grande Oriente até críticas diretas a párocos ou à própria instituição católica.

Figura 100

Nota anticlerical publicada pelo jornal *O Atalaya*. Refere-se à postura intransigente do pároco de Limeira que excluiu o promotor público Arthur P. de Assis de uma corporação religiosa local.
Fonte: Coisas... (1901)

Figura 101

Nota da Loja Fé e Perseverança de Jaboticabal informando o resultado do pleito administrativo. Nota-se a afiliação de Adolpho Vaz de Sampaio devido a sua eleição para o posto de 2º Vigilante.
Fonte: Na Maçonaria (1907)

Figura 102

Notícia sobre festa realizada na Maçonaria para angariar fundos para construção de nova sede
Fonte: Festa... (1901)

Figura 103

Notícia sobre festa realizada na Maçonaria. Note-se na "Sessão Pública" o destaque especial dado à presença de Gabriela Vaz (irmã de Vaz de Sampaio), para a esposa e filhas de Antonio Blumer (gerente do jornal *O Atalaya*), além, é claro, dos políticos próximos ao Coronel, Irineu Villela, Basillano da Costa Fontes e Adolpho Vaz de Sampaio
Fonte: Festa... (1901)

Figura 104

Nota anticlerical publicada pelo *O Atalaya* sobre a negativa do pároco de Lavras para administrar sacramentos a um suposto maçom

Fonte: Orlando (1902)

Figura 105

Denúncia contra o padre de Bebedouro por realizar casamentos somente no religioso, ignorando assim a autoridade civil

Fonte: O Padre... (1904)

Figura 106

Artigo sobre a história da Maçonaria na Europa.

Faz apologia à instituição mencionando a associação maçônica de chefes de Estado e altezas reais, especialmente na Grã-Bretanha

Fonte: A Maçonaria (1901)

Pelo exposto nestes recortes ilustrativos nota-se a persistência de rugas entre a Igreja Católica e a Maçonaria. A situação não é nova, o embate marcou o contexto nacional a partir de 1872 pelos eventos ligados à Questão Religiosa⁸⁵. Analisando o Livro de Tombo da paróquia temos que a situação era conhecida pelos religiosos locais. Os detalhes constam na circular assinada por D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, em 1º de agosto de 1874:

Ainda o espirito publico achava-se gravemente impreçonado com a decizão proferida contra o Illustre Bispo de Olinda e Exmo. Irmão D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Condemnando-o a quatro annos de prizão com trabalho, por motivos, já conhecidos de todos, e que consistem no facto de não ter elle reconhecido a competência do poder Civil em assumpto de natureza espiritual, consequentemente do poder ecclesiastico, e eis que a mesma sçena de dor veio reproduzir-se no julgamento de outro prelado brasileiro não menos illustre o Exmo. e Revmo. Ir. Bispo do Pará D. Antonio de Maçedo Costa⁸⁶, aquém foi infligida, como se sabe igual condemnação [...]

Constrange-nos o coração Irmãos dilictissimos, à vista das lamentaveis occorrenças, aqui alludimos e que vieram amargurar ainda mais o episcopado brasileiro, sombrear o quadro das afliçoens que oprimem a Igreja na dolorosa crize que atravessamos, e, o que é nada ou ainda para notar, fazendo estremecer as relações que unem entre si os dois poderes civil e esperitual [...]

Não se trata, como é fácil comprehender de questoens individuais e sem referência a Sagrada Causa da Religião e da Igreja; más de um assumpto grave a que se prendem questões da mais alta importância religiosa, pois seria impossivel desconhecer que no [ilegível] daquelles dignos prelados foram gravemente violados os sagrados direitos do episcopado e a independência e liberdade da Egreja, independência que constitui com sabeis, uma verdade de fé [...]

E com effeito, as deçizoens a que nos referimos ainda sem exemplo nos annais judiçiaris do paiz, firmara entre nós, permita-se-nos dizelos, senão por força do direito, ao menos pella teoria do facto consummado, o funesto precedente de serem os Bispos julgados no tribunal civil ate por actos da sua administração pastoral, ou, o que importa o mesmo, do governo esperitual da diocesy em que os collocou o Espirito Santo para regerem a Igreja de Deos. Como se vê das seguintes palavras: In quo vos Spirtus Sanctus posuit. Episcopos regeri Ecclesiam Dei. (Act. dos Apost. 20. 28)⁸⁷.

Ademais, o que seria da independência e liberdade da Igreja se a supermaçia do poder civil se estendesse ate o ponto de nullificar e fazer cessar em todos os seus effeitos, com immediata communicacão de fernnos as mais severas, os actos de jurisdição esperitual praticados pelos primeiros pastores, os Bispos que são nas suas respectivas Diocezes, *cum Petro et Subi Petro*, os chefes do poder esperitual?

O resultado seria o que está acontecendo entre nós: conflitos gravíssimos entre a Igreja e o Estado, entre o sacerdócio e o império [...] (JABOTICABAL, 1874-1926, p.3-16).

⁸⁵ Debate público acerca da expulsão de religiosos afiliados à Maçonaria. Trata-se de ato de rebeldia das autoridades eclesiásticas frente às ordens do Imperador. Essa insubordinação marcou a progressiva aproximação entre Igreja Romana e Igreja Católica brasileira, conhecido como processo de romanização (Barata, 1999, p.91-100).

⁸⁶ Figura importante do movimento brasileiro de Reforma Católica durante o século XIX. Para mais informações consultar Azzi (1974; 1976).

⁸⁷ "Olhai, pois, por vós, e por todo o rebanho sobre que o Espírito Santo vos constituiu bispos, para apascentardes a igreja de Deus, que ele resgatou com seu próprio sangue" (NOVO TESTAMENTO, 2005, p. 172).

A persistência desta tensão no período republicano, para além da posição secular assumida pelo novo regime está no projeto institucional tanto da Maçonaria quanto da Igreja Católica. Em ambos os casos a organização e dispersão pelo território nacional foi fator essencial.

A Maçonaria possuía uma extensa rede de lojas instaladas nos mais diversos e distantes núcleos populacionais. Estas lojas se articulavam de forma a defender seus princípios, consubstanciados na busca do aperfeiçoamento moral do homem e na luta por uma sociedade mais secularizada. Tal constatação singularizava a organização maçônica em relação a outras instituições do período, como a Igreja, o Exército e o próprio aparelho do Estado que possuíam bases espaciais muito frágeis (BARATA, 1999, p.78).

Paralelamente, Miceli (1988, p.11-29) argumenta que a secularização foi fundamental para a construção institucional da Igreja Católica no Brasil.

Na conjuntura de implantação do regime republicano, a Igreja católica passou a enfrentar um duplo desafio. A tarefa mais urgente era, sem sombra de dúvida, a definição de uma moldura organizacional própria em condições de garantir autonomia material, financeira, institucional, doutrinária, capaz de respaldar quaisquer pretensões futuras de influência política (MICELE, 1988, p.19).

De fato, a segunda metade do século XIX foi também um momento de reorganização para a própria Santa Sé, marcada pela publicação das encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum* (1864) e pelo Concílio Vaticano de 1870. Trata-se de etapas importantes para a sobrevivência da instituição no mundo contemporâneo, no qual o avanço do pensamento moderno ameaçava as bases da tradição religiosa. O resultado espacial foi a ampliação das sedes administrativas em um ímpeto expansionista até então inexistente. No Brasil, isto significou a criação de 56 dioceses, 18 prelazias e três prefeituras apostólicas no período de 1890 a 1930, o que viabilizou a nomeação de cem bispos. Na literatura sobre a história da Igreja, esses números são entendidos como indicadores de uma expansão bem-sucedida, dispensando quaisquer indagações acerca dos princípios e diretrizes político-institucionais que condicionaram esse processo de ocupação territorial (MICELE, 1988, p.59).

Em meio a esse contexto turbulento o Coronel Vaz também foi freqüentador de atividades religiosas. Seu nome consta na lista de irmãos do Santíssimo Sacramento responsáveis pela guarda do Santíssimo durante o feriado da Semana Santa do ano de 1906. Pelo menos aparentemente, o Coronel conseguia manter algum tipo de relação social com os representantes de irmandades religiosas na cidade.

É, no entanto, em sua vida pessoal que a situação complica-se um pouco, nunca se casou, porém manteve um relacionamento que durou até sua morte com uma mulata viúva, conhecida na cidade como Don'Ana Vaz (ARRUDA FILHO, 1987, p.148).

A situação era comentada por toda Jaboticabal, mas o fato não parece ter abalado sua ascendência política sobre o eleitorado. Situação inusitada, para seu tempo, parece comprovar que na fundamentação de valores na sociedade brasileira a moral política lograva manter-se descolada da moral religiosa⁸⁸.

Figura 107
Convocação da Irmandade do Santíssimo Sacramento para a guarda do Santíssimo durante a páscoa de 1906
Constam os nomes de José Manoel Vaz de Sampaio, Adolpho Vaz de Sampaio, Cláudio Vaz de Arruda, Irineu Villela e Bento Vieira de Albuquerque
Fonte: Irmandade... (1906)

⁸⁸ Prado Junior (2004, p. 354-355) observa a raiz da situação no empreendimento colonial: “Não é assim de esperar dos mandamentos religiosos um freio sério à corrupção dos costumes. O culto fica nos ritos externos, estes sim rigorosamente observados. Quanto à moral, era-se de uma tolerância infinita”.

2.3.1 DO SAGRADO AO PÚBLICO

“Ah, Exmo Revmo Senhor Arcebispo, *quamquam animus meminisse horret veritatem dicere non erubesco. Inimicus homo hoc fecit!!*”⁸⁹ (GRECCO, 1909)⁹⁰.

Este é o tom de desabafo que o cônego Nunzio Grecco dirige a seu superior, Dom José Marcondes Homem de Mello, Arcebispo de São Carlos, em uma carta datada de 31 de dezembro de 1909. Este tipo de documento, geralmente embasado por palavras de amor filial e votos de paz e saúde, neste caso tem uma postura diversa. O vigário que administrava a fábrica⁹¹ de Nossa Senhora do Carmo de Jaboticabal e tinha sob sua responsabilidade o patrimônio⁹² da igreja, explica sua queixa:

Figura 108

Cónego Nunzio Grecco
Fonte: Lauriano (197?)⁹³

⁸⁹ Tradução: Embora o meu espírito tenha horror de lembrar-se, eu não me envergonho de dizer a verdade. O Diabo fez-se por este homem.

⁹⁰ Informação pessoal (AMDJ).

⁹¹ Fábrica da Igreja: adaptação do termo latino *Fabrica Ecclesia* que significa a construção de uma igreja, no entanto, em um sentido amplo também diz respeito aos fundos necessários para tal obra. A expressão pode ainda ser usada para designar os serviços de reparo e manutenção de igrejas e os custos dos empreendimentos missionários. Este vocábulo é amplamente utilizado na hierarquia católica, mesmo em países de língua inglesa, desvinculados do sistema de padroado instalado nos países ibéricos durante o período colonial. Para maiores informações consultar <http://www.newadvent.org/cathen/03041a.htm> [acessado em 22 abr. 2008]. Sobre o padroado português consultar Hoornaert (1979, p. 160-169). Consultar também o capítulo “Igreja: Instrumento de conquista e ordenamento social” na tese de doutoramento de Vale (1998, p.28-65).

⁹² Marx (1991, p.38-39) esclarece que “os patrimônios constituíam porções de terra cedidas por um senhor, ou por vários vizinhos para servir de morada e de meio de subsistência a quem desejasse morar de forma gregária e voltada para certas atividades ou tivesse, no fundo, outro tipo de relacionamento de trabalho ou de troca com os doadores”. “Eram porções de terra doadas nominalmente a uma devoção, a um santo padroeiro. Passavam a constituir um patrimônio desse orago, de sua capela, administrado por uma entidade que devia merecer a autorização da Igreja e obedecer também aos preceitos das Ordenações do Reino [...]”.

⁹³ Livro pesquisado no APHRP, Registro 5, Cx.1, Paróquia.

Cumpre-me levar a conhecimento de Va. Exa. Revma. q múltiplas e penosas circunstâncias ocasionaram a demora da prestação de contas da fábrica, circunstâncias de q facilmente Va. Exa. Revma. bem poderá ter o mais cabal conhecimento.

O patrimonio da matriz de Jaboticabal é um dos mais ricos da Diocese e no entanto tem sido espoliado pela nefasta intervenção do espirito satanico.

Dos meus relatorios apresentados na prestação de contas vem-se o propósito e os esforços q em cumprimento do meu dever de vigario e fabriqueiro⁹⁴ empreguei para tutelar os direitos da fábrica e para minimizar as obras de uma matriz nova de que tanto necessita a parochia do Jaboticabal.

Logo após a minha volta a esta parochia (fatalidade Exmo. Revmo. Sr. Bispo⁹⁵) solicitei e obtive a nomeação de uma comissão para arranjar os meios e iniciar as obras de uma matriz nova; mas q diria q as pessoas mais gratas do lugar, nomeadas para tal fim ficassem afastadas e inimigas por motivos políticos em modo tal q não foi possivel realizar a primeira reunião.

Sem desfalecimento procurei remediar com toda energia a esta primeira dificuldade, sem me lembrar ou cogitar q outras maiores deveriam surgir para paralisar meu *desideratum* (GRECCO, 1909, grifo nosso).

A razão da disputa foi o ajardinamento da Praça da República e a demanda da Câmara Municipal para que a igreja matriz fosse reconstruída em outro local. O antigo largo, ponto que assinala a própria gênese do assentamento⁹⁶ estava destinado a tornar-se uma praça de inspiração européia, integrava pretensões políticas e administrativas que exigiam a urbanização e o embelezamento em nome do progresso.

O autor da mensagem, cônego Nunzio Grecco, religioso italiano incardinado na diocese Policastro e naturalizado brasileiro em 1876, ocupou a função de vigário da cidade de Jaboticabal em dois períodos quase consecutivos, 1890 a 1897 e, posteriormente, 1903 a 1910⁹⁷. Na primeira ocasião, aportou transferido da paróquia de Ribeirão Preto, onde foi o segundo vigário nomeado para sua chefia — 1877 a 1890. Lá, organizou os primeiros documentos para, em seguida, transcrevê-los nos livros competentes, o que dotou os arquivos eclesiásticos locais com o histórico da sua fundação (LAURIANO, 197?, p. 9-14).

⁹⁴ Fabriqueiro, termo utilizado para designar o administrador da fábrica da Igreja.

⁹⁵ D. Antonio Cândido Alvarenga, bispo da Diocese de São Paulo no período de 1898 a 1903. Faleceu em 1º de abril de 1903.

⁹⁶ Ainda seguindo as observações de Marx (1991, p.39-40) temos que “tal patrimônio fundiário, tal gleba possibilitava a construção do templo, constituía seu terreno propriamente dito e necessário. Constituía também o espaço externo recomendado para a parte dianteira tradicional dos santuários cristão: um terreiro, um pátio, um largo da igreja ou capela – seu átrio”. Trata-se de uma associação que permite a proliferação de assentamentos urbanos e de forma simultânea possibilita a expansão e o exercício do culto católico. As fábricas das igrejas tinham autoridade de subdividir e aforar partes de seu patrimônio e garantir rendimentos para a manutenção do templo.

⁹⁷ Informação obtida no Livro de Tombo n. 3, onde consta a lista dos párocos de Jaboticabal de 1843 a 1943 (JABOTICABAL, 1927-1945, p. 15). Documento pesquisado na Paróquia de Jaboticabal.

Cione (1992, p.66), memorialista de Ribeirão Preto, apresenta Grecco como “um dos religiosos de maior projeção na formação espiritual de nossa gente”, afirmação enfatizada pelo eloquente ofício da Câmara, a ele dirigido em 1880, prestando seu voto de reconhecimento pelos benefícios proporcionados à paróquia.

[...] Considerando que à V. Sa. devemos o aumento e conclusão do Côrpo da nossa Igreja Matriz considerando que, à V. Sa. deve a parochia as mudanças convinientes que mandou proceder na dita igreja: considerando que, no, cumprimento de seus deveres, V. Sa. tem sido assíduo e pontual, sem que tenha faltado alguns deles, e sem que para isso seja elevado por qualquer interesse a não ser da distribuição do posto espiritual, indistintamente as suas ovelhas [...] (CIONE, 1992, p.66).

Mas em Jaboticabal os tempos eram outros... A República reclamava espaços para o exercício da vida pública, seja qual for o significado que se possa a esta atribuir: sociabilidade burguesa e/ou exercício do poder local. Contudo, não foi este evento relatado por Grecco, o primeiro a transformar, ou melhor, a criar efetivamente um espaço que pudesse ser designado como “público” numa organização municipal que ainda reproduzia tradições coloniais. A primeira modificação significativa da ordem que privilegiava o adro da Matriz como espaço comunitário e, em essência, ligado mais ao exercício da religião, acontece na renomeação de logradouros, aprovada na sessão da Câmara de 20 de abril de 1895, sob a presidência de Cláudio Vaz de Arruda.

A Comissão nomeada em sessão d'esta camara em dacta de 7 de janeiro do corrente anno para organizar a denominação das ruas e largos d'esta cidade, vem hoje apresentar o seu trabalho pela seguinte forma: As avenidas a partir da primeira situada as margens do correjo Cerradinho, tomarão a seguinte denominação: Tiradentes, General Carneiro, Duque de Caxias, Da Estação, General Osório, Pintos, Benjamin Constant, 13 de Maio, 15 de Novembro, do Carmo, Marechal Deodoro, Triumpho, Libero Badaró e 7 de Setembro. As denominações das ruas, serão Comércio, S. Sebastião, Redempção, Boa Vista, 24 de Maio e Sacramento. As do bairro de além córrego, São João, Liberdade e José Bonifácio. As praças e largos se denominarão; **Praça da República (matriz)**, Largo Municipal (Cadeia) [...] (JABOTICABAL, 1892-1895, p.95, grifo nosso).⁹⁸

A Câmara, representante local da República da ordem e do progresso, aspirante de uma modernidade que se translada mais facilmente quando conexas ao universo material, ao renomear tais espaços associa-se à própria identidade urbana. Segundo Cascudo (2004, p. 658-662), o nome é a essência da coisa, dá-lhe substância e destino estabelecendo uma força mágica, inseparável e perpétua nos dois elementos indestrutíveis: nome e massa nominada. A mudança de nome é uma divisão simbólica de dois planos. O anterior que deve desaparecer e o novo que presidirá a segunda fase, nome oficial, proclamado e aceito. Ainda por este caminho, o nome atrai infalivelmente a coisa que lhe pertence, é um agente ligador, sua mudança interrompe a continuidade entre coisa e dono. Assim, em 1895 o largo que era da Matriz transformou-se em praça que passa a ser da República.

⁹⁸ Note-se que o processo de secularização transposto para a nomenclatura de logradouros não atingiu todas as ruas. A ligação com a religião Católica mantém-se nas ruas S. Sebastião, Redenção, São Sebastião e Sacramento.

O discurso de posse⁹⁹ de Basiliano da Costa Fontes, em 15 de janeiro de 1896, reproduz a necessidade de obras sanitárias, que começariam a ser materializadas somente 10 anos mais tarde. Esta seria, no entanto, a primeira menção concreta a intuir que Câmara Municipal atuaria para atender os preceitos do Código Sanitário de 1894¹⁰⁰.

[...] “Amor, Trabalho e Perseverança” eis o lemma que nos deve acalentar dia e noite. Uma vez que sois a personificação desta triade sociologica peço o vosso valoroso concurso para os melhoramentos que julgo momentosos e portanto imprescindíveis para este municipio.

Os melhoramentos a que me refiro são os seguintes:

1º O abahulamento das ruas e collocação de guias e sargetas, que permittam o facil escoamento das aguas pluviais, nas principais ruas da cidade.

2º A substituição da actual iluminação pública por outra feita à luz electrica.

3º O emprego de todos os esforços para que se torne effetiva a immediata canalização de agua potavel e a construção de uma rêde de exgotos.

4º O feichamento do cemiterio do Santíssimo por estar este encravado no coração e no ponto mais culminante da cidade.

5º A organização de uma empreza de transporte de immundices e de aguas servidas e industriais.

6º O nivelamento da praça da República e em tempo opportuno a criação de um jardim publico na mesma. Cumprimos ainda com toda a solitudine continuar a por em prática as medidas higienicas que serão philanthropica e sabiamente instituídas e adaptadas pelos nossos antecessores na municipalidade transacta [...]

Estou convencido que não pouparemos exforços para que o mais breve possivel possa a população desta cidade digo municipio gozar de todos os benefícios acima incullcados, e isto para que mais tarde não sejamos justamente acoimados de desídias por aquelles que hoje nos conferem o poder de dirigir este municipio [...] (JABOTICABAL, 1895-1899, p. 18-19).

Dentre todas as obras citadas no ambicioso discurso, a primeira a ser efetivamente empreendida foi o ajardinamento da Praça da República. É inegável que a atuação sobre o que se desejava estabelecer como “espaço público” fosse politicamente mais interessante que a provisão de infra-estrutura urbana. À frente da comissão encarregada da concretização do projeto estava ninguém menos que o próprio Coronel Vaz de Sampaio. O artigo publicado pelo jornal *O Atalaya*, em 20 de maio de 1899, ao lado da convocação eleitoral do Partido Republicano, “solicita o apoio do generoso povo de Jaboticabal” (JARDIM, 1899).

Na condição de tesoureiro, o Coronel Vaz foi o representante da comissão a negociar com a edilidade verbas adicionais para a finalização da praça. Vide a seqüência de sessões que tratam do assunto.

⁹⁹ Posse do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Jaboticabal.

¹⁰⁰ Ver páginas desta dissertação: 34; 48; 50-52 e 65.

Em de 15 de setembro de 1900, sob a presidência de Cláudio Vaz de Arruda:

Pelo cidadão vereador Manoel da Silva Girio foi apresentada uma indicação de teor seguinte: Havendo sido criada nesta cidade uma comissão para angariar donativos afim de se proceder o ajardinamento da Praça da República, cuja comissão é composta dos cidadãos Coronel José Manoel Vaz de Sampaio, Major João Nobre de Almeida, Tenente Philomeno Votta e Adolpho Vaz de Sampaio e apesar dos esforços empregados pela mesma comissão, esta por sua vez desejando concluir o serviço visto que já existem alguns materiais, pede um auxílio a esta edilidade para proceder a conclusão do dito jardim e em vista do exposto indica que seja o Intendente autorizado a despendar até a quantia de cinco contos de réis pela verba de obras públicas (JABOTICABAL, 1899-1905, p.39-40).

Na data de 2 de janeiro de 1901, também sob a presidência de Cláudio Vaz de Arruda:

Pelo cidadão Intendente foi apresentada a Camara uma conta dos membros da Comissão do Jardim da praça da Republica desta cidade, de 22 de Dezembro p. passado, os Cidadãos Adolpho Vaz de Sampaio, Coronel José Manoel Vaz de Sampaio e Philomeno Votta, dirigida ao mesmo cidadão Intendente pedindo a quantia de 416\$600, quatrocentos e dezeseis mil e seiscentos reis, para pagamento do empreiteiro das mesmas obras, o cidadão Antonio Barone. Posto em discussão foi resolvido que o cidadão Intendente esta autorizado pela Camara a despendar com as referidas obras até a quantia de cinco contos e que por isso podia satisfazer o pedido [...] (JABOTICABAL, 1899-1905, p. 42).

Figura 109
 Convocação do Partido Republicano e apelo da comissão encarregada das obras do jardim para subscrição de doações
 Fonte: Partido...; Jardim... (1899)

Na sessão de 1^o de março de 1901, sob presidência de Cláudio Vaz de Arruda:

Um ofício dos cidadãos membros da Comissão encarregada de obter donativos para auxílio do Jardim da praça da República e da iniciação da mesma, datado de hoje, fazendo ciente a Camara que já se acha bastante adiantado o mesmo jardim, graças ao valioso auxílio pecuniário e administrativo prestado por esta Camara, fazendo entrega da mesma a Municipalidade.

A Camara tomando em consideração os serviços com tanta dedicação prestou a referida Comissão ao referido Jardim se manifestou grata e aceitando a entrega e ordenou que archivasse o officio (JABOTICABAL, 1899-1905, p.45).

Em 15 de março de 1901, em sessão presidida por Cláudio Vaz de Arruda:

Pelo cidadão Intendente foi exposto a Camara a necessidade de contrahir um empréstimo de vinte contos de reis (20:000\$000) visto achar-se o cofre da Camara exgotado, para os pagamentos dos empregados e mais despesas imprescindíveis como seja: continuação dos serviços do Jardim, limpeza publica, iluminação e etc etc e declarou que consultando em S. Paulo encontrou ali uma pessoa que faz o empréstimo dessa quantia a juros de um e meio por cento ao mes, cuja a dívida pode ser paga em Agosto próximo e por isso pedia a Camara que considerasse esta exposição e resolvesse o assumpto.

Posto em discussão foi unanimemente reconhecido de urgente necessidade essa medida e por tanto ficasse o cidadão Intendente auctorizado a contrahir empréstimo nas condições acima referidas por conta da Camara (JABOTICABAL, 1899-1905, p. 46).

Sob presidência do Major Manoel da Silva Girio, em 1^o de outubro de 1901:

O requerente Luis [ilegível], pedindo pagamento de 60\$000 de tijollos por elle fornecidos ao Jardim Público, despachado na sessão passada = À respectiva commissão para informar. Esta commissão representada por um de seus membros o Cap. Adolpho Vaz de Sampaio informou ser verdadeiro o pedido do requerente e não estar ainda pago a referida quantia pedida, posto por tanto em discussão foi unanimemente resolvido que se pague, pelo que teve o seguinte despacho: deferido (JABOTICABAL, 1899-1905, p. 56).

Em sessão presidida por Basiliano da Costa Fontes, em 23 de agosto de 1902:

Pelo cidadão Intendente foi a Camara sciente de ter ele pago a Casa dos Srs. Lidgerwood de Campinas a quantia de 3:622\$000 [...] cujo corêto já se acha collocado no Jardim Público desta cidade. Pagou-se mais ao cidadão Claudio Vaz de Arruda a quantia de vinte e cinco contos de reis, do empréstimo que havia feito a esta Camara — pagou também a Antonio Rossi, o serviço no canto do Jardim a quantia de 187\$500. A José [ilegível] importância de postes para lampiões no Jardim Público, 240\$000 [...] (JABOTICABAL, 1899-1905, p. 80).

Para valorizar o evento, a inauguração é marcada em coincidência com uma data cívica, 7 de setembro de 1902. A menção é feita pelo jornal *O Atalaya*, em 3 de agosto de 1902.

Figura 110

Marcada a inauguração do Jardim Público

Fonte: Jardim... (1902a)

A chegada dos bancos e a confirmação da inauguração são dadas pela edição publicada em 14 de agosto de 1902. Coincidentemente as notícias publicadas junto aos outros comunicados também interessam nossa pesquisa. O primeiro trata de uma dentre tantas menções feitas à Maçonaria em um jornal cujos proprietários não negavam sua afiliação. E a segunda trata da inauguração da ponte sobre o córrego de Jaboticabal na altura da Avenida Duque de Caxias. Ironicamente, o evento prevê a benção da obra de benfeitoria urbana.

Figura 111

Conjunto de notas interessantes numa combinação aparentemente insólita:

O Oriente, Jardim Público, Ponte

Fonte: Jardim... (1902b)

Essa convivência pública entre Igreja e Maçonaria, como já exposto, não foi pacífica como poderia intuir-se pela leitura destas notícias, e isso nos faz voltar à queixosa carta do cônego Nunzio Grecco a D. José Marcondes Homem de Mello.

Ninguém poderá duvidar q tratando-se de um edificio importante pelo seu Destino publico— uma matriz a prouver sempre o centro da cidade. Firme em tal propósito escolhi o lugar do cemiterio velho, fechado por ordem da Camara Municipal e às expensas da fábrica. Esta minha resolução melindrou o fanatismo masonico, cujo veneravel, um atheo professo, mercenario ruiu à saldo da difamação e da calumnia procurou todos os meios para diffcultar o início das obras. Valendo-se da nefasta influencia para com todos os vereadores masons fez profanar o cemiterio sem a prévia licença para a remoção dos restos mortaes negando q o terreno do cemiterio pertencesse à Fábrica. Dos documentos junto V. Exa. Revma. verá qual foi a resolução da Camara. Absurdo eu da maior prudencia não querendo demandar com a Camara pedi aos senhores vereadores o favor de esperar q o novo Bispo de São Carlos tomasse posse da Diocese para S. Exa. resolver o litigio. Qual foi resultado? — immediatamente se movem uma serie de calumnias e de injurias ao vigario por diffcultar o embelezamento da praça em frente ao edificio da masonaria.

Antes porem de todas essas miserias q revelaram uma verdadeira degeneressencia moral. Elle, o venerável da masonaria de mãos dadas com o presidente da associação anti-clerical em uma reunião realizada propositalmente anularam a tarde multa dos anti-clericaes do não pagar os foros e de não pagar laudemio, pois tudo era uma verdadeira espoliação. Infeliz o povo local, seduzido pelo sórdido interesse recusar pagar os foros em enorme prejuízo da fábrica (GRECCO, 1909).

O vigário de Jaboticabal desejava a Matriz como um marco na paisagem, localizada em solo elevado e no centro de uma praça. Ao perder autoridade sobre o adro incorporado à praça e renomeado em honra à República a intenção do cônego é buscar equilíbrio de forças pela prevalência do edifício religioso no horizonte urbano. A demanda por espaço simbólico não era nova, como atesta a recomendação de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho em visita pastoral nos meses de agosto e setembro de 1893.

A Igreja Matriz situada num declive do povoado não corresponde a importância deste florescente lugar; pois além de muito baixa e sem regras architectônicas, foi construída de madeira e barro. Felizmente, em compensação é um templo vasto, perfeitamente seguro e retocado de novo e, se bem que ainda por muitos anos não haja necessidade de uma nova Matriz, recommendamos ao Revdo. Parocho e aos fieis que promovão a construção de uma nova Matriz num planalto que fica sobranceiro ao povoado, e já lembrado por nosso antecessor de saudosa memória o finado senhor Bispo Dom Antonio Joaquim de Mello [...]

Auxiliaram-nos, tomando parte nos trabalhos da visita os seguintes sacerdotes = **Cônego Nunzio Grecco**, vigário da Paroquia [...] (JABOTICABAL, 1874-1926, p. 137-138, grifo nosso).

Figura 112

Publicação dando conta do péssimo estado da igreja. Entre as críticas, parede com reboco caído e torre dos sinos apodrecida
Fonte: Ao Dr. Fabriqueiro (1901)

Grecco, sacerdote local no período da visita, sente-se pessoalmente incumbido da tarefa de construir a nova Matriz. O prédio antigo, ainda carregado da influência do afluxo mineiro, pós-ciclo do ouro, adentrava o século XX sofrendo as mais severas críticas por seu mau estado de conservação. Movido por este objetivo, põe-se em uma cruzada para utilizar o terreno do antigo cemitério, fechado por razões sanitárias. Seu texto inflamado é, portanto, revelador dos desdobramentos locais que permearam a instalação do governo secularizado. Ao mesmo tempo, os episódios da conjuntura nacional não são alheios aos agentes e articulam-se na configuração de um quadro político que traz implicações diretas à organização espacial da área central de Jaboticabal.

Figura 113
Fachada do prédio
da Matriz antiga
Fonte: Capalbo (2007)

As palavras de Grecco personificam os discursos que integraram o projeto de reorganização da Igreja Católica no Brasil. Entre estes, um progressivo desacordo com as idéias liberais da Ilustração, especialmente circuladas pela Maçonaria (BARATA, 1999, p.100-110) e a crescente incerteza sobre o destino do patrimônio fundiário sob tutela e administração da instituição. Se, no período imperial, a Igreja estava sufocada pela autoridade do Imperador a ponto de suscitar o clamor do episcopado pela liberdade de ação sobre assuntos tidos como de competência espiritual, na República a insegurança pairava sobre a integridade patrimonial da instituição. A inspiração republicana nas utopias filiadas à Revolução Francesa colocava em risco as propriedades da Igreja. D. Antonio de Macedo Costa expressa essa apreensão ainda em 1888, alertando para a possibilidade de dissolução do patrimônio religioso que poderia ser “violentamente desviado de sua instituição e absorvido pela voracidade do fisco, ou antes, pela especulação privada que nele já tem postos olhos cheios de cobiça” (AZZI, 1976). O padroado que tornou possível o processo de colonização vinculou grande parte das terras urbanas à administração eclesiástica, proporcionando uma renda adicional sobre as transações imobiliárias e o recolhimento de taxas anuais sobre terrenos aforados¹⁰¹ (HOORNAERT, 1979, p.33-41). No âmbito local, isso significou, entre outras coisas, a provisão de meios para o empreendimento missionário e a arrecadação de fundos para a construção e a conservação dos edifícios religiosos. Neste sentido, a própria existência da hierarquia católica estava em jogo, já que os fundos necessários à subsistência estavam ameaçados.

¹⁰¹ Terrenos aforados são os objetos das relações enfiteuticas. A palavra enfiteuse é de origem grega, contudo, o instituto tem suas raízes no direito romano, enquanto, a denominação aforamento vem da época medieval. Na história brasileira os senhorios se organizam na seguinte ordem: Igreja 60% das terras aforadas, 30% são terras públicas, 3% cabem à antiga família real, e o restante, 7% a particulares inominados (AMORIM, 1986, p.2)

Grecco tinha plena ciência da situação e de seus desdobramentos. Enquanto vigário em Ribeirão Preto, organizou as correspondências diocesanas no livro “Registro das Pastoraes”, transcrevendo de próprio punho os vários episódios do conflito.

Figura 114

Capa do Registro de Pastoraes da Paróquia de Ribeirão Preto
Livro organizado pelo pároco
Nunzio Grecco.
Fonte: Ribeirão Preto (1885)¹⁰²

Figura 115

Abertura do Registro de Pastoraes com despacho de autorização de D. Lino Deodato Rodrigues, assinado em 30 de novembro de 1885
Fonte: Ribeirão Preto (1885)

Como as palavras de apoio de Pio IX ao bispo encarcerado Vital Maria, enviadas de Roma em 29 de maio de 1873:

Posto que nossas dores tenham sido exacerbadas pelo que tu, veneravel irmão, nos expuseste a respeito das obras do maçonismo, tão largamente diffundido nesse paiz, que tem chegado a invadir as nossas Irmandades, a ponto de totalmente corromper algumas delas [...]

Antiga é tal peste [...]. Já desde o anno de 1738 Clemente XII, de veneranda memoria, em suas letras encyclicas, *In eminenti*, passada a 28 de Abril se lastimava, dizendo: Ao longe e ao largo vão em progresso certas sociedades vulgarmente chamadas dos francos-mações, mas quaes homens de qualquer que seja a religião e a sceita contendando-se de uma certa affetada apparencia de honestidade, associão-se entre si em estreita e impérvia alliança, e julgando necessária a mais solícita vigilancia afim de que semelhante gente, quaes ladrões, não arrombe a casa e a maneira de raposas, não tente demolir a vinha, proscrescia taes conventiculos, qualquer que fosse o nome que tomassem, mandando a cada um dos fiéis que delles devia totalmente abster-se sob penas de *ipso facto* sem mais alguma declaração, incorrer em excommunhão, qual somente o Romano Pontífice poderia absolver, a não ser em artigo de morte (RIBEIRÃO PRETO, 1885, p.16-18).

¹⁰² Documento eclesiástico sob guarda do AHPRP.

Figura 116

Assinatura de Nunzio Grecco nas cópias transcritas:

“Está conforme o original. Por mandado do Il. Exmo. Revmo. Sr. Bispo Diocesano”

Fonte: Ribeirão Preto (1885)

Ou a representação dirigida ao imperador contra o projeto de liberdade de cultos, redigida pelo bispo de São Paulo e respaldada por todo clero em 3 de setembro de 1888.

A questão religiosa e a questão política perturbam actualmente os paizes civilizados do mundo.

A indiferença com que se encara a existencia deste ou d'aquelle culto é a mesma com que se encara esta ou aquella fórma de governo.

Os que se movem contra as instituições políticas estabelecidas são, em regra, os mesmos que se movem contra os cultos religiosos reconhecidos e acceitos. Ha, entretanto, em nosso paiz, homens bem intencionados que não percebem esta ligação fatal. Destes, uns querem a conservação do catholicismo como religião do Estado com a mudança da fórma de governo, outros querem a permanência do governo com a suppressão da religião do Estado.

Uns e outros não comprehendem Senhor, o nexo e a opposição das idéias que sustentam ou combatem.

Não assim V. M. Imperial, cujo espirito recto e cultivadissimo sabe discernir as cousas sociaes para não consentir em ver abalado o que é fundamental e organico em a sociedade politica (RIBEIRÃO PRETO, 1885, p.159-161).

Contudo, as palavras que revelam a expressão do estado de coisas são as de D. Macedo Costa em carta dirigida a Rui Barbosa, na data de 22 de dezembro de 1889, esclarecendo sua posição.

Não desejo a separação não dou um passo, não faço um aceno para que se decrete no nosso Brazil o divórcio entre Estado e Igreja [...]

Todavia taes podem ser as circumstancias deste ou daquelle paiz que esta these geral não possa mais ter ahi applicação pratica sem graves inconvenientes até para a mesma Igreja. Póde ahi a fé ter-se enfraquecido a ponto que toda a parte dirigente tenha-se tornado catholica só de nome; podem achar-se ahi já estabelecidas seitas poderosas e varias communhões dissidentes, póde haver reclamações tão urgentes, uma torrente de opinião tão pujante composta de todos os elementos contrários ao Catholicismo, que o governo julgue não poder resistir sem perigo de perturbação da ordem publica sem fomentarem-se discórdias entre os cidadãos.

Que fazer neste caso?

Recorrer ao princípio de moral que as leis positivas não obrigam com grande encommodo e deixar as diversas comunhões religiosas exercerem seus cultos, sem nenhum constrangimento legal [...]

Mas quem quererá tomar, a não ser o governo a responsabilidade de uma decisão tal no caso concreto do nosso Brasil?

Um Bispo por si só não poderia tomá-la. Seria uma temeridade, uma indiscrição, uma leviandade que elle se tornasse responsável de negocio tão grave, quanto mais agora [...] (RIBEIRÃO PRETO, 1885, p.163-169).

D. Macedo Costa demonstra sua preocupação com o patrimônio da instituição e atesta sua preferência pelo modelo americano de república:

Mas se o Governo Provisório está resolvido a promulgar o decreto; se este é inevitável e intransferível, ao menos attenda-se o mais possível aos direitos da Igreja, mantenha-se e respeite-se a sua situação adquirida entre nós ha cerca de tres seculos.

Uma cousa são direitos, outra cousa são privilégios. O direito de propriedade, por exemplo, nos deve ser garantido como aos dissidentes. É evidente que, sob calor e protesto de liberdade religiosa, não devemos ser esbulhados [...]

Liberdade para nós, como nos Estados Unidos! Não seja a França (de Gambeta e de Clémenceau) o modelo do Brasil, mas a grande União Americana! (RIBEIRÃO PRETO, 1885, p.163-169).

Após a proclamação a vocação laica do novo regime é marcada pela publicação do decreto de separação entre Estado e Igreja, em janeiro de 1890. Neste, os artigos nºs 2 e 3 proclamaram o direito de culto e a liberdade religiosa enquanto o artigo nº 4 extinguiu o padroado com todas as instituições, recursos e prerrogativas. Se o artigo 5º garantiu a manutenção do domínio dos bens eclesiásticos, esse assunto se manteve como grave motivo de preocupação para o bispado (MARIA, 1981)¹⁰³. Este foi o contexto predecessor do desacordo entre Grecco e a Câmara da cidade de Jaboticabal. Eles são os agentes locais de uma batalha em que discursos abstratos de autoridades distantes — um Estado em formação e uma Igreja que se romaniza — materializam-se em elementos de forma urbana marcados pelo desejo de preeminência espacial.

É neste momento que a faceta anticlerical de alguns setores republicanos e a ampla atuação pública de membros da Maçonaria, representada aqui pelo próprio Coronel Vaz, começam a fazer sentido dando cores às críticas do Cônego que, frente aos desdobramentos locais de

¹⁰³ “Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, aos 7 de janeiro do ano seguinte o Governo provisório publicou o decreto da separação da Igreja e do Estado, abolindo no art. 4º – o padroado com todas *as suas instituições, recursos e prerrogativas*; proibindo no art. 1º ao Governo federal leis, regulamentos ou atos administrativos sobre religião; declarando no art. 2º o direito de todas as confissões religiosas ao exercício de seu culto, sem obstáculo aos seus atos particulares ou públicos, assegurando no art. 3º a liberdade religiosa, não só aos indivíduos, isoladamente considerados, mas ainda às Igrejas que os unem numa mesma comunhão; estabelecendo no art. 5º a personalidade jurídica para todas as Igrejas e comunhões religiosas, e mantendo a cada uma o domínio de seus bens” (MARIA, 1981, p.103).

instauração do novo governo, vê impedido seu direito de propriedade sobre as praças da cidade. Os documentos pesquisados no Arquivo da Mitra Diocesana de Jaboticabal mostram os contratempos no recebimento dos foros e as artimanhas jurídicas da população para fugir do laudêmio¹⁰⁴, somando-se ainda a dificuldade da própria Igreja em controlar as atividades dos fabriqueiros em exercício. Exemplo disto é o rascunho, de carta enviada ao bispo diocesano datado 5 de março de 1895. Nele, o vigário geral do bispado, Monsenhor Claro Monteiro do Amaral, em diligência para acertar a situação patrimonial das cidades de Jaboticabal, Monte Alto e Pitangueiras, entre outras, relata seus feitos e dificuldades:

Chegado a Jaboticabal officiei a todos os fabriqueiros chamando-os as contas e dei contas ao vigário de minha comissão, tendo logo o despraser de ouvir deste e de algumas outras pessoas serias, que eu viria encontrar grandes prejuízos e desordens nas fabricas. Igualmente fui informado que era difficil encontrar pessoa apta para o cargo, por causa de regulos locaes, o que infelizmente é verdade e graves embaraços trouxe ao desempenho de minha comissão. Os lançamentos do ex-fabriqueiro desta Matriz são tão mal feitos e o desvio de talões e documentos de tanta ma fé que não me era possível obter informações exactas a respeito. Gastei 5 dias em ardoroso trabalho de exame de livro e papéis para verificar o desfalque provado e o desfalque real da Fábrica. No livro de Receita e Despesa dei o despacho que vai em apenso (N.1). Uma Fábrica possuidora de 300 alqueires de terras mais ou menos, todos aforados a 5\$000 a data (10bx50b) e a 15\$000 o alqueire de ter uma renda annual de mais de 15:000\$000, entretanto a receita escriturada em quase três anos orçou em 13:764\$500!!

As posses do ex-fabriqueiro se achão em nome dos filhos e portanto fis o que foi possível, exigindo que o mesmo como procuração dos filhos entregasse à Fábrica 2 casas que tem os mesmo em Araraquara, ficando o atual fabriqueiro encarregado da transação.

Nomeei tesoureiro-fabriqueiro da Matriz o Senhor Major João Guilherme de Almeida Braga, chefe de família honrado e habilitado que tem exercido até o cargo de Juiz Municipal (suplente), procurando assim organizar a escripturação da Fábrica e a acautelar os interesses da mesma, serviço que me tomou vários dias. Ordenei que os contractos de aforamento fossem todos feitos por escriptura pública (como é de lei) e com os dizeres constantes do apenso nº 2; providências que estendi a todas as Fábricas da paróquia [...]

Nomeei fabriqueiro de Monte Alto o Capitão Joaquim Gomes de Oliveira, fazendeiro abastado e honrado, tendo exonerado o antigo fabriqueiro que pediu demissão e que com seo relachamento concorreo para a anarchia da escripturação da Fábrica, nada tendo feito do que lhe era ordenado no provimento de visita de sua Exa. Revma. o Senhor Bispo Diocesano, de santa memória.

Chamei o sr. Isaac Brunsevik, que servia de zelador fabriqueiro de Pitangueiras, que appresentou contas regulares, mas em livros sem sello, abertura, etc; aprovei taes contas e mandei archivar ditos livros, o nomeei fabriqueiro interino para iniciar processo canônico do patrimônio. Em vista de reclamações de Pitangueiras segui para alli, onde tudo examinei e dei a exoneração que pediu o sr. Isaac Brunsevik, nomeando para substituil-o o senhor Ernesto Caetano de Sousa, devendo o Cel. Leolino afiançal-o, o que prometteu fazer, pois pelas accusações malévolas e infundadas feitas ao sr. Isaac desconfiei das informações, que me deram. Voltei a Jaboticabal no dia 1 de março, tendo soffrido com tal viagem, pois

¹⁰⁴ É o valor pago pelo proprietário do domínio útil de um terreno aforado ao proprietário do domínio pleno sempre que se realizar uma transação imobiliária. O valor se não fixado no título de aforamento é de 2,5% (AMORIM, 1986, p.5).

cheguei todo pisado, ferido, molhado e coberto de lama, tendo passado dous dias incapas de qualquer trabalho. Em Pitangueiras apenas consegui que a Câmara entregasse o Patrimônio e Cemitério e que os particulares começassem a pagar foro dessa data em diante, pois do atrasado nada se alcançava dei a lista de alfaias que deviam mandar vir ou comprar e que são indispensáveis para a Matriz, havendo eles appresentado a nota V. Exa. Revma. de haver cumprido. Marquei o foro de 25\$000 por data e 50\$000 por alqueire de terreno rural.

Aos fabriqueiros dei a denominação de thesoueiros-fabriqueiros, pois a lei de hypothecas de hypotheca legal as Egrejas sobre os bens de seos thesoueiros, síndicos, etc e não falla em fabriqueiros, por isso talvez convenha que as procurações sejam passadas com tal denominação ou de Procuradores, para melhor acautelar os interesses das Fábricas. Ordenei mais que o livro de Receita e Despesas fosse presente ao respectivo vigário trimestralmente para o visto: e que todas as escripturas de aforamento fossem passadas pela mesma junta.

Nomeei fabriqueiros para Ribeirãozinho (villa), cujo patrimônio é de 77 alqueires de terra, e para Aparecida (que tem rico patrimônio, me disseram). Não fui aquelles lugares, já pelas chuvas e rios cheios, já por me achar todo ferido da viagem a Pitangueiras. Acho de urgente necessidade que o vigário seja encarregado da organização legal daquelles patrimônios, antes que as municipalidades os usurpem e alleguem prescrição. V Exa. porém fará o que for de justiça [...] (AMARAL, 1895)¹⁰⁵.

Mesmo o recomendado Major João Guilherme da Silva Braga não conseguiu conduzir a Fábrica de maneira irrepreensível. Sua primeira ação foi tentar dimensionar o patrimônio. Como atesta carta enviada a D. Joaquim Arcoverde, Bispo Diocesano de São Paulo.

Exmo. Revmo. Senhor

Vou a presença de V. Exa. Revma. para expor o seguinte.

Quando aqui estive o Revdo. Pe. Claro Monteiro d'Amaral, tomando contas do exfabriqueiro, me empossou ao cargo, demitindo aquelle, e de cujo cargo tenho provisão concedida por V. Exa. Correndo o Revmo. Pe. Claro, as terras que compõe o patrimônio de N. S. do Carmo reconheceu a necessidade de ser dividida. Grande parte dos foreiros ou quasi todos requerirão ao fabriqueiro, um terreno, este mandava uma qualquer pessoa, com o titulo de fiscal da Fabrica, medir o terreno requerido a elle, e uma gorgeta fazia o que pedia o foreiro, ficando assim lesada a fabrica, sendo a maior parte das concessões de aforamento maior do que o requerido e as sobras que apparecião dadas a aquelles que mais proteção tinham dos empregados. Estou certo e é uma necessidade a divisão Cadastral do patrimônio que muito lucrará o aforamento pelo augmento do terreno, que está servindo a uso fructo a muitos, sem rendimento para a fabrica, dificultando muito a boa administração da Fabrica.

Os foreiros na maior parte ajudam muito nas dispesas, que sendo feitas por metros, não fica muito caro para elles e nem relativamente para a fabrica. Já existe trabalho começado pelo exfabriqueiro que será aproveitado.

Não tendo por requerimento o Revdo. Pe. Claro me autorizado por escrito para fazer este serviço (sendo a ordem somente vocal) recorro com todo o respeito a V. Exa. pedindo essa autorização com a brevidade de que for possível [...] (BRAGA, 189?)¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Informação pessoal (AMDJ).

¹⁰⁶ Informação pessoal (AMDJ).

Após o término de sua administração, em correspondência enviada para Nunzio Grecco, assume a existência de uma dívida que seria paga no futuro em materiais para a construção da nova matriz.

Jaboticabal 15 de Setembro de 1904

Ilmo e Revmo Senhor Cônego Nuncio Grecco

Saudo-lhe e com minha família pedimos a Deos a sua saúde e uma benção para nós.

V. Revma. Exa. por demais tem me pedido a importancia do que fiquei devendo a fabrica. Essa importancia foi devida a divisão do patrimônio para saudar os disturbios que continuamente se davam no patrimônio o que hoje não existe. D. Fergo Dauntero como vigário geral ordenou a divizão, e do seu conteudo V. Exa. Revma. e o finado padre José, de saudosa memória tiverão conhecimento. Nada tive como premio de nosso trabalho, apenas sofri demissão dando-se a mim grande coniedor dos destinos da fabrica, della virão o Dr. Luiz Gonzaga e o Baihano Pe. Silvestre que como o Sr. encontrou a nossa Matriz pior que um chiqueiro de porcos. Deos que o perdõe, qto roubou do proximo. Devo e deverei sempre e espero que quando se proceda a nova Matriz ir pouco a pouco pagando em materiais minha divida, que nunca prescreverá por que ella é sagrada. Peço a Deos a continuação de sua saude e de sua benção para mim e minha família (BRAGA, 1904)¹⁰⁷.

Temos então que, se no contexto nacional, a hierarquia Católica conseguiu preservar seus bens durante o processo de secularização, isso não tornou menos intensa a atuação dos párocos na disputa que se instaurou sobre os patrimônios e os largos das matrizes de várias cidades do norte paulista. Neste sentido, os adros que na organização espacial cristã tinham intrínseco o conceito do sagrado¹⁰⁸, dada a sua localização central tornaram-se locais privilegiados, aptos a serem denominados como “espaços públicos”.

Trata-se do surgimento da praça em seu sentido moderno, jardins para o exercício da sociabilidade burguesa, mesmo que esta naquele momento não existisse. Porém, esses locais públicos, espaços abertos à observação que contrastam com o mundo privado, se não serviram em sua totalidade para prática social, convieram ao novo Estado, em sua representação local, fosse esta a Câmara ou a própria figura do Coronel. Assim, a transformação desses espaços públicos serviu como instrumento de mediação de poder pautado pelo designo de recriar o imaginário popular dentro do projeto republicano. Como lembra Carvalho (2004, p.10-1) a manipulação deste imaginário constituído por ideologias e utopias, e expresso por símbolos, alegorias e mitos, é fundamental em momentos de mudança política e social e especialmente eficaz na redefinição de identidades coletivas.

¹⁰⁷ Informação pessoal (AMDJ).

¹⁰⁸ Eliade (2001) explica o espaço sagrado perpetuado pelo arranjo espacial medieval. Trata-se de uma visão simbólica, a idéia de *Axis Mundi*, eixo do mundo, que qualifica pontos especiais do espaço como elementos de ligação entre a existência inferior, a experiência terrena e a vida celeste. É uma visão cosmogônica que na experiência religiosa permite a suprema manifestação do divino.

2.3.2 O PADRE QUER UMA PRAÇA... O CORONEL QUER TODAS

Grecco frente à fatalidade de não poder utilizar-se do terreno da Praça da República trabalha a possibilidade de fazer uso do terreno do antigo cemitério, sito à Rua da Redenção, dois blocos acima. Entretanto, seu intento é novamente barrado pela Câmara. Figurava veladamente, entre os motivos, o interesse de criar uma praça que valorizasse o edifício da Loja Fé e Perseverança, estabelecido em uma de suas esquinas.

Em sessão realizada em 15 de março de 1905, sob a presidência do capitão Bento Vieira de Albuquerque, a comissão de justiça apresenta parecer favorável à transformação do antigo cemitério em praça pública. No entanto, os fatos transcritos em ata dão conta de que realmente trata-se de uma questão polêmica.

Havendo o vereador sr. Major Manoel da Silva Girio pedido a palavra para se manifestar contrário ao parecer da comissão, o sr. vereador Joaquim Ferraz Filho defendeu o mesmo parecer, em seguida o mesmo vereador major Manoel da Silva Girio requereu votação nominalmente resultando empate, pelo que o sr. Presidente auctorizado pelo artigo 8º da Lei nº 14 e seu paragrapho “Regimento Interno” aprovou-o com o voto de qualidade o parecer referido.

[...] Projeto de Lei 83. A Camara Municipal resolve

Artigo 1º: É declarado de utilidade publica o terreno entre as Ruas Redempção e Boa Vista e Avenida Benjamin Constant, em que está situado o antigo Cemitério Municipal.

§ Único: O Intendente promoverá por meios amigáveis ou judiciais a respectiva desapropriação.

Artigo 2º: Revogam-se as disposições em contrário (JABOTICABAL, 1899-1905, p.149)

Um adendo à ata da sessão seguinte, 20 de março de 1905, demonstra o clima instaurado dentro da Câmara:

Addendo da sessão passada – Terminada a votação de parecer da Comissão de Justiça a respeito da abertura da praça, na rua da Redempção o Sr. Presidente declarou resignar seu cargo visto ter contrariado a maioria da Camara, votando a favor desse parecer. Suspensa a sessão por cinco minutos, ao ser a mesma reaberta pelo vice-presidente, tomou a palavra o Capitão Adolpho Vaz de Sampaio e em seu nome e de seus collegas, declararam não aceitar a renuncia. Em vista disso assumiu novamente a presidência o Capitão Bento Vieira de Albuquerque (JABOTICABAL, 1899-1905, p.150).

A situação dos cemitérios intramuros em Jaboticabal foi similar a do contexto nacional. Após a proliferação de toda sorte de epidemias, as críticas dos profissionais sanitários foram acolhidas e até reivindicadas pela população.

Em 11 de agosto de 1892 foi apresentada a proposta para fechamento do Cemitério da Rua Redenção:

Leu-se representação do Dr. Delegado de Hygiene desta villa, no sentido de incontinente fechar-se o cemitério municipal que se acha no centro da população, porque pode accarretar graves inconvenientes a saúde pública.

Foi deliberado que os intendentos Baptista da Rocha e Costa Fontes em comissão com Dr. Delegado de Hygiene escolham o local para o novo cemitério, e promovam a factura provisória do mesmo, cercado de arame, ficando a referida comissão autorizada a requisitar do procurador da intendência a quantia que for preciso (JABOTICABAL, 1899-1905, p.143).

O outro cemitério urbano pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento também foi alvo de críticas, em fevereiro de 1896, então respaldadas por um parecer detalhado, elaborado ao “bem da salubridade”.

Todos os higienistas são accordes em condenar os cemitérios intra-muros, considerando-os como focos perennes e terrenos de infecção, laboratorios incessantes dos germes de moléstias pestilenciais que affligem as populações, influindo perniciosamente sobre a sua salubridade pelas emanções athmosphéricas, e pelas infiltrações telluricas. Se o ar athmosphérico pode ser contaminado por essas emanções que se dão ora em masça por ocasião das exumações, ora lentamente pelo desprendimento continuado e lento dos effluxos deletorios através da camada de terra ou pedra que cobre as sepulturas; se as aguas pluviais ou subterrâneas filtram de através das camadas impregão-se ahi de matérias orgânicas, princípios sépticos e micróbios, podendo envenenar as cisternas e fontes de agua potavel mesmo a grandes distancias, como se tem verificado. Como não condemnar os cemitérios intra-muros? Como tolerar sem energético protesto no coração da cidade esses focos perigosos que tanto males podem accarretar a saude publica, ao commercio e ao progresso da localidade? Como não applaudir os que desejam fazer desaparecer do meio dos vivos os azilos dos mortos? Finalmente como não aconselhar o fechamento dos cemitérios intra-muros? O cemitério do Santíssimo Sacramento situado outr’ora nas circunvizinhanças da cidade, acha-se hoje, pelo rápido desenvolvimento que está tem tido no centro da população, e justamente na parte em que ella e mais condensada. Além disto sua situação sua situação relativamente ao ventos predominantes, e a falta absoluta de arborização que ali se nota, fazem com que mais facilmente se espalhem pela cidade suas emanções e a maior distancia sejam diffundidos seus effluxos. A falta de um sistema conveniente de drainage constitui também um dos seus mais graves defeitos.

Pelas razões expostas, pelos inconvenientes e defeitos apontados julgamos em dever da probidade profissional, um dever de caridade, aconselhar o fechamento do Cemitério do Santíssimo Sacramento como uma medida importante de hygiene geral, que urge seja posta em prática a bem da salubridade pública, afim de que mais tarde não tenha de ser executada precipitadamente e já sem poder produzir os effeitos benéficos desejados (JABOTICABAL, 1895-1899, p.26).

Na data de 1^o de março de 1905, a Câmara recebe petição assinada pelos moradores da Rua Redenção solicitando a trasladação dos ossos do cemitério ali existente e abertura de uma praça (JABOTICABAL, 1899-1905, p.148). Contudo, como relatado na carta ao arcebispo D. Marcondes Homem de Mello, Grecco está realmente empenhado em seu desiderato. As representações junto à Câmara são apresentadas seguidamente.

Comparece a sessão de 30 de março de 1905:

“Representação do sr. Cônego Nunzio Grecco, fabriqueiro desta parochia, sobre a indenização e concessão de um lugar para igreja no cemitério da rua da Redempção — À comissão de Justiça” (JABOTICABAL, 1899-1905, p.143).

Frente ao problema não solucionado, comparece novamente em 1º de junho do mesmo ano:

“Requerimento de sr. Cônego Nunzio Grecco, pedindo para ser reservado terreno para a construção da nova igreja matriz na praça que vai ser aberta no cemitério da Rua da Redempção. À Comissão de Justiça” (JABOTICABAL, 1905-1912, p.2).

Finalmente, na mesma data, o parecer da Comissão de Justiça é elaborado. Nele a municipalidade nega que a propriedade do terreno do cemitério seja da fábrica, uma vez que seguida a Proclamação da República todos os cemitérios foram assumidos pelas municipalidades, seja em sua administração, ou seja, em seu domínio.

A comissão abaixo assignada tendo presente o requerimento do Exmo. Senhor Conego Nunzio Grecco, pedindo para ser reservado logar na praça que vai ser aberta no antigo cemitério da rua da Redenção, para construção da Igreja Matriz, vem offerecer seu parecer depois de estudo indispensavel para resolver sobre tão importante assumpto.

A comissão nega que o terreno ora ocupado pelo cemitério, pertença à fabrica ou Matriz desta cidade, isto porque logo em seguida a proclamação da República, os cemitérios foram declarados seculares e entregues ao domínio e administração das municipalidades. O antigo cemitério da Rua da Redempção está nessas condições pertencendo portanto à Municipalidade. A comissão attendendo ao espírito religioso do nosso povo, entende e é de parecer, que mantido e respeitado o nosso direito incontestável sobre o terreno, a Camara conceda no centro da praça o terreno necessário para a construção da Igreja, isto depois do requerente dispor do capital necessário para essa construção ou edificação. A escolha do terreno e determinação da área será feita pela Camara, attendendo esta, a planta apresentada para construção do templo.

Sala das sessões da Câmara Municipal, 1 de junho de 1905 (JABOTICABAL, 1905)¹⁰⁹.

Trata-se realmente de uma situação confusa, a mesma Câmara que aprovou o pedido do padre, desde que ele reconhecesse que o terreno não lhe pertencia, inicia em 16 de setembro de 1907, as obras da praça em frente ao prédio da Maçonaria.

“Pelo Dr. Presidente [Irineu Villela] foi communicado que mandou proceder a exumação dos ossos existentes no cemiterio da Rua Redempção e transporta-los para o Cemitério Municipal, serviço que já está se fazendo – Inteirado” (JABOTICABAL, 1905-1912, p.44).

¹⁰⁹ Parecer da Comissão de Justiça da Câmara Municipal de Jaboticabal sobre a construção da igreja Matriz no terreno do cemitério da Rua Redenção (AMDJ).

Figura 117
Praça Tibiriçá
Vista frontal do edifício
da Loja Fé e Perseverança
Fonte: Poli (1986)

Figura 118
Edifício da Loja Maçônica
Fé e Perseverança
Fonte: Loja... (1916)

Figura 119
Atual Rua Barão do Rio Branco
em 1924
À esquerda, Praça Centenário,
antiga Praça Tibiriçá e atual
Praça Nove de Julho
À direita na esquina, Loja
Maçônica
Fonte: Capalbo (2007)

Figura 120

Atual Rua Rui Barbosa, antiga Rua da Redenção em 1925
 À esquerda, vista parcial da Matriz
 À direita, Praça Centenário, antiga Praça Tibiriçá e atual Nove de Julho
 Fonte: Capalbo (2007)

Figura 121

Vista do Polytheama em 1947
 Fonte: Capalbo (2007)

Figura 122

Vista da antiga Praça Tibiriçá
 Prédio da Loja Maçônica
 já havia sido demolido, 1952
 Fonte: Quintão (1952)

Em 22 de setembro do mesmo ano, a ação do Dr. Irineu Villela é glorificada pelo artigo “Nova Praça” no jornal *O Atalaya*. A sabida ligação política ao Coronel é ressaltada no artigo:

Effectivamente, S.Sa. firmemente apoiado pelos seus dignos collegas de vereança e pelo eminente Chefe político, Sr. Coronel Vaz, que, reconhecendo nelle o desideratum unico — elevar Jaboticabal ao nível das mais adeantadas cidades do Estado não lhe têm regateado autonomia, prova de inilludível confiança, tem conseguido melhorar consideravelmente a nossa cidade; esperando torna-la dentro de pouco tempo, digna de ser visitada e admirada por quantos apreciam o progresso (NOVA..., 1907).

Para dificultar ainda mais a situação de Grecco, um pouco antes, em 15 de março de 1907, a Câmara começa a agir para impedir que a Matriz da Praça República sofresse qualquer tipo de reforma ou benfeitoria:

[Indicação] Ao Prefeito para que a prefeitura tome as providências necessárias no sentido de impedir que se faça qualquer concerto no predio — Igreja Matriz, em virtude do artigo 16 do Código de Posturas (JABOTICABAL, 1905-1912, p.42).

Para melhor esclarecimento do impedimento imposto pela Câmara vamos então ao Código de Posturas aprovado em 1902:

Artigo 16: Os predios, que, actualmente estiverem fora do alinhamento e nivelamento não poderão ser retocados, caiados ou soffrer qualquer limpeza externa, sem que seja demolido reedificado de acordo com o alinhamento fornecido pela Câmara (JABOTICABAL, 1902, p.33).

Figura 123

Texto anuncia o início das obras da Pça. Tibiriçá
A figura de Irineu Villela é exaltada como homem de confiança do Cel. Vaz
Fonte: Nova... (1907)

Será esta seqüência de fatos que fundamentará as queixas do cônego Grecco, na última parte de sua carta em 1909:

E para que V. Exa. Revma. possa ficar inteirado do modo que os tais procuraram difficultar a obra de Deus direi por diversos annos e com o único fim de arranjar meios para a matriz nova. Deixei de restaurar a velha igreja o q motivou severas censuras pelos taes em artigos da imprensa sempre com o fim de diminuir os recursos para a nova matriz. Quando porem com a necessária licença do vigário geral procurei restaurar a igreja atual, a Câmara deliberou mandar embargar as obras de restauração sob o fútil motivo de = estar torta a igreja.

Creio pois Va. Exa Revma. Sr. Arcebispo ter razão de dizer *Inimicus homo hoc fecit !!!*

Termino esperando as providencias que Va. Exa. Revma. saberá dar com a necessária competência e profundo respeito e filial amor imploro sua benção (GRECCO, 1909).

Figura 124

Nota reclama das más condições da torre da Matriz
Alerta para o perigo de crianças badalarem o sino
Fonte: Torre... (1907)

Figura 125

Foto tirada em 1906 atesta a precariedade da
estrutura de sustentação dos sinos
Fonte: Capalbo (2007)

Figura 126
Fachada da Matriz, 1906,
e entorno da Praça da República
Fonte: Capalbo (2007)

As críticas estampadas nos jornais atestam o mau estado do templo. *O Combate*, mesmo concentrado na oposição ao Coronel Vaz, não arrefece a censura, que de uma forma ou de outra, recai sobre o cônego fabriqueiro. O padre que desejava uma praça para construir a nova Matriz perdeu a propriedade sobre os dois terrenos condignos à necessária situação de centralidade do edifício religioso. Contudo, o coronel vitorioso em sua empreitada não conseguiu que a igreja fosse removida de sua praça, monumento em homenagem à República, conhecida no vocabulário coloquial, no entanto, simplesmente como Praça da Matriz.

Figura 127
Novamente chama-se à atenção
para a precariedade do templo
Fonte: Matriz (1907)

Em 1907, o discurso do jornal *O Atalaya* ainda mantém o tom progressista vinculando os avanços materiais e o ajardinamento da praça sobre o terreno do cemitério da Rua Redenção a Irineu Villela e conseqüentemente a Vaz de Sampaio. No entanto, a questão continua polêmica, como atesta a sessão de 16 de março de 1908.

Idem [indicação] do Dr. César Guarita para que fique o Prefeito auctorizado a promover o sargeamento e calçamento da Praça Dr. Jorge Tibiriçá e seu ajardinamento o mais breve, bem como o sargeamento que falta no prédio de Geroncio T. do Amaral na mesma praça. O Dr. A. Marcio Vieira suscita a duvida sobre o direito da municipalidade sobre aquella praça, por ignorar si o antigo cemiterio alli existente era ou não secularizado, no que foi corroborado pelo Sr. Major Baptista Novaes. Esperando a causa da proposcta o Dr. Presidente [Irineu Villela] respondeu que era e si não fosse tinha ficado sendo, visto como a Camara empatou alli grande somma para demolição da necropole e limpeza da área, obras essas que a fabrica deixou correr à revelia, sendo tambem pela resposta o Capitão Costa Telles que, apoiando o Dr. Presidente [Irineu Villela] justificou o direito da Camara. Replicando, declarou o Dr. A. M. Vieira que não eram bastantes tais razões visto não ter a fabrica pedido à Camara aquellas obras. Estes debates provocaram opiniões de numerosos assistentes que se manifestaram pela proposcta. Em vista disso o Dr. A. Mario Vieira, depois de chamar a atenção do Dr. Presidente, requereu fossem as galerias evacuadas. Não havendo porém tal necessidade, o Dr. Presidente, tomando, contudo, em consideração o requerimento, pediu que os assistentes se abstivessem de se manifestar na ocasião, no que foi attendido. Afinal foi a proposcta à Comissão de Justiça. O Dr. Alfredo Mario Vieira propôs que as nomeações de membros substitutos das diversas commissões fossem feitas effectivamente, as que respondeu do Dr. Presidente sendo da sua attribuição ira fazendo as nomeações conforme fosse necessário. O Dr. Marcio Vieira declarou que iria protestando sempre contra taes nomeações (JABOTICABAL, 1905-1912, p.63).

Figura 128

Artigo sobre o progresso material da cidade

Indica que os trabalhos de conclusão da Pça Tibiriçá estão adiantados
 Informa que os defeitos na rede de abastecimento de água estão sendo sanados
 Os créditos são dados à atuação do presidente da Câmara Irineu Villela

Fonte: Jaboticabal... (1907)

A nova praça, estabelecida em frente ao edifício da Loja Fé e Perseverança, foi ajardinada pelo engenheiro Roberto Todd Locke em 1909, no entanto, provavelmente em face ao tumultuado ambiente político não consta nos documentos pesquisados a data da sua inauguração. Foi nomeada Praça Tibiriçá, em homenagem a Jorge Tibiriçá, articulador do Convênio de Taubaté (1906) e, não por mera coincidência, sabidamente maçom¹¹⁰.

Grecco como atesta o desmentido publicado em 27 de junho de 1909, vinha sofrendo toda sorte de pressão para deixar a cidade. Finalmente, em 25 de janeiro de 1910¹¹¹, cede aos adversários e retira-se sem realizar seu desiderato, talvez por isso o desabafo consternado de sua carta de 31 de dezembro de 1909.

Figura 129

Grecco desmente boatos de que seria transferido para outra paróquia
Fonte: Conego... (1909)

¹¹⁰ Informações sobre a Praça Tibiriçá foram obtidas em Capalbo (1993, p. 93-98).

¹¹¹ Consultar Capalbo (1993, p. 95-96).

2.3.3 O FIM DA ERA VAZ

Senhores Vereadores

A comissão de contas, depois de dous mezes e meio de trabalho, tem a honra de apresentar-vos o relatório do exame a que se precedeu em escrituração da Camara Municipal desta cidade.

Antes de tudo historiemos os factos para bem se comprehendam os motivos deste trabalho, que outro intento não teve senão fornecer os esclarecimentos precisos a um perfeito conhecimento das forças econômicas do Município, base indispensável em uma administração que precisa conhecer seriamente os seus recursos financeiros.

Na sessão da Câmara de 15 de março do corrente ano esta comissão dando parecer sobre o relatório apresentado pelo Sr. Coronel Prefeito Municipal [Vaz de Sampaio], relativo ao ano próximo passado de 1908, emittiu opinião de que só um exame regularmente feito no livro da Camara poderia habilita-la a conhecer dos assumptos aventados naquelle documento. Condição *sine que non* para satisfazer as medidas alvitadas por S.S [...].

Investida a comissão de contas, como se achava de poderes amplos, decidiu ella começar o exame do anno de 1905 em diante, pois que assim ficariam comprehendidos o trienio passado e a parte já decorrida do presente [...].

Em sessão extraordinária de 23 [março] o Sr. prefeito [Vaz de Sampaio] expoz em mensagem o seu modo de encarar o caso, fazendo sentir de antemão que era contrário a qualquer exame que não abrangesse toda escripturação, desde a instalação do município, ou então unicamente a do último ano (1908). Discutida e submettida a votos a mensagem, foi a mesma regeitada. Em vista disto prosseguiram os guarda-livros no exame, sob a superintendencia da comissão de contas, modo porque já havia indicado o serviço.

Reconhecendo-se desde o início do exame a impossibilidade de fazel-o directamente pelos livros, taes a incoherencia e desordem da escripta, julgou-se preferivel o levantamento da receita pelos tocos dos talões encontrados na Recebedoria, não ficando, entretanto, este trabalho completo por faltarem alguns tocos relativos aos annos de 1907 e 1908, principalmente os referentes ao imposto de indústria e profissão, que, como sabeis, é o que maior somma de recursos proporciona ao município. Tanto quanto possível a comissão procurou remediar esta obscuridade, valendo-se dos livros de lançamento de imposto como fonte subsidiária de informação. Tomando-se para bem necessário para a boa verificação da escripta, o conhecimento exacto da divida activa da Camara, foi preciso folhear-se todos os tocos dos talões desde o anno de 1905, visto constar da escripta recebimentos daquela dacta (JABOTICABAL, 1905-1912, p. 93-96).

Este documento que denuncia a gravidade do por vir é apenas a introdução do “Relatório da Comissão de Contas”, apresentado na sessão de 1º de junho de 1909. Foi, sem dúvida, o grande marco do fim da hegemonia política de José Manoel Vaz de Sampaio. Se os incidentes da eleição de 14 de dezembro de 1907 e o recurso eleitoral de 1908 já evidenciavam o declínio do poder do Coronel, a apresentação da comissão de contas seria o golpe fatal, deste a figura poderosa de Juca Vaz jamais se recuperaria.

O mesmo documento transcrito nas folhas d’ *O Combate*, impressão de 6 de junho, ostenta a investigação que marcou o final da era Vaz:

Irregularidades

Do que temos dito, já se vê que a escripturação da camara está longe de ser um serviço perfeito, e do que vamos agora expôr se verá não só isso, mas que longe está elle tambem de ser medianamente escripturulo.

Vejamos por partes.

Nenhum dos livros referentes à escripturação dos annos de 1908 e 1909 tem os necessários termos de abertura e encerramento, assim como não têm as folhas rubricadas pelo prefeito. Este facto, por si só, constitue uma irregularidade. Oxalá as irregularidades ali contidas fossem somente desta natureza. Outras de extraordinaria gravidade foram encontradas, e que vamos agora expôr, pedindo a attenção dos illustres vereadores.

Entre estas, mencionaremos desde logo as referentes aos talões.

Em muitos tócos de talões a numeração foi feita em duplicata, e em muitos outros não ha data e nem assignatura. Ora, representando o loco do talão um recibo que a camara

passa o empregado a quem o contribuinte entrega o seu dinheiro, a falta de assignatura quer dizer que não ha responsavel pela quantia entrada, que neste caso poderia ser facilmente desviada, cabendo a responsabilidade desta lacuna ao encarregado do serviço do recebimento das rendas municipais. Este e outros factos que vamos relatar demonstram a falta de escriptura de certos empregados municipais, contra cujos abusos não se fazia sentir, por quem de direito, o necessário correctivo.

São numerosissimos os erros da indicação de talões referidos nos livros-Diário e Caixa. Diz-se, por exemplo, quantia paga por fulano, conforme talão numero tal mas no talão indicado não se encontra tal recibo, existente ás vezes em toco de numeração muito diversa.

Os casos desta natureza são tão frequentes que quem quer que os examine não pôde deixar de concluir que a maxima negligencia presidia a este serviço.

Sobretudo, considerar aqui o serviço da cobrança dos impostos municipais, feito de tal arte que ninguém poderá vacilar diante de uma conclusão que se impõe: o desvio dos dinheiros publicos. —Este já fica patente só á analyse dos quadros organizados pela commissão e demonstrativos da receita de cada exercicio, o qual se eleva á somma de 8:685\$983, como passa a demonstrar.

Antes, porem, de o fazer, digamos, em duas palavras, o processo de que se lançou mão e que é simples: enchia-se o talão, dando-se recibo ao contribuinte, sem porem se fazer constar essa entrada nos livros-caixa e diário, apesar de constar o recebimento tambem dos tócos dos talões, **descuido** este que forma provas esmagadoras contra quem o commetteu. Mais ainda. Na somma das parcelas representativas de dinheiros entrados ha frequentes erros proposites, **sempre para menos**, desaparecendo a diferença. Exemplifiquemos: numa somma de oito parcelas omitta-se uma, e o resultado, **assim desfalcado**, era transportado sem nenhuma cerimonia para a outra columna. Por certo nunca passou pela mente dos autores de taes prestidigitações que um dia seria examinada a escripta da camara. O doc. letra-B—do balanço de 1907, que passa a lêr, demonstra melhor o caso, importando a diferença em 1:025\$000 réis.

E' comeseho em assumpto administrativo que todas as dividas da camara cabidas em exercicio findo só podem ser pagas mediante requerimento dirigida a ella e deliberação sua ordenando os pagamentos. E a propria camara assim o estabeleceu, pois que em sessão de 25 de abril de 1908 ficou resolvido que o prefeito só poderia fazer pagamentos da divida cabida em exercicio findo mediante autorização da mesma camara. Entretanto eleva-se a alguns contos de réis a somma dos pagamentos effectuados pelo prefeito sem tal autorização, como se vê dos documentos juntos e que passamos a indicar: uma letra no valor de 1:569\$350 ao sr. Bento de Oliveira Carvalho; uma a Felipe Attala, no valor de... 1:569\$520; ao sr. Alfredo de Carvalho Homem, 1:140\$000 por conta de uma letra na importancia de 2:140\$000; ao dr. Liberato da Costa Fontes a importancia de 500\$000 réis por conta de porcentagens da cobrança da divida activa, no anno passado e outras de menos valor.

Verdadeiros abusos foram commettidos pelos funcionarios publicos, como vamos demonstrando. Enumeremos alguns ainda, de gravidade indiscutivel, para passarmos depois a relatar os factos de maior vulto, os que representam crimes clamorosos contra o erario publico.

Muitos documentos representando sommas elevadas foram accitos e pagos sem autorisação da camara, como os de numeros 331—330—288 e que são os seguintes annexos a este relatório: uma letra no valor de 3:000\$000 paga sem constar recibo e nem se saber com quem foi feita a transação; uma obrigação no valor de 2:000\$000 réis sem constar recibo; uma obrigação no valor de 1:200\$000 accita a favor do sr. Francisco Buck, administrador do matadouro municipal e diversos recibos assignados pelo sr. Alcides de Carvalho, na importancia de 1:992\$000 por conta de seu credito.

Empréstimos irregulares

Em 2 de dezembro de 1907 a camara autorizou secretamente ao prefeito a contrahir um empréstimo de 20 contos de réis, de cujo empréstimo ainda em 14 de janeiro do corrente anno foram pagas duas letras no valor de 3:188\$500 aos srs. Felipe Attala e Bento de Oliveira Carvalho. Secretamente, sim, porque tal operação de credito não transpirou cá fóra, não apparecendo signal algum de sua existencia que, entretanto, devia ser largamente divulgada. Para isto é que a camara sempre teve contracto com um jornal.

Existe ainda na acta da sessão de 2 de janeiro de 1908, no final da mesma, um—*Em tempo*—de ultima hora, approvando um empréstimo de 3:500\$000 réis contrahido pelo prefeito com o sr. Alfredo de Carvalho Homem, seu dize

qual o serviço a ser pago com essa importância. E' necessário consignar-se aqui que a dita acta está somente assignada por quatro vereadores. E' ainda de extranhar que um credor da camara naquella occasião de cerca de 20:000\$000 pelo serviço de iluminação publica, sendo geralmente conhecidas as suas continuas reclamações de pagamento, viesse ainda emprestar 3:500\$000 réis á camara.

Pagamentos em duplicata

Mais um facto revelador da incrível desordem em que se encontravam os serviços administrativos, consiste nos pagamentos em duplicata feitos ao contractante da iluminação publica e referentes aos meses de dezembro de 1905 e junho de 1906, conforme se vê dos documentos annexos sob n.ºs. 184, 397, 279 e 413, os quaes se elevam á somma de 2:700\$000.

Falsificações de firmas

Eis-nos chegado á parte mais escahrosa deste relatório. Trata-se de assumpto de excepcional gravidade e tanto basta para comprehenderdes, srs. vereadores, quanta contrariedade foi preciso vencer para trazelo a publico, quão incommoda é a posição em que se acha a commissão de contos, á qual um dever imperioso impõe, entretanto, esta tarefa. Mas a nossa missão precisa ser cumprida e, embora com pezar immenso, temos de terminal-a segundo os dictames da verdade e da justiça.

Relatemos.

Ha pouco alludimos aos pagamentos em duplicata feitos ao contractante da iluminação publica.

Pois bem, um destes pagamentos foi feito ao sr. Alfredo de Carvalho Homem, conforme os dois recibos assignados por s. e. e que vão a final; no outro pagamento referente ao mez de dezembro de 1905, porém, a firma do sr. Alfredo de Carvalho Homem é visivelmente suspeita, não tendo nenhuma semelhança com as demais constantes de varios recibos, conforme se vê claramente dos documentos juntos.

Examinai as duas firmas e vereis que uma dellas é falsa e a somma por esse meio desviada importa em 1:350\$000.

Conforme se vê em um outro documento annexo sob n.º foi falsificada a firma de José Caputo para o desvio de 1:000\$000. Comparai as firmas legitimas com a falsa que está ao pé de uma portaria da prefeitura de então e vereis a procedencia do que afirmamos.

Foi ainda falsificada a firma de Francisco Filardi, no recibo ao pé de uma portaria, ordenando o pagamento da importância de 622\$400 (Vide doc. junto sob n.º).

Foi ainda falsificada a firma dos srs. L. Pacheco & Comp., no recibo passado tambem ao pé de uma portaria, ordenando pagamento na importancia de 250\$000 réis (Vide doc. junto).

Finalmente, foi tal a desfaçatez de quem as praticou que chegou-se a falsificar a firma do nosso credor hypothecario municipal, srs. Sampaio Moreira Filho & Comp. para o desvio da importancia de 557\$000 réis (Vide documentos juntos).

São ainda suspeitas muitas firmas do sr. Luiz Cribaro em recibos passados ao pé de portarias, ordenando varios pagamentos, na importancia de 855\$600 (Vide doc. juntos). Encontra-se ainda um tal sr. José Marques de Oliveira assignando diversos recibos na importancia de 2:075\$500 réis, sem se saber qual seja sua firma verdadeira (Vide documentos juntos e confrontai-os).

No livro diário de 1907, a fls. 68, existe uma pergunta do guarda-livros da camara referente ao mez de maio. Ahí á margem da folha citada e assignada por aquelle empregado se faz esta pergunta: «Entrada dos impostos de Tayuazá mez de maio?»

Sabeis srs. Vereadores que são avultadas as rendas daquelle districto e que este facto, portanto, é mais uma confirmação do que vimos dizendo.

A fls. 72 do livro Caixa consta a entrada de 4:372\$050 réis e no toco do talão consta o recebimento da quantia de 5:494\$050 réis!

No livro Caixa de 1908, a fls. 18, consta um pagamento de 610\$420 réis sem existir autorisação e nem documento, quantia esta que figura no balanço com explicação dos guarda-livros dizendo que a mesma é um exerto para diminuir o saldo.

Finalmente encontra-se no verso de muitos talões a palavra—*liquidado*—sem constar da escripturação da camara, não tomando a commissão em consideração por ainda estarem ligados ao toco do talão os recibos do contribuinte.

Estas e outras muitas irregularidades que estão provadas com documentos officiaes justificam tudo quanto temos dito.

Figura 130

Câmara publica no jornal *O Combate* o relatório das investigações empreendidas pela comissão de Contas
Fonte: Câmara Municipal (1909)

Figura 131

Câmara publica no jornal *O Combate* o relatório das investigações empreendidas pela comissão de Contas
Fonte: Câmara Municipal (1909)

A oposição ferida pelas irregularidades eleitorais optou por investir diretamente contra o Coronel. O fato é que Vaz de Sampaio desgastou-se ao assumir ele mesmo a prefeitura da cidade. Abriu o flanco para ser atacado em seu bem mais precioso, sua imagem, que pela tradição do mando clientelista deveria ostentar, pelo menos nas aparências, ilibada moral e elevado caráter, para assim reproduzir as relações que ordenavam o sistema.

BALANÇO E VERIFICAÇÃO DE DESFALQUES

Como vereis ainda dos documentos annexos, offerecemos os balanços que a esta comissão apresentaram os guarda-livros encarregados de proceder ao exame da escripta e referentes a vida financeira do município nos anos de 1905, 1906, 1907 e 1908 e primeiro trimestre de 1909. Delles se vê que os desfalques se tornaram uma verdadeira instituição municipal, repetindo-se todos os annos com infallivel regularidade desde o anno de 1906! Causa espanto que tantas repetições nunca houveram produzido alarme!!...[...]

CONCLUSÃO

Eis, srs. Vereadores, um breve relatorio do que encontrou a comissão de contas no exame feito na escripturação da Camara Municipal de Jaboticabal.

Elle constata a desorganização em que anda este importante serviço e a falta de escrupulos com que se houveram alguns funcçionários no desempenho de seus cargos e que os tornaram passíveis de sanção da Lei. Esta comissão requer, pois, que o presente relatório seja transcripto no livro de actas, publicado pela imprensa e que a Camara delibere promover a responsabilidade dos culpados, tudo de accordo com o art. 68 da Lei 1038 de 1906.

DEMONSTRAÇÃO

Conclue-se dos balanços apresentados pelo guarda-livros que são responsaveis pelos desvios referidos neste relatorio os seguintes ex-empregados: Agnello Affonso, 621\$662; Ermydio Affonso, 8:064\$323; Antonio Carlos de Carvalho Mendonça, 1:025\$000.

QUADRO DO DESFALQUE

Empréstimo irregular 3:500\$000; empréstimo não autorizado 7:200\$000; pagamento em duplicato 2:700\$000; pagamentos indevidos 1:857\$000; importância desviada mediante omissão do seu lançamento a debito do livro caixa e falsificações das sommas desta 10:321\$403; pagamento com firmas falsas e diferentes nos recibos 2:941\$100. Total 28:520\$303 (JABOTICABAL, 1905-1912, p. 93-96).

Ao final da sessão, o Coronel Vaz de Sampaio pediu a palavra para sustentar sua mensagem que contestava a forma como a investigação fora feita. Entretanto, frente ao não acolhimento de seus argumentos, levantou-se e retirou-se do recinto no momento em que a comissão impugnava o balancete de contas de contas do 1º trimestre de 1909.

Pelo Capitão Fortunato Antonio da Silva foi apresentado uma indicação que foi aprovada e em virtude da qual ficou o Major presidente auctorizado a tomar as seguintes medidas: 1º Enviar ao poder executivo as certidões necessárias para cobrança executiva immediata dos responsáveis pelos alcances verificados; 2º Requisitar do Governo do Estado a vinda de um Delegado em comissão para abrir inquérito criminal, afim de completar a apuração da responsabilidade pelas falsificações e irregularidades encontradas; 3º Confiar a guarda do archivo da Camara a pessoa idônea e insuspeita (JABOTICABAL, 1905-1912, p. 93-96).

Após o incidente, Vaz de Sampaio afastou-se em licença-saúde até 15 de setembro, quando desistiu do afastamento, reassumindo a cadeira de vereador, bem como a prefeitura. No entanto, as dificuldades administrativas cresceram até que, em 10 de janeiro de 1910, após convocar os vereadores em regime extraordinário se viu sozinho em uma reunião que não aconteceu.

“[...] ao meio dia, presente commigo secretario adiante nomeado o vereador Coronel José Manoel Vaz de Sampaio, faltando os demais sem causa participada, esperou até a meia hora da tarde. Como não comparecesse nenhum mais, deixou de haver sessão por falta de número” (JABOTICABAL, 1905-1912, p. 107).

Em 27 de julho de 1910 seu suplente João Kamla assume a cadeira “acephala pela renuncia do sr. Coronel José Manoel Vaz de Sampaio” (JABOTICABAL, 1905-1912, p.118).

Aos poucos, perdeu a vasta fortuna. Pobre e esquecido, ainda tentou ressurgir na política pelo Partido Democrático, mas curvou-se diante das evidências, seu tempo havia passado (CAPALBO, [199?], p.228). Aqui se acabam as glórias do Coronel. O relato da saga familiar redigida por Arruda Filho (1987, p.149) dá conta da contradição de seus momentos finais, “a imponência do Grupo Escolar Coronel Vaz, contrastando com a casinha próxima, onde morava José Manoel Vaz de Sampaio, refletia, talvez com deformações, toda a trajetória daquela vida que se esvaía”. Em 1931, procurou o sobrinho Sílvio para vender a última jóia da família que restara — Biela [sua irmã Gabriela] guardou para pagar o enterro. Não precisou porque vocês fizeram. Os brincos deveriam ficar para vocês, mas estou muito necessitado. Preciso vendê-los” (ARRUDA FILHO, 1987, p.133). A Fé e Perseverança também moveu uma ação discreta, em 22 de julho de 1933, para auxiliar o fundador e ex-venerável (CAPALBO, [199?], p.228). José Manoel Vaz de Sampaio faleceu em 19 de dezembro de 1933, aos 78 anos.

Diante da ordem de Tereza Vaz — não apareceu por lá — Don’Ana não foi, mas deve ter mandado representante, porque, as horas tantas, bateram à porta. Uma mocinha bronzeada desejava falar com dona Tereza¹¹²:

— Queria pôr estas flores (três rosas brancas) no caixão do Coronel.

Entrou, depositou as rosas nas mãos do tio Juca, rezou um pouco e saiu. Não se soube quem era.

O enterro foi muito concorrido (ARRUDA FILHO, 1987, p.151).

¹¹² Tereza Vaz foi sobrinha do Coronel, esposa de Sílvio Vaz e meia-irmã de Adolpho Vaz de Sampaio, por parte de pai. Foi ela a pessoa a socorrê-lo nos últimos momentos, retirou-o da casa de Don’Ana, comprou um par de chinelos, buscou auxílio médico e procurou o vigário para os sacramentos. O interessante do texto de Arruda Filho é a insinuação de que Vaz de Sampaio poderia ter deixado uma filha. A menina “bronzeada” desapareceu depois do enterro e nunca reivindicou qualquer tipo de direito.

Figura 132
Convite para a missa de Vaz de Sampaio
publicando pela família no jornal *O Combate*
Fonte: Capalbo ([199?])

O sobrinho Adolpho Vaz de Sampaio faleceu jovem, em 26 de janeiro de 1913, bem antes do passamento do Coronel. Neste período, já havia vendido a Farmácia Popular e se transferido com a família para Guariba. Com ele também desaparecia as esperanças do Coronel de perpetuar-se na política local. Pela publicação do jornal *O Combate* e pelo número de pessoas que acompanharam seu enterro, nota-se que algum prestígio restou a essa família que exerceu o poder na cidade por mais de 20 anos.

O túmulo de Adolpho, além de ostentar a insígnia do Grande Oriente, colocada em período recente em todos os jazigos de membros das associações locais, apresenta outros indícios de que as orientações maçônicas eram seguidas com fidelidade pela família Vaz¹¹³.

Figura 133
Parte de notícia publicada pelo jornal *O Combate*
sobre o falecimento de Adolpho Vaz de Sampaio
Fonte: Adolpho... (1913)

¹¹³ Note-se, por exemplo, a ausência de cruz, ou melhor, de qualquer alusão ao Cristo crucificado. Para informações sobre simbolismo maçônico consultar o clássico *Os símbolos da ciência sagrada* de Guénon (1962).

Figura 134

Jazigo de Adolpho Vaz de Sampaio.
Foto: V. Garcia.

Figura 135

Detalhe do jazigo de Adolpho Vaz de Sampaio
Lê-se, nascido em 22 de fevereiro de 1875, falecido em 26 de janeiro de 1913, saudades de sua esposa e filhos e seus tios Gabriela e Juca Vaz
Foto: V. Garcia

2.3.4 O LEGADO URBANO DA ERA VAZ

Apesar do empenho da Câmara Municipal de Jaboticabal durante a primeira década do século XX, poucos foram os resultados no que concerne a infra-estrutura urbana. As obras de abastecimento de água e saneamento de esgotos contratadas aos engenheiros Alberto de San Juan e Ernesto D. de Castro, em abril de 1902, depois de inúmeros percalços seriam apenas parcialmente concluídas em 1911¹¹⁴. Mesmo o fornecimento de eletricidade tardou, sua inauguração em 14 de agosto de 1910, era a muito reclamada e as ações para concretizar o processo já eram creditadas aos vereadores da oposição do Coronel Vaz

Os documentos pesquisados, contudo, indicam que a municipalidade agiu na retificação e abaulamento de ruas. Pautada pelo Código de Posturas de 1902, exigia dos proprietários o alinhamento de edificações, a construção de muros e passeios, pelo menos nas vias abauladas.

Temos assim que o legado da era Vaz foi a edificação das duas praças centrais, República e Tibiriçá. A transformação do espaço sagrado em público. A criação da arena para a prática da sociabilidade moderna reinventada dentro da ordem coronelista para servir interesses particulares no exercício do poder local.

Figura 136

No período de licença do Coronel, um pouco antes de sua renúncia, os vereadores adversários já trabalhavam para dar notoriedade às obras de infra-estrutura
Fonte: Melhoramentos... (1909)

¹¹⁴ Informações obtidas no Livro de Atas 8, 1899-1905 e complementadas com pesquisa no Museu Histórico e Artístico de Jaboticabal que guarda o "Registro de Contratos" da prefeitura municipal.

Largo da República 1900
Fonte: Gentileza C. Capalbo

Praça da República 1902
Fonte: Gentileza C. Capalbo

Farmácia Popular
Fonte: Capalbo ([199?])

Matriz e Praça da República
Fonte: Capalbo (2007)

Esquina da Praça da República
Fonte: Jaboticabal... (1909)

Câmara Municipal 1904
Fonte: Capalbo (2007)

Grupo Coronel Vaz
Fonte: Grupo... (1908)

Fonte: Arte feita a partir de Almeida ([198?]).

1910-1936 DO CORONELISMO AO ESPAÇO BURGUEÊS

Em Melânia, todas as vezes que se vai à praça, encontra-se um pedaço de diálogo...

A população de Melânia se renova: os dialogadores morrem um após o outro, entretanto nascem aqueles que assumirão os seus lugares no diálogo, uns num papel, uns em outro. Quando alguém muda de papel ou abandona a praça para sempre ou entra nela pela primeira vez, verificam-se mudanças em cadeia, até que todos os papéis sejam novamente distribuídos.

Com o passar do tempo, os papéis não são mais exatamente os mesmos de antes; sem dúvida a ação que estes levam adiante por meio de intrigas e reviravoltas conduz a algum tipo de desfecho final, que continua a se aproximar mesmo quando a intriga parece complicar-se cada vez mais e os obstáculos aumentar. Quem comparece à praça em momentos consecutivos nota que o diálogo muda de ato em ato, ainda que a vida dos habitantes de Melânia seja breve demais para que possam percebê-lo.

ITALO CALVINO

3.1.1 *MUTATIS MUTANDIS*¹¹⁵

A história parece repetir-se... os atores assumem papéis similares... mas, é possível — pelo menos plausível — que a própria repetição engendre mecanismos de mudanças.

O dia 10 de agosto de 1912 prenunciava ares festivos em Jaboticabal, município que já por esta data transformara-se em um centro de elevada produção cafeeira no Estado de São Paulo.

As horas passavam-se e a ansiedade recrudescia; a cada instante os boletins circulavam dando o resumo do programma das festas; convidando o commercio a fechar as suas portas, afim de que a briosa classe caixerla pudesse também, admiradora do homem que se esperava, comparecer à sua recepção (RESUMO..., 1912).

Às 2 horas e 30 minutos as pessoas dirigiam-se para a estação da Paulista para tomar o “Especial” que as levaria até a estação de Hommond, em Guariba, primeiro ponto de encontro programado para a recepção festiva. Às 3 horas da tarde, após o trilar do apito, a locomotiva partiu levando cavalheiros distintíssimos, autoridades locais e representantes de todas as classes sociais que “enchiam literalmente os quatro *wagons* do especial” (RESUMO..., 1912). Estamos tratando aqui de uma nova amostra de recepção política, desta vez montada para dar boas vindas ao coronel José Augusto de Oliveira, alçado então à condição de chefe político local. Sobre sua chegada em Jaboticabal, o jornal *O Combate* narra:

Figura 137

Coronel José Augusto de Oliveira, conhecido como Juca Quito - chefe político que assumiu a presidência do PRP após o declínio de Juca Vaz

Fonte: Resumo... (1912)

Não se pode verdadeiramente descrever o que foi a chegada nesta estação. A compacta massa popular impedia quase a saída das pessoas que se achavam nos *wagons*, os amigos disputavam o primeiro abraço ao saudoso cavalheiro e amigo que chegava.

Um verdadeiro delírio, a história do povo de Jaboticabal jamais registrou tamanha prova de consideração, de carinho e *sympathia* (RESUMO..., 1912).

¹¹⁵ Locução latina usada no sentido apresentado por Almeida (1981, p.197), “fazendo-se as mudanças devidas”.

Novamente a cidade é palco e instrumento das relações engendradas pelo exercício do poder. A carreta que parte da estação da Paulista segue, acompanhada pela multidão, pela Avenida Rio Claro, Rua do Comércio, Avenida Pintos, Rua São Sebastião até a residência do Coronel, localizada na Rua Benjamin Constant, enfeitada em toda sua extensão com arcos enormes ornados com estrelas formadas de lâmpadas coloridas e o dístico “Salve” (RESUMO..., 1912). Outra multidão acotovelava-se por espaço na Praça da República, no entanto, os discursos aconteceram em frente à casa do coronel conhecido na cidade por Juca Quito.

Figura 138

“Resumo das estupendas homenagens prestadas pela população da nossa cidade ao venerando chefe do Directorio Politico local, sr. Coronel José Augusto de Oliveira, por ocasião de seu regresso da Europa”

Fonte: Resumo... (1912)

Figura 139

Detalhe que mostra a lista de assistência durante as homenagens prestadas ao Coronel José Augusto de Oliveira
Fonte: Resumo... (1912)

Figura 140

Foto da recepção do Coronel José Augusto de Oliveira, 10 de agosto de 1912

Fonte: Capalbo ([199?])¹¹⁶

Dr. Arthur Whitaker, responsável pela comissão encarregada de saudar o coronel, discursa em uma das janelas da residência. “A sua oração durou poucos minutos porem consubstanciou em elevados conceitos a justiça da manifestação que a honradez, representada na pessoa do homenageado, prestava o povo de Jaboticabal” (RESUMO..., 1912). Em meio à homenagem tão eloqüentemente relatada pelo jornal, algumas figuras importantes para a história urbana local surgem nesse contexto que nas aparências do cotidiano mantêm inalterados os mecanismos do mando coronelista. Sai de cena o líder decaído, entra no palco político o novo chefe do PRP de Jaboticabal, no entanto, a configuração do poder local está em processo de transformação. Exemplo disto é a atuação de Whitaker, um típico profissional urbano, bacharel em direito graduado no ano de 1907, que montou seu escritório na cidade em setembro de 1908. Em julho de 1909, seria a vez do engenheiro, recém-diplomado, Dr. João Batista Ferreira Sobrinho ser recebido em festa pela família.

Figura 141

Anúncio de prestação de serviço

Publicado em 13/02/1910

Fonte: Whitaker (1910)

Arthur Whitaker e João Batista Ferreira Sobrinho assumirão papéis de grande relevância na reorganização da teia de poder da cidade frente à inserção e atuação de profissionais urbanos¹¹⁷.

¹¹⁶ Estão na fotografia Francisco Gagliardi, Gustavo Starck, Eduardo Zambianchi, Cesar Augusto Guarita, Dr. Arthur de Pequeroby Whitaker, Major Novaes, Fortunato Antonio da Silva, José Ramalho da Mata, Bento Vieira de Albuquerque, Albano Pimentel, José da Costa Telles, Francisco Corrêa Camargo e Henrique Tibério (CAPALBO, [199?], p.164).

¹¹⁷ Os detalhes dessa atuação serão tratados mais adiante neste capítulo.

Figura 142
Arthur P. A. Whitaker
Fonte: Capalbo (2007)

Figura 143
Joaquim Batista Ferreira Sobrinho
Fonte: Capalbo (2007)

No macrocontexto, os anos de 1909 e 1910 ficaram marcados pelo movimento civilista contra a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca à presidência da República. Rui Barbosa, o oponente civil, representava os interesses dos cafeicultores paulistas e conseqüentemente da política de valorização do café. Nas acusações veiculadas pelos jornais nota-se em ambos os lados o mote da “luta contra as oligarquias”. É a reprodução das discussões travadas no âmbito nacional que Faoro (2000b, p.218) enfatiza como raiz da ingenuidade capaz unicamente de trocar uma oligarquia por outra, chave do retorno estadualista e conseqüente enfraquecimento do poder federal.

O protector das oligarchias

No terreno amplo dos princípios não se pôde de boa fé considerar patriótica a candidatura militarista. Já por sua essência própria ella é um perigo nacional.

Veio despertar a aspiração latente de uma classe respeitável, quando no entanto esta já se havia acostumado às suas obrigações legais de defensora da integridade pátria. Sua interferencia nos negócios publicos nacionaes não tem sido em ordem a socegar o paiz. E' este um facto passado em julgado.

Se ainda procurar-se no programma expellido pelo candidato militarista ideias que o absolvam da macula de sua procedencia exclusivista sómente ter-se-á motivos para regeitar em absoluto tal candidatura.

Qual a aspiração mais fervorosa do espirito publico nacional?

E' a destruição das oligarchias ferrenhas ora dominantes em grande parte dos Estados, de cujos destinos se apossaram para estancar-lhes a vitalidade.

O que promette o sr. Hermes? Viver em boa camara dagem com o satrapismo intoleravel a quem vae dever os votos com que espera tornar-se o senhor do Brasil.

Não, não votemos no protector das oligarchias!

Figura 144
Texto do jornal *O Combate* publicado em, 13/02/1910.
Acusa Hermes de protetor das oligarquias
Convoca o exercício do espírito público para vencê-las
Fonte: O Protector... (1910)

Naturalmente, mediante o quadro local, marcado pelo conturbado pleito de 1907 e pela renúncia do Coronel Vaz em 1910, a questão da sucessão presidencial ganha um aspecto um tanto mais aguerrido devidamente documentado nos periódicos da cidade. Foi um período divisor de águas na história de Jaboticabal. Já em 1909, o afastamento de Vaz de Sampaio do PRP significou a extinção do jornal *O Atalaya*, por ele mantido como órgão de propaganda do Partido Republicano e a criação do jornal oposicionista *O Democrata*. A administração deste foi assumida então pelos fiéis aliados Jocelyn de Godoy e Manoel Honório, seguindo a orientação do Partido Democrata, conduzido na cidade pelo próprio Coronel Vaz e seu parceiro político Irineu Villela (CAPALBO, 1993, p.95). O declínio e a mudança de partido do Coronel Vaz mantêm acesa a crítica dos oponentes agora montados na situação política da cidade.

O orgam dos opposicionistas locaes, dirigido elle mesmo por dous chefes do partido, os srs. Jocelyn de Godoy e Irineu Villela, e porta-voz do director supremo da grey, o chefe decahido coronel Juca Vaz, com toda a energia expulsou do seu gremio político todos os correligionarios que se lembraram de suffragar, no pleito de 2 de fevereiro, o nome do dr. Elias da Rocha Barros.

Estes o fizeram, provavelmente, por sentimentos de character affectivo que muito honram não somente a elles como ao candidato contemplado com os seus votos. Mas o fizeram também, confiados na sinceridade (?) desses falsos apóstolos de uma politica nova, a que elles jamais se habituarão porque viveram eternamente — toda a sua vida publica — politizando a pratica mais perniciosa e mais infecunda.

O que é facto, porem, é que os directores do partido os chrismaram de transfugas, mandaram que não voltassem jamais àquella Jericho da rua da Redempção, com o seu sinistro jornal das descomposturas e das revelações confidenciaes, mesmo porque não precisam mais delles, visto como jamais haverá possibilidade de apanharem a maioria, os 800 votos prometidos ao sr. Pinheiro Machado, ao sr. Glycerio, ao sr. Rapahel Sampaio (até este cahiu?) ao sr. Pedro de Toledo, ao mordido sr. Rodolpho Miranda.

Mandaram-n'os embora, os injuriaram, aos correligionarios bastante ingenuos para suporem haver ali, naquelle porão de todas as crenças elevadas, um resquicio de sinceridade e fé.

Mas a resposta se não fez esperar. Todos os distinctos concidadãos tão baixamente tratados receberam o cartão de despedida do partido opposcionista e desde logo se consideraram inteiramente desligados de tal gremio de exclusivismo, odio e intrigas.

Que por lá fiquem os taes do partido com o seu destino e a sua raiva (DIGNA..., 1910).

Figura 145

Projeção eleitoral publicada pelo *O Democrata*

Fonte: Pleito... (1909)

Em setembro de 1909, o jornal *O Democrata* publica um “cálculo aproximado” dos números da vitória na eleição a realizar-se em 1º de março do ano seguinte.

O texto veiculado ao lado desta profecia eleitoral além de ostentar apoio à candidatura hermista traz à tona as desavenças locais, com as devidas pitadas anticlericais características da atuação de Vaz de Sampaio.

É costume dos nossos adversarios attribuir-nos todos os defeitos, vícios e más qualidades. Em dezembro de 1907 intitularam o partido contrario de “partido dos sujos”, elles próprios se promovendo a limpos. Então, se não vacilássemos ante a externalização de conceitos injustos, em referencia a alguns, que nos mereciam e merecem acatamento, objectariamos que ha *sujos limpos* e *limpos sujos* [...]

O pessoal ébrio de agua benta, fanatico e moralmente traumatizado, suppõe suggestionar a opinião publica com basofias de grande de... theatro (INTIMIDAÇÃO..., 1909).

Em meio à disputa, *O Combate* ressalta o valor de sua atuação no movimento de transformação do ambiente político. O texto é do Dr. Elias da Rocha Barros, deputado da nova situação eleito no pleito de 1910.

No ambiente politico das zonas interiores passa-se um phenomeno semelhante ao que se observa no ambiente physico [...] Também a vida é árdua e penosa no ambiente politico sertanejo. Até que surja uma era de cordura e tolerancia, é grande o número das victimas da tyrannia — que um guante de ferro ameaçava os que ousassem assumir uma attitudo irreverente para com os dominadores. É a conclusão dos trabalhos de transformação no ambiente politico que hoje celebramos. Iniciados pelas columnas do “Correio do Sertão”, que desferiram os primeiros golpes contra a oligarchia local, foram ultimados na segunda phase de lucta, na qual coube ao “Combate” *magna pars* (DR. ROCHA..., 1910).

O que nos interessa nestes textos que ilustram o embate político na Jaboticabal de 1909-1911 é ressaltar que a plataforma eleitoral de Rui Barbosa pautada pelo clamor por uma “opinião pública” tem o seu desdobramento local. Se o “público” até há pouco tempo não existia — ou não importava — é nesse momento que as camadas médias, os habitantes da cidade ganham o centro dos discursos veiculados pelos jornais. Enquanto o mote dos civilistas fixa-se na luta contra as tiranias, já em sua “segunda fase”, a base dos defensores do militarismo usa do método da “medicação heróica”¹¹⁸, instrumento habilmente manobrado pelo Coronel Vaz durante o exercício do mando local.

Apesar do ambiente conturbado, o desfecho do pleito nacional seria insatisfatório para ambos os lados. Os hermistas vencedores no macrocontexto são sumariamente derrotados na cidade, fato que confirma o declínio político de Vaz de Sampaio. Contudo, os civilistas vitoriosos na cidade teriam que lidar com uma política federal adversa no quadriênio vindouro.

Figura 146

Artigo publicado pelo *O Combate*, em 06/03/1910, divulga a derrota sumária dos hermistas na cidade
Fonte: Eleição... (1910)

O resultado espacial dessa trama foi que o declínio de Vaz de Sampaio permitiu o início de outra dinâmica na atuação da Câmara sobre o aparelhamento urbano. Em 17 de junho de 1910, sob a presidência do major João Baptista Novaes Aguiar, foi apresentado um plano de ação para dar conta das necessárias obras de infra-estrutura. O dito plano previa um novo empréstimo municipal à taxa de 6% ao ano, de forma a substituir os antigos assinados com taxas de juros de 10%. Segundo o mesmo relatório, os recolhimentos gerados pela expansão da rede de serviços urbanos seriam uma fonte de renda adicional destinada a saldar a dívida que se propunha.

¹¹⁸ Sobre a ação do exército como “medicação heróica” para solucionar os problemas políticos nacionais, ver Faoro, (2000b, p.214-220).

Obras e Despesas para os Saldos Orçamentários:

Sem rebuscarmos no estudo do passado as causas anteriores a falta de melhoramentos, mas tão somente explicadas no correr desta exposição, a necessidade actual e urgente de os adoptar sem hesitação nem delongas, quando já se constituíram taes melhoramentos a preocupação de muitos e a sua falta é origem de um clamor quasi geral contra a apathia administrativa, vem a molde, para integrar o plano que temos em vista e satisfazer tão retardada aspiração, relacionar, em orçamento approximativo e detalhado as obras adiáveis que completarão a serie de melhoramentos do município. Taes obras, realizáveis com os saldos orçamentários, limitarão o quantum do empréstimo, cujo serviço annual, já definido, deixará o necessário saldo para em poucos annos estejam ellas ultimadas, com o mínimo de sacrifício da municipalidade (JABOTICABAL, 1905-1912, p. 116-117).

Orçamento dos melhoramentos urgentes da Cidade

	Designação	Quantidade	Valor de unidade	Importância
Água:	Nova captação			35.000.000
	Canalizações complementares das ruas			6.000.000
	Caixa de registros			4.000.000
	Ligação directa com o reservatório			10.000.000
Seguros:	Complemento da rede			80.000.000
Abastecimento:				15.000.000
Ruas:	Guias para passeios			15.000.000
	Provisão de cruzamentos	20	300.000	6.000.000
	Pontes	4	5.000.000	20.000.000
	Atenuação e reparos			15.000.000
	Sargitamento a Cinqueto (metros) - 2000	2000	2.500	5.000.000
	Exuminação de canteiros (metros) - 2000	2000	1.000	2.000.000
	Rectificação e alargamento de ruas			5.000.000
	Abastecimento de alguns trechos			15.000.000
Desperdiço:	Para mercado e alargamento de ruas e avenidas			15.000.000
Bompo:	Rectificação, limpeza e beneficiamento das			4.000.000
Orçamentos				255.000.000
				6.000.000
				261.000.000

Orçamento approximativo das obras menos urgentes a serem feitas com os saldos dos orçamentos annuaes.

Adaptação de praças para repartição municipal	8.000.000
Ponte e atenuação na saída para Guarita	3.500.000
Idem para Meteduro	3.500.000
Seguro	15.000.000

Figura 147

Orçamento apresentado em sessão de 17/06/1910 que justificaria a contração de novo empréstimo pela municipalidade
Fonte: JABOTICABAL (1905-1912)

Transporte

Melhoramentos e reparos de estradas, por anno	15.000.000
Pontes nas avenidas e ruas	10.000.000
Atenuação das ruas e praças	5.000.000
Abastecimento das ruas	1.000.000
Projetos e melhoramentos da Represa	2.000.000
	2.000.000
	40.000.000

Além d'essas despesas transitórias, para 2 a 4 annos, tem ainda a contemplar o augmento fixo de despesas annuaes com as seguintes rubricas:

Escolas nuaes ou fixas, em terras	6.000.000
Arrendamento das ruas e mais obras	6.000.000
	12.000.000

Figura 148

Continuação da argumentação exposta na Câmara para fechamento do empréstimo em pauta.
Fonte: JABOTICABAL (1905-1912)

Os primeiros aditamentos dignos de nota foram a instalação do serviço de energia elétrica em 14 de agosto de 1910 e as obras de saneamento e captação de água em 1911.

Melhoramentos da cidade

A prefeitura continúa a reduzir, com a construção de boeiros e drenagem das ruas os balanços de mar encapelado que supportavam e ainda supportam os vehiculos.

E' pena que se não possa tão de chofre acabar com os encommodos vagalhões, legado da prisca e exotica engenharia que tanto atrapalha a vida dos transeuntes e os creditos da famosa ex-atalaya do sertão.

Ainda convém lembrar outra causa de trambulhões e apertos que a activa prefeitura com algum sacrificio pode alliviar: regularisar os passeios, e dar-lhes uma victoria mais commoda e regular, como se vê em raros trechos ou quadras.

Figura 149

Nota pró-administração publicada pelo *O Combate*

Fonte:

Melhoramentos... (1910b)

Calçadas

A prefeitura municipal continúa activamente o trabalho de modificação das ruas da cidade.

Torna-se preciso porem que os proprietarios urbanos secundem este meritorio esforço, principalmente providenciando relativamente a reconstrucção das calçadas, para que a cidade apresente melhor aspecto a 14 de julho futuro, quando se deve inaugurar a illuminação electrica.

Fazendo este appello aos srs. proprietarios dos predios urbanos, esperamos vel-o atendido, pois estamos certos que elles não se furtarão a prestar o seu valioso auxilio á obra de resurgimento do municipio.

Figura 150

O Combate pede suporte da população para reconstrução de suas calçadas

Fonte: Calçadas (1910)

O tom progressista dos artigos publicados pelo *O Combate* passa a ser rechaçado pelo *O Democrata*. Assim, as rusgas políticas continuam veiculadas pelos órgãos de imprensa, porém em posições trocadas. A família Vaz e seus aliados tornaram-se oposição.

Melhoramentos

Agora, que a Prefeitura está reconstruindo sargetas e obrigando os proprietarios de predios (mesmo sem alguns poderem) a construir passeios, é de grande conveniencia e muito justo que a Camara desta cidade as mande construir tambem na parte correspondente á praça Tibiraça.

Si a justiça deve começar a ser posta em pratica na casa onde se a distribui, deve a Camara ordenar a construcção dos passeios que lhe incumbe, como os da referida praça, para então, com mais autoridade, dar ordens sobre os outros cujo serviço pertence a particulares.

Figura 151

O Democrata, assumindo definitivamente a oposição, ataca o pedido de suporte da prefeitura afirmando que ela própria deveria dar o exemplo

Fonte: Melhoramentos (1910a)

Emprestimo funesto

1.730 por 800

— 1911 --- 1960 —

MEIO SECULO!

Denunciamos à população deste município o audacioso attentado, que se premedita e pelo qual se vae extorquir aos contribuintes MIL SETECENTOS E TRINTA CONTOS sem compensação alguma.

Em nome de pretendidos melhoramentos, os que pagam impostos serão sacrificados, em cinquenta annos, áquella elevada quantia.

Serviço publico necessario e urgente, é o augmento de agua para abastecimento da cidade. Esse o Cap. Prefeito tem renetidamente declarado que o concluirá com os recursos da actual receita.

Ignora-se geralmente qual o passivo actual do municipio, pois a Camara unanime opera em familia, sem julgar a opinião publica merecedora de explicações.

Não nutrimos a insensata esperança de preoccupar, com estas observações, os votos já deliberados no seio daquelle arrojada corporação. Menos ainda sonhamos deter os agentes interessados em sua febril avidéz, que vae custar a ruina desta infeliz terra.

Si acreditássemos na boa fé dos inspiradores e negociadores do famoso emprestimo, nos permitiríamos suggerir lhes o alvitre de curar dos melhoramentos locais, mediante prestações annuaes ou semestraes, eguaes aquellas que applicaria na amortisação desse saque tremendo e a descoberto sobre o futuro.

Antes que de retirar MIL SETECENTOS E TRINTA CONTOS DE REIS á economia municipal, para engordar judeus e zangões,

mais acertado se nos affiguraria a realização desses melhoramentos por uma Companhia, que arrecadaria as importancias daquellas amortizações.

E' evidente que capitalistas e proffissionais, da Capital, com a cooeração daquelles aqui residentes, poderiam emplicitar os melhoramentos projectados, mediante esses MIL SETECENTOS E TRINTA CONTOS que a Camara pagará em cinquenta prestações aos usurarios prestamistas.

Assim, no primeiro exercicio a Camara propõe se amortizar oitenta contos de reis, que essa quantia seja applicada no resgate dos titulos emitidos por conta do total calculado, em que importarão os melhoramentos.

Pela tabela que damos em outro legar desta folha, os interessados verificarão que as amortizações annuaes elevando-se a mil setecentos e trinta contos de reis em cinquenta annos, habilitariam as administrações municipaes a execução dos melhoramentos.

E essa enorme quantia será perdida para o municipio, a oem do capitalismo e de seus agentes, si o ruinoso, funesto, absurdo e auspiceo emprestimo se consummar.

O povo tem por dever zelar pelo futuro da terra de seus filhos, conjurando essa imminente e pavorosa calamidade.

Como demonstra o calculo na tabela, sobre a qual pedimos a attenção dos interessados, a columna, sob a rubrica TOTAL, consigua o de 2.530.000\$000 a pagar em 50 annos.

Si acreditássemos na boa fé dos inspiradores e negociadores do famoso emprestimo, nos permitiríamos suggerir lhes o alvitre de curar dos melhoramentos locais, mediante prestações annuaes ou semestraes, eguaes aquellas que applicaram na amortisação desse saque tremendo e a descoberto sobre o futuro (EMPRESTIMO..., 1911).

Figura 153

Detalhamento do crescimento da dívida durante os 50 anos de sua vigência
Levantamento apresentado pelo jornal *O Democrata*
Fonte: Empréstimo... (1911)

Figura 152

O Democrata lança-se contra o empréstimo municipal
Fonte: Empréstimo... (1911)

Denunciamos à população deste município o audacioso attentado, que se premedita e pelo qual se vae extorquir aos contribuintes MIL SETECENTOS E TRINTA CONTOS sem compensação alguma.

Em nome de pretendidos melhoramentos, os que pagam impostos serão sacrificados, em cinquenta annos [...] (EMPRESTIMO..., 1911).

EMPRESTIMO				
DE				
1.000:000\$000				
a 50 annos de praso e juros de 6 % ao anno.				
ANNO VENCIMENTO	PRINCIPAL	JUROS	AMORTISAÇÃO	TOTAL
1911	1.000.000.000	60.000.000	20.000.000	80.000.000
1912	980.000.000	58.800.000	20.000.000	78.800.000
1913	960.000.000	57.600.000	20.000.000	77.600.000
1914	940.000.000	56.400.000	20.000.000	76.400.000
1915	920.000.000	55.200.000	20.000.000	75.200.000
1916	900.000.000	54.000.000	20.000.000	74.000.000
1917	880.000.000	52.800.000	20.000.000	72.800.000
1918	860.000.000	51.600.000	20.000.000	71.600.000
1919	840.000.000	50.400.000	20.000.000	70.400.000
1920	820.000.000	49.200.000	20.000.000	69.200.000
1921	800.000.000	48.000.000	20.000.000	68.000.000
1922	780.000.000	46.800.000	20.000.000	66.800.000
1923	760.000.000	45.600.000	20.000.000	65.600.000
1924	740.000.000	44.400.000	20.000.000	64.400.000
1925	720.000.000	43.200.000	20.000.000	63.200.000
1926	700.000.000	42.000.000	20.000.000	62.000.000
1927	680.000.000	40.800.000	20.000.000	60.800.000
1928	660.000.000	39.600.000	20.000.000	59.600.000
1929	640.000.000	38.400.000	20.000.000	58.400.000
1930	620.000.000	37.200.000	20.000.000	57.200.000
1931	600.000.000	36.000.000	20.000.000	56.000.000
1932	580.000.000	34.800.000	20.000.000	54.800.000
1933	560.000.000	33.600.000	20.000.000	53.600.000
1934	540.000.000	32.400.000	20.000.000	52.400.000
1935	520.000.000	31.200.000	20.000.000	51.200.000
1936	500.000.000	30.000.000	20.000.000	50.000.000
1937	480.000.000	28.800.000	20.000.000	48.800.000
1938	460.000.000	27.600.000	20.000.000	47.600.000
1939	440.000.000	26.400.000	20.000.000	46.400.000
1940	420.000.000	25.200.000	20.000.000	45.200.000
1941	400.000.000	24.000.000	20.000.000	44.000.000
1942	380.000.000	22.800.000	20.000.000	42.800.000
1943	360.000.000	21.600.000	20.000.000	41.600.000
1944	340.000.000	20.400.000	20.000.000	40.400.000
1945	320.000.000	19.200.000	20.000.000	39.200.000
1946	300.000.000	18.000.000	20.000.000	38.000.000
1947	280.000.000	16.800.000	20.000.000	36.800.000
1948	260.000.000	15.600.000	20.000.000	35.600.000
1949	240.000.000	14.400.000	20.000.000	34.400.000
1950	220.000.000	13.200.000	20.000.000	33.200.000
1951	200.000.000	12.000.000	20.000.000	32.000.000
1952	180.000.000	10.800.000	20.000.000	30.800.000
1953	160.000.000	9.600.000	20.000.000	29.600.000
1954	140.000.000	8.400.000	20.000.000	28.400.000
1955	120.000.000	7.200.000	20.000.000	27.200.000
1956	100.000.000	6.000.000	20.000.000	26.000.000
1957	80.000.000	4.800.000	20.000.000	24.800.000
1958	60.000.000	3.600.000	20.000.000	23.600.000
1959	40.000.000	2.400.000	20.000.000	22.400.000
1960	20.000.000	1.200.000	20.000.000	21.200.000
	1.530.000.000	1.000.000.000	2.530.000.000	

3.1.2 O ESVAZIAMENTO DA POLÍTICA CORONELISTA

O mando do Coronel José Augusto de Oliveira (1910-1915), segundo Coutinho (2007, p. 232-233), foi marcado por seu caráter conciliador — “atuava sempre como poder pacificador nas crises políticas sem nunca se valer da violência ou da arbitrariedade”. Para nossa pesquisa, que pretende entender os caminhos das relações de poder até sua cristalização na trama urbana, é difícil avaliar esta afirmação sem dados complementares como o arsenal de informações pessoais fornecidos pelo sobrinho-neto de Vaz de Sampaio na narrativa da saga da família. Não obstante, numa análise crítica superficial, temos que o Coronel Juca Quito foi, no mínimo, uma figura prudente, exerceu a chefia do PRP sem se candidatar a cargos executivos ou legislativos. Seu “braço” público fora o cunhado Major João Batista Novaes, eleito sucessivamente vereador e presidente da Câmara nos mandatos de 1908-1910, 1911-1913, 1914-1916, 1917-1919, 1920-1922, 1923-1925, 1926-1928 e 1929 até 28 de outubro de 1930 (ANDRADE, 1978, p.61).

Figura 154
Major João Batista Novaes
Fonte: Brenha (1925)

Figura 155
Publicação d' *O Combate*, 29 de agosto de 1915, noticiando os acordos empreendidos na “Grande Reunião Política” convocada na semana do falecimento do Cel. José. Augusto de Oliveira
Fonte: Grande... (1915)

Directorio local

Desde a tarde de 28 do mez p. findo está reorganizado o Directorio do Partido Republicano local, reorganização motivada por ter fallecido o prestigioso e estimável chefe cel. José Augusto de Oliveira. Às 13 horas da tarde daquelle dia era enorme a affluencia de amigos e correigionarios à sala das sessões da Camara Municipal onde se realizou a grande reunião politica, por convocação do Directorio local. Passada a presidencia ao sr. dr. Elias da Rocha Barros, este, expoz a distincta assemblea, o motivo da reunião dizendo que ella tinha por fim a escolha de um substituto para o lugar do saudoso cel. José Augusto de Oliveira, o grande chefe tão cedo roubado desta vida, onde sempre deu os melhores e os mais invejaveis exemplos de cordura, de rectidão e de muito amor pelo progresso de Jaboticabal.

Fazendo o necrologio do saudoso extinto o dr. Elias foi felicissimo nas suas expressões—a assistência o ouvia com accentuada commoção — e naquelle instante, se teve mais uma vez a convicção do quanto era cultuado o grande espirito, o alma generosa, desse cavalheiro que passou pela vida exemplificando o bem, e tombou no seio da eterna noite coberto das benções do culto povo que o sabia venerar. E assim sendo, na falta do seu prezado chefe, o Directorio local necessitava de substituí-lo, e pediu à assemblea que apontasse um nome para a investidura do arduo encargo.

E conforme a nota que publicamos em o nosso numero passado, foi por aclamação escolhido o nome do sr. major João Baptista Novaes de Aguiar, que será certamente, um fiel continuador da orientação politica segura e louvavel do seu saudoso cunhado com quem, desde a sua mocidade conviveu, vendo de perto a trajectoria brilhante que seguia o seu espirito de escol. Demais é o major Baptista mui justamente conceituado no seio da nossa população — e a aclamação de que foi alvo naquelle magna assemblea, em que a solidariedade politica procurava um chefe para guiar os destinos de um partido, a sorte de uma população, o progresso de um povo, é um attestado eloquente dos seus meritos. Após

esta escolha e resolvida a criação de mais um lugar no Directorio — foi pela mesmo, proposto o nome do distincto moço sr. José Baptista Ferreira, para occupal-o. Uma salva de palmas annunciou a aclamação do proposto, legitimo e laborioso representante da illustre familia Pintos — a veneranda obreira no levantamento dos alicerces para a formação de Jaboticabal.

Ainda depois destes dois actos altamente louvaveis no seio de uma aggremação politica apreclavelmente modelada, seguiu-se um terceiro manifestamente digno de encomios.

Por motivos ponderosissimos, o cel. Benedicto Ortiz de Camargo Amazonas, renunciara o seu lugar de membro do Directorio, afirmando, entretanto, a sua franca solidariedade ao Partido a que tem pertencido e ao qual tem prestado inestimaveis serviços ao lado de seus optimos companheiros. A assemblea, num gesto de pleno reconhecimento ás bellas qualidades do renunciante, resolveu por unanimidade negar acceitação ao pedido e solicitou fosse dirigido um appello ao prestante cavalheiro para que disista da sua resolução. Eis o trabalho criterioso da grande assemblea que em 28 de Agosto, mais uma vez elevou os creditos da cidade de Jaboticabal.

Está reorganizado o nosso Directorio Republicano — e em cada um dos seus membros, vemos assegurados os ideaes de ordem e progresso.

Sarrafos para cerca a 18900 a duzia. Grande deposito na

CASA GAGLIARDI Rua São Sebastião, num. 38

Agradecimento

O Directorio Republicano deste municipio enviou ao Exmo. Sr. General Senador Francisco Glycerio — o seguinte officio —

«O Directorio Republicano deste municipio, havendo recebido a elevado e nobre manifestação de pesar por vós dedicada á memoria do nosso pranteado chefe coronel José Augusto de Oliveira, vem protestar ao emerito Presidente do Partido Republicano de S. Paulo tradição viva e cara do republicanhismo brasileiro, os seus sinceros agradecimentos pela sua constante co-participação no pesar por nós soffrido.»

Nas farmacias de todo o Brasil, estão expostos retratos das pessoas curadas com o Elixir de Nogueira da pharmaceutica chibina Silveira.

O falecimento do Coronel José Augusto de Oliveira, em 22 de agosto de 1915, permitiu a configuração de um grupo que se articulava no poder de forma dinâmica, alçando candidatos a cargos municipais e estaduais simultaneamente, constituindo, assim, um anel de proteção para além das fronteiras do município e da região. As reuniões convocadas imediatamente após sua morte indicam que o poder legado ao Major Novais seria também compartilhado com Arthur Whitaker e posteriormente com Joaquim Batista Ferreira Sobrinho, entre outras figuras de importância na cidade.

Figura 156

Notícia da eleição de Whitaker para deputado pelo 10º Distrito
Fonte: Dr. Arthur... (1916)

Dr. Arthur Whitaker

Realizou-se na noite de domingo p. passado, mais uma significativa prova de apreço ao digno moço sr. dr. Arthur Pequeroby de Aguiar Whitaker, deputado eleito pelo 10º districto, no pleito que se fez neste Estado, para a renovação do terço do Senado e reorganização da Camara dos Deputados.

Às 7 horas da noite daquelle dia reuniram-se no palacete «Fontes» — á rua Juca Quito — diversos amigos e d'ali se encaminharam á residencia do joven deputado, levando-lhe seu diploma.

Alli chegados foram cordialmente recebidos, usando, por essa occasião, da palavra o sr. dr. Laurino de Albuquerque que durante alguns minutos prendeu a attenção da assistência com os seus magnificos conceitos, estudando a personalidade do homenageado e o apreço de que se tem feito, mui dignamente, credor dos seus innumeros amigos e do pujante electorado do municipio.

Respondeu o dr. Arthur mostrando-se altamente sensibilizado com as demonstrações de sympathia e de estima de que tem sido alvo.

Entre as muitas pessoas notamos as seguintes:

Dr. Joaquim Antonio de Oliveira Neves, juiz de direito da comarca, Major João Baptista Novaes de Aguiar, Presidente do Directorio Politico Republicano local e presidente da Camara, dr. Liberato Costa Fontes, promotor publico da comarca; Dr. Antonio Martins Fontes, vice-presidente do directorio; Cap. Bento Vieira de Albuquerque, Prefeito Municipal; dr. Laurino Albuquerque, delegado de policia, dr. Augusto Accioly do Prado, vice-presidente da Camara, cap. Fortunato A. da Silva, vice-prefeito, Aurelio Augusto P. Carlos, vice-consul do Portugal, Eduardo Zambianchi,

Eis o trabalho criterioso da grande assemblea que em 28 de Agosto, mais uma vez elevou os créditos da cidade de Jaboticabal.

Está reorganizado o nosso Directorio Republicano — em cada um dos seus membros, vemos assegurados os ideaes de ordem e progresso (DIRECTORIO..., 1915).

Figura 157

Publicação d' O Combate, 2 de setembro de 1915, informando a reorganização da diretoria do PRP
Fonte: Directorio... (1915)

3.1.3 A MÁQUINA CAFEIEIRA MOVIMENTA A INFRA-ESTRUTURA

No contexto econômico, a situação do período de 1907-1915 é francamente mais favorável que os primeiros anos do século XX. Ironicamente, a região sofrera as conseqüências de sua própria existência já que a crise cafeeira da virada do século foi deflagrada pela superprodução dos novos setores de cultivo no “Oeste”.

(Continuação)

ANOS	Sacas de 60 quilos (1.000 sacas)	Valor		Valor por saca		Porcentagem do café na exportação nacional
		Contos de réis	£ £ 1.000 ouro	Em réis	Em £ £ (ouro)	
1901	14.760	509.598	23.979	34\$526	1.62	59,0
1902	13.157	409.841	20.327	31\$150	1.54	55,8
1903	12.927	384.298	19.076	29\$723	1.47	51,7
1904	10.025	391.587	19.958	39\$061	1.99	50,6
1905	10.821	324.681	21.421	30\$005	1.98	48,0
1906	13.966	418.400	27.616	29\$959	1.97	52,9
1907	15.680	453.764	28.559	28\$939	1.82	52,7
1908	12.658	368.285	23.039	29\$095	1.82	52,2
1909	16.881	533.870	33.475	31\$603	1.98	52,5
1910	9.724	385.493	26.696	39\$644	2.74	42,3
Decênio	130.599	4.179.817	244.146	32\$005	1.87	51,3
1911	11.258	606.529	40.401	53\$875	3.58	60,4
1912	12.080	693.371	48.558	57\$812	3.85	62,4
1913	13.268	611.690	40.779	46\$103	3.07	62,3
1914	11.270	439.715	27.000	39\$016	2.39	57,7
1915	17.061	620.488	32.191	36\$369	1.88	59,7
1916	13.039	589.201	29.281	45\$188	2.24	51,9
1917	10.806	440.258	23.054	41\$510	2.17	36,6
1918	7.433	352.727	19.041	47\$390	2.55	31,1
1919	12.963	1.226.463	66.081	94\$612	5.10	56,3
1920	11.525	860.958	40.456	74\$703	3.51	49,1
Decênio	120.503	6.446.400	364.842	53\$496	3.03	53,0
1921	12.369	1.019.065	27.067	82\$395	2.19	59,6
1922	12.673	1.504.166	39.549	118\$694	3.12	64,5
1923	14.466	2.124.628	44.182	146\$875	3.05	64,4
1924	14.226	2.928.572	65.747	205\$853	4.62	75,3
1925	13.482	2.900.092	74.032	215\$109	5.50	72,0
1926	13.751	2.347.645	69.582	170\$700	5.05	73,6
1927	15.115	2.575.626	62.689	170\$401	4.15	70,7
1928	18.881	2.840.414	69.701	204\$620	5.00	71,5
1929	14.281	2.740.073	67.307	191\$871	4.71	71,0
1930	15.288	1.827.577	41.179	119\$540	2.69	62,6
Decênio	139.532	22.807.858	561.035	163\$460	4.02	69,6
1931	17.851	2.347.079	54.104	131\$483	1.91	68,9
1932	11.935	1.823.948	26.238	152\$620	2.20	71,6
1933	15.459	2.052.858	26.168	132\$791	1.69	73,1
1934	14.147	2.114.512	21.541	149\$468	1.52	61,1
1935	15.329	2.156.599	17.373	140\$689	1.13	52,6
1936	14.186	2.231.473	17.785	159\$301	1.25	45,5
1937	12.113	2.128.616	17.886	178\$130	1.47	42,0
1938	17.203	2.296.010	16.191	134\$177	0.94	45,0
1939	16.645	2.254.115	14.892	135\$423	0.90	40,0
1940	12.053	1.589.956	10.240	131\$935	0.85	32,0
Decênio	146.921	20.995.166	202.418	144\$421	1.38	53,1

Nesse período, integravam esse “Oeste” as zonas cortadas pela Mogiana e Paulista, da qual Jaboticabal era região altamente produtora¹¹⁹. Toda a zona da paulista apresentara, então, números crescentes, desde 1886 — 40 mil arrobas e 2.885 habitantes — até alcançar em 1935 as cifras de 1.877.115 arrobas e uma população de 147.087 habitantes (MILLIET, 1982, p.50-51).

Figura 158

Balanço da exportação cafeeira com destaque a década de 1910

Dados da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional

Fonte: Taunay (1945)

A conjuntura dos anos de 1895-1903 exposta por Taunay (1945, p.269-293) é assinalada pelo crescimento dos estoques mundiais somados ao aumento da oferta e pelos efeitos negativos da valorização do câmbio. A cultura da especulação financeira instalada após a proclamação da República, denominada então encilhamento foi perniciosa aos plantadores de café, agravada pelos vícios existentes no comércio do produto e pelos altos e baixos da bolsa. Para minorar o prejuízo dos produtores, após 1903 o governo passou a intervir comprando os excedentes dos estoques, a ação paliativa tornou-se um procedimento recorrente ratificado posteriormente pela política de “valorização do café” definida pelo Convênio de Taubaté, assinado em fevereiro de 1906. Essa medida, que minorou os efeitos da supersafra de 1906-1907 e proporcionou alívio durante os anos subseqüentes, falhou ao não coibir a expansão das plantações. A salvação da lavoura que trouxe prosperidade aos paulistas dos anos de 1910 seria a mesma que em 1929 significaria o colapso de todo o sistema (FURTADO, 1984, p. 177-185).

¹¹⁹ Ver informações sobre a produção cafeeira do município de Jaboticabal no Apêndice C.

A valorização do café

A crítica e mesmo opposição que por vezes se levanta contra o plano da valorização nos induz a pôr os nossos leitores ao corrente do andamento e das fases do grau de problema, que agora caminha felizmente para a solução.

A caixa de conversão, por assim dizer, parte desse plano e incluído no programma do convenio dos presidentes dos tres estados cafeeiros, essa já tem produzido os bons resultados da manutenção do cambio, e do stock metallico, necessários ás nossas operações no estrangeiro.

Sobre a interessante questão da valorização damos a palavra á «Platêa» independente diario da capital do Estado:

A DEFESA DO CAFÉ

Uma carta do sr. F. Ferreira Ramos.—A sobretaxa de 5 francos e os cafés em garantia.—A amortização do empréstimo de 15 milhões em 1914.—Um saldo de 100 mil contos em beneficio da lavoura, além do auxilio do plano da valorização.

No correr de 1908, escrevendo sobre a estrutura do projecto do empréstimo dos 15 milhões esterlinos para a defesa do café, segundo o plano da valorização, fizemos sentir aos pessimistas desse negocio o erro em que se achavam, parecendo não terem comprehendido a defesa da importante operação em que o Estado se ia envolver, defesa estabelecida no proprio projecto.

1910
Capital libras 14.000.000. Café 6.300.000 saccas.
Receita:
Saldo (1909) 700.000 libras
Sobre taxa 1.800.000 libras
Vendas de 500.000 saccas . . 1.200.000 libras 3.700.000

Despezas:
Juros do empréstimo . . . 705.000 libras
Armazenagens, etc. . . . 345.000 libras
Amortização 2.100.000 libras 3.150.000
Saldo (para 1911) libras 550.000

1911
Capital libras 12.000.000. Café 6.300.000 saccas.
Receita:
Saldo (1910) 550.000 libras
Sobre-taxa 1.800.000 libras
Vendas (700.000 saccas) . . 1.650.000 libras 4.000.000
Despezas:
Juros do empréstimo . . . 600.000 libras
Armazenagens, etc. . . . 300.000 libras
Amortização 2.500.000 libras 3.400.000
Saldo 600.000 libras

Sobre-taxa—Si nós tomarmos para produção média do Estado, a média dos ultimos 5 annos, acharemos 10.000.000 de saccas annuaes para Santos. Si, pois, admitirmos para base dos calculos a seguir, em a média de 9.000.000, não poderemos ser acimados de optimistas.

Em taes condições a sobre-taxa annual média será de 45.000.000 de francos, ou, libras 1.800.000.
Produtos das vendas dos cafés.—As ultimas vendas produziram uma média superior a 53 francos por 50 kilos. E' verdade que se trata de cafés finos. Entretanto, si nós considerarmos que a maior parte dos cafés pertencentes ao Estado, são cafés finos, si attendermos ao aug-

mento constante de consumo (actualmente 18.500.000 saccas) e ao estacionamento, sinão retrogradamento da produção, si reflectirmos ainda que esse consumo já excede (em média) de mais de..... 1.000.000 de saccas a produção, (S. Paulo precisa já produzir de 11 a 12 milhões de saccas para satisfazer as necessidades do consumo), veremos que os stocks mundiaes irão se reduzindo consideravelmente de anno para anno, e, que não seriamos taxados de optimistas, si adoptassemos o preço médio das ultimas vendas (53 francos) para o preço futuro.

Entretanto vamos tomar para base um preço inferior, isto é, o de 50 francos por 50 kilos.

Despezas de juros, armazenagens, seguros, etc.—Segundo os dados verificados pelo comitê, no primeiro anno da sua administração, as despesas de armazenagens, seguros, etc., importaram em libras 376.228.

Estabelecidos esses elementos vejamos agora em quantos annos o empréstimo pode ser considerado como amortizado, sabendo-se que em 31 de dezembro ultimo, 900.000 libras iam ser resgatadas e cerca de 700.000 passavam para saldo em 1910.

Continuando nestas operações, achariamos, para 1912 um capital de 9.500.000 libras e um stock de café de 5.600.000 saccas.

Para 1913 um capital de 7.000.000 de libras e um stock de café de 4.900.000 saccas.

Por ultimo em 1914 teriamos um capital de libras..... 3.550.000 e um stock de café de 4.200.000 saccas.

Com a venda de 900.000 saccas nesse anno (1914) e com a sobre-taxa correspondente, ter-se-á liquidado o empréstimo, ficando o Estado possuidor de um stock de 3.300.000 saccas representando um valor superior a 100.000 contos que poderão ser empregados em beneficio da lavoura do café e do desenvolvimento do seu consumo.

Não esperavam portanto, aquellos que chegaram até a taxar o proposito do governo de São Paulo de uma aventura temeraria, tão cedo ver a prova que os convencesse da illusão ou do seu estreito prisma por que encaravam a tentativa de tão importante questão patriótica e benefica operação em auxilio da nossa lavoura. O empréstimo paulista para a defesa do plano da valorização ficará, como vimos de examinar, resgatado em 1914 com um saldo, lucro para o Estado, não inferior a 100 mil contos.

E devemos aceitar da carta do commissario geral da defesa do café na Europa, com séde em Antuerpia, os dados fornecidos nesse documento, por exprimirem elles

a muito possível realidade na marcha dos negocios affectos ao plano valorizador do producto cafeeiro, de cujo exito depende o successo que com acerto prevê para o resgate definitivo dos 15 milhões de libras, com enormes vantagens pecuniarias para o Estado, sem levar em conta o effeito moral e reclamo resultante desse negocio.

E' fóra de duvida que após a operação financeira do empréstimo para a valorização, grandes capitães têm emigrado para o nosso Estado procurando collocação na lavoura, nas industrias, no commercio, em operações rendosas que lhe proporcionem juro excellent, visto que, em virtude do successo da valorização se encaram os negocios em São Paulo com inteira confiança que até então não existia.

São evidentes, portanto, os beneficios obtidos para as varias classes, para a collectividade paulista e para o proprio governo, como consequencia da intervenção deste na defesa do café que, a não ser o auxilio que lhe dispensou o plano da valorização, estaria a preços incalculadamente reduzidos.

A carta do sr. Ferreira Ramos é um documento importantissimo que vem trazer á evidencia do julgamento da opinião publica uma prova real do exito do plano da valorização, o que deve constituir titulo de justo orgulho para os governos dos dres. Tibiriçá e Albuquerque Lima e seus dignos auxiliares que tomaram a peito a obra meritória e altamente patriótica de collocar o producto de nossa principal riqueza ao abrigo protector dos poderes publicos estaduais.

Elizir de Nogueira, 6.º deputado que continua a dominar no acuello presente, devido ás curas roaes que tem produzido.

Dr. Rocha Barros

Acompanhado de sua esposa, esposa deve regressar hoje, ou amanhã, de Lambary, o nosso estimado redactor dr. Elias da Rocha Barros, deputado estadual por este districto.

Agencia do correio

A agencia do correio local foi transferida para o predio da Avenida Pintos, esquina da rua Boa Vista.

A communicação que nos fez o sr. Manoel Honorio Ferreira, agente do correio, agradecemos.

Grupo Escolar de Monte Alto

O sr. Oscar Guilherme Christiano, digno director do grupo escolar de Monte Alto, teve a gentileza de nos convidar para assistir a inauguração do mesmo estabelecimento de ensino, a realisar-se no dia 21 do corrente.

Figura 160
Artigo publicado pelo jornal *O Combate*, em 17/10/1910, atesta o êxito da política de "valorização do café"

Fonte:
A Valorização... (1910)

As manobras da valorização do café permitiram que a saca negociada, em 1908, por 29\$095 atingisse 31\$065, em 1909, 39\$644, em 1910 chegando, em 1911, a 53\$875. O governo de São Paulo atuava como regulador do mercado e os estoques começavam a baixar (TAUNAY, 1945, p.351-354). Em Jaboticabal, o clima era de otimismo, toda a discussão travada em âmbito nacional passava pelos periódicos locais que respaldavam os plantadores e incentivavam a lavoura.

Teremos assim três safras pequenas seguidas: a 1910 a 1911, a 1911 a 1912 e a de 1912 a 1913. A perspectiva é francamente de alta [...]

Há ainda uma observação que nos acudiu e que não podemos deixar de trazer para estas columnas. Os possuidores de café tem estado exageradamente retrahidos. A exportação pelo porto de Santos, tem sido muito pequena. Estando o café a preços tão altos, tão compensadores, não se justifica tal retrahimento. Os bons preços devem proporcionar muitos negocios, e não o retrahimento do mercado (O CAFÉ, 1911).

Alta do café
São animadoras as transações feitas nesta cidade estes ultimos dias.
A julgar-se pelas compras realizadas o preço do café vae subir
Diversas casas de Santos têm ordenado a seus agentes nesta cidade compras de café a termo, pagando preços elevados.
Ainda hontem foram compradas nesta cidade cerca de vinte mil arrobas de café ao preço de 9 e 9250 réis cada arroba devendo a entrega ser feita até agosto vindouro.
Esses negocios indicam claramente que o preço do café vae melhorar, trazendo lucros aos srs. lavradores.

Figura 161

Nota sobre a alta dos preços do café
Fonte: Alta... (1911)

Café
Na praça de Santos o café tipo 4 foi cotado a 4\$200.
Mercado calmo.
Stock--em 45--1.904.893.
Em Hamburgo, Havre baixa do 1¼ e New-York 5 pontos.
Salvação da Patria
Foi transferida para domingo proximo vindouro, no «Café Central» às 6 horas da tarde, a reunião convocada pelo tenaz propagandista sr. Lucas do Prado, para tratar-se do assumpto atinente ás finanças nacionaes.

Figura 162

Valor da arroba em 13/10/1907
Fonte: Café... (1907)

No que tange à configuração da malha urbana e sua infraestrutura, esse período de aumento do capital em circulação proporcionou os meios para enfrentar as obras de saneamento, abaulamento de vias, construção de sarjetas e calçadas e o início da pavimentação — macadamização. O período áureo do café reflete-se na própria configuração da cidade, conforme informação do artigo “O Empréstimo” publicado pelo *O Combate*:

Ninguém contesta a necessidade urgente de melhorar as condições desta cidade, das estradas e villas do municipio. Adiar-se sem motivo plausivel a mais justa aspiração do povo, como seja a execução das obras de que tanto precisamos seria collocar Jaboticabal fóra da linha dos municipios vizinhos, todos em franca prosperidade merce dos recursos extraordinarios de que se vão servindo. Desde o municipio mais modesto até o mais importante do Estado todos têm precisado de usar do credito lançando empréstimos afim de se aparelharem para satisfazer as necessidade publicas. A alta apreciável do nosso principal produto de exportação augmentou rapidamente a riqueza particular e por isso mesmo creou inesperadamente para os poderes publicos obrigações e exigências dispendiosas para as quaes os governos não se achavam preparados [...] Jaboticabal, incontestavelmente um dos mais antigos e vastos municipios desta zona não podia constituir excepção no desenvolvimento invejavel do Estado (O EMPRESTIMO, 1912).

Comp. Melhoramentos de Jaboticabal

Desde junho do anno findo agitou-se entre nós a bella ideia da constituição de uma companhia que tivesse em mira promover a execução de diversos melhoramentos tendentes ao progresso do municipio de Jaboticabal.

Accepta com visivel enthusiasmo para logo delegaram-se poderes a uma commissão de distinctos cavalheiros, a quem ficou incumbido o estudo das bases essenciaes á constituição da Companhia.

Ficou ella constituida dos dres. A. Martins Fontes, Feliciano Corcoroca e Felippo di Filippo, major Baptista de Novaes e capitão João Maricato.

Como inicio dos trabalhos a realizar-se, assentou a commissão indicada na construção de um ramal ferreo ligando esta cidade aos bairros agricolas de Ponte Alta, Corrego Grande e Taquaral.

A importancia extraordinaria desse empreendimento resalta do valor agricola da zona que elle deve percorrer. Os cafesaes nella situados produzem cerca de 350 mil arrobas de café. Em toda esta vasta região, largamente se cultiva o arroz, o feijão e o milho.

A estrada terá no municipio o desenvolvimento minimo de 23 kilometros e deve ligar-se, como complemento de mais 5 kilometros no municipio de Pitongueiras, ao ramal de Viradouro.

Por estes dados succintos logo se pode ajuizar dos altos beneficios que advirão a Jaboticabal com a construção do ramal projectado.

E' o caso de todos os bons amigos desta terra auxiliarem com o maximo devotamento a ideia ora aventada em nossa cidade, não deixando de subscrever acções da futura companhia, pois além de ser um optimo emprego de capital é este o meio principal de facultar-se a Jaboticabal um futuro radioso e cheio de prosperidades.

Nas mãos dos incorporadores da Companhia Melhoramentos, cujos nomes reeditamos acima, acham-se listas de subscrição de acções.

Esperamos não lhes faltar o apoio de todos os jaboticabalenses.

Figura 163

Notícia sobre a constituição da Cia Melhoramentos de Jaboticabal. Entre os sócios estão os influentes políticos Major Novaes e Martins Fontes.
Fonte: Companhia... (1910)

O Empréstimo

Não é de hoje que a nossa Camara Municipal cogita de contrahir um empréstimo de quantia sufficiente para pagar a divida actual do municipio proveniente de empréstimos anteriores e ao mesmo tempo realizar varios e importantes melhoramentos.

Ninguém contesta a necessidade urgente de melhorar as condições desta cidade, das estradas e villas do municipio.

Adiar-se sem motivo plausivel a mais justa aspiração do povo, como seja a execução das obras de que tanto precisamos seria collocar Jaboticabal fóra da linha dos municipios vizinhos, todos em franca prosperidade mercede dos recursos extraordinarios de que se vão servindo.

Desde o municipio mais modesto até o mais importante do Estado todos têm precisado de usar do credito lançando empréstimos afim de se aparelharem para satisfazer as necessidades publicas.

A alta apreciavel do nosso principal producto de exportação augmentou rapidamente a riqueza particular e por isso mesmo creou inesperadamente para os poderes publicos obrigações e exigencias dispendiosas para as quaes os governos não se achavam preparados.

Ahi temosa eus a justificativa das operações de credito a que têm sido obrigados os mais importantes e prosperos municipios deste Estado.

Jaboticabal, incontestavelmente um dos mais antigos e vastos municipios desta zona não podia constituir excepção no desenvolvimento invejavel do Estado.

A Camara Municipal acaba de resolver o lançamento de um empréstimo de mil a mil ducentos contos de reis, ao tipo de 93 e juros de 8 %, pelo prazo de 30 annos.

Com o producto dessa vantajosa operação o municipio pagará suas dividas no valor de cerca de seiscentos contos de reis e iniciará a execução de todos os melhoramentos necessarios, obedecendo a um programma cuidadosamente traçado e que virá satisfazer plenamente os desejos de nossa população.

Figura 164

Artigo publicado pelo *O Combate* defendendo a contração de empréstimo para empreendimentos de melhorias urbanas.
Fonte: O Empréstimo... (1912)

Abastecimento d'agua

Em junho de 1914, comprehendeu a nossa municipalidade a deficiencia do nosso abastecimento d'agua, e não trepidou em movimentar-se, emprehendendo as obras necessarias para a normalisação desse serviço importantissimo. Entregue a um profissional competente foram atacados os serviços, levado a effeito o importante melhoramento que, actualmente é um dos melhores da zona.

O novo Reservatorio, obra apreciavel, de cimento armado com capacidade para 1 milhão dd litros em 24 horas, está installado em ponto pittoresco da cidade e para onde se dirigem logo todos aquelles que nos visitam, em agradável passeio, afim de admirarem o magnifico trabalho que alli attesta a boa vontade, o descortino daquelles que guiam os nossos destinos politicos.

Rede de esgotos

Um tanto deficiente, vae ser agora desdobrada, aproveitando-se a abundancia da

agua, ja tendo sido para esse fim adquiridos os materiais necessarios. Este importante melhoramento, garantia da saude publica, dentro em breve vae ser iniciado.

Calçamento

No dia 22 do mez proximo futuro, conforme o contracto lavrado na Secretaria da Camara, pelos srs. Prefeito Municipal e Francisco Cascaldi, será atacado o serviço de calçamento de algumas ruas da cidade, á paralelepipedos de granito, numa extensão de 10 mil metros quadrados, por enquanto.

Paço Municipal

Por difficuldade na escolha do local, ainda não foi iniciada a construção do Paço Municipal, não convindo á Camara, effectuar esta edificação no local onde está o theatro «Arthur Azevedo» e por se tornar a adaptação daquelle antigo theatro, ao edificio municipal, muito dispendiosa. Entretanto é este um melhoramento que, certamente não demorará a ser iniciado; conforme resolução ja tomada pela Camara e na praça da Republica.

Nova Matriz

Vae ser edificada na praça da Republica a Nova Matriz desta cidade, para esse fim a Camara concedeu o terreno necessario, e ja foi eleita a Commissão que tem de dirigir os destinos deste almejado melhoramento.

Figura 165

Lista dos empreendimentos realizados pela municipalidade. Entre estes, rede de abastecimento, rede de esgoto, calçamento e as negociações para aquisição de um Paço.
Fonte: Jaboticabal... (1916)

Os artigos apresentados são apenas exemplos que mostram como o período de valorização do café trouxe prosperidade para os empreendimentos urbanos. Entre estes, a proposta de criação da Cia. de Melhoramentos de Jaboticabal, constituída por algumas das mais influentes figuras do contexto local — major Novaes, Martins Fontes e Fillipo —, atesta a lucratividade dos setores ligados à engenharia, às obras viárias e à infra-estrutura. A justificativa esteve sempre alicerçada na lavoura cafeeira que, segundo o mesmo artigo, produziu 350 mil arrobas no ano de 1915. Contudo, a arrecadação foi largamente alicerçada nos impostos ligados à produção do meio urbano, como o de Indústrias e Profissões, responsável por pelo menos 30% do montante coletado. Este volume demonstra que o desenvolvimento urbano foi alimentado por sua própria dinâmica. A *urbes* gravitava em torno da produção agrícola, no entanto, precisava atender às demandas vinculadas às atividades urbanas.

Figura 166
Notícia sobre a construção na cidade que avança apesar da crise
Fonte: Construção... (1915)

Figura 167
Início das cobranças públicas por um novo templo, digno do progresso da cidade
Fonte: Nova... (1913a)

A arrecadação sobre os cafeeiros, por exemplo, significou, em 1900, 5% do montante total coletado, enquanto o imposto sobre indústria e profissões girou em torno de 7%. Em 1905, a taxa sobre os cafeeiros subiu para 7% e o imposto urbano já batia a marca de 36% da arrecadação total, e assim sucessivamente: em 1910, 9% contra 37%; em 1915, 10% contra 37% e finalmente, em 1920, 7% contra 34%¹²⁰.

¹²⁰ Informações obtidas nas previsões orçamentárias elaboradas pela Câmara Municipal de Jaboticabal e documentadas nos Livros de Atas e/ou publicadas pelo jornal *O Combate*. Consultar Apêndice C, D e E.

Contudo, a cidade agitada pela onda de prosperidade ainda conservava uma paisagem repleta de signos do passado. Entre estes, a Igreja e seu templo de feições mineiras em sua praça renomeada em homenagem à República. Como é possível prever, a situação suscitava o clamor da imprensa por uma matriz que espelhasse a condição financeira do município e seu *status* de grande região cafeeicultora do Estado de São Paulo.

Fonte: Ligeiras... (1919)

Praça da República esquina com a Av. Pintos
Fonte: Ligeiras... (1919)

Lateral superior da Praça da República
Fonte: Ligeiras... (1919)

Matriz 1925
Foto: Gentileza de C. Capalbo

Estação Ferroviária nos anos de 1920
Fonte: Brenha (1925)

Praça Tibiriçá - Lateral
Fonte: Ligeiras... (1919)

Praça Tibiriçá - Loja Maçônica Fé e Perseverança
Fonte: Brenha (1925)

O estado da igreja matriz durante a década de 1910 não foi diferente da situação deixada por Vaz de Sampaio. Todavia, a estrutura social da cidade mudara com o aumento de capital em circulação e o afluxo de profissionais que exerciam relações próximas aos modelos burgueses, que se reproduziam desde a Europa até espalharem-se pelo interior paulista. Aos poucos, a cidade começava a abrigar uma vida pública em harmonia com os padrões modernos de comportamento, a ditar formas de fruição e uso dos espaços urbanos.

Não é de estranhar, portanto, a quantidade de críticas veiculadas pela imprensa, mesmo já distante o anticlericalismo praticado pelo *O Atalaya* e algumas vezes ressuscitado pelos textos do jornal *O Democrata* como nas linhas que seguem selecionadas do artigo “As decisões da Igreja Romana”:

Fatalmente todas as decisões da Igreja de Roma têm sempre um QUÊ de comico e risível, quando sobre ellas se applica um exame da Razão. Ellas ou são dogmas ou nascem delles, e só podem ser aceitas pela fé cega, isto é, a fé ou crença de quem não raciocina, de quem não pensa para crer, de quem não examina para acceitar. Só assim é possível que se creia na infallibilidade do Papa, no sacramento da Eucharistia, ou presença real de Jesus Christo numa hóstia que se transforma nas immundicias do estomago e intestino; no milagre, ou derrogação de immutaveis leis da natureza, como da concepção por obra e graça de Espírito Santo; nos mysterios inextricaveis da Trindade [...]

Quem ler com meditação a decisão da Igreja, a respeito destas indulgencias, logo vê que **as graças e favores espirituaes são concedidos pelo papa Pio X**, e não por Deus. Ora, só um individuo ignorante, ou em principio de desequilibrio mental, póde crer que um Papa tenha poder para conceder graças e favores espirituais, ou que Deus sancione decisões desses seres, pecadores como quaesquer outros homens [...] (VELLOSO, 1916, grifos do original).

No contexto local, a oposição travada entre os periódicos tornou o jornal *O Combate* um aliado dos representantes do clero. O artigo elogioso à palestra “Igreja e Civilização” (PADRE..., 1910), proferida na cidade pelo padre João Gualberto, dá conta de um ajuste de posições. O tom conciliador do discurso advoga o concurso da Igreja para o progresso da sociedade. A situação próxima não evitou a divulgação de críticas na imprensa local, mas esta se centrava em nome de um público, ou de uma vida pública, infalivelmente orientada pelo progresso e pelo desdobramento dos signos materiais deste, na cidade. Assim, a censura justificava-se pela necessidade de plasmar no horizonte urbano os símbolos do desenvolvimento material condizentes a uma cidade produtora da riqueza que alçava o estado de São Paulo à liderança econômica do país.

Figura 168

Nota do *O Combate* exaltando a disposição do vigário para construção da nova Matriz
 Fonte: Nova... (1910)

Figura 169

O Combate anuncia que em dois meses o prédio da velha matriz será demolido
 Fonte: Nova... (1913c)

No artigo "Nova Matriz", *O Combate* louva a boa vontade do padre João Carelli em retomar o projeto de reconstruir a igreja matriz de Jaboticabal. A condenação do antigo edifício é incansavelmente repetida nos artigos similares, "é um inesthético casarão que nem margem oferece a reparos de embellesamento" (NOVA..., 1910).

Em 1913, outro artigo de mesmo título informa que caminham positivamente as negociações para retirada da Praça da República da "Matriz avelhantada e inesthetica que alli se acha desde talvez, que Judas andou pelo mundo e teve sarampo" (NOVA..., 1913a).

Ainda em 1913, próxima a ocasião de lançamento da pedra fundamental, *O Combate*, reforça que o prédio da Matriz, no centro da Praça da República, impede seu embelezamento (NOVA..., 1913c).

No artigo que informa a estadia na cidade de D. José Marcondes Homem de Mello, arcebispo e bispo da Diocese de São Carlos, *O Combate* enfatiza a situação, talvez, para engajar o prelado na empreitada que se propunha:

De há muito, o nosso povo vem alimentando o carinhoso desejo de possuir no seu seio um templo sagrado que bem condiga com o seu elevado espirito religioso e seu devotado interesse pelo embellezamento da cidade.

A actual Matriz, avelhantada, inesthetica, colocada no centro da praça da República, em forma de um barracão, roubando a esse logradouro publico as vantagens do seu embellezamento, servindo de mofa, mal apresentando-se às vistas dos que diariamente nos visitam acompanhando os nossos passos na estrada do progresso, não poderia por mais tempo continuar naquelle estado desolador, mal aquilatando o sentimento religioso do nosso povo (HOSPEDE..., 1913).

A Matriz

Começará em breve a construção do novo templo católico, para o que já se fez a escolha de devido local.

A camara, no interesse de executar um plano que se traçou, muito concorreu para que tenham breve início as obras de construção da matriz, tendo para este fim feito presente do terreno onde se localizará o novo templo.

Mas se tem constantemente adiado, por motivos que devem ser muito ponderosos, o começo da construção, no que a igreja de certo modo entrava a camara o empenho em que ella se acha de embelezar a praça da Republica.

Tudo, porém, se harmonisaria caso o respeitavel vigário quizesse adoptar o alvitre de transferir provisoriamente a matriz para o templo da Apparecida, que, embora modesto, perfeitamente serve aos interesses do culto.

Ao demais, a modestia, a simplicidade, são os principais attributos da religião e, portanto, mal não faz que o seu relicario, só por alguns mezes, tenha esses apparatus simples.

Neste interim, derribado o velho templo—o velho barracão—que este, sim, não pode jamais, por sua configuração infundir respeito a nenhum crente, não somente pôde a fabrica utilizar-se do velho material na construção do novo templo, como pôde a camara levar por diante o aformoseamento da praça, o que se não poderá absolutamente levar a bom termo enquanto existir naquelle ponto o estranho monumento religioso.

Figura 170

Artigo anuncia para breve a construção do novo templo no terreno feito "presente" pela Câmara Mostra ansiedade para que o velho "barracão" seja derribado
Fonte: A Matriz (1913)

Nova Matriz

Voltemos ao momentoso assumpto. Que o velho templo já se não encontra em condições de asyiar em seus carcomidos altares os symbolos respeitaveis da religião catholica, ninguém se abalança a contestar.

Porque, pois, se não apressar essa mudança que, ao demais, não pôde ser considerada senão como um preito de alta reverencia ao culto?

Não podemos crer que se seja de boa fé, contrario a essa justa exigencia da remodelação porque passa a cidade.

E depois, será mais um imperioso motivo para se apressar a construção do novo templo, construção esta tão desejada pelos catholicos.

Justo é relembrar que até os poderes publicos, não obstante a conhecida separação da igreja do Estado, muito concorreu. Heram já para que se possa dar início á obra projectada para o que, principalmente, contribuiu com a doação de um terreno de valor de doze contos de reis.

Quanto aos meios financeiros necessarios para se levar a effeito a execução das obras, é de esperar que os crentes se não recusem a contribuir com a quota orçamentaria.

Temos um exemplo recente, e que nos vem de bem proximo, de quanto é justa a nossa opinião.

Em Guariba, o rev. vigário instituiu uma grande comissão de respeitaveis moradores da localidade a quem cabe a responsabilidade da direcção das obras. Esta comissão, em um espaço diminuto de tempo, conseguiu cerca de 40 contos de reis, o que ao que nos informam é sufficiente para a edificação do novo templo.

Adoptando-se entre nós o mesmo alvitre, conseguir-se-á rapidamente dar um caracter de cousa viavel a esse projecto em hibernação que é a construção da nova matriz.

Figura 171

Instiga que a construção da matriz aconteça o mais breve possível Menciona que apesar da separação entre Estado e Igreja o poder público muito concorreu para o empreendimento.
Fonte: Nova... (1913b)

Hospede illustre

Desde hontem a tarde é nosso hospede, s. exa. o sr. Arcebispo Bispo Diocesano, d. José Marcondes Homem de Mello. S. Exa. veio a esta cidade acompanhar o nosso povo nas suas homenagens á sua excelsa Padroeira, Nossa Senhora do Carmo, e ao mesmo tempo abrilhantar com a sua egreja presença a cerimonia do lançamento da primeira pedra para a erecção da nova Matriz desta cidade.

De ha muito, o nosso povo vem alimentando o carinhoso desejo de possuir no seu seio um templosagrado que bem condiga com o seu elevado espirito religioso e seu devotado interesse pelo embelezamento da cidade.

A actual Matriz, avelhantada, inesthetica, collocada no centro da praça da Republica, em forma de um barracão, roubando a esse logradouro publico as vantagens do seu embelezamento, servindo de mofa, mal apresentando-se ás vistas dos que diariamente nos visitam acompanhando os nossos passos na estrada do progresso, não poderia por mais tempo continuar naquelle estado desolador, mal aquilatando o sentimento religioso do nosso povo.

O nosso dedicado vigário, comprehendendo a deficiencia do templo, devotadamente vem trabalhando em prol da nova construção que, felizmente, no dia 16 do andante, receberá o seu início, lançada a sua primeira pedra, entre as satisfações do povo rejubilando-se pelo progresso constante desse culto que de muito longe vem acompanhando a humanidade, atravez dos seculos, amparando-a com os seus gloriosos ensinamentos.

Ao illustre prelado, ao sympathico apostolo do bem, da caridade, e do amor, ao egregio hospede cuja visita nos honra. "O Combate" sauda mui attentiosamente.

Figura 172

Aproveita a presença do Bispo na cidade para conclamar a necessidade de uma nova igreja
Fonte: Hospede... (1913)

O prédio da Matriz exaustivamente criticado como sendo um barracão inestético remontava à ocupação do território paulista, principalmente em sua divisa com o estado de Minas Gerais. Enquanto a historiografia tradicional credita esse processo ao declínio da atividade mineradora, outros estudos buscam entender a migração mineira de forma mais dinâmica. Vale (1998) apóia-se em Prado Jr. para evidenciar que a região ao sul de Minas serviu como meio de produção de alimentos para centros mineradores. No século XIX, após a exaustão das minas, esse cinturão produtivo voltou-se para as regiões exteriores que se engajavam na monocultura canaveira e seqüentemente cafeeira. O avanço pela porção norte do estado de São Paulo significaria então a expansão dessa atividade de abastecimento que acabou por gerar um adensamento populacional e a formação de núcleos urbanos nas áreas circunvizinhas ao Rio Grande e seus afluentes, tanto em sua margem norte (Sertão da Farinha Podre — Minas Gerais) quanto ao sul (norte de São Paulo).

Norte do Estado de São Paulo

Figura 173

Igreja Matriz de Jaboticabal

Fonte: Em Homenagem... (1913)

Figura 174

Igreja Matriz de Bebedouro

Fonte: Izidoro Filho (1991)

Sul e Oeste de Minas Gerais

Figura 175

Capela N.S. Rosário Araguari

Fonte: Vale (1998)

Figura 176

Igreja Matriz de Frutal

Fonte: Vale (1998)

No que tange à ação construtiva, temos que a influência da mão-de-obra mineira foi determinante no primeiro momento desses assentamentos do norte paulista. As primeiras capelas e matrizes de cidades como Ribeirão Preto, Batatais, Franca, assim como as do maciço esquerdo do Mogi-Guaçu — Araraquara, Jaboticabal, Bebedouro, entre outras —, apresentam as mesmas características construtivas das igrejas erigidas ao sul e a oeste de Minas Gerais. Trata-se de edifícios de uma única nave, ligada à capela-mor pelo arco cruzeiro e sacristia lateral. A concepção arquitetônica, marcada pela homogeneidade das soluções, foge à escala monumental, são composições sóbrias e despojadas, estruturadas em madeira e vedadas com barro. A decoração interna, pautada pela simplicidade de materiais e pelos poucos recursos disponíveis, não esconde o desejo de uma realização artística. A ornamentação concentra-se no altar-mor e o recurso de pintura, certamente mais econômico, substitui o entalhe em madeira (VALE, 1998).

Posteriormente, as cidades regulamentadas por todo um conjunto de posturas acabaram por incorporar os materiais construtivos industrializados em lugar da taipa de mão e outros procedimentos tradicionais de edificação. A situação foi tal, que o edifício mais significativo da cidade, a igreja Matriz, datada de 1857, acabou por destoar na paisagem dos primeiros anos do século XX. Representava, isolado, um período findo, ultrapassado pelo progresso da economia cafeeira, pela dinâmica que acelerava a circulação do capital, pela incorporação do ideal burguês de sociabilidade e pela modernidade entendida pelas administrações republicanas como empreendimentos de modernização, melhoramentos materiais da trama urbana. Estas são características da região e da situação de reconstrução do edifício da Matriz em Jaboticabal, dado de forma similar em outras cidades da atual Diocese de Nossa Senhora do Carmo, desmembrada da Diocese de São Carlos no ano de 1929, conforme exposto no quadro abaixo.

DADOS SOBRE ALGUMAS CIDADES DA DIOCESE DE NOSSA SENHORA DO CARMO DE JABOTICABAL

Cidade	Assentamento	Distrito de Paz	Chegada da Ferrovia	Reconstrução da Matriz	Estilo da edificação
Jaboticabal	1828	1848	1893	1921-26	Eclético
Taquaritinga	1868	1892	1901	1925-45	Eclético
Monte Alto	1881	1895	1908	1921-29	Eclético
Pitangueiras	1881	1893	1908	1916-36	Eclético
Bebedouro	1884	1894	1902	1911	Eclético
Dobrada	1893	1911	1901	1921	Eclético
Guariba	1893	1917	1892	1978	"Moderno"
Pirangi	1895	1913	----	1927-32	Eclético
Mte Azul Paulista	1896	1914	1910	1907-17	Eclético
Fernando Prestes	1899	1914	1909	1927	Eclético
Taiúva	1902	1908	1902	1913-15	Eclético

TABELA 5

No entanto, as dificuldades enfrentadas em Jaboticabal foram peculiares. As divergências sobre o terreno apropriado para o empreendimento determinaram os percalços que acabaram por protelar o início das obras até o ano de 1921.

A Câmara Municipal, decidida em não abrir mão dos espaços centrais das praças da República e Tibiriçá, adquire em 1911 os terrenos e o prédio que pertenciam a Cláudio Vaz de Arruda, para assim iniciar negociações de permuta com a fábrica.

Parecer da comissão de obras e contas favorável ao requerimento do padre João Carelli pedindo designação do local para a construção da nova igreja Matriz com o seguinte projecto de lei nº152.

Art.1: Fica o prefeito autorizado a adquirir por compra o predio e terrenos pertencentes ao Sr. Claudio Vaz de Arruda, na Praça da República esquina da Rua General Osório e Rua da Redempção pela quantia de oito contos de reis.

Art.2: O prefeito chamará concorrente pelo prazo de 15 dias para demolição do predio e compra do material, e fará permuta com a Fabrica e Parochia com os terrenos da referida Praça actualmente occupada com a Igreja Matriz [...]

Art.3: O prefeito entabulara negociações com o representante da Fabrica e Sr. Bispo Diocesano, para a permuta estabelecendo as condições de prazo para demolição da Matriz e desocupação da praça, sendo a permuta realizada depois de aprovação da Camara [...]

Bento Vieira de Albuquerque requereu fosse consignado em acta haver votado contra o art.3 do projecto por ter duvida sobre a legitimidade dos direitos da Fabrica sobre a Praça da República (JABOTICABAL, 1905-1912, p.131).

Em sessão de 15 de maio de 1911, Dom Marcondes Homem de Mello em meio ao andamento das negociações responde que o prédio da Matriz não poderia ser demolido em menos de cinco anos. O pedido é aprovado contra o voto de Bento Vieira de Albuquerque (JABOTICABAL, 1905-1912, p.134).

Novamente a velha discussão sobre a propriedade dos espaços públicos centrais vem à tona em meio ao projeto de reconstrução da igreja. João Carelli, substituto de Grecco, frente à demanda da imprensa, abraçou a causa dando mostras, em 1912, pela publicação do edital para construção dos alicerces, que a iniciativa seria levada a cabo.

Figura 177

Pde. Carelli convoca concorrentes para construção de alicerces da igreja
Fonte: Construção... (1912)

Figura 178

Padre João Carelli

Fonte: Em homenagem... (1913)

Em 29 de maio de 1913, o vigário entra em negociação com a Câmara para o recebimento da indenização de 15:000\$000 (quinze contos de réis) pela demolição do prédio antigo, a entrega do terreno oferecido pela municipalidade e o direito a aproveitamento do material da Matriz antiga. A demolição somente ocorreria após a visita do arcebispo marcada para o mês de julho (CARELLI, 1913)¹²¹.

Suas palavras são de ânimo e confiança, talvez movidas pelo tato político necessário à finalização das tais negociações.

Animou-me a propôr tal accôrdo o espirito adiantado e progressista do governo municipal que não poupa esforços para o embellezamento e progresso desta importante cidade.

A demolição da actual Matriz que muito enfeia a nossa cidade, o embellezamento da praça, o levantamento do novo e sumptuoso templo, são novos melhoramentos que sommados aos muitos que já se têm feito, attestarão aos actuais e aos posteros os esforços empregados pelo governo municipal em prol do engrandecimento desta prospera e florescente cidade (CARELLI, 1913).

A Câmara responde, em 15 de julho, com o projeto de lei n° 179:

“Art.1: Fica o prefeito autorizado a entrar em accordo com o sr. vigario da parochia padre João Carelli, para a desapropriação amigavel ou judicial da actual Matriz, dispendendo com o accordo até a quantia de quinze contos de reis [...] Aprovado” (JABOTICABAL, 1912-1924, p.21).

Em 16 de julho de 1913, Carelli abriu o livro destinado às anotações da comissão de obras, celebrando o lançamento da primeira pedra da nova Matriz em conjunto com as festividades de Nossa Senhora do Carmo. Segundo os relatos do documento mostrado na foto, a cerimônia contou com a presença das autoridades locais, vários membros do clero, comissão encarregada das obras e grande massa de povo cheia de entusiasmo (JABOTICABAL, 1913-1926).

¹²¹ Informação pessoal (APJ).

Figura 179

Lançamento da Primeira Pedra, 1913
Foto: Gentileza de C. Capalbo

Dom José Marcondes Homem de Mello Bispo Diocesano de São Carlos no Brasil, benzeu solenmente a Primeira Pedra da nova Matriz e collocou-a, segundo a prescrição do Pontifical Romano, nos alicerces abertos em um terreno situado entre as ruas Redenção, General Ozorio e Praça da República, sendo o orador o illustrado Dr. Liberato da Costa Fontes (JABOTICABAL, 1913-1926, p.1).

A solenidade foi intensamente festejada pela imprensa, com destaque nunca antes concedido aos representantes da Igreja e suas atividades, fossem religiosas ou fossem políticas.

D. José Marcondes Homem de Mello foi recebido na *gare* com honras de chefe local, saudado por duas bandas e seguido em carreata até a igreja, onde se cantou o *Te-Deum* em meio a uma onda de fiéis que, um a um lhe beijava as mãos (CHEGADA..., 1913).

Figura 180

Dom José Marcondes Homem de Mello
Fonte: Em Homenagem... (1913)

CHEGADA DO SR. BISPO DIOCESANO

Festas da Padroeira — Lançamento da primeira pedra para a nova Matriz — Informações diversas

Conforme estava anunciado, chegou a esta cidade no dia 12 às 5 1/2 da tarde, o Exmo. Sr. Arcebispo Bispo Diocesano d. José Marcondes Homem de Mello.

A recepção do sympathico principe da igreja foi digna de nota.

Poucas horas antes da chegada do trem, a gare da Paulista achava-se inteiramente tomada por extraordinária onda popular.

Dois bandas de musica, a "Pietro Mascagni" e "Gomes Puccini", de quando em quando, executavam magnificas peças dos seus repertorios, enquanto o povo ansiosamente ia e vinha procurando na extrema curvatura da plataforma o aviso da aproximação da locomotiva.

Às 5 1/2, aproximando-se da plataforma a locomotiva silvou, uma bateria postada em frente a estação salvou a chegada do illustre prelado.

Dentro em pouco S. Ex.º o sr. Arcebispo Bispo, saindo do carro reservado que o trouxe, recebia os cumprimentos de todas as autoridades locais, e das irmandades que compareceram à estação com os seus respectivos estandartes.

Depois de ter-se paramentado, S. Ex.º o sr. Bispo sob o pallio, saiu da gare, e em frente a estação recebeu do povo os votos de Boas Vindas — falando o nosso auxilliar de redacção sr. Romário Gouveia.

Em seguida formou-se extraordinario prestito que acompanhado das bandas locais descendo a longa avenida do Carmo foi até a Igreja, onde foi cantado o Te-Deum lindoo qual, S. Ex.º o sr. Bispo no seu solio viu passar à sua frente uma onda enorme de fieis que, um a um lhe beijava as mãos. A hora em que se celebravam na Igreja as solemnidades religiosas da recepção, a iluminação da cidade, devido a um desarranjo no acumulador, deixou a cidade às escuras por algum tempo, só reaparecendo às 7 1/2 da noite.

Da Igreja acompanhado pelo povo S. Ex.º o sr. Bispo, descendo a rua S. Sebastião, tomou a avenida Benjamin Constant e subindo a ruada Comercio foi à residência do revdm. vigario da Parochia — Padre João Carrelli.

Ali de uma das janelas do sobrado, saudou o sr. Bispo, o illustre e talentoso advogado do nosso forum, sr. dr. Cantidio Brétas que, num sustancioso discurso, depois de ter-se referido a diversos systemas philosophicos, exaltou a figura dos martyres da Igreja e com fluencia de ideas affirmando a supremacia da religião, terminou a

sua oração recebendo os applausos da multidão que attentiosamente o ouvia.

Às 7 horas da noite foi servido em casa do revdm. Pe. João Carrelli, onde estava hospedado o sr. Bispo, um lauto jantar, tendo tomado assento à mesa que era presidida por S. Ex.º os seguintes senhores: dr. Joaquim Antonio de Oliveira Neves, juiz de direito da Comarca, dr. Liberato da Costa Fontes, promotor publico, Major João Baptista Noves de Aguiar, presidente da Camara, Bento Vieira de Albuquerque, prefeito Municipal, drs. Antonio Epamifondas Gouveia, Cantidio Brétas, Albano do Prado Pimentel, Alcibiades Fontes Leite, e os senhores José da Costa Telles, Basilio da Costa Fontes, Romário Eucharico Gouveia e os reverendissimos — Padres: Victor Viola, Rocha Pinto e Albino Silva.

Às 9 1/2 horas da noite terminado o jantar e após amizosa palestra, reitaram-se os convivas tendo S. Ex.º o sr. Arcebispo, se recolhido aos seus aposentos.

Após longos annos de anciedade, por ver iniciada a obra de construcção de um novo Templo que bem codigna com os seus altos sentimentos religiosos, a familia jaboticabalense, com o mesmo carinho, com a mesma intensidade de sentimentos lidimos que a exalia, vai hoje, prestando tambem as suas homenagens piedosas à sua excelsa Padroeira N. Senhora do Carmo, assistir com jubilo ao lançamento da primeira pedra para a erecção da sua nova Matriz.

E' com satisfação que a familia de Jaboticabal assiste a esta cerimonia, demonstrando o seu elevado culto por esta extraordinaria religião que, ha longos annos, depois de ter acompanhado a evolução dos povos espalhando as mãos cheias, na sua passagem, magnificas sementes, que regadas com o sangue augusto dos martyres produziram no seio das sociedades ensinamentos nobres, guiando-lhes os passos no caminho da civilização e do progresso, vem ainda arvorando vexillios que são pallios onde se asyiam a razão e a consciencia para os fulgores da sua grandeza.

Aqui a mão a estender-se espalhando a esmola; ali o coração transfundindo o maximo amor no seio da dor, além os labios vertendo consolo e preces, os olhos vertendo lagrimas.

A caridade, o amor e a justiça emblemas santos da grandeza perigrina desse extraordinario culto, invencivel em todos os tempos.

Pois bem, homenageando a sua excelsa Padroeira e regosijando-se com o lançamento da primeira pedra para a erecção da sua nova Matriz, o nosso povo observará hoje o seguinte

PROGRAMMA:

Às 8 horas missa e communhão geral.

Às 11 horas — Missa cantada; pontificará S. Ex.º o sr. Bispo, e haverá sermão por notavel orador sacro.

Às 2 horas será solenemente collocada a primeira pedra para a nova Matriz.

Por essa occasião irá o povo mais uma vez ouvir a palavra do belletrista e fluente orador, official, dr. Liberato Costa Fontes, promotor publico da comarca; fallará tambem S. Ex.º o sr. Bispo Diocesano.

Às 5 horas — sairá da Matriz solenne procissão, que será abrilhantada com o comparecimento de todas as irmandades.

Às 6 1/2 horas grande leilão em beneficio da nova Matriz.

Primeira Pedra

Com extraordinaria solemnidade realizara-se hoje às 2 horas da tarde a cerimonia do lançamento da primeira pedra para a construcção da nova Matriz.

O acto será abrilhantado com a presença do sr. Bispo Diocesano, irmandades, autoridades locais.

Comparecerão as bandas de musica "Gomes Puccini" e "Pietro Mascagni".

E' orador official o sr. dr. Liberato Costa Fontes, promotor publico da camara.

Madrinhas

São madrinhas na cerimonia do lançamento da primeira pedra para a nova Matriz, as exmas. sras. dds. Ernestina Cabral Neves, esposa do sr. dr. Joaquim Antonio de Oliveira Neves, juiz de Direito da Comarca, Anna Vaz Fontes, esposa do dr. Liberato Costa Fontes, promotor publico da comarca, Evangelina Noves, esposa do sr. major João Baptista Noves de Aguiar, presidente da Camara; Ajda Barro, consorte do dr. Elias da Rocha Barros, deputado estadual; Maria Fortunata de Albuquerque, esposa do sr. C.º Bento Vieira de Albuquerque, prefeito municipal; e Cecilia de Albuquerque, consorte do dr. Laurino de Albuquerque, delegado de policia local.

No dia 13

Às oito horas da manhã o sr. Arcebispo Bispo, celebrou na matriz sendo a missa assistida por grande numero de fieis.

Às 10 horas foi iniciada a administração do christma que se tem prolongando e só terminará hoje à tarde, devendo S. Ex.º seguir amanhã para São Carlos.

As demais ceremonias religiosas, acompanhadas de sermões e canticos á orchestra, tem sido imponentissimas.

Após longos annos de anciedade por ver iniciada a obra de construcção de um novo Templo que bem condigna com os seus altos sentimentos religiosos, a familia jaboticabalense, com o mesmo carinho, com a mesma intensidade de sentimentos [...] vai hoje, prestando tambem suas homenagens piedosas à sua excelsa Padroeira N. Senhora do Carmo, assistir com jubilo ao lançamento da primeira pedra da sua nova Matriz.

É com satisfação que a familia de Jaboticabal assiste a esta cerimonia, demonstrando o seu elevado culto por esta extraordinaria religião que, ha longos annos, depois de ter acompanhado a evolução dos povos espalhando as mãos cheias na sua passagem, magnificas sementes, que regadas com o sangue augusto dos martyres produziram no seio das sociedades ensinamentos nobres, guiando os passos no caminho da civilização e do progresso, vem ainda arvorando vexillios que são pallios onde se asyiam a razão e a consciencia para os fulgores da sua grandeza (CHEGADA..., 1913).

O texto acima, ao aliar a doutrina da Igreja às idéias de progresso e civilização, parece superar o anticlericalismo dos primeiros anos do novo Regime e reproduzir uma conciliação entre o clero e o ideário republicano. Maior que as disputas políticas era a aspiração de concluir a nova Matriz.

Há bem tempo a nossa cidade não abriga em seu seio uma tão extraordinária onda popular como a que se viu naquella dia a movimentar-se nas ruas da cidade, nas casas commerciaes e na Praça onde está a nossa antiga Matriz com o seu aspecto avelhantado, quasi secular [...] (RESUMO..., 1913).

Figura 181

Notícia sobre a chegada, recepção e homenagens a

D. José Marcondes Homem de Mello

Fonte: Chegada... (1913)

Resumo das Festas

Com desusado brilhantismo effectivaram-se, nesta cidade, no dia 16 do andante, com a assistência de S. Excia. o Sr. Arcebispo Bispo Diocesano, D. José Marcondes Homem de Mello, as festividades religiosas em homenagem à nossa Padroeira, e a cerimonia do lançamento da primeira pedra para a edificação da nova Matriz, que, certamente, em breve, com o auxilio generoso da nossa população, ostentará, em magnifico local, na Praça da Republica a sua grandeza architectonica.

Ha bem tempo a nossa cidade não abriga em seu seio uma tão extraordinaria onda popular como a que se viu naquella dia a movimentar-se nas ruas da cidade, nas casas commerciaes e na Praça onde está a nossa antiga Matriz com o seu aspecto avelhantado, quasi secular ainda attestando a energia, os sentimentos abnegados, religiosos e fortes que dominavam o coração da tradicional família Pinto que, alem de legar a excessiva Padroeira enormes fachas de terra, dando-lhe um patrimonio apreciavel, a erigiu alli, para a manifestação do culto de seus filhos e para abrigar as preces das almas crentes.

Foram deveras empolgantes as splendidades que trouxeram a cidade durante alguns dias em movimentação rara e festiva.

A nossa praça commercial anteriormente abalada com a influencia da terrivel crise que actualmente assolbera o juiz inteiro, remanouse sensivelmente.

O entusiasmo invadiu todas as classes sociais, e estas, nas homenagens à Padroeira local, no jubilo por ver assentada a primeira pedra para a erecção do Templo que ha de perpetuar-lhes a passagem por esta terra, affirmando tambem a intensidade de energias e esforços desdobrados, pelo progresso da cidade, e abnegação pelo culto a religião do amor, da paz, da moral, da justiça e do direito, deixaram sempre patentes as demonstrações da sua adegria.

Dia 16

Às 11 horas da manhã, acolytado pelos revindos, padres: — João Carrelli, Victor Viola, Paçella, Santos, Moreira, Augusto, Paes,

João Henrique, Camillo, José Rocha, Antonio Ramos e Albino Silva, o sr. Arcebispo Bispo D. José Marcondes Homem de Mello, pontificou na Matriz perante uma assistência extraordinária.

À 1 hora terminou o sr. Bispo a celebração da missa, iniciando a administração do crisma que, como nos dias anteriores teve tambem concorrencia notavel.

Até às 3 horas da tarde continuava intensa a affluencia do povo a Matriz que se achava sempre literalmente tomada.

A essa hora terminada a administração da confirmação do baptismo seguiu-se

O lançamento da primeira pedra

Às 3 horas sob o pallio que era conduzido pelos snrs. dr. Joaquim Antonio de Oliveira Neves, juiz de direito da comarca, dr. João Baptista Martins de Menezes, juiz de direito do Barroto, dr. Mariano Diniz, engenheiro civil, major João Baptista Novaes de Aguiar, presidente da Camara; Bento Vieira de Albuquerque, prefeito municipal e Fortunato Antonio da Silva, ex-prefeito, processionalmente, seguiu das bandas locais, «Gomes Puccini» e Pietro Mascagni» — santa da Matriz, acompanhando o anjo em que se viu iniciada a ser collocada, o sr. Arcebispo Bispo.

Às 3.20 chegava o extraordinario prestito ao local onde ia ser collocada a pedra fundamental da nova Matriz.

Alli, foi solennissima a cerimonia, mais de quatro mil pessoas se acolytavam disputando a sua aproximação do ponto onde a pedra recebia a sagração.

Paronympharam o acto do lançamento da primeira pedra para a nova Matriz, as exmas. snhas. dr. Ernestina Cabral Neves, Anna Vaz Fontes, Evangelina Noves, Ada Moliz Barros, Maria Fortunata de Albuquerque e Cecilia de Albuquerque.

Apos as cerimoniaes do estilo, a pedra que tinha a forma rectangular e trazia a inscripção— XVI— VII — MCMXIII — justamente com as folhas loeas — «O Democrata», «O Combate» — que deram edições especiaes com os retratos do sr. Arcebispo do Vigario da Parochia, da antiga Matriz e do pro-

jecto da que vai ser construida, com a acta assignada por todos os presentes, e mais documentos, tudo collocado em uma caixa de zinco foi encerrado numa que ha de guardar as gerações futuras a lembrança empolgante acto que se celebrou.

Finda esta cerimonia e depois de terem os photographos tirado as suas photographias, ladendo pelas autoridades locais, pelos reverendos presentes, e por exmas. señoras, S. Excia. o sr. Arcebispo prendeu a attenção do povo por espaço de 30 minutos, mostrando a magnificencia do acto que se celebrava e que vinha assignar nos fastos da cidade de Jaboatubá mais uma data significativa e grandiosa.

S. Excia. referindo-se aos antepassados, aprelhes que nesta terra muita abnegação demonstraram pelo culto a Deus, fazendo erigir o antigo templo que dentro em breve vai ser substituido, por amor ao progresso, e por amor a religião, pediu nos velhos presentes a cerimonia, e aos moços que guardassem em coração deus, em que se viu iniciada mais uma aspiração do nosso povo.

Em seguida assomou a uma tribuna o illustrado e fluente orador dr. Liberato Costa Pontes, promotor publico da comarca.

A multidão silenciosa, as primeiras palavras do orador, sentiu-se logo empolgada e, foi tal a oração, no fundo e na forma arrebatadora que ao descer foi o dr. Liberato cercado de amigos que lhe iam cumprimentar, rendendo assim um justo prestito ao seu brilhante talento.

Às 6 horas da tarde

Imponentissima precisão sahia da Matriz, era a nossa excessiva Padroeira, que, acompanhada por enorme massa de povo ia percorrer as ruas da cidade, na sua visita annual, attendendo ás carinhosas homenagens que lhe são sempre tributadas pelo povo que a elegueu aqua affectiva, devotada e generosa dos seus passos atravez das infelicesidades da vida enganadora.

Às 8 horas recolheu-se o processo e os canções festivos, a magnifica orchestra lá do coro selava com o seu rhythmo, com a sua emocionante fidelidade de harmonias as homenagens da população à sua divina Padroeira.

Às 7 h2 da noite, realizou-se em casa do sr. Vigario da Parochia, po-

dre João Carrelli, um magnifico banquete, de 50 talheres.

A mesa que era presidida por S. Excia. o sr. Arcebispo Bispo — tomaram assento distinctissimas familias, autoridades, e cavalheiros da nossa sociedade.

Ào Champague, dada a palavra — levantou-se o snr. dr. Antonio Epaminondas Gouveia, pronunciando a seguinte oração que ouviu attentosamente mereceu fartos applausos:

«Senhor do nosso mais elevado respeito:

Coube-me a honra excessiva, que muito me desvanee, de ser, neste momento, o portador do muito saudar que vos enviam quantos neste fraternal agape vieram render-vos o tributo sympathico de suas homenagens.

Grata embaçada, cujo não desampenho eu bem previra, sem que por dizeis o medesdoute, mas acceta a por entender com Coelho Netto que «a gota tambem pode fallar das tempestades que conflagram o oceano». É mais elevado motivo ainda convenceu-me: o ter a escola obedecido a suggestão do exemplo que nos legara Christo, escolhendo os amos de suas sabias doutrinas entre os mais humildes cidadãos da Galiléia. Pungo, deveras, Snr., a alma dos crentes o espectáculo do systematisado delirio que avassala a moderna geração, e que procura esmaecer a fe n'um lundo crepusculo em cujo diluculo a moral cambaleia, attonita, buscando fugir ao barathro que a facina com sirenicos enleios. Bizarro caso de pathologia moral esta incontinencia do ideal em desatinadas correccas empos tumultuarias visões, como se o proprio Deus, no dizer de Bossuet, para punir a irrevergiosta instabilidade dos povos os entregasse á intemperança de sua louca caridade.

A corrente impetuosa do individualismo contemporaneo, fructo gerado no conubio de exoticas philosophias, inundou a alma humana de uma feroz concepção militar, cuja falencia o bom senso universal não tardará em declarar. Ao philosopho e ao sociologo que observam attonitos as causas intimas dos phenomenos de desagregação social, que pairam no espaço como um prenuncio agourento, não escapa como dentro ellas a primacial a tentativa infelice de deschristianisação dos povos. Dahi a marcha vertiginosa neste imenso declive que se vai terminar o um pelago insuavel, onde os mais nobres attributos que exalcam o homem padeceram cruéis torturas, á espera, talvez, que a

Egreja de mãos dadas com a verdadeira sciencia, da qual foi e será sempre devotadada ironia, venha, como no lendario milagre do Mar Vermelho, fender as aguas turbulentas da impiedade, para que elles passem soberanos e triumphaes, como n'ol-o promette ineludivel propheta. O conceito da humanidade divorciada de Deus estanca nas almas as fontes da pureza, macula o doce arminho do devotamento, «origem de todos os heroismos e sublimidades humanas»; e enxerta na branca symphonia alegre do amor christão a nota rubra e dissonante de um egoismo sordido.

Só o desenvolvimento cultivado da abnegação religiosa, confundindo a liturgia barbara do Ego, é de molde a impedir que na voragem do gozo despendido, que inflama as demencias egotistas, oscille, e tombe fragorosamente a grande cupula, em construção, do edificio do progresso, a solidariedade universal, o mais elevado expoente da caridade como função do amor.

Ao catholicismo que egualou os homens, que elevou a matiz a singular belleza de ser a mãe de um Deus, e dignificou a familia tornando a a pedra angular da sociedade, competira, eu o creio, como unico capaz de tão denodado esforço, resolver, em definitiva, o velho indeterminado problema operario, e codificar o socialismo ainda muito alienado nas suas, aliás-muit justas, aspirações libertarias. E ahí, que lindos e bonancosos dias surgirão para a Egreja! Os transviados mesmos como em novo Thabor receberão o baptismo lustral da revelação; fugirão da terra esparvidas as chamadas tristezas apostolicas. O mundo, então, será uma immensa liga de fraternidade e de bondade. Os homens todos saudarão contentes a nova humanidade redimida, entrando contritos e unidos no pulchro phariseado do hymanario catholico: Gloria a Deus nas alturas e paz aos homens na terra. E por que se resiste este encantador ideal, que os olhos abramados do corpo choroso não podem ver como os da alma, ergu-nos as nossas taças, pois, em sacrificio á sua peregrina formatura; e vos Excm. Snr., como um dos mais illustres exaltados desta santa cruzada, recebei na singelosa destas palavras a nossa modesta offerta.

Bastante commovido o sr. Arcebispo, respondeu á saudação que lhe foi dirigida, declarando-se numericamente perhorado pelas altas provas de sympathia que a sua pessoa foram dispensadas pela religiosa e culta população de Jaboatubá.

Figura 182

Atividades do Bispo durante a visita pastoral

Fonte: Resumo... (1913)

Apesar de todo o engajamento do jornal e do entusiasmo do padre Carelli, o único documento no livro de tombo da construção da Matriz que atesta reunião sob sua direção é a ata datada de 27 de julho de 1913, que oficializou a nomeação dos membros da comissão de obras e elegeu sua diretoria. Entre estes, ironicamente, constava a presença do Coronel José Manoel Vaz de Sampaio, do Capitão Bento Vieira de Albuquerque além de outras pessoas importantes como o engenheiro Roberto Todd Locke e o chefe político e presidente do PRP, Coronel José Augusto de Oliveira (JABOTICABAL, 1913-1926, p.3). Imaginar o concurso de figuras tão opostas na cena política da cidade, mesmo que pautados por um elevado objetivo comum, é por demais irrealístico. Além da necessidade de grande aporte financeiro e as dificuldades com a determinação do sítio de construção, talvez o excesso de zelo político do Pe. Carelli, tentando contentar ambos os lados dos senhores do poder local, tenha contribuído para o abandono do empreendimento.

Figura 183

Primeiro projeto apresentado ao público

Fonte: Em Homenagem... (1913)

A publicação d' *O Combate*, de 3 de agosto de 1913, informa a concessão oficial do terreno doado à igreja ao mesmo tempo que comunica o adiamento das obras para alteração do projeto. Este sempre teria sido um dos problemas envoltos nas discussões sobre o local para reconstrução da Matriz. O plano, concebido para trazer monumentalidade à cidade, não se acomodava no terreno concedido pela Câmara. O retângulo de aproximadamente 1.250m² (26 x 48m) era pequeno para abrigar o edifício que se propunha construir.

Figura 184
Lei nº 181 previa escrituração imediata do terreno negociado com a Câmara para construção da igreja
Fonte: Igreja... (1913)

A sessão da Câmara de 15 de abril de 1915 aprovou a escrituração definitiva da permuta entre o terreno da Praça da República e o oferecido pela Câmara, mas a transação oficial aconteceria apenas em 1921 (JABOTICABAL, 1912-1924, p.45). Os embaraços e as cobranças fazem com que D. Marcondes Homem de Mello venha a público apresentar a posição da Igreja frente ao dilema:

Em atenção ao muito que consideramos a pessoa de V.S. vamos nós mesmo de proprio punho, responder à V.S. tendo em mira os três motivos de seu officio, que são: 1. a edificação da nova Matriz, 2. a demolição da velha Matriz, 3. estar em aberto o terreno offertado para edificação da nova matriz.

Primeiro. V.S. sabe que um templo, uma Matriz é obra custosa e para ser feita demanda de dinheiro e de tempo. Seria uma temeridade sem igual, metter-se alguém, na crise que atravessa o paiz, em tentar fazer uma Matriz com titulo papel na importância nominal de 15 contos, ainda para começar só. Certamente com esses títulos papel não se pagão operários, não se comprão materiaes. Qual a cotação d'esses títulos na praça, vendidos que sejam à quanto ficarão reduzidos? V.S. está vendo agora no Rio de Janeiro os bancos e o comercio não querem receber os titulos dinheiro do Governo Federal [...]

Segundo. Quem se propõe fazer uma casa melhor, porque a que tem é inferior, não começa por demolir a casa que tem; antes faz primeiro a melhor e depois é que desfaz da inferior. Se alguém proceder de outra maneira terá certamente perdido a razão.

Terceiro. Desde que o terreno offertado para nova Matriz está em aberto, apresentando desagradável aspecto, é de justiça que elle seja cuidado, limpadado, e cercado conforme as posturas municipaes.

Ninguém, Snr. Prefeito deseja e quer que se faça em Jaboticabal, um templo magnífico, mais do que nós. Os venerados Bispos de São Paulo D. Antonio Joaquim de Mello — D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, e tambem nós deixamos no Livro de Tombo de Jaboticabal os brados de nossas almas reclamando a edificação de uma nova Matriz. Nós não podemos fazer com um aceno imperativo de nossas mãos fazer surgir um templo. Os governadores e administradores do paiz e dos municípios estão suspendendo obras já começadas, e evitando novas, apesar de terem orçamentos e rendas; como pois aconselhar uma empreza custosa confiando no que poderão dar, na generosidade em tempo de tamanha crise.

Porque condenar a velhar Matriz de Jaboticabal? Porque é velha, é feia, sem gosto e sem arte? Se tal critério fosse verdadeiro tínhamos que destruir, quem sabe, as recordações mais ternas para os nossos corações, a casa em que nascemos, onde viverão os nossos pais, onde a vida nos sorriu feliz. Essa velha igreja feita com os gigantes das florestas enterrados no chão mas aprumados para o céu, representa o passado e a fé viva de uma geração que já existio. É um thesouro é uma relíquia. Alli os velhos antepassados d'essa terra foram orar, sanctificarão suas uniões, baptizarão seos filhos e pedirão à Deos pela prosperidade de sua geração, pelo engrandecimento do seo torrão. Deos Nosso Senhor ouvio essas orações: Jaboticabal é uma grande cidade, aquella igreja o seo berço.

Com piedoso respeito veneramos a velhice dos nossos Paes, façamos o mesmo à velha igreja, e quando se tiver edificado o templo magnífico, então com a mesma veneração que acompanhamos à ultima morada os velhos Paes e avos, assim procedamos com as paredes do templo que ficara sendo uma recordação santa, e passará para história a ser escrever da tradição de um povo (MELLO, 1915).

Ainda em 1915, Carelli deixaria a cidade, sua posição seria assumida pelo padre Joaquim Manoel Gonçalves, recém-transferido da paróquia de Jaú (CAPALBO, 1993, p.111). Foi ele a convocar, em agosto de 1916, a segunda reunião registrada no tombo de obras, destinada a recompor os membros da futura comissão responsável pela edificação da matriz. Nesta ata, as palavras do arcebispo de São Carlos estão presentes no despacho enviado ao novo pároco:

Approvamos o alvitre e pedimos a N. Senhor presidir com sua divina assistencia essa reunião para que della partam incentivos de luz e de força para que se acabem duma vez as incertezas que vão crescendo em annos e sejam uma realidade a matriz de Jaboticabal (JABOTICABAL, 1913-1926, p.4).

Figura 185

Convocação do pároco Joaquim Manoel Gonçalves para nova organização da comissão de obras
Fonte: Nova... (1916a)

Figura 186

Comissão de obras constituída convoca nova reunião para discussões sobre a construção da Matriz

Fonte: Nova... (1916b)

Não tarda, a terceira reunião, em 24 de agosto do mesmo ano, já traz à tona a discussão sobre os terrenos:

Pelo Presidente da Comissão foi dito que a primeira coisa a fazer-se era a escolha do lugar para a nova Matriz, uma vez que era insuficiente o primeiro lugar escolhido e gentilmente oferecido pela Camara Municipal. Ficou decidido que o lugar será no largo de S. Benedicto a não ser que a Camara Municipal queira ceder o lugar necessário no jardim e largo da Matriz Velha. Pelo prefeito municipal Capitão Bento Vieira de Albuquerque foi dito que se entenderia com os vereadores na primeira reunião da Camara que terá lugar no dia 1º de Setembro [...] (JABOTICABAL, 1913-1926, p.6)

Ironicamente, Bento Vieira de Albuquerque, que havia consignado mais de uma vez em ata das sessões da câmara a sua não concordância com a propriedade da fábrica sobre a área da Praça da República, consegue, na reunião realizada em 1º de setembro de 1916, que fosse autorizada a concessão do terreno necessário para tão fadada construção (JABOTICABAL, 1912-1924, p.58).

Pelo descrito na reunião seguinte da comissão de obras, datada de 3 de setembro, o assunto parecia solucionado conforme o desejo de todos os párocos que até então haviam se engajado no empreendimento de edificação da nova Matriz da cidade.

Pelo dito prefeito Capitão Bento Vieira de Albuquerque foi dito que havia sido decidido na última reunião da Camara que fosse concedida às obras da Matriz o terreno necessário no Largo da República ficando por esta forma satisfeito o desejo da Comissão um officio deferido ao mesmo prefeito. Ficando assim decidido o local, ficou autorizado o Dr. Mariano de Araújo Bacellar a marcal-o e fazer o levantamento e contractar o projecto da Matriz sujeitando o mesmo projecto à aprovação da Comissão. Ficou mais decidido que Comissão se entendesse com o Reverendíssimo Bispo Diocesano sobre a conveniência de poder ser vendido todo ou parte do patrimônio, ficando o resultado tanto dos aforamentos como das vendas applicados as obras da Matriz. [...] (JABOTICABAL, 1913-1926, p.7).

Figura 187

Convocação dos foreiros para assinatura de acordo com o fabriqueiro

Fonte: Fabrica de Nossa Senhora do Carmo (1916)

Figura 188

Exposição do novo projeto da igreja
Fonte: Nova... (1917)

Já desde o início da década de 1910 a fábrica intensificou os esforços para arrecadação de capital para as obras, no entanto, a exigência dos foros sobre o patrimônio recaía inevitavelmente sobre a população urbana. Para esta, seria uma cobrança adicional, já que Câmara também se movimentava para receber a dívida ativa do município. Pela quantidade de chamadas publicadas pelos fabriqueiros e seus advogados, pelas facilidades apresentadas e pelo apelo ao “brio e dignidade de todos” tratava-se de uma tarefa difícil.

E as complicações surgiam em várias formas, a recusa de pagamento de foros por parte da população somava-se a inexistência de um plano que dimensionasse o patrimônio e a dificuldade da fábrica em conhecer o tamanho e as características dos terrenos aforados. A própria escritura de doação do patrimônio, feita por João Pinto Ferreira e sua esposa, seria encontrada somente em 1921. As folhas iniciais do primeiro livro de tombo da capela de Jaboticabal, aberto em 3 de junho de 1854 pelo padre Justino Ferreira da Rocha, apesar de praticamente ilegíveis registram transações de terras feitas diretamente entre os proprietários, sem anotações sobre recolhimentos de foros ou laudêmio. Neste documento, a igreja aparece apenas como local de registro, órgão responsável pela documentação, em nenhum momento mencionada como proprietária. A preocupação principal parece ter sido a de cumprir como as exigências da Lei de Terras, garantindo assim o domínio dos lavradores sobre terrenos rurais.

João Antonio Ribeiro morador na Agua Limpa do Distrito desta Capella cumprindo a obrigação de fazer registrar os terrenos de sua propriedade, que possui por titulos legítimos e legais; portanto traz os exemplares que manda a **Lei numero seis centos e um de dez oito de Setembro de mil oito centos e cincoenta, e Regulamento numero mil tres centos e dez oito de trinta de Janeiro de mil oito centos e cincoenta e quatro** ao Sr. Reverendo Capellão Justino Ferreira da Rocha [ilegível] tendo por limites os seguintes: principiando a divisa por um espigão que rente para o córrego do Coqueiro, em rumo de Norte a Sul por ai acima de desviando com João Gabriel ai ao fim do espigão rociando as cabeceiras desviando com Miguel Joaquim Ignacio e rumo de Sul a Norte, até o Ribeirão denominado [...] Jabuticabal, 11 de janeiro de 1855.

João Pinto Ferreira morador na fazenda denominada da Cachoeira do Districto desta Capella cumprindo obrigações de fazer registrar os terrenos de suas propriedades, cuja [ilegível] por contas de sesmarias [ilegível] que manda a **Lei numero seis centos e um de dez oito de Setembro de mil oito centos e cincoenta, e Regulamento numero mil tres centos e dez oito de trinta de Janeiro de mil oito centos e cincoenta e quatro**; ao sítio de minha propriedade denominado Capoeira tem por limites principiando no marco da barra do Rio Mogy descendo Rio abaixo em rumo de Sul [ilegível] a barra do Córrego Rico e subindo pelo rio de agoa acima até a barra do Corrego denominado Jabuticabal [...] (JABOTICABAL, 1854-1874, grifo nosso)¹²².

Este livro de assentamentos registra também transações urbanas e não menciona o pagamento de foros e laudêmio:

João Pinto Ferreira e sua mulher Maria Perpetua de Magalhães em 13 de dezembro de 1850, vendeu a João Verissimo de Andrade, um terreno com 14 braças de frente, na rua de baixo e fundos até o córrego, com uma casa de morada coberta de telhas, pela importancia que declaram ter recebido de 80\$000.

João Pinto Ferreira foi o primitivo dono de Jaboticabal e João Verissimo de Andrade (Cap. Verissimo), foi um dos mais ricos conceituados negociantes desta terra. Em seis annos apenas, decorridos com o progresso advindo, tudo se difficultará e ecarecêra, assustadoramente — trez, quatro vezes mais caro do que antes.

Caetano Baptista Chaves e Candida Souza Pamplona em 13 de janeiro de 1856 venderam a Domingos José Ricardo, uma casa coberta de telhas com 6 braças [...] de frente para a rua de baixo e fundos até o córrego por 200\$000.

Em 16 de julho de 1857, João Telles Mascate [...] e sua mulher Francisca do Amaral Campos, venderam a Misael do Amaral Campos uma casa coberta de telhas na rua de baixo e o terreno de 5 braças de frente e fundos até o córrego pela importancia que declararam ter recebido de 220\$000.

E ainda mais, nesse mesmo anno: Lourenço José de Almeida e Balbina Lima Cesar venderam ao Cap. Candido José Pereira uma casa de telha e o terreno de 7 braças de frente e fundos até o córrego na rua de baixo, por 300\$000 (BRENHA, 1925)¹²³.

¹²² Documento pesquisado no APESP, sob a denominação de Registros de Terra, volume 142 e 143, rolo 15 e 16.

¹²³ Pesquisa empreendida por Amorim Brenha no Livro de Tombo 1. Este livro, único documento a registrar as posses da região durante praticamente todo o século XIX foi recolhido em 1897/1898 pelo Governo do Estado e posteriormente entregue aos cuidados do APESP.

Corroborar com as informações aqui transcritas o inventário de livros da paróquia de Jaboticabal elaborado em 1928-1929, que declara:

No arquivo parochial encontram-se os assentamentos de Baptismo, somente desde 1843, de Casamento de 1854 e de Obitos de 1853. Nada de anterior consta no arquivo. Actualmente ha no arquivo parochial 31 livros de Baptismos; de Casamentos 9 e de Obitos 6 e 1 do tempo da escravatura, só de filhos de escravos (MITRA DIOCESANA DE JABOTICABAL, 1928-1929).

Durante nossa pesquisa documental nos arquivos da Mitra Diocesana e Paróquia de Jaboticabal, nos anos de 2006 e 2007 tivemos acesso ao seguinte material:

LIVRO PESQUISADO	QTD	CONTEÚDO
Livro de foros	1	Organiza recebimentos a partir de 1929.
Livro de registro de cartas de aforamento	1	Aberto pelo vigário Nunzio Grecco em 1893, registra aforamentos a partir de 1891.
Livros de óbitos	9	Período de 1853 a 1939

TABELA 6

Obs.: Outros livros, de nascimentos e casamentos, não foram avaliados por não contribuírem com os argumentos desta investigação.

Figura 189

Livro de foros

Organiza recebimentos a partir de 1929

Fonte: Jaboticabal (1929)

Nº da Carta	Quilómetros do terreno	Nome do foreiro	Nome do fabricante	Data	Concessão ou transferência	Local do terreno	Atual proprietário
582	1	Manoel Ferreira Jr. Canabal	Rocha Verde	14 Jan 92	Transf.	Vão dig	Vão
583	1	João da Silva de Espinosa	" "	28 de 92	Concessão	Saiz de Alto	"
585	1	João da Silva de Espinosa	" "	2 Março	Transf.	" "	"
586	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	11 "	Concessão	S. João de Espinosa	"
587	1	João da Silva de Espinosa	" "	15 "	"	Saiz de Alto	Quito
588	1	João da Silva de Espinosa	" "	"	"	João da Silva de Espinosa	Vão
589	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	"	"	V. Camilino de Espinosa	"
590	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	"	"	"	"
591	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	"	"	"	"
592	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	17 Abril 93	Transf.	Entre todo do Corrego	Quito
593	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	15 Março 92	Concessão	S. João de Espinosa	Vão
594	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	7 de 93	Transf.	Entre todo do Corrego	"
595	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	13 de 92	"	"	"
596	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	3 Junho 93	"	Saiz de Alto	Quito
597	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	18 Março 92	Concessão	"	"
598	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	"	"	S. João de Espinosa	Quito
599	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	"	"	Entre todo do Corrego	Quito
600	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho 92	Transf.	Entre todo do Corrego	Vão
601	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	6 Junho	Concessão	Saiz de Alto	"
602	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
603	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
604	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
605	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
606	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
607	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
608	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
609	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
610	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
611	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
612	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
613	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
614	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
615	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
616	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
617	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
618	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
619	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
620	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
621	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
622	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
623	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
624	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
625	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
626	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
627	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
628	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
629	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
630	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
631	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
632	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
633	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
634	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
635	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
636	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
637	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
638	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
639	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
640	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
641	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
642	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
643	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
644	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
645	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
646	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
647	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
648	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
649	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
650	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
651	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
652	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
653	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
654	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
655	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
656	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
657	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
658	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
659	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
660	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
661	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
662	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
663	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
664	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
665	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
666	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
667	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
668	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
669	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
670	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
671	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
672	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
673	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
674	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
675	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
676	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
677	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
678	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
679	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
680	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
681	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
682	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
683	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
684	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
685	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
686	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
687	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
688	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
689	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
690	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
691	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
692	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
693	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
694	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
695	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
696	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
697	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
698	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
699	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"
700	1	Manoel da Silva de Espinosa	" "	24 Junho	"	"	"

Figura 190

Livro de cartas de aforamento aberto pelo
Cônego Nunzio Grecco em 1891
Fonte: Jaboticabal (1891)

Voltando à década de 1910, temos que a falta de uma demarcação precisa, a inexistência de documentos elucidativos das divisas do patrimônio, e a deficiência de um aporte documental coeso levou o padre Joaquim Manoel Gonçalves a contratar um agrimensor para “fazer mais uma tentativa de conciliação dos interesses da fábrica e das obrigações dos foreiros, se regularizasse a medição dos quintais de que cada um estava de posse, e se remediasssem alguns inconvenientes que podiam surgir” (GONÇALVES, 1919)¹²⁴.

¹²⁴ Informação pessoal. Documento pesquisado no AMDJ, diz respeito aos desacordos no pagamento do referido agrimensor, Acácio Pinto Loureiro da Fonseca, no entanto, o que nos interessou foi o objetivo da contratação deste, expresso no primeiro parágrafo de carta enviada a D. José Marcondes Homem de Mello em junho de 1919.

O Padre Joaquim Manoel Gonçalves, Fabriqueiro do Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo desta cidade de Jaboticabal, faz saber :

1.º Que em data de hoje passou procuração ao Doutor Ascanio Da Mesquita Pimentel, para este proceder, por todas as formas legais, ao arrecadamento das importâncias devidas a mesma fabrica.

2.º Que desde agora começa a indicar ao mesmo advogado o nome dos foreiros que a mais de tres annos não satisfazem os seus pagamentos de fôro, e por isso não podem em comisso.

3.º Que até o dia 14 de Março inclusive todos podem fazer os seus pagamentos sem a multa constante das condições de aforamento, apresentando-se na secretaria da Fabrica, á rua Barão do Rio Branco 17, em todos os dias uteis, desde as 11 hora da manhã ás 4 da tarde.

4.º Que dentro deste prazo e ás mesmas horas, podem legalizar os seus titulos de posse os que ainda o não fizeram, para poderem depois alegar os seus direitos.

5.º Que na mesma secretaria está exposto, para elucidação de todos, o mapa demonstrativo dos terrenos deste Patrimônio.

6.º Que de todo o Patrimônio apenas estão insentados de fôro : a) os quarteirões compreendidos entre a rua de S. Sebastião e o corego de Jaboticabal e limitados pelas avenidas Pintos e Marechal Deodoro b) e, a partir desta até a avenida Libero Badaró, os mesmos quarteirões, exceptuando em todos elles a metade dos que estão entre as ruas Juca Quito e S. Sebastião e para o lado desta.

E para constar e chegar ao conhecimento de todos os interessados, será este afixado á porta do Matriz e publicado na imprensa local.

Jaboticabal, 26 de Fevereiro de 1918.

O Fabriqueiro Pe. Joaquim Manoel Gonçalves.

Figura 191

Ação da fábrica para exigência dos foros e aclaração dos quarteirões não sujeitos à cobrança
Fonte: Gonçalves (1918)

É provável que o grande incentivo tenha sido a própria autorização de D. José Marcondes Homem de Mello, ratificada em dezembro de 1916, que aceitara a proposição da comissão de obras que fossem vendidos ou usados os foros dos terrenos do patrimônio para a construção da igreja.

Nós, louvando o empenho da distincta Comissão em dotar aquella cidade e a nossa Diocese com mais um templo digno das grandezas da nossa religião. Havemos por bem autorizar o Rev. Fabriqueiro a ceder os ditos rendimentos em benefício da Nova Matriz (MELLO, 1916)¹²⁵.

Em 1917, parecia tudo acertado e caminhando para o desfecho mais desejado. É o que atesta o despacho de D. José Marcondes Homem de Mello nas impressões de sua terceira visita pastoral à cidade de Jaboticabal, realizada em 2 de março de 1917:

Felismente se vão realizar os votos do santo Bispo D. Antonio Joaquim de Mello, feito ha 50 annos, D. Lino D. Rodrigues de Carvalho, ha 25 annos, e os nossos. Jaboticabal vai fazer uma nova Matriz. Louvado Deos ficou isto assentado. Tudo ficou resolvido, a Comissão definitiva, o novo local, os auxílios da Fábrica, planta e combinações com a Prefeitura Municipal (JABOTICABAL, 1874-1926, p. 197).

As últimas reuniões da comissão de obras tinham sido especialmente produtivas. Ainda em outubro de 1916 o esboço feito por José Sachetti, arquiteto escolhido pelo Dr. Mariano Bacellar, fora aprovado juntamente com orçamento para organização do projeto e procedimentos para início da construção. Em 13 de maio de 1917, a comissão aprovou a planta apresentada e ainda permitiu que o Dr. Mariano Bacellar continuasse os entendimentos necessários para a ampliação da superfície interna da Matriz, conforme proposição do arquiteto (JABOTICABAL 1913-1926, p.8-9).

¹²⁵ Portaria do Arcebispo D. José Marcondes Homem de Mello à Comissão de Obras da Matriz de Jaboticabal. Documento pesquisado no Arquivo da Mitra Diocesana de Jaboticabal.

No entanto, o padre Joaquim Manoel Gonçalves também sairia da cidade sem conseguir iniciar os trabalhos de construção da Matriz. Deixou a paróquia em 1919. Os empreendimentos de edificação da igreja permaneceram paralisados até setembro de 1920, quando o vigário Evaristo Gonzalez assumiu a direção da comissão tomando medidas práticas logo em sua primeira reunião:

Figura 192
Padre Joaquim Manoel Gonçalves
Fonte: Homenagem... (1921)

Pelo vigário Evaristo Gonzalez foi dito ainda que achando grande demais para as forças da paróquia a realização da planta a apresentada pelo engenheiro Sachetti, mandou fazer uma outra que apresentou e a qual cabe perfeitamente no lugar oferecido pela Camara Municipal onde já foi assentada a primeira pedra para a construção de outra igreja menor. Examinada a planta foi a mesma aceita e deliberada que a construção fosse feita no lugar oferecido pela Camara, sendo as obras começadas logo depois da appuração da planta feita pelo bispo da diocese (JABOTICABAL 1913-1926, p.10).

Seria esta a ratificação do local definitivo da igreja, o terreno de Cláudio Vaz de Arruda, comprado e doado pela Câmara. Para tanto, os vereadores e membros da comissão de obras trataram de ratificar a permuta em sessão de 15 de julho de 1921.

Indicações:

Dr. Roberto Tood Locke, José Ramalho Matta, Fortunato Antonio da Silva e Dr. Cornelio Ferreira França, autorizando o sr. Prefeito Municipal a lavra escriptura de permuta, com a Fábrica, do terreno onde está sendo construída a nova matriz, pertencente à Camara pelo terreno ocupado pela antiga Matriz – Aprovada (JABOTICABAL, 1912-1924, p.112).

Desta forma, o ano de 1921 foi o momento efetivo do início da construção da matriz. O projeto publicado no jornal *O Combate* credita a autoria da nova planta arquitetônica contratada pelo padre Gonzalez, ao arquiteto José Sachetti¹²⁶. Contudo, durante a pesquisa empreendida para realização da presente dissertação não localizamos os projetos originais, tidos como desaparecidos. O acesso a estes se deu pelas publicações d' *O Combate* e de Brenha (1925), em ambos os casos a autoria está ilegível. O que temos comprovado nos documentos pesquisados¹²⁷ no arquivo da Mitra Diocesana é que o engenheiro Joaquim Ferreira¹²⁸ dirigiu a

¹²⁶ Ver também "A história da igreja de Nossa Senhora do Carmo" e "A catedral de Nossa Senhora do Carmo: dados arquitetônicos e decorativos" in DIOCESE DE JABOTICABAL (2007, p. 21-38;45-56).

¹²⁷ Proposta de Germano Fehr analisada e aprovada pela comissão de obras em março de 1925 (JABOTICABAL, 1913-1926, p. 27) e prestação de contas e notas de pagamentos datadas de 1928.

primeira etapa do empreendimento que foi assumido, posteriormente, pelo construtor Germano Fehr. A família Fehr, residente em São Carlos, possuía tradição em negócios de construção civil, Germano, empresário-proprietário de loja de materiais de construção era pai de Rodolpho Fehr, engenheiro/arquiteto formado na Suíça, com histórico de prestação de outros serviços relativos à edificação de matrizes na Diocese de São Carlos¹²⁹.

Figura 193
Projeto publicado no jornal *O Combate* em 1921- Fachada
Fonte: Pela Matriz (1921)

Figura 194
Matriz em 1926
Fonte: Diocese de Jaboticabal (2007)

O texto do jornal *O Combate* dá o tom da repercussão causada pela retomada definitiva das obras da Matriz:

As obras estão recomeçadas. O solo estremece já porque resuscita aos golpes do trabalho. As pedras palpitam porque vão subir para alto, levando as adorações deste povo forte e digno ao Deus de magestade infinita.

Os traços magestosos, a elegância das columnas, o bem lançado das formas e bem combinado das proporções, todo este conjunto encantado que se observa nas plantas cujos clichês hoje se publicam, tudo nos anima a firmar, como um voto de feliz anno, o nosso generoso concurso para o levantamento da nova Matriz (PELA MATRIZ, 1921).

¹²⁸ Ver publicação explicativa do projeto “Nossa Igreja” (1921).

¹²⁹ Documentos pesquisados na Paróquia de Pitangueiras provam a participação de Rodolpho Fehr na elaboração dos projetos, arquitetônico e estrutural, da Matriz da cidade em 1916. Projeto arquitetônico escolhido em detrimento de outro, elaborado por Victor Dubugras, que consta na pesquisa feita por Reis Filho (1997).

Figura 195
 Projeto publicado no jornal
O Combate em 1921.
 Elevação Lateral
 Fonte: Pela Matriz (1921)

Figura 196
 Projeto publicado por
 Brenha. Elevação lateral
 com detalhamento das
 aberturas
 Fonte: Brenha (1925)

Trata-se de um conjunto de artigos que consolidam a associação entre o edifício da Matriz, dotado de uma expressiva bagagem simbólica, e o desenvolvimento da cidade, do progresso e dos avanços materiais a que deve contar uma cidade que adentra a “civilização”.

Pelo que se verifica da planta e pelo que já se pode examinar da construção adiantada, vê Jaboticabal inteira que se trata de uma obra com que se honrará sempre a cidade, debaixo de todos os pontos de vista.

Trata-se de legar aos vindouros um magestoso templo de linda e moderna architectura, regularmente vasto, que lhes prove ser ainda vencedora e corrente entre a população deste tempo, a doutrina christã, religião professada, com raras excepções por toda a sociedade (A MATRIZ..., 1922).

Figura 197
Foto do edifício em
construção
Perspectiva frontal
Fonte: Brenha (1925)

Figura 198
Foto do edifício em
construção
Perspectiva dos fundos
Fonte: Brenha (1925)

Jaboticabal vai progredindo dia a dia, animadoramente, e basta que se percorram uma quinzena, os bairros e suburbios da cidade, para que, quando se o faça se notem alli novas construcções e um serviço activo de progresso e desenvolvimento. Na parte central já de todo excellentemente edificada, o movimento cresce cada dia.

O commercio vai melhorando apreciavelmente, dobrando à tarde o concurso de povo nas ruas e cinemas [...]

A Matriz Nova ahi está quase concluída, e com a demolição próxima da Igreja velha, teremos logo ajardinada, esplendidamente, a Praça da República [...]

Tudo são melhoramentos e progressos em nossa terra, pelo que nos congratulamos, effusicamente, com a população urbana, pelos factos expostos nestas linhas, em prova irrefutavel de que Jaboticabal progride (JABOTICABAL..., 1926).

Figura 199
Foto do edifício pronto
Fonte: Andrade (1978)

A nossa Matriz Nova

Honra ao merito

Lançamos estas linhas despretenciosas em honra ao merito incontestado dos operosos e distintos membros de que se compõe a Comissão das obras do magnifico templo, ora completamente concluido, para Matriz Nova da Cidade.

Para esse monumento, de linda e moderna architectura, com que se adorna, actualmente, a principal praça de Jaboticabal, foi necessario desenvolver-se uma tenacidade de ferro, um esforço empenhadissimo de arraigados patriotismo e devoção, trabalho continuo e luta extenuante, sem desfalecimentos, por uma temporada longa de instadas solicitações.

A Comissão de obras perseverou sempre, quanto pôde, no conseguimento final, dessa realização soberba que ahi temos agora a afirmar por muitos annos o espirito profundamente religioso e progressista da população jaboticabalense.

Honra e honra distincta se

Figura 200
Notícia sobre a inauguração e homenagem à comissão de obras
Fonte: A Nossa... (1926)

faça ao merito real, valiosissimo, de cada um dos membros da distincta Comissão de obras, a dar já agora em breve a melhor conta da honrosa missão que lhe confiaram.

Bem haja toda essa pleiade distincta que dotou Jaboticabal com o mais imprescindivel de seus melhoramentos.

Merece, todavia, especialissima menção para o conseguimento referido o revmo. Vigário da Parochia, sr. Padre Evaristo González, a cuja persistencia se deve, com inteira justiça, a conclusão da nossa nova e linda Igreja.

Apontamos, prazeirosos, aos posteros o virtuoso clérigo que tanto e tão particularmente se esforçou pela brilhante realidade da Matriz.

Consignam-se a seguir os nomes dos srs. José Baptista Ferreira, Major João Baptista Novaes, Gustavo Stacrck, dr. Joaquim Baptista Ferreira Sobrinho, Cap. Basiliano da Costa Fontes, Antonio de Paula Eduardo e José Fraguas, distintos membros da Comissão de obras a quem a Matriz Nova se deve, para que se tenham de futuro na gratidão dos jaboticabaleses, pelo merecimento de que deram essa flagrante prova.

Honra lhes seja!

Figura 201
Continuação — informações sobre a inauguração e homenagem à comissão de obras
Fonte: A Nossa... (1926)

Temos, assim, que o concurso da imprensa foi fundamental para a conclusão das obras da Matriz, além de obstinadamente clamar por doações, apresentar contabilidade, promover atividades festivas e defender o parecer e as decisões da comissão de obras, empregava também o poder mágico que envolvia a idéia de progresso. O espaço central simbolicamente marcado pelo edifício da igreja concorre para a concretização de uma vida pública, agora ajustada em sua significação social. A cidade aproxima-se do exercício de relações sociais burguesas que demarcam as possibilidades de uma vida urbana.

A inauguração da igreja aconteceu na comemoração dos 98 anos da doação do patrimônio, 16 de julho de 1926, data convencionada como “O dia de Jaboticabal”. Trata-se de uma ação destinada a sublimar a existência da cidade, integra outra frente de ação da imprensa direcionada à fundamentação de uma tradição. Esta outra frente, que também se desdobra espacialmente, levanta algumas questões que instigam a próxima etapa deste capítulo.

Quais as relações políticas que estruturam a construção de uma tradição? Como a trama enlaça-se à constituição dos espaços públicos da cidade? Como a busca dessa tradição, desse momento de origem, acomoda-se ao arraigado desejo de progresso e modernidade? Como a construção de uma tradição local compõe-se à conjuntura de constituição da história paulista?

A PRAÇA DO BACHAREL

3.3.1 *PERDURAT IN ME PAULISTARUM SPIRITUS*

Escudo redondo português encimado pela corôa mural distintiva das cidades. Em campo de prata cinco jaboticabeiras de sinople, fructadas da sua cor, nascendo de um terrado vermelho cortado por um rio de prata. Firmados com chefe cinco escudetes dos quais o centro é um pouco maior que as demais. O primeiro a partir da dextra – um cansão de ouro com os seus remos em campo de “bleu” (azul) representa as arma de Porto Feliz, a cujo território pertenceu Jaboticabal, em tempos remotos; traz o segundo as armas dos Condes de Bastos, allusivo ao berço do fundador da cidade; o terceiro e maior dos escudetes representa o brasão de Nossa Senhora do Carmo, com cuja inserção foi feita pelo fundador a doação do patrimônio; em campo azul uma montanha de negro sobre o cume da qual se finca uma cruz de prata ladeada de duas estrellas também de prata e tendo em baixo de sua base uma terceira estrellas igualmente de prata. O quarto e quinto escudetes lembram o primeiro apossante das terras onde está a cidade João Rodrigues de Lima – e o fundador – João Pinto Ferreira; a flor de luz vermelha em campo de ouro dos Rodrigues e as favas vermelhas em campo de ouro dos Limas, o crescente vermelho em campo de prata dos Pintos e as faixas vermelhas em campo de ouro dos Ferreiras. Como suportes ramos de café fructados e hastes de arroz granadas ao natural, allusivo as principais produções agrícolas do município: café e cereais. No listel inscreve-se a divisa em letras de prata sobre campo vermelho — *PERDURAT IN ME PAULISTARUM SPIRITUS*¹³⁰ — Sobre a porta principal da corôa mural — uma rosa vermelha em campo de prata sobre a data 1828 alludem à antonomasia — “Cidade das Rosas” — e ao millesimo da fundação da cidade (JABOTICABAL, 1924-1937, p.88-89).

Figura 202

Brasão da cidade de Jaboticabal

Fonte: CAPALBO ([199?])

¹³⁰ Tradução: Em mim perdura o espírito dos paulistas.

O texto é de Afonso E. Taunay elaborado sob encomenda do então vereador e deputado Arthur Piquero by de Aguiar Whitaker e entregue em junho de 1928, juntamente com a representação artística do brasão de armas da cidade de Jaboticabal, provavelmente concebida em parceria com o artista José Wasth Rodrigues¹³¹. O projeto de lei de número 305 sancionado em 19 do mesmo mês, junho de 1928, adota o emblema como símbolo oficial do município, cujo padrão pintado a óleo seria arquivado após a devida autenticação do presidente da câmara e do prefeito (JABOTICABAL, 1924-1937, p.88-89). A divisa *pedurat in me paulistarum spiritus* integra a constituição do imaginário paulista que naquele momento era empreendida sob as luzes da “epopéia bandeirante”. Indica, portanto, que se trata de um desdobramento importante, entre muitos, do que constatamos como reflexo no contexto local de uma história que se constrói a partir de São Paulo. Uma história que delineia mais que a mudança dos parâmetros de sua escrita, imbuí-se da tarefa de justificar a reordenação das relações de poder travadas no âmbito da nação, dado que um estado marginal durante o período colonial assumira então a liderança política e econômica do país.

Antes de mais nada, é preciso balizar a relação entre Taunay e Whitaker. Neste sentido, Anhezini (2003b, p.37-38) descreve a importância da articulação de uma rede de sociabilidades no empreendimento historiográfico de Taunay. A idéia de sociabilidade utilizada vincula-se tanto aos locais de produção intelectual quanto às trocas ocorridas nestes locais, enquanto a figura de uma rede abarca o sentido político desses intercâmbios, vínculos de amizades e hostilidades, associação entre homens de Estado e homens de letras engajados em trocas intelectuais, acordos e disputas. E são exatamente estes os elementos que uniram o historiador, estratégico em seus relacionamentos, e o político, pesquisador diletante.

Taunay, desde 1911, aparece com destaque no cenário nacional. Primeiro como discípulo de João Capistrano de Abreu, grande orientador de levantamentos históricos nos primeiros decênios do século XX, engajado no projeto de escrever uma história do Brasil que, voltada para a formação de uma nacionalidade, enveredava pelo regionalismo. Segundo, como sócio dos Institutos Históricos e Geográficos do Rio de Janeiro (IHGB) e de São Paulo (IHGSP) que funcionavam como confrarias proporcionando meios de acesso a fontes de pesquisa e seqüentemente distinção, credibilidade e facilidades de publicação (ANHEZINI, 2003a, p.1). E, a partir de 1917, por sua atuação como diretor do Museu Paulista, centro de pesquisa que possibilitava a aquisição de livros e documentos, espaço de sociabilidade que fortaleceu conexões importantes para a concretização de suas obras (ANHEZINI, 2003b, p.38).

¹³¹ Neste caso, não existe menção ao artista. Fazemos esta dedução a partir da constatação de uma profícua parceria entre Taunay e Wasth Rodrigues na elaboração de brasões de armas para vários municípios dentro e fora do Estado de São Paulo.

Em meados da década de 1920, Afonso de Taunay gozou do reconhecimento intelectual almejado em suas investidas no ofício da escrita da História; havia transformado o Museu do Ipiranga num centro de referência para o conhecimento do passado colonial paulista, bem como num verdadeiro monumento à Independência brasileira, e assumiu posições de destaque nos institutos que lhe abriram o caminho para a História. Além disso, era comum ser solicitado para conceder pareceres às obras de intelectuais do período, ou mesmo auxiliar indicando bibliografia e documentação para a composição de obras de divulgação dos temas de sua especialidade (ANHEZINI, 2003b, p.55).

É justamente a concessão de um parecer que nos interessa na conexão entre Taunay e Whitaker. Provavelmente inspirado pelas comemorações do centenário da independência e motivado pelo descobrimento da escritura de doação do patrimônio de Jaboticabal, Whitaker escreve, em 1922, o texto “O centenário de Jaboticabal”. O artigo, que primeiramente aparece na organização “Anuario – Polyanthéa”, do Ginásio São Luiz, é novamente publicado na edição comemorativa “Jaboticabal no primeiro centenário de sua fundação”, já devidamente chancelado por Afonso de E. Taunay (JABOTICABAL, 1928) nesse momento. O beneplácito oficial fora concedido na justificativa apresentada para concepção do escudo de armas da cidade.

Em seguida passou-se à leitura do officio dirigido ao Sr. Dr. Arthur Whitaker, pelo Sr. Affonso de E. Taunay, explicativo do escudo e que do teor seguinte: Exmo Sr. Dr. Arthur P. de Aguiar Whitaker. No desempenho da honrosa incumbência que de V. Exa. para tanto autorizado pela Camara Municipal de Jaboticabal recebi, venho trazer-lhe o projecto que imaginei para a pedra d'armas da cidade e municipio jaboticabalense e de que lhe passo a fazer a descrição. Jaboticabal lugar recente que agora attinge o seu primeiro centenário, não pode naturalmente ainda, contar em sua história grandes lances. Assim tive de me restringir a circumstancias do povoamento e da constituição dessa rica, tão prospera quanto futura circunscrição de São Paulo que em seu território pode ostentar os resultados de um trabalho continuo, intenso e cheio dos mais bellos resultados. Partindo dos seus primeiros annos e **guiado pelo bello artigo que em 1922, V. Exa. escreveu, a propósito da fundação da cidade**, verifico que se o seu primeiro apossante, o brasileiro João Rodrigues de Lima, tinha terras no local em que hoje se levanta a cidade o verdadeiro fundador de Jaboticabal, o verdadeiro civilizador do sertão de Jaboticabal, foi o portuguez João Pinto Ferreira, facto em que aliás se apresenta incontestavel, tanto que se vae agora fazer uma homenagem especial a memória deste benemerito povoador, por occasião das festas centenarias do proximo julho. **Bem disse V. Exa. “João Pinto Ferreira, portuguez de origem, foi todavia um sertanejo à brasileira, destes que se embrenhavam para não mais volverem aos centros civilizados de onde haviam partido”** (JABOTICABAL, 1924-1937, p.89, grifo nosso).

Esta chancela concede a Whitaker a credibilidade de pesquisador da história oficial da cidade, e mais, será ele o elemento de conexão local de uma história que se reconstrói em tom “científico” num grande empreendimento de investigação documental. O resultado agrega ao mito da figura do paulista um conjunto de narrativas que conectam o desbravamento territorial do passado ao arrojo dos empreendimentos, audácia e visão do mundo dos negócios presente (QUEIROZ, 1992, p.81-82).

O local e o momento que aproximou Whitaker e Taunay escapa à nossa pesquisa. Apesar da clara influência do método e exposição dos textos publicados pelo IHGSP temos que a atuação de Whitaker no instituto, exercendo o cargo de 2º vice-presidente entre 1942-1944 e de 1º vice-presidente no triênio seguinte, 1945-1947, é posterior ao recorte que abarca os preparativos para o centenário de Jaboticabal, 1921-1928 (RELATÓRIO..., 1949).

De qualquer forma, os círculos intelectuais entrecruzavam-se com ampla maleabilidade nas décadas de 1920 a 1940, momento de transformações decisivas pautadas pela crise do setor agrícola e desenvolvimento industrial, dos quais resulta um processo de urbanização generalizado que, se por um lado consolida a presença de uma classe operária, por outro proporciona oportunidade de ação de profissionais de nível superior. O mercado de trabalho acessível aos postulantes de carreiras intelectuais ampliou-se com o crescimento do setor público, cultural e político, abrindo possibilidades de atuação em organizações partidárias, instituições culturais, mercado do livro, imprensa, carreira docente e funcionalismo público, entre outros. Trata-se, no entanto, de um mercado no qual o peso do recrutamento depende menos dos títulos e diplomas e mais do capital de relações sociais que logravam mobilizar. O sucesso dessas trajetórias profissionais dependia dos apoios oligárquicos que conseguiam articular no início da carreira (MICELI, 2001).

Na rede de relações de Whitaker interessa-nos a proximidade com Spencer Vampré, jurista formado pela Faculdade do Largo do São Francisco no período de 1904-1909, membro do IHGSP e deputado pelo PRP; Júlio Prestes frequentou as arcadas da São Francisco no período de 1901-1906, foi deputado e presidente do Estado de São Paulo pelo PRP e especialmente Afonso Taunay, historiador, professor, diretor do Museu Paulista e membro honorário do IHGSP, exercendo ali posições de destaque¹³².

Figura 203

Apologia a Whitaker feita
pelo jornal *O Combate*
Fonte: Dr. Arthur... (1927)

¹³² Deduzimos pela pesquisa que realizamos em Vampré (1977) que o início da rede de sociabilidade que uniu Whitaker, Prestes e Vampré tenha sido o momento de formação profissional quase simultâneo na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco.

Figura 204

Reação à publicação de *Jeca-Tatu*, uma exceção, não regra. Defende a figura regional do herói, o sertanejo forte e desbravador

Fonte: Nossa... (1920)

Seria desnecessário dimensionar o calibre da influência dos textos de Taunay sobre a geração de intelectuais paulistas nos anos 20 e 30 do século XX, começando pela “História de São Paulo nos primeiros anos” (1920), passando pelos 11 volumes da edição da “História geral das bandeiras paulistas” (1924-1950), a “História seiscentista da vila de São Paulo (1926-1929) e fechando a “História do café no Brasil” (1929-1941). Contudo, de posse de dados fornecidos pelo IHGB, temos que se trata de uma contribuição um tanto mais abrangente. Sua atuação no instituto inclui discursos, necrológicos, pesquisa documental sobre os trabalhos de Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques, léxico de lacunas que admite expressões regionais no vocabulário tradicional da língua portuguesa, apologia ao empreendimento conquistador com destaque a João Ramalho e Amador Bueno, entre outros (CORREIA, 1938, p.138). Integra, segundo Abud (1999, p.71-80), o trino de autores considerados matrizes no tema das bandeiras: Alfredo Ellis Jr., Afonso Taunay e Alcântara Machado. O mérito dessa historiografia importa na transferência da ação heróica de alguns para todos os paulistas e impõe valores importantes para a manutenção do poder da burguesia, que se alimenta dessa mitologia para elaborar sua própria imagem. É um instrumento conveniente ao projeto de poder paulista que redimensiona a qualificação dos “homens bons”, aptos para o exercício da vida política. Cria imagens que penetram a consciência coletiva, compondo o imaginário paulista em um jogo que articula simultaneamente a coesão da sociedade e a distinção de alguns. “O bandeirante não era somente o descendente dos heróis de outrora, tornou-se principalmente aquele que, construindo o futuro, mostra-se digno dos ancestrais”, um verdadeiro representante dos velhos sertanistas (QUEIROZ, 1992, p.85).

Enquanto os grandes representantes da *intelligentsia* partiam à procura dos fundamentos e das especificidades da “nação brasileira”, os intelectuais que representavam grupos delimitados em parte do território buscavam a afirmação de uma identidade local em consonância com a idéia de pátria em construção¹³³. A mudança de regime político, em especial, abriu espaço para discussões sobre qual seria essa “identidade nacional”, nesse contexto, a mítica das bandeiras integra um conjunto de feitos históricos de uma tradição em formação. Coube à Geografia o discurso sobre o território, moldura capaz de reenquadrar o passado na produção do espaço nacional, enquanto a tarefa da História centrou-se na narrativa dos grandes feitos que asseguravam — apesar das adversidades — a posse da terra (LUCA, 1999, p.81-90).

Na fixação da epopéia paulista, as cidades tiveram uma importância equivalente aos indivíduos, desenhando-se também como personagens. A historiografia ocupa-se dos levantamentos documentais, estatísticos ou arqueológicos, da descrição de seus benfeitores, da caracterização das dioceses, do enquadramento em *close* dos bairros, ruas e monumentos mais significativos. A literatura dedica-se à recriação dos ambientes, em uma profusão de livros sobre núcleos do interior ou da capital. Este recebe o maior número de tomadas, vasculhando-se seu itinerário no tempo e no espaço. É olhando desse foco que se ilumina o restante do território e o próprio país [...].

As cidades vão compondo um mural paulista, que além de expressão escrita, garante-se como visibilidade (FERREIRA, 1999, p.100-101).

Essa construção histórica, em nada neutra, além de explicar e justificar a supremacia econômica de São Paulo serviu para legitimar a pretensão de conduzir politicamente o país, simultaneamente, conferiu *status* hegemônico à burguesia que se formava com o desenvolvimento urbano (LUCA, 1999, p.88-89). A conexão entre motivação histórica e ganho político rebate-se no quadro regional pela ação dos intelectuais de influência local. Na dicotomia rural vs. urbano pesa, então, a atuação desses atores que nas cidades do interior retrabalhavam os vínculos à economia agrícola exportadora favorecendo a persistência da estrutura oligárquica que necessitava apresentar-se sob novas perspectivas. O bacharel em direito é, nesta situação, um profissional privilegiado. A formação polivalente aliada ao capital de relações sociais proporciona os elementos necessários ao exercício de cargos burocráticos. Seriam como “coronéis” treinados no meio cosmopolita da capital, fiadores reconhecidos do pacto de força entre as facções oligárquicas (MICELI, 2001). No entanto, como exposto por Adorno (1988, p.239) trata-se de uma visão de Estado que deseja distanciar-se da coação clientelista numa luta pelo poder pautada por prudência e moderação. Desta forma, a construção mítica desloca-se da aura heróica vinculada à pessoa do coronel tradicional para partilhar o poder entre “os homens bons”, os paulistas que construíram a grandeza do estado e do país.

¹³³ Uma parte da produção intelectual publicada pelas Revistas do IHGSP versa sobre “históricas regionais”. Vide “Índice repertório dos 30 primeiros volumes da revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo” em Correia (1938) para localizar textos publicados sobre várias cidades, entre estas, Atibaia, Avaré, Bragança Paulista, Itu, Itapira, Itanhaém, Mogi-Mirim, Piracicaba, Santos, São Roque, Taubaté, Tatuí, e outras mais.

Como já se sugeriu anteriormente, não se nega que parcela expressiva dos bacharéis provinha do campo, matinha estreita associação — familiar, inclusive — com a grande propriedade rural monocultora [...]. Efetivamente não parece que a principal atividade desses intelectuais/bacharéis tenha sido a de se dirigir às massas populares, fazendo proselitismo das letras numa intensa atividade civilizatória entre as camadas sociais. De fato, os bacharéis agiram no sentido de promover a homogeneização dos estratos sociais de que eram originários [...]. É preciso lembrar que a maior parte dos políticos que galgaram posições de comando, na estrutura de poder do Estado, tiveram formação jurídica; todavia, igualmente verdade, que a maior parte dos bacharéis formados, preparados para integrar os quadros burocráticos estatais, foi atuar nas delegacias de polícia, nos gabinetes executivos setoriais [...] nas promotorias e varas judiciais locais, na vereança. As academias de Direito não somente profissionalizaram o “grande intelectual”, mas, sobretudo, o “pequeno intelectual”, aquele que promoveu o desenvolvimento das estruturas de poder no interior e nos limites das próprias instituições para as quais foi carreado e mudamente disciplinou a sociedade nas franjas da burocracia (ADORNO, 1988, p.160-161).

Figura 205

Informativo eleitoral do PRP assinado pelos membros do diretório

Fonte: Directorio do Partido Republicano (1916)

Integrante ativo desta conjuntura, Arthur Whitaker frequentou a Faculdade de Direito do Largo do São Francisco no período de 1902-1907 (VAMPRE, 1977), foi delegado de polícia em 1909¹³⁴ e se firmou como advogado pelos anos de 1910, engajou-se na vida política elegendo-se deputado estadual nos mandatos de 1916-1918, 1919-1924, 1925-1927 e 1928-1930¹³⁵. Sempre pelo PRP, compartilhou com o Major Novaes a direção do partido tirada do Coronel José Manoel Vaz de Sampaio e abalada pelo falecimento do Coronel José Augusto de Oliveira. Foi eleito vereador em vários pleitos, mas exerceu o cargo apenas nas legislaturas de 1923-1925 e 1926-1928¹³⁶, estrategicamente os anos preparativos para o centenário da cidade. Posteriormente, assumiu o cargo de secretário de justiça do estado de São Paulo — 20 de fevereiro a 16 de maio de 1946¹³⁷, um ano antes de seu falecimento em 1947.

¹³⁴ Informação obtida em notícia, publicada pelo *O Combate*, sobre o aparecimento de um cadáver as margens da via férrea e das providências tomadas pelo delegado de polícia Dr. Arthur Whitaker (UM CADAVER, 1909)

¹³⁵ Para lista completa de deputados da Republica Velha, consultar Caliman (1998).

¹³⁶ Para lista de vereadores e prefeitos até o ano de 1978, consultar Andrade (1978, p.58-61)

¹³⁷ Informação disponível em: <<http://www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=218>>. Acesso em: 15 mar. 2008.

A atuação de Whitaker representou, no contexto da cidade, uma versão tardia da cidade letrada descrita por Rama (1984, p.41-53) como a ação de um grupo social especializado, ligado a cargos burocráticos que funcionava como anel protetor dos poderes locais. No processo de instalação e reprodução dessa ordem, imbuíram-se de uma missão civilizadora cujas estratégias de ação passavam sistematicamente pelo universo dos signos. Estamos tratando, portanto, de um conjunto de narrativas que implexas às transformações espaciais integram a trama das relações locais de poder. A ação oficial tem início em 27 de agosto de 1927, com a promulgação do projeto de lei elaborado por Whitaker:

Art. 1. No anno próximo de 1928, de 10 a 30 de julho, será commemorado solemnemente o primeiro centenario da fundação de Jaboticabal.

Art. 2. Para promover as solemnidades commemorativas, organizar o programma das festividades, providenciar sobre todos os assumptos que possam interessar ao grande acontecimento, como a organização e publicação de dados estatísticos, historicos, relativos à propaganda, etc fica constituída em commissão especial toda a Camara.

Art. 3. Os vereadores distribuirão entre si os diferentes trabalhos, providenciando a Prefeitura a nomeação dos auxiliares cujos serviços temporários forem julgados necessários.

Art. 4. Fica a Prefeitura autorizada a despende até a quantia de cem contos de réis (100:000\$000) para accorrer aos gastos decorrentes da execução da presente lei [...] (JABOTICABAL, 1924-1937, p.75).

No entanto, desde 1919, o jornal *O Combate* vinha publicando em suas colunas a possibilidade desse centenário pautado por um crescente entusiasmo. A narrativa caminha desde dados ainda incertos, publicados em 20 de setembro de 1919, afirmando que a doação do patrimônio religioso de Nossa Senhora do Carmo teria sido escriturada no ano de 1836, pelo sesmeiro Pinto Ferreira, que teria a posse de tais terras desde 1818 (LIGEIRAS..., 1919). A história ganhou novos contornos em 3 de abril de 1921 com a descoberta da escritura de doação que o jornal anuncia em primeira página:

Embora os direitos da Fabrica não fossem passíveis de contestação [...] a falta da escriptura do benemerito doador foi sempre o appello predilecto dos foreiros recalcitrantes, mal orientados por conselhos nem sempre equânimes [...]

Há algum tempo, o Dr. Arthur Whitaker, advogado do nosso fôro, se vinha entregando a pesquisas tendentes a descobrir o esquivo documento, sobre o qual nem um de que os procuravam conseguira por os olhos. As suas buscas foram afinal coroadas de êxito, pois na semana finda s.s. descobriu, em um cartório de Araraquara, a escriptura publica pela qual João Pinto Ferreira e sua mulher Maria Perpetua de Magalhães fizeram a N. S. do Carmo do patrimônio onde já estava começada a povoação de Jaboticabal. A escriptura é de 1844.

Segundo nos referiu o Dr. Whitaker, este achado foi um verdadeiro ovo de Colombo, pois elle próprio já procurara esse documento em archivos muito mais distantes e difficeis (PATRIMÔNIO..., 1921a).

A povoação, segundo narrativas que vem de tempos idos, tendo sido edificada em lugar em que havia muitas jaboticabeiras, tomou o nome de Jaboticabal, pelo qual era conhecido antes mesmo que nella fosse construída habitação alguma. No anno de 1818 o terreno em que se achava a povoação fazia parte da sesmaria de terras de que achava-se de posse João Pinto Ferreira, português havia muitos annos residente no Brasil e chefe de numerosa familia e da qual muitos descendentes ainda figuram no nosso meio social.

Homem de caracter honesto e servil, foi attraído para o lugar, pela sua influencia pessoal, especial lisura de trato, grande numero de pessoas que o conheciam e o tinham na melhor estima e acatamento. O velho sertanejo, attendendo ás difficuldades que oppunham-lhe as viagens por pessimas estradas até Araraquara, onde ia satisfazer seus misteres religiosos e outros, no anno de 1836 doou o terreno então o conhecido por Jaboticabal para, com o auxilio de todos os circumjacentes, ali ser fundada uma povoação, sob a invocação de Jaboticabal, constituindo elle proprio uma pequena igreja coberta com folhas de palmeiras. Em curto espaço de tempo, á porção que o vasto sertão era povoado, viu o seu esforçado fundador a edificação de muitas casas ao redor daquella pequena igreja, assim satisfeitos os seus desejos, João Pinto Ferreira, logo depois da edificação da povoação fez vir, de harmonia com os demais habitantes, o padre Justino Ferreira da Rocha, que por muitos annos aqui residia e muito cooperou para o desenvolvimento local. Pela lei n. 43 de 30 de Abril de 1857 foi elevado á categoria de freguesia. Em 30 de Agosto de

Patrimônio de N. S. do Carmo

Descoberta da escriptura de doação de João Pinto Ferreira

Ha longos annos os encarregados da Fabrica do N. S. do Carmo, bem como os vigarios da parochia de Jaboticabal, se vem esforçando por descobrir a escriptura pela qual João Pinto Ferreira, segundo era tradição, fizera doação, a N. S. do Carmo, das terras onde está a nossa cidade. Dezenas e dezenas de annos se passaram em buscas, indagações e tentativas infructíferas juncto a repartições, archivos e cartorios.

Embora os direitos da Fabrica não fossem passíveis de contestação séria, conforme brilhante parecer de Clovis Bevilacqua, todavia a falta da escriptura do benemerito doador foi sempre o appello predilecto dos foreiros recalcitrantes, mal orientados por conselhos nem sempre equanimos. Essa attitude levou a Fabrica a promover ultimamente uma justificação de posse antiquissima, na qual foram ouvidos muitos descendentes do fundador da cidade, todos concordes com a tradição, a que aliás fazem referencia innumeros documentos antigos.

Assim que já em um relatório apresentado em 1887 ao presidente de S. Paulo por uma commissão encarregada de levantar a estatística da Provincia, se dizia:

«No anno de 1818, segundo refere um documento, o terreno em que se acha a povoação fazia parte de uma sesmaria de terras de que achava-se de posse João Pinto Ferreira, português, havia muitos annos residente no Brasil e chefe de numerosa familia. Homem de caracter honesto e servil, foi attraído para o lugar, pela sua influencia pessoal, grande numero de pessoas que o conhe-

ciam. O velho sertanejo, attendendo ás difficuldades que oppunham-lhe as viagens por pessimas estradas até Araraquara, onde ia satisfazer seus misteres religiosos e outros, no anno de 1836 doou o terreno então conhecido por Jaboticabal para, com o auxilio de todos os circumjacentes, ali ser fundada uma povoação sob a invocação de N. S. do Carmo de Jaboticabal, construindo elle proprio uma pequena igreja coberta com folhas de palmeira.»

Para todos os que não quizeram ser cegos, a doação do patrimonio já não era uma simples tradição envolta em lendas, mas um facto historico da fundação da cidade.

Pois ainda os mais exigentes vão ficar por certo satisfeitos com a descoberta de que ora damos conhecimento ao publico e que vale por um precioso achado.

Ha algum tempo o Dr. Arthur Whitaker, advogado do nosso lóro, se vinha entregando a pesquisas tendentes a descobrir o esquivo documento, sobre o qual nem um dos que o procuravam conseguia por os olhos. As suas buscas foram afinal coroadas de exito, pois na semana finda s. s. descobriu, em um cartorio de Araraquara, a escriptura publica pela qual João Pinto Ferreira e sua mulher Maria Perpetua de Magalhães fizeram doação a N. S. do Carmo do patrimonio onde já estava começada a povoação de Jaboticabal. A escriptura é de 1844.

Segundo nos referiu o Dr. Whitaker, este achado foi um verdadeiro ovo de Colombo, pois elle proprio já procurara esse documento em archivos muito mais distantes e diffic-

Figura 206

Artigo sobre a doação do patrimônio e fundação do município
Em 1919 tais informações eram inexatas.
Fonte: Ligeiras... (1919)

Figura 207

Notícia sobre a descoberta da escriptura de João Pinto Ferreira
Fonte: Patrimonio... (1921a)

Figura 208

Transcrição da escriptura encontrada por Whitaker

Fonte: Patrimônio... (1921b)

A comprovada existência da escritura de doação, assinada em 1844, foi um acontecimento de valor inquestionável para a construção da historicidade local. O teor do documento trouxe à luz também possibilidades de ordem política, já que menciona a demarcação do território da capela de Nossa Senhora do Carmo no ano de 1828.

[...] João Pinto Ferreira e sua mulher Donna Maria Perpetua de Magalhaes [...] que são senhores e possuidores de umas posses que houverão por compra e venda de João Rodrigues Lima, e sua mulher, e depois por posse judicial julgada por sentença do Juiz de Medição no anno de mil oitocentos e vinte e seis, e dentro de cujo terreno e matos de cultura se havia fundado com o seu consentimento a povoação de Jaboticabal, e para se edificar uma capella com a invocação de Nossa Senhora do Carmo de Jaboticabal, o terreno que já se acha demarcado desde o anno de mil oitocentos e vinte e oito, com as divisas seguintes [...] (PATRIMONIO..., 1921b)

Instala-se, a partir de 1922, uma contagem regressiva para o Centenário. O primeiro documento a advogar tal comemoração foi o artigo publicado por Whitaker.

“Em que anno e em que dia poderá Jaboticabal celebrar o primeiro centenário de sua fundação?”. Este é o questionamento-chave que estrutura o texto “O Centenário de Jaboticabal”, toda a argumentação lastreia-se nos dados encontrados na escritura de doação (WHITAKER, 1928c, p.11-19).

Na ausencia, portanto, de qualquer noticia ou informação contraria, deve-se considerar o anno de 1828 como o anno da fundação da cidade. Nesse anno foi demarcada pelo seu fundador a área do terreno destinado ao patrimônio da padroeira, levando todas as considerações a presumir que nesse mesmo anno elle construísse a capellinha em torno da qual nasceu a povoação, já que, como resulta do argumento decisivo opposto ao relatório da Comissão de Estatística pela escriptura de doação, esta foi feita em 1844 e não em 1836, reportando-se emtanto, aquelle acto publico, a dois factos importantes, isto é, que a esse tempo já estava fundada, com o consentimento dos doadores, uma povoação sede de curato e que o patrimonio doado fôra demarcado em 1828.

Nenhuma data existe que possa disputar a esta o direito de ser considerada como a da fundação de Jaboticabal. Nenhuma fonte encontrei de onde se infira a existencia de qualquer acto ou facto anteriormente occorrido com aquelle objectivo, emquanto que os documentos allusivos a posteriores acontecimentos já denunciam a existencia do incipiente nucleo.

Em se tratando da fundação da cidade não se póde tomar como data inicial a do primeiro acto do poder publico que a contempla porque este desfaz, por sua própria natureza, a pretensão de quem quizesse attribuir-lhe a virtude de a ella haver dado nascimento, eis que apparece, precisamente, para attestar a sua existencia, embora na infância. Quem baptiza não faz senão reconhecer a preexistencia do neophyto...[...]

Embora não me haja sido possivel, por carencia de tempo, fazer investigações mais minuciosas, parece-me todavia que nenhuma informação acaso obtida a mais logrará modificar a conclusão a que necessariamente se chega em face dos argumentos ministrados pela doação de João Pinto Ferreira, isto é, que Jaboticabal deverá celebrar em 1928 o primeiro centenario de sua fundação, podendo adoptar para seu dia festivo a data de 16 de Julho, que a Igreja consagra a N. S. do Carmo, pois nesta elegeu o fundador o orago da capella que representa o primeiro facto material da fundação da cidade, com justiça, hoje cognominada — a cidade das rosas.

Jaboticabal, 7 de agosto de 1922 (WHITAKER, 1928c, p.17-19).

O texto de Taunay, “Jaboticabal e a Cartographia antiga Paulista”, publicado na edição comemorativa do centenário, aprova a empreitada do centenário, no entanto, a lacuna cartográfica deixa margens para dúvidas:

Ao prezado e eminente amigo Dr. Arthur P. de Aguiar Whitaker

Naturalmente ninguem se lembrará de procurar o nome de Jaboticabal na velha toponymia paulista colonial, visto como se trata de lugar que agora celebra seu primeiro centenario [...]

Vejamos se nos velhos mappas de S. Paulo alguma indicação nos apparece a tal respeito.

Na CARTA CHOROGRAPHICA DA CAPITANIA DE SÃO PAULO, ANNO DE 1766, mandada executar pelo Capitão General Morgado de Matheus, tendo em vista a questão de limites de sua capitania com as Minas Geraes, os mais afastados toponymos do Oeste Paulista são os do caminho de Goyaz: Jundiahy, Mogy Mirim, Casa Branca, Batataes.

Tão pouco conhecido o sertão, ainda, que o Mogy Guassú, nesta carta figurava como affluente do Rio Grande de que, é como todos sabemos, confluyente (TAUNAY, 1928, p.63-64).

Figura 209
 Carta Corográfica da
 Capitania de São Paulo, 1766
 Fonte: Novo Milênio (2007)

De 1793 conhecemos a CARTA CHOROGRAPHICA DA CAPITANIA DE S. PAULO, anonyma. *Morros de Araraquara, Campos de Araraquara*, nella inscreveu o autor provável, o illustre engenheiro militar, João da Costa Ferreira [...] Mas quão imperfeitos estes dados! Assim mesmo, quanto trabalho inteligente e penoso traduzem para a representação daquella selva áspera que era o nosso Oeste! (TAUNAY, 1928, p.64).

Figura 210
 Carta Corográfica da
 Capitania de
 São Paulo, 1793
 Fonte: Taunay (1922)

Decorre quase meio século e em 1837 publica Daniel Pedro Muller o primeiro mappa impresso que de terras paulistas se editou, o MAPPA COROGRAPHICO DA PROVINCIA DE S. PAULO, tentativa das mais apreciáveis [...] Duas series de *Morros de Araraquara* ahi figuram, uma acompanhando o curso do Tieté e outra o do Mogy Guassú. Entre ellas fica o *Campo de Araraquara* onde surgem a villa de São Bento, sob o nome de *Araraquara* [...] Nada lembra a existência de Jaboticabal que no emtanto já tinha 9 annos. Ao Norte e a Oeste de Araraquara nenhum accidente geographico se assignala (TAUNAU, 1928, p.64).

Figura 211
 Detalhe do Mapa
 Corográfico da Província
 De São Paulo, 1837
 Fonte: Taunay (1922)

[...] Dos mappas que temos à mão ao redigir estas notas summarissimas o primeiro que inscreve Jaboticabal é o de Claudio Lomelino de Carvalho, o colaborador do Atlas do Barão Homem de Mello em 1887. Nelle lemos, além do nome da villa e da Serra de Jaboticabal, os nomes de pequenas localidades como Boa Esperança, Capellinha (Aparecida), Ribeirãozinho, hoje Taquaritinga. No território jaboticabalense regam o Rio da Onça e o de S. Domingos, affluentes mencionados do Rio Turvo, nesta carta quase contemporânea da Republica e tão pouco pormenorizada ainda (TAUNAUY, 1928, p.65-66).

A partir do texto inaugural de Whitaker, reconstrói-se a história oficial da cidade relatada em 1879 nos *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo* (MARQUES, 1980, p.7) como:

Povoação situada a Noroeste da capital, fundada em território outrora pertencente ao município de Araraquara, e antes chamado *Pontal do Rio Pardo*.

Teve origem pela aglomeração de trabalhadores atraídos pela fertilidade do solo nos anos de 1850 e seguintes. Foi elevada à freguesia sob a invocação da Senhora do Carmo, por lei provincial de 30 de abril de 1857 e à vila por outra de 5 de julho de 1867. Dista da capital 40 léguas ou 222,2 quilômetros, e das povoações limítrofes, a saber: de Araraquara 13 ou 72,2 quilômetros, de Brotas 4 ou 22,2, de São Carlos do Pinhal 7 ou 38,8, do Rio Claro 8 ou 44,4. A sua população é de 3.135 habitantes, sendo 364 escravos; fogos 25, somente os que pagam imposto pessoal; eleitores em 1876 — 8. A lavoura do café e do algodão desenvolve-se lisonjeiramente neste município, e bem assim a criação de gado. As rendas públicas são arrecadadas por uma agência da coletoria de Araraquara. Tem duas cadeiras de instrução pública primária para ambos os sexos.

Trata-se de um compendio sobre os municípios paulistas que no prefácio da edição de 1952, também, foi merecedor dos elogios de Taunay (1980, p.11):

“Dispostos em forma de dicionário e modestamente intitulado *Apontamentos* encerram enorme cópia de informações a que dá o maior valor a probidade de quem os redigiu colhendo-as, diligente e inteligentemente, nas mais antigas e variadas fontes arquivais”.

Para efeito de se festejar condignamente o Centenário de Jaboticabal daqui a 5 anos, a Câmara concordará por certo em fixar por decreto, a 16 de julho, a data da fundação e a imprensa e os estabelecimentos de instrução se encarregarão de ir excitando o animo do povo e o das crianças, para a grande comemoração da terra jaboticabalense (O DIA..., 1923).

Coincidentemente, o juriconsulto que elaborou parecer sobre a legalidade de cobrança de foros do patrimônio de Nossa Senhora do Carmo foi Spencer Vampré, anteriormente citado como integrante da rede de sociabilidades de Whitaker, tanto por sua atuação como deputado estadual (1925-1927) e membro da alta cúpula do PRP quanto por sua associação e produção cultural no IHGSP. Temos, assim, que o Código Civil promulgado em 1916 e efetivo a partir de 1º de janeiro de 1917 reconhece os aforamentos praticados em toda a história do Brasil como contratos enfitêuticos. No contexto dos primeiros anos do século XX, mais do que a organização jurídica estabelecida por essa relação de domínio¹³⁸, interessa-nos observar a vitória, pelo menos parcial, da Igreja em finalmente garantir a propriedade das doações patrimoniais, situação que, rebatida na conjuntura de construção da história paulista, fornece os subsídios para a elaboração das sagas locais. Por este caminho — construção historiográfica e fundamentação jurídica — segue a empresa de contar a história da cidade de Jaboticabal de forma a glorificar os pioneiros e ofuscar o poder clientelista recentemente suplantado.

Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo

Para elucidação dos direitos do Patrimônio de N.ª Senhora do Carmo de Jaboticabal e para o devido conhecimento dos interessados, publicamos hoje o parecer que emitirá o sr. dr. Spencer Vampré, ilustre juriconsulto e lente da Faculdade de Direito, em resposta à consulta que a respeito lhe fez o sr. dr. Francisco A. de Souza Carvalho, digno advogado da Fabrica:

Consulta dirigida ao Dr. Spencer Vampré

RESUMO

João Pinto Ferreira e sua mulher fizeram, em 1841, por escritura pública, doação de mais ou menos 100 alqueires de terras para ser constituído o Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo. Não havendo sido encontrada a escritura acima referida, a cobrança dos foros e laudemios, eram feitos irregularmente, pagando uns e negando-se ao pagamento outros.

Tendo sido, em 1921, encontrada a escritura, começou-se a fazer essas cobranças com mais regularidade, sendo os direitos das «Fabricas» respeitados, não mais havendo quem se recusasse a lhes negar.

Acontece porém que, há 2 meses mais ou menos, tres pessoas d'aqui, com as suas propriedades foreiras, fizeram transações entre si de compra, venda e permuta, e para fugirem aos pagamentos de laudemios foram passar as escrituras em Comarcas vizinhas.

PERGUNTA-SE:

- 1.º) Pode a Fabrica de Nossa Senhora do Carmo proceder as cobranças pelos meios judiciais?
- 2.º) Sendo verdade que não há prescrição aquisitiva sem boa fé e ninguém adquirir por prescrição contra o seu próprio título (Rito. de Direito—Vol. 18, pag. 325)—podem elles allegar prescrição, mesmo no caso de nunca terem feito qualquer pagamento à Fabrica?
- 3.º) E' a acção executiva a competente para essa cobrança?
- 4.º) Si não, qual é?

Jaboticabal, 20 de Agosto de 1923.

Francisco de Souza Carvalho.

PARECER

Bem ponderados os elementos da consulta, que me foi feita pelo Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo, de Jaboticabal, assim respondo aos seus quesitos:

- 1.º) a Fabrica de Nossa Senhora do Carmo pode proceder à cobrança pelos meios judiciais,
- 2.º) não podem os foreiros, que não pagaram o foro, allegar prescrição aquisitiva, nos termos do art. 550 do Código Civil.

O artigo referido exige que por trinta annos, sem interrupção, nem opposição, o possuidor tenha o imóvel COMO SEU.

Ora, o foreiro, embora não pague o foro, tem o imóvel COMO ALHEIO, e si está, pelo não pagamento do foro por tres annos, sujeito ao commissio (art. 692 n. III), não se comprehende como a negligencia do senhorio não só lhe purgue o commissio, como ainda lhe dê titulo de propriedade, que não está nem na sua intenção, pois sabe que a coisa é alheia, nem na intenção do senhorio, que conserva a sua propriedade sobre a coisa.

Esta me parece a verdadeira doutrina, a que é sustentada pelo dr. Silva Costa, na Revista Juridica, vol. 10 pag. 51; por Lafayette, Direito das Causas, § 156, nota; e pela Corte de Appellação do Districto Federal, na Revista do Direito, vol. 18 pag. 325.

3.º) a acção executiva é a competente para a cobrança dos foros em atraso, bem como dos laudemios. (Lafayette, Direito das Causas, vol. 1, § 158, nota 6 e a pagina 426, da edição de 1877).

E' o que penso e submetto à censura dos doutos.

S. Paulo, 14 de Outubro de 1923

Spencer Vampré.

Figura 214

Publicação de consulta e parecer de Spencer Vampré sobre a legitimidade do Patrimônio de N.ª do Carmo e a respectiva cobrança de foros. Fonte: Patrimônio... (1923)

As Festas de Jaboticabal
Segunda-feira, 16 de Julho de 1923
EM
Commemoração do 95.º anniversario da fundação da cidade

PROGRAMMA GERAL

DIA DE JABOTICABAL

10 horas — Que salemos com musica ao alto do morro da Serra do Mar, e agradecemos a Deus o presente que nos deu a vida.

11 horas — Grande cortejo de musica e dança, com o acompanhamento da Banda de Música da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

12 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

13 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

14 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

15 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

16 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

17 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

18 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

19 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

20 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

21 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

22 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

23 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

24 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

25 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

26 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

27 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

28 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

29 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

30 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

31 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

32 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

33 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

34 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

35 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

36 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

37 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

38 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

39 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

40 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

41 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

42 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

43 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

44 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

45 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

46 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

47 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

48 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

49 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

50 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

51 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

52 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

53 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

54 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

55 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

56 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

57 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

58 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

59 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

60 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

61 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

62 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

63 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

64 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

65 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

66 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

67 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

68 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

69 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

70 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

71 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

72 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

73 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

74 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

75 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

76 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

77 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

78 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

79 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

80 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

81 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

82 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

83 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

84 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

85 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

86 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

87 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

88 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

89 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

90 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

91 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

92 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

93 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

94 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

95 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

96 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

97 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

98 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

99 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

100 horas — Banquete no salão da Fabrica de Nossa Senhora do Carmo.

THEATRO RIO BRANCO

Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL

10 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

11 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

12 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

13 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

14 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

15 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

16 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

17 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

18 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

19 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

20 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

21 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

22 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

23 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

24 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

25 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

26 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

27 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

28 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

29 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

30 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

31 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

32 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

33 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

34 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

35 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

36 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

37 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

38 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

39 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

40 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

41 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

42 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

43 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

44 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

45 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

46 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

47 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

48 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

49 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

50 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

51 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

52 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

53 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

54 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

55 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

56 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

57 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

58 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

59 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

60 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

61 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

62 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

63 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

64 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

65 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

66 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

67 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

68 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

69 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

70 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

71 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

72 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

73 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

74 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

75 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

76 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

77 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

78 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

79 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

80 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

81 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

82 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

83 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

84 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

85 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

86 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

87 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

88 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

89 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

90 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

91 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

92 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

93 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

94 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

95 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

96 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

97 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

98 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

99 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

100 horas — Grande espectáculo de gala em comemoração do DIA DE JABOTICABAL.

Figura 215

Festeiros da padroeira, em 1923, incluem atividades cívicas no programa
Fonte: As Festas... (1923)

¹³⁸ Consultar Amorim (1986) para exposição e comentários dos artigos e apresentação de jurisprudência.

O Dia de Jaboticabal torna-se uma comemoração cívica e as homenagens à padroeira são feitas separadamente e sem o mesmo destaque
Fonte: O Dia... (1925a)

Figura 217
Recomendam-se
preleções sobre a data
nas escolas municipais
Fonte: O Dia... (1925b)

Figura 218
Notícia sobre as comemorações. As inaugurações e visitas ilustres são colocadas em evidência
Fonte: O Dia... (1927)

3.3.2 SÃO JOÃO DE JABOTICABAL

Vejamos, então, como a construção dessa epopéia bandeirante é utilizada sob as luzes da historicidade local. Whitaker (1928b, p.36) inicia o artigo “Notícia Histórica” dissertando sobre o litígio entre Castella e Portugal na posse das terras americanas apresentando, entre outros tratados de limites, o acordo de Tordesilhas firmado em 7 de junho de 1493. Descreve a linha que ligaria Belém a Laguna e que

inspeccionando-se um mappa do Brasil verifica-se de prompto que [...] passaria justamente pelo território do município, deixando a cidade para a zona de Portugal e parte de sua área para a de Hespanha.

[...]

Que de conjecturas suggerem estas reminiscências históricas! Si num sonho (ou melhor diríamos pesadelo) víssemos a linha imaginaria restringindo a área de nosso paiz a um terço do que é, que seria de nossa zona? Jaboticabal existiria? Certamente não. Mas si existisse, seria uma cidade de fronteira, fronteira que seria atravessada sempre que seus moradores quizessem ir à zona do actual districto de Villa Novaes. [...] O outro lado da linha teria sido provavelmente parte do vice-reinado do Prata e hoje avistaríamos alli, não o pavilhão auri-verde, mas o da Argentina ou do Paraguay. A nossa linda zona cafeeira e cerealífera veria seus productos drenados para Assumpção ou Buenos Aires [...].

Entretanto, à revelia da metrópole, e poderíamos dizer — apesar da metrópole, os bandeirantes de S. Paulo quebraram a linha do tractado e levaram nossos limites para tão longe que Portugal, sem outro esforço, não teve senão recolher os fructos da obra gigantesca dos Paulistas [...] (WHITAKER, 1928b, p.36-37).

Obviamente que se tratando de uma ação pautada por objetivos políticos, esse empenho na “busca das raízes” locais não seguiria imune às críticas da oposição. Lembrando ainda que esta oposição tinha o peso da presença na cidade do coronel José Manuel Vaz de Sampaio e do periódico *O Democrata*, instrumento que congregava as resistências a uma política eminentemente civil. As narrativas de Whitaker e Amorim Brenha são rebatidas de forma irônica pelos artigos intitulados “A fundação da cidade: História de Jaboticabal pelo methodo de Mendes Fradique”.

No anno de 1800 de Nosso Senhor Jesus Christo, não obstante o phenomeno de declinação magnetica ainda não tivesse sido descoberto (vide Arthur Whitaker “Correio Paulistano” de 15 do corrente), fez-se a demarcação judicial dos domínios de Portugal e Hespanha, na America, de accordo com a bula papal de Alexandre VI, que mandava que o limite das conquistas dos dois paizes fosse estabelecido por um meridiano que passasse a cem leguas a occidente das Ilhas de Cabo Verde [...].

Feita a demarcação, ficou apurado que o dito meredianio entrava nas proximidades de Belem do Pará e sahia nas de Laguna, passando exactamente pelo pomar da fazenda do Sr. Seraphim Coletes, em Tayuva e dividindo-a ao meio. Assim, parte dos terrenos do conhecido chefe tayuvense ficou pertencendo a Portugal e outra a Hespanha.

Em vista disto, o Sr. Seraphim requereu ao papa que afastasse o meredianio e como não foi attendido elle proprio, o Sr. Seraphim pegou o meridiano de distancia, e jogou a cem kilometros ocasionando um baque surdo.

Esse acto violento repercutiu dolorosamente nos meios geographicos do mundo civilizado.

Organizou-se então, no Porto, uma expedição aerea para a travessia do Atlântico e reconhecimento dos estragos com o baque produzido pela queda do meridiano e para o levantamento topographico da nova situação terraqueana [...]

O avião dos expedicionarios, quando voava sobre a fazenda Cachoeira, margem do Mogyguassú, devido a um denso nevoeiro, foi obrigado a navegar a apenas 30 metros acima do sólo. Nessa altura o jornalista Brenha distrahidamente, ao apreciar a beleza destas paragens dadivosas, escapuliu pela portinha da “cabine” do avião vindo cair justamente sobre as aguas rumorosas e crystalinas do Corrego de Jaboticabal, perto do Matadouro Municipal, sem soffrer felizmente nenhum ferimento. Salvando-se a nado, o illustre jornalista se dirigiu para aqui a pé, fincou uma cruz de madeira no meio do Largo da Matriz e tomou posse destas terras em nome de S. Magestade El Rei de Portugal D. Sebastião, aos 16 dias de Julho de 1828 (FERA, 1928d).

Para entender o teor do sarcasmo, mais que compreender o papel dos atores locais no jogo de poder que se empreendia, é preciso também conhecer um pouco sobre Mendes Fradique¹³⁹, pseudônimo de José Madeira de Freitas, médico capixaba e cronista boêmio, crítico mordaz da historiografia ufanista dos anos de 1920. Criou a teoria do “método confuso”, sátira a livros didáticos que acabava por mostrar sua face séria ao descrever um Brasil que começara mal, em princípio pela organização colonial, permaneceu assim após a Independência e não mudou com a República¹⁴⁰. A conclusão é que se caminhava a passos largos rumo ao abismo.

Figura 219

Capa de História do Brasil pelo método confuso
Fonte: Lustosa (1993)

¹³⁹ Fradique publicou a *História do Brasil pelo método confuso* (7 edições, 1920 a 1927), *Feira livre – antologia nacional pelo método confuso* (1923), *Gramática portuguesa pelo método confuso* (3 edições, 1927 a 1928) e o romance *Dr. Voronoff* (1926). E também as crônicas, “Contos do Vigário” (1922), “A lógica do absurdo” (1925-1926) e “Idéias em Zig-Zag” (1928) (LUSTOSA, 1993).

¹⁴⁰ “A República brasileira foi proclamada por d. Quixote de la Mancha, a 15 de novembro de 1899, sob a forma de anarquia constitucional representativa [...] Mas, que diabo vinha a ser República? – Perguntava o Brasil a si mesmo, apavorado com a idéia metida de supetão na densidade de sua incultura [...] Era essa a pergunta do burguês, do lavrador, do Brasil, em suma. Conheciam-na os estudantes pobres, que não podiam morar em hotéis; conheciam-na ainda os srs. Rui Barbosa, Benjamin Constant, Quintino e mais ninguém. Entretanto era mister aproveitá-la justamente enquanto o Brasil ignorasse sua significação, porque a consciência das coisas e a perspicácia foram sempre os piores inimigos do conto do vigário” (FRADIQUE, 2004, p.164-165)

Figura 220
Caricatura de Bastos Tigre por
Mendes Fradique
Fonte: Lustosa (1993)

Bastos Fera é também um pseudônimo cuja identidade e colocação na cena política da cidade não podemos precisar. A inspiração vem de Bastos Tigre, amigo de Mendes Fradique, dotado de talentos múltiplos — jornalista, poeta, compositor, teatrólogo, humorista, publicitário, engenheiro e bibliotecário. Nesta sátira sobre o “descobrimento de Jaboticabal”, além de Whitaker e Serafim Coletes, chefe do PRP em Taiúva, vila agregada ao município de Jaboticabal, o principal alvo de críticas é o jornalista português, colaborador do jornal *O Combate*, Amorim Brenha.

Especulamos que mais do que a rivalidade periodista, inerente à época, a censura do cronista oculto pelo pseudônimo deve-se a atuação parcial de Brenha, que mediante subvenções da Câmara Municipal, escreve uma história oficial que favorece o *establishment* político. Neste sentido, temos, por exemplo, as anotações da sessão de 15 de abril de 1924: “Requerimentos — do sr. Manoel Amorim Brenha solicitando auxílio para publicação de um livro fazendo propaganda da cidade de Jaboticabal e seu desenvolvimento”, seguida da aprovação do pedido, documentada na reunião de 15 de maio: “Pareceres: da C. de Justiça e Contas concedendo ao sr. Manoel de Amorim Brenha o auxílio de um conto de reis para publicação da obra ‘Jaboticabal’ — aprovado” (JABOTICABAL, 1912-1924, p.144-145).

Figura 221
Capa de *Jaboticabal*. Livro publicado por Amorim Brenha
Fonte: Brenha (1925)

Outra vez, em 2 de maio de 1925, ficou registrado: “Requerimento — de Manoel Amorim Brenha, pedindo novo auxilio para accorrer à despesas com a publicação do seu livro *Jaboticabal*”, completando os subsídios, a Câmara compra, em 15 de agosto de 1925, 50 exemplares para divulgação junto a outras prefeituras (JABOTICABAL, 1924-1937, p.15;21).

O levantamento documental de Whitaker, assim como seus textos influenciados pela produção cultural do IHGSP, em linhas devidamente creditadas à Capistrano de Abreu, Teodoro Sampaio e evidentemente Afonso de Taunay, na pena de Brenha transforma-se em ufanismo, carregado no tom parnasiano, que girava em torno de João Pinto Ferreira, benemérito doador do patrimônio. O engrandecimento da figura de Pinto Ferreira criava uma tradição nos moldes da historiografia corrente, ao mesmo tempo aquilatava a figura de um jovem político em ascensão, Joaquim Batista Ferreira Sobrinho, bisneto do grande fundador de Jaboticabal. Neste sentido, a organização do quadro completa-se, a mítica paulista é reconstruída no contexto local justificando a legitimidade moral do herdeiro de um desbravador.

Optamos por ilustrar esse processo com o artigo “O retrato de João Pinto Ferreira”, publicado em 24 de junho de 1928, que especula o possível semblante do doador buscando dar feição ao mito e aproximá-lo do frenético cotidiano de transformações do final dos anos 20.

Posto que das feições do homem não tivessem guardado quaesquer referencias ou retratos, há, entretanto, noticia de seu vulto: — baixo e grosso, — pela informação que o Capitão Fortunato Antonio da Silva, ainda hoje se lembra de ter prestado por vezes, sua esposa d. Anna Maria da Assumpção, filha de um dos filhos do primeiro matrimonio de João Pinto, recebendo a creança o nome proprio e o mesmo de sua avó [...]

Em confirmação deste asserto há vários testemunhos e referencias de que todos os filhos de João Pinto, de um ou outro matrimonio, eram pessoas de estatura baixa, mediana.

Ora, com as probabilidades mil, de usar João Pinto Ferreira barba e bigode à Nazareno (à falta de barbeiros e ao uso commum dos portuguezes desse tempo: — rusticos e trabalhadores): e, com a quase certeza de andar tostada do sol a epiderme das faces do homem, a moirejar annos seguidos exposto a toda a sorte de inclemências do tempo e da temperatura, temos nós quase concluido, por inducção logica, o retrato do homem, com muito mais verosimilhança e probabilidade do que aquelles que induziram das Sagradas Escripturas a imagem do Nosso Senhor Jesus Christo, com que, a nosso ver, João Pinto Ferreira se parecia aos 33 annos, quando ainda casado com a primeira mulher.

Quando João Pinto Ferreira entregou sua alma santa ao Creador (1857), com 63 annos de idade, e um tanto adoentado desde 1853, devia ter elle o andar meio tropego, a vista cançada e o cabello e a barba completamente grisalhos, posto que lhe transparecessem do semblante sympathico, venerando, os dotes raros, que lhe ennobreciam a velhice (BRENHA, 1928).

Conclusões e indagações históricas

O retrato de João Pinto Ferreira

Si João Pinto Ferreira, o fundador da Cidade, nasceu em 1795, visto como elle declara em seu primeiro testamento 1833 — (2 de junho) ter 49 annos; o seu primeiro casamento, com d. Anna Maria de Assumpção, deve ter sido em 1818, quando elle tinha 24 annos e quando ainda morava no Carmo do Rio Claro, em Minas, onde foram os esponsaes.

Ora, si no documento de doação de 1828, se allude ja uma escriptura particular anterior 2 e 3 annos, que se perdêra e que o documento registado confirmava, de pleno direito, d'ahi se segue que Pinto veio de Minas em 1820, por ahi assim; de modo que em 2 annos de casado não podia ter elle mais do que 2 filhos: — o João e o Francisco.

Os outros 5; José, Antonio, Alexandre, Rita e Anna, nasceram em Jaboticabal, entre 1822 e 1832, quando falleceu a mulher.

O inventario procedeu-se em Araraquara, em 1833.

Antigamente ninguem casava muito moço; e João Pinto Ferreira, antes de se casar, pobre que era, devia ter trabalhado algum tempo para o sogro, que lhe deu a filha em premio de serviços, dando-lhe depois, de presente, os 200\$000 rs. com que veio fazer a posse e formar a fazenda «Cachoeira», e conomizando quanto pôde os gastos da viagem de Minas até aqui.

Em 1828, á data da doação, tinha João Pinto Ferreira 34 annos de idade; e tendo enviado aos 38 annos, moço ainda, rico de terras da sesmaria que se não acabava mais por ahi a fora: — da barranca do Mogy a ambas as vertentes do Corrego Rico, — e rico de filhos que eram 7, todos pequenos, pois o mais velho tinha 13 annos, quando a mãe falleceu (1832) e o mais novo, no maximo, em 1826, tinha então 7 annos, visto como não houve gêmeos.

Tudo isso apressou, naturalmente, o seu segundo matrimonio, pela necessidade do homem, de que alguém acarinhasse a filharada e cuidasse della,

deixando-lhe mais livre o tempo, para negocios.

O segundo matrimonio de João Pinto Ferreira, (com Maria Perpetua de Magalhães), deve ter-se dado em 1834-1835, contando a esse tempo, 40 a 41 annos de idade.

Posto que das feições do homem não se tivéssem guardado quaesquer referencias ou retratos, ha, entretanto, noticia de seu vulto: — baixo e grosso, — pela informação que o Capitão Fortunato Antonio da Silva, ainda hoje se lembra de lhe ter prestado por vezes, sua esposa d. Anna Maria da Assumpção, filha de um dos filhos do primeiro matrimonio de João Pinto, recebendo a creança o nome proprio e o mesmo de sua avó.

Com esta informação da finada neta de João Pinto Ferreira ao marido della, de conhecimento proprio e lembrança vaga do porte do avô, ou de referencia que lhe tivéssem feito, ahi fica denunciado o vulto do fundador da cidade—homem baixo, cheio de corpo.

Em confirmação deste asserto ha varios testemunhos e referencias de que todos os filhos de João Pinto, de um ou outro matrimonio, eram pessoas de estatura baixa, mediana.

Ora, com as probabilidades mil, de usar João Pinto Ferreira barba e bigode à Nazareno

(á falta de barbeiros e ao uso commum dos portuguezes desse tempo: — rusticos e trabalhadores); e, com a quasi certeza de andar tostado do sol a epiderme das faces do homem, a moiejar annos seguidos, exposto a toda a sorte de inclemencias do tempo e da temperatura, temos nós quasi concluido, por indução logica, o retrato do homem, com muito mais verosimilhança e probabilidade do que aquelles que induziram das Sagradas Escripturas a Imagem de Nosso Senhor Jesus Christo, com quem, a nosso ver, João Pinto Ferreira se parecia aos 33 annos, quando ainda casado com a primeira mulher.

Quando João Pinto Ferreira entregou a sua alma santa ao Creador (1857), com 63 annos de idade, e um tanto adoentado desde 1853, devia ter elle o andar meio tropego, a vista cansada e o cabelo e a barba completamente grisalhos, posto que lhe transparecessem do semblante sympathico, venerando, os dotes raros, que lhe ennobreciam a velhice.

Devia ser esse o seu retrato, ao tempo de sua morte.

Quatro annos antes de morrer, já andava Pinto Ferreira adoentado, que nem outra conclusão se pode tirar em bom critério, das proprias palavras do homem no testamento:

«... estando em idade avançada: 59 annos...»

«... porque não sei quando Deus Nosso Senhor me chamará a seu julgo...»

Por isso, por tudo, o vulto, o semblante, o retrato do homem não deve andar longe destas conclusões logicas e provaes do curioso estudo.

A.B.

ACCUMULADORES

DAS MELHORES MARCAS
COM CAIXA DE EBANITE

140\$000

8-8

CARREGADO

João Villanova & Filho

Rua do Sacramento 30 — Phone 134

Figura 222

Amorim Brenha em artigo, que será futuramente criticado por Bastos Fera, especula a possível aparência de João Pinto Ferreira

Fonte: Brenha (1928)

Naturalmente o texto seria rebatido pela crítica ferina de Bastos Fera, que estrutura sua crônica em linha semelhante ao método confuso.

Do fundador da cidade o velho Pinto Ferreira, infelizmente, nenhum retrato ficou neste mundo. Nem um siquer para esmola!

Aliás, graças a essa circunstancia, o Pinto pode, além da morte, gosar o seu descanso eterno a salvo de discursos xaposos ao sopé do seu busto, em meio alguma praça pública e graças ainda a essa circunstancia, que a alma do Pinto Ferreira está com certeza, bem dizendo, ninguém até hoje pode idear a construção do busto do fundador abrindo subscrições públicas e metendo a mão na bolsa do esfalfadíssimo Juca Pato.

Pois o tal jornalista por "indução logica", kodakison o fundador da cidade: barbas longas e inteiramente parecido [...] com Nosso Senhor Jesus Cristo

O fato significa, pelo menos, que o busto do João Pinto logo surgirá em uma de nossas praças. E sendo João Pinto "escrito e escarrado" o typo de Nosso Senhor, segundo descoberta daquelle jornalista é bem provável que a collocação do busto venha suscitar um sério conflicto diplomatico com a Igreja Romana, que poderá levar dita collocação a conta de heresia como imitação. Seja como for, o facto é que o Pinto já tem o seu retrato (FERA, 1928c).

Figura 223

Resposta de Bastos Fera às especulações históricas de Amorim Brenha

Fonte: Fera (1928d)

Será esse retrato a expressão da verdade? Eis o ponto principal do presente capítulo. Somos de parecer, pelo estudo que também temos de historia de Jaboticabal, que o nosso illustre confrade sr. A.B. [Amorim Brenha] que foi quem descobriu o processo de "indução logica" para photographar as phisionomias dos nossos antepassados, não se afastou da verdade. Apenas lhe oppomos, com a devida vênia, uma restricção: o velho Pinto não se parecia com Nosso Senhor. Tinha a barba nazzarena, porém, não era parecido com Jesus. Era parecido sim, com o seu actual tataraneto dr. Joaquim Baptista Ferreira, apesar deste não usar as barbas crescidas (FERA, 1928c).

Essa discussão, movida também por picuinhas pessoais, abarca as relações que continuamente organizam e reorganizam a estrutura de poder local. Apesar da irreverência têm certo fundamento documental, mesmo que sujeito a contestações.

A fundação de Jaboticabal

Tendo eu fornecido uma entrevista ao «O Democrata» sobre o momentoso assumpto do centenario da cidade que me viu nascer, um articulista do orgão da Camara Municipal, «Folha do Centenario» tomou as dores por eu ter dito que isto não foi fundado pelo varão luzitano João Pinto Ferreira.

Minhas declarações, entretanto se apoiam em provas documentaes.

Eu não esperei a época das festas para discutir a quem cabe de facto o titulo de fundador de Jaboticabal e qual a época exacta de sua fundação. Eu fiz uma publicação e dei uma entrevista sobre o assumpto porque somente agora se me offereceu oportunidade e, ademais, para servir os interesses da verdade historica qualquer época é tempo, antes, durante ou depois de festas, principalmente de festas aproveitadas quasi somente por aventureiros e gente estranha sem idoneidade alguma.

Para o sr. Jovison, o dizer que João Pinto Ferreira não fundou Jaboticabal é não amar, é não venerar a terra que foi meu berço, e é só agradar aos seus inimigos.

Eu responderei simplesmente que, procurando restabelecer o que ha de verdadeiro sobre a fundação de Jaboticabal tenho a convicção de que estou dando a minha terra na tal uma demonstração sincera da minha affeição por ella. E' o que me diz a consciencia.

Agora, o que posso garantir é que o sr. Jovison, com seu artigo, agradeou summamente o dr. Prefeito Municipal, que é bisneto de João Pinto Ferreira.

E teria sido só por amor á cidade que o sr. Jovison escreveu semelhante artigo?

O sr. Jovison deve vir dizer de publico os presentes de festas que tem recebido para publicar artigos laudatorios da marca do que fez sahir na «Folha do Centenario», orgão da Camara Municipal.

José de Carvalho e Silva.

Figura 224

Novas possibilidades sobre a fundação da cidade são publicadas pelo *O Democrata*
Fonte: Silva (1928)

A fundação da cidade

(Historia de Jaboticabal pelo «Methodo de Mendes Fradique»)

XVI CAPITULO

Quem fundou mesmo Jaboticabal? — Controversia historica. — Opinião do Zéca Misael. — Zéca versus Brenha. — Como pensa Bastos Féra. — Jaboticabal não se fundou. Descobriu-se apenas. — O Descobridor de Jaboticabal.

Os historiadores, ás vezes, preparam cada surpresa que é um verdadeiro tiro de canhão no campo silencioso das versões geralmente conhecidas e accetadas. Exemplo: Calabar é considerado um trahidor. E dos mais infames. Entretanto, num drama historico de Lima Bello apparece como um vulto de patriota verdadeiro que, se se collocou ao lado dos holandezes, fez-o por amor ao seu paiz, entendendo que a colonisação dos bátavos era incomparavelmente superior a dos portugueses rotineiros e ambiciosos.

Como se vê, na historia, «disciplina» feita para estabelecer a desordem no espirito humano, as opiniões não raro são as mais desencontradas possiveis. Um outro exemplo recentissimo offerece a historia da Fundação de Jaboticabal.

O sr. Amorim Brenha, infatigavel jornalista portuguez a serviço da reconstituição historica do passado jaboticabatlense, fundados em dados obtidos pelo dr. Arthur Whitacker, já proclamou que a fundação disto aqui se deve a João Pinto Ferreira. E foi até mais adiante: que João Pinto Ferreira era tal e qual Nosso Senhor Jesus Christo.

Mais eis que, justamente nas vespas de se fazer a consagração de memoria do Pinto, surge um novo historiador disto aqui e pelas columnas da «Folha da Noite» de 10 do corrente dá o brado, alarmando meio mundo: Jaboticabal não foi fundado por João Pinto Ferreira! E prova-o com documentos, nos quaes está que sua sesmaria passava a dois kilometros das divisas da cidade. Calcule-se agora o desapontamento do nosso prefeito! Seu tataravô não é mais o fundador da cidade! Perdida a gloria, tôto o brinção!

Isto, porém, segundo o que

diz o Zéca Misael, o historiador a que nos referimos e que pela secção livre daquelle jornal paulistano acaba de assombrar-nos. O sr. Brenha, porém, está preparando-se para uma contra-offensiva nas columnas do «O Combate» e promette pulverisar as ultimas e sensacionais afirmativas do Zéca.

O sr. Brenha, pelo que estamos informados, acha que o seu contradictor não tem apoio nos factos e quando o tivesse, não deveria nunca procurar destruir um justo motivo de orgulho para S. Excia. o Dr. Governador da Cidade, que é um decendente do velho Pinto!

O Zéca, sem duvida, estomagou muita gente com essa novidade de que o Pinto nunca fundou Jaboticabal. Queira Deus que elle não pague bem caro sua ousadia...

Si não foi o Pinto, quem então o fundador? O Zéca ainda não o disse. Está guardando segredo, por enquanto.

Sobre esse ponto controvertido, quero externar tambem minha opinião, embora desautorizada. Brenha e Zéca ambos, estão errados. Errados da Silva.

Jaboticabal não foi fundado. Nunca foi fundado. Ninguém o fundou. O proprio Pinto, ainda ante-hontem, em conversa com o Tamanini, de alem-mundo, affirmou que o Brenha, si está teimando em couter-lhe o titulo de fundador, é só para ser amavel aos seus parentes. Repetimos Jaboticabal não foi fundado.

Jaboticabal, isto sim, foi descoberto apenas... Descoberto é que elle foi...

Quem o descobriu? — perguntareis, certamente com ansiedade, caros leitores... Resposta facil:

—O jornalista portuguez Manoel Amorim Brenha...

BASTOS FÉRA

Figura 225

Texto do discípulo de Mendes Fradique ataca pessoalmente o cronista Amorim Brenha
Fonte: Féra (1928e)

Entre as argumentações de Fera acalora o debate o próprio levantamento de Whitaker que comprova o registro das terras de João Pinto Ferreira em 1855¹⁴¹. O cronista irônico questiona então de que direito valia-se o doador para cedê-las como patrimônio religioso em 1828. As publicações inspiradas no método confuso de Mendes Fradique estenderam-se por todo ano de 1928, em pelo menos 21 capítulos, nos quais o cerne da discussão centrava-se na história que se construía do município e atacava as figuras de destaque político e particularmente o jornalista Amorim Brenha, que no mesmo período assinava colunas de pretensões historiográficas no oponente *O Combate*.

Aqui, porém ha uma excepção... Em Jaboticabal não se vê ninguém cavando por si ou para si. Todos cavam para o municipio. Não é só Pinto Ferreira que deve ser perpetuado em granito. Proponho que o A. Whitaker, o Major, o Fontes, o Quita e o Fortunato também o sejam, que se inscrevam estas palavras do Padre Vieira abaixo do monumento:

Segurat in me et trepatus est in vital Segura bem e treparás na vida (FERA, 1928b).

Uma carta de Brenha, publicada por Fera dá o tom da desavença:

Sr. Bastos Fera

Tenho acompanhado a serie dos seus artigos historicos sobre a fundação de Jaboticabal, o acontecimento magestoso em que avulta a figura esplendida de João Pinto.

Pena é que, em vez de fazer cousa séria, em que se realçassem de facto os dotes proprios pessoases (sic) daquelles espíritos bandeirantes, épicos, dos fundadores da cidade, V.S. ousou falar no cavanhaque do Major Novaes sem ter primeiro adquirido o beneplácito do sr. Governador da Cidade. Assim, o risco em que V.S. está incorrendo eu o não quizera para o peor dos meus inimigos. Hoje não se falla em cavanhaque sem mais esta nem mais aquella, sr. Bastos Fera! V.S. desde já se capacite de uma cousa: um cavanhaque olha-se e respeita-se! [...]

Vê, portanto, V.S. que está muito errada a sua historia, quero dizer, que V.S. está muito errado nessa historia.

Agora já será a V.S., materialmente impossível obter o apoio da Camara para a publicação do seu livro de historia. Agora já V.S. está *marcadinho*. Sabe o que é sujeito *marcado*? É aquelle que está na *black list*. O sujeito fica de tal maneira boycottado que, ou dá o competente fôra ou morre de fome no lugar em que mora.

V.S. está não ha de duvidar na tal lista. E há de reparar que onde V.S. estiver ninguém lhe dará mais a mínima importancia siquer. Pelo contrario, toda a gente fugirá de perto de V.S., com medo que tambem vá figurar na famosa lista.

V.S. quis fazer justiça na sua historia. A historia é que vae fazer justiça a V.S. (BRENHA, 1928).

¹⁴¹ Vide transcrição parcial do Livro de tombo 1 na página 202 deste trabalho.

Publicação esta seguida de resposta:

O sr. A.B. ainda não deixou crescer o cavanhaque? Pois não perca tempo: si não tem barba, peça uns fios ao major [Novaes] e faça a plantação no rosto, quando houver um signo de bom agouro... E verá como tudo lhe ha de sorrir e ilorir... É melhor ter um cavanhaque do que andar à roda dos que o têm. Continúe assim, defendendo os homens de cavanhaque, que são os únicos bons padrinhos neste mundo (FERA, 1928a).

Esse debate em si já é um documento precioso para a história de Jaboticabal, reconstruída pelos caminhos do cotidiano. Contudo, as dúvidas levantadas por Fera são significativas para outros questionamentos aptos a instrumentalizar uma nova avaliação da historiografia local.

O fato é que João Pinto Ferreira, falecido em 7 de outubro de 1857, não tem no registro de óbitos da fábrica de Jaboticabal, nenhuma observação, menção especial ou isenção de pagamento da taxa de sepultura.

Figura 226

Livro de óbitos: Assento da morte de João Pinto Ferreira
Fonte: Jaboticabal (1853-1870)

“8 de outubro de 1857 — Sepultado no simiterio desta capella João Pinto Ferreira. Casado com Maria Perpetua. Antonio Pereira de Souza — 1000”¹⁴² (JABOTICABAL, 1853-1870).

Até o ano de 1892 o doador do patrimônio religioso da cidade ainda não tinha sido homenageado com um logradouro em seu nome. Em ata registrada em 30 de abril do referido ano o engenheiro contratado para solver questões relativas ao alinhamento das ruas localizadas à margem esquerda do Córrego do Jaboticabal apresenta o seguinte parecer:

Depois de apresentar os meios de remediar as irregularidades encontradas nos alinhamentos já feitos, conclui lembrando a necessidade que há de se dar nome às ruas, salientando a rua de frente dos novos quarteirões que será um acto de justiça e gratidão se a intendência lhe der o nome de = Rua do Capitão João Pinto = doador do patrimônio desta villa homem bemfazejo e chefe de numerosa família actualmente possuidora de grande propriedade territorial deste município. Sendo submettida à discussão e a votos, foi aprovada (a planta) com a modificação seguinte: — Tendo a cerca do quarteirão pertencente a Raphael Picerne, reunida a do quarteirão do Dr. José de Magalhães até que seja requerido alinhamento para edificações (JABOTICABAL, 1888-1891, p.123).

¹⁴² Parcialmente ilegível pode ser 100, a taxa usual era 400 réis.

O grande benfeitor do município, antes de ter uma rua em sua homenagem, dividiu até o final dos anos 1920 a honra com toda a família, já que nomeação de logradouros de 1895¹⁴³ declara Rua Pintos a antiga Rua da Matta (JABOTICABAL, 1892-1895, p.95). A este ponto podemos aferir que nos conflitos gerados pela organização de poder local, os instrumentos materiais passam invariavelmente pela imprensa e pelo espaço, seja este entendido como território — dado as menções às conquistas paulistas e aos antigos tratados de posse, seja como *locus* urbano, representado pelo largo, praças e ruas, ou seja nas próprias edificações, vide a importância simbólica do edifício da Matriz. Temos que o jogo de poder, movido pela truculência eleitoral do coronel ou pelas letras requintadas dos bacharéis, concretiza-se na *urbes*, torna-se efetivamente parte da trama urbana em todos os sentidos que a dubiedade do termo envolve.

Figura 227

Narrativa da história de João Pinto Ferreira

Fonte: Brenha (1925)

Figura 228

Narrativa da história de João Pinto Ferreira

Fonte: Brenha (1925)

¹⁴³ Vide página 133 deste trabalho para texto da lei aprovada na sessão de 20 de abril de 1895.

A cidade é, portanto, uma ferramenta fundamental na ordem que a República infundiu. Por entre a solidez das construções, pela disciplina das posturas e pelo espaço público que se construía juntamente com as relações burguesas que deveriam ser sua engrenagem de origem, perpassa o mito. É neste sentido que apresentamos a narrativa de Brenha, a construção de um João Pinto, herói cívico, defensor de uma pátria livre, bandeirante, sertanejo e finalmente santo. O imaginário do cidadão, esse sim novo agente no encadeamento, ia aos poucos edificado na narrativa heróica de seu fundador¹⁴⁴.

O São João de Jaboticabal

Sim, porque João Pinto Ferreira foi positivamente um santo, nesta terra!

Estamos em 1922, no próprio dia do primeiro Centenário da Independência política do Brasil, uma das maiores aspirações de seu Pinto — um segundo José Clemente Pereira, — fomentador como este, da independência nacional, para legar a seus filhos uma Pátria livre, querida e grande? (BRENHA, 1925).

Figura 229

Narrativa da história de João Pinto Ferreira

Fonte: Brenha (1925)

Figura 230

Narrativa da história de João Pinto Ferreira

Fonte: Brenha (1925)

¹⁴⁴ Em meios às ironias de Mendes Fradique temos também a severidade de sua crítica. “O Brasil, com sua tendência idólica a idolatrar aberrações, sentia já uma acentuada simpatia pela República, mesmo sem a compreender, como ainda há pouco mostrou grande entusiasmo pela *Causa da Civilização*, como se ele, pobre Brasil, compreendesse o que vem a ser civilização” (FRADIQUE, 2004, p.165).

3.3.3 CENTENÁRIO APOTEÓTICO

O ano de 1928 marca o ápice desta interação entre espaço e poder no contexto da Primeira República. Toda a cidade movimenta-se para as comemorações do Centenário. A trama urbana e seus atores são evocados e lançados no empreendimento da celebração que laurea a narrativa histórica que se desenhou para o município.

A cidade apresentar-se-á aos visitantes com novos melhoramentos prestes a serem resolvidos, cerimônias religiosas imponentes e diversas inaugurações de importante significação [...] Far-se-á tudo o possível para se realizarem por essa ocasião:

- a) – a inauguração oficial do Jardim da Praça da Republica, calçado e iluminado convenientemente;
- b) – a criação e a instalação da Diocese e do Bispado de Jaboticabal;
- c) – o lançamento da pedra fundamental do edifício do Asylo de Mendicidade;
- e) – o lançamento da pedra fundamental do grande edificio da Escola Normal anexa ao Collegio Santo André¹⁴⁵;
- f) – a inauguração da Casa do Operario;
- h) – a inauguração official do campo de sementes;
- i) – a inauguração do campo de aviação;
- j) – o lançamento da pedra fundamental do templo do Culto Evangelico, para cuja construcção foram destinados 200 contos;
- k) – a inauguração da Exposição industrial e agrícola;
- l) – a inauguração do Casino Centenário;
- m) – o levantamento da memoria do primeiro século da fundação da cidade; e
- n) – inauguração da corrente de energia e luz electricas, da grande Usina do Moribondo, no fornecimento da cidade (A FESTA..., 1928).

A Praça da República é um elemento importante da comemoração e as preocupações com seu estado entram no discurso veiculado pelo jornal *O Combate*.

Estão perfeitamente encaminhadas as negociações para o calçamento e a iluminação da Praça da Republica, para o tempo proprio da grande festa. Se bem que a temporada chuvosa que tem feito, tenha obstado outras providencias e negócios referentes, redobrar-se-à o trabalho nestes dias para que nada preca pela demora o brilhantismo na epocha festiva (A GRANDE..., 1928).

O serviço de calçamento de toda a parte alta ajardinada da Praça da República vai sendo procedido com notavel rapidez a determinação expressa do Governo da Cidade que deseja ver tudo prompto para a festa centenária, no menor praso possivel. Já foram construídas as principaes escadas, nas differenças de nível do terreno do Jardim (O CENTENÁRIO, 1928a).

¹⁴⁵ A quebra na sequência alfabética é do original.

Nessa conjuntura, os cidadãos são convocados a engajar-se na ação que releva a coletividade integrando, simultaneamente, celebração e espaço público.

O dia da concentração será vedada a entrada no Jardim Publico, postando-se o povo em volta para que as 5.000 creanças de ambos os sexos ocupem as ruas interiores do logradouro em linda formatura entoando em côro o Hymno de Jaboticabal, acompanhada pelas bandas de musica [...]

Todo o bom jaboticabalense deve auxiliar a realização desse ajuntamento infantil, endossando essa festa maginifica com empenho seu, como o melhor e mais emocionante dos números do programma festivo [...]

Qualquer um vestido ou uniforme simples, branco, não importará em grande despeza para os exmos. paes que proporcionarão as creanças optimo espectaculo, magnifica lição de historia e de civismo, além de demonstrarem os progenitores o seu patriotismo e seu acentrado amor a Jaboticabal. O efeito será verdadeiramente maravilho!

Sendo o Jardim Público em plano inclinado para a Avenida Bento Vieira onde o obelisco vai as creanças ficarão em formatura irreprehensivel, em diversos planos, como em um altar de magica perspectiva. Vista da Rua Juca Quito, a concentração dará um espectaculo magestoso.

O côro de cinco mil vozes tornará indescriptivel o entusiasmo dos assistentes, chorando a população de Jaboticabal lagrimas incontidas de alegria intensa, ante o espectaculo inédito que a Camara, a Politica e o melhor elemento local pretende apresentar ao sr. dr. Julio Prestes, benemérito presidente de São Paulo.

Não ha por ahi nem um jaboticabalense que não faça questão fechada desta realização adorável, imponentissima: e, os dirigentes da terra contam com todo o empenho da população (O CENTENÁRIO, 1928b).

Figura 231
Boletim Eleitoral
Fonte: Directorio do PRP (1928)

Não por mera coincidência a candidatura de Whitaker para o pleito estadual é lançada formalmente nas primeiras publicações de 1928.

Secundando a recommendação que dos illustres candidatos faz com empenho a Commissão Directora do nosso Partido, o numero comparsamento às urnas afim de que o resultado da eleição corresponda ao empenho do Partido. Toda população é testemunha do progresso da cidade e do municipio, esforços coroados de êxito como se vê pelos melhoramentos já conseguidos. Para continuar a cumprir e a desenvolver esse programma, o Directorio precisa do apoio do eleitorado e para este apella, confiando no seu espirito de justiça e na sua verdadeira comprehensão dos interesses locais.

Entre os candidatos à renovação do mandato está o Dr. Arthur Whitaker, nosso companheiro de Directorio e Presidente da Camara dos Deputados do Estado. A sua folha de serviços ao Estado e ao nosso Municipio, na qual se inscreveu ainda recentemente o reconhecimento de nossa Escola de Pharmacia, recommenda-o muito particularmente ao suffragios populares (DIRECTORIO DO PRP, 1928).

Dr. Arthur Whitaker

Sejamos pela verdade ! Sejamos pela justiça !

No próximo dia 24 vai se ferir a luta eleitoral em todo o nosso grande estado.

Pelo X.º distrito, a que pertencemos, figura entre os candidatos, o nosso amigo e grande companheiro de lutas Dr. Arthur Whitaker.

Não estivéssemos nós em uma época em que a ingratidão triunfa e a maledicência colhe infelizmente, anovilhando reputações e não viramos nestas columnas lembrar ao eleitorado do nosso município as benevolências do illustre parlamentar e os títulos, com que ora se apresenta aos sufrágios do X.º distrito.

Tendo ingressado na camara estadual a 2 de Fevereiro de 1916, tem vindo até hoje desempenhando ininterruptamente o seu papel de defensor dos direitos dos seus eleitores, de propugnador do progresso do seu distrito e propulsor da grandeza do nosso Estado.

De lealdade nunca desmentida, de impecável correção em todos os seus actos, como particular e como político, comedido nas palavras e nos actos, de invejável serenidade e notável prudência, S. Excia. de tal forma se tem imposto á consideração dos seus pares, que no ultimo periodo legislativo o elevaram á presidência da camara estadual.

Talvez se alegue contra o prestigioso candidato pelo X.º distrito e dedicado amigo de Jaboticabal, o seu feitio de homem reservado e avesso aos bulícios dos contubernios e as flexuosidades das semi-convições, incapaz de infringir a linha traçada pela consciencia e pela razão, e por isso mesmo, também, incapaz de promessas illusórias de attitúdes dubias e de qualquer sinuosidade.

E por isso comprehendemos perfeitamente porque S. Excia. consciente das suas responsabilidades e conhecedor dos direitos e dos deveres, não se expõe aos afagos da aura popular e geralmente conquistada quando se desce á inconsciencia ou á perversidade de excitar as paixões da população, despertar-lhe ambições descabidas, fomentando odios e acendendo labaredas revolucionarias.

Não! sempre contra as irrequietudes de imprudencia, condemnando intransigentemente todas as affirmações e promessas que se não fundamentam no bom senso e na interesse do caracter, amigo incondicional da ordem que tem sabido defender, do principio da autoridade que deseja paiz sempre superior aos sentimentalismos e ás conveniencias depuradas, S. Excia. é um politico na acceção nobre da palavra, norteado sempre por uma elevação e grandesa de concepções que lhe não permitem expor ao povo apenas os direitos sem logo lhe apresentar os deveres correlativos. Não é um adventicio ganancioso ou um balão occasionista. É um homem de bem.

Nós que o conhecemos de ha muito e temos tido oportunidades de avaliar com a rectidão do seu caracter a lisura do seu proceder, podemos afirmar a todos os eleitores do nosso município, que o sr. dr. Arthur Whitaker tem desde 1916 o seu nome vinculado a todos os empreendimentos de caracter politico e social que tem concorrido para o engrandecimento da Cidade das Rosas e do município em geral.

E' de hontem ainda a sua influencia decisiva no reconhecimento da nossa Faculdade de Pharmacia e Odontologia, na organização do Patronato Agrícola, na resolução governativa para montar um campo de sementes em Jaboticabal, e é de hoje a criação do grupo de Pirangy e a equiparação das nossas Escolas Normaes.

Mas, o CURRICULUM VITAE de S. Excia. não se resume nestas

tres linhas, nem se restringe ao município de Jaboticabal. Elle apresenta um grande numero de iniciativas e de fructos para outros pontos do nosso distrito. Para tudo dizer, transcrevemos aqui o trecho do primoroso discurso do dr. Armando Prado, proferido em 30 de Dezembro passado na camara estadual, quando esta alta collectividade homenageava, num gesto de nobresa, o seu illustre e operoso presidente:

«Attingindo a presidencia, s. exc. não o fez dando um salto, mas obedecendo a uma evolução ascensional, que a todos nos enche da mais viva satisfação.

S. exc. tem sido sempre um

à concessão de favores á Companhia Electro-Metallurgica; ao orçamento, na justificação de uma emenda que concedia um auxilio a um instituto de protecção á infancia desvalida de Ribeirão Preto. Tratou ainda das divisas entre os distritos de paz de Candido Rodrigues e Jurema, em Taquaritinga, e entre os municípios de Ibirá e Rio Preto.

Ainda na mesma época, sobre as occorrencias verificadas em 14 de dezembro de 1922, por occasião das eleições realizadas em Pitangueiras, deu, da tribuna, cabal resposta á atoarda dos jornaes.

Em 1924, justificou os seguintes projectos: n. 1, declarando

nós o fazemos para que elle fique a titulo de exemplo aos que viem a este recinto, prestar seus serviços. Á grandeza do nosso Estado e á prosperidade do nosso paiz.

Constitue esse retrato meus senhores, neste momento, a ultima conta de um rosario de nomes brillantes, que começaram com o de Miranda de Azevedo, de saudosa memoria, e se prolongarão pelo futuro a-deante, á medida que o destino fór traçando a successão das individualidades, dentro do quadro da presidencia da Camara.

Nós, os deputados, em eleição livre e consciente, conferimos a s. exc. o alto posto do chefe da mesa que preside aos

fecundo collaborador dos nossos ANNAES.

Accentuemos alguns dos seus trabalhos.

Atendendo á solicitação das municipalidades de Rio Preto e de Pennapolis, s. exc., em 1916, tratava da construção de uma ponte sobre o rio Tietê, no Salto de Avandandava.

São de sua autoria, nesse anno, o projecto relativo á construção de pontes sobre os grandes rios do Estado, e o que tratava da criação do distrito de paz de Nova Granada. Collaborou na criação do município de Olympia, discutiu as proposições relativas á eleição de prefeito da capital; ás infracções de posturas municipaes; ao serviço de aguas de Santos e S. Vicente.

Em 1917, a sua actividade interveiu na marcha dos projectos que diziam com a assistencia judiciaria, com as vias e serviços de transportes, com a reforma judiciaria.

São de sua lavra os dispositivos referentes á criação dos distritos de paz de Corrego Rico e Pindorama.

Em 1919, prendeu-se a sua attenção á criação do município de Altinópolis, na comarca de Batataes; á do município de Ariranha; á do distrito de paz de Candido Rodrigues, e á do de Borá.

No anno seguinte, proferiu o elogio fúnebre de Brasílio Machado, tomou parte no andamento dos projectos concernentes ao município de Ibirá, á desobstrução do Rio Grande,

extensivos ás escolas de pharmacia e odontologia de Jaboticabal e Araraquara, as vantagens e regalias concedidas a estabelecimentos congeneres do Estado; n. 35, creando o distrito de paz de Villa Novaes, no município e comarca de Jaboticabal.

Occupou-se ainda do projecto n. 92, mandando adoptar, nas escolas de pharmacia e odontologia, reconhecidas oelo Estado, a disposição do dec. federal n. 11.530, de 18 de março de 1915.

Tratou de melhor classificação para as comarcas de Pitangueiras e Igarapava.

Fez uma brillante justificação do projecto n. 8, de sua autoria, sobre a propaganda do nosso café no estrangeiro. (331). Como relator da Comissão de Policia, respondeu aos oradores que trataram do projecto de resolução n. 2 de 1925, que reformou o regimento interno. (382).

Os nossos Annaes, meus senhores, relembram os discursos notaveis que s. exc. produziu, acompanhando os varios projectos, ora de sua ora autoria de collegas.

Esta homenagem, grande e sincera, encontra, pois, sua justificação nos relevantes serviços que acabo de citar. Nasce ella da sympathia, da cordialidade com que s. exc. vem desempenhando as suas elevadas funções nesta casa. (Muito bem; muito bem).

Inaugurando hoje o seu retrato na galeria dos presidentes da Camara dos Deputados,

nosso trabalhos; e o fizemos numa hora de persuasão e de justiça, quando deante das nossas consciencias, fulgurava o facto de cuja luz pudemos reconhecer as excellencias do seu talento, (muito bem) os dotes peregrinos do seu caracter, as virtudes que exornam a sua configuração moral e a série dos serviços importantes que elle tem prestado nos altos postos, através dos quaes tem transcorrido a sua vida politica. (Muito bem).

Inaugurando este retrato, eu, em nome dos srs. deputados, almejo a s. exc., na prosecução de sua vida puelica, todas as prosperidades e as mais inteimeras victorias.

Deante do exposto, que é a expressão genuina da verdade divulgada por quem tinha auctoridade de o fazer, estamos em crer que nenhum amigo de Jaboticabal e da boa e sã politica do nosso Estado poderá regatear aplausos a S. Excia. e, consequentemente, negar-lhe os titulos de credor da nossa estima e gratidão, e por isso mesmo merecedor sem reserva da confiança publica, que o eleito do X.º distrito irá mais uma vez confirmar com o seu voto nas urnas para que o homem de bem e o politico prudente continue a trabalhar, como tem feito, pela grandeza do município, prosperidade do X.º distrito, e o progresso empolgante de S. Paulo.

Sejamos pela verdade !
Sejamos pela justiça !

Figura 232

Apoio do jornal
O Combate, em primeira
página, à candidatura
de Whitaker
Publicação apresenta
seu currículo político

Fonte:
Dr. Arthur... (1928)

Figura 233

O Democrata apresenta seu candidato ao lado de Whitaker

Fonte: As Eleições... (1928)

O jornal *O Democrata* não nega apoio a Whitaker, mas clama a eleição dos candidatos do Partido Democrático¹⁴⁶:

Ao observador regularmente attento a certos phenomenos sociaes passíveis de diffundir uma epoca ou de caracterisar um estado determinado da vida politica de um povo, deve muito interessar o quadro estampado nesta véspera de pleito eleitoral, no grande cenario paulista das lutas e competições políticas. E não nos podemos esquecer que a batalha se vae travar em terreno impregnado de imperialismo verdadeiramente czariano, ou, melhor, de absolutismo perfeitamente moscovita.

De quando em vez, dos grupos officiaes nos Estados abrolhava um gomo de opposicionistas aos dominadores do dia. Quase sempre o que os tornava exilados do Poder não era mais do que o despeito, o interesse contrariado, a rivalidade, a traição, a felonía dos proprios companheiros.

No decorrer de todo o periodo republicano apenas a companhia civilista soube um pouco revestir-se de roupagem scintillante, se bem que houvesse ella nascido de um choque de interesses por assim dizer individuaes [...]

Coube ainda a S. Paulo, em sua faina evangelisadora, cumprido assim, cumprindo por esta forma, o destino superior que lhe foi apposto pelo proprio nome, coube a S. Paulo iniciar e organizar o partido de concentração das forças saneadoras da politica nacional [...]

Para a honra de S. Paulo, para a dignidade e, talvez mesmo, para a propria segurança das administrações publicas, preciso é que se firme o principio constitucional da representação das minorias e que portanto sejam eleitos deputados no próximo dia 24 todos os candidatos do Partido Democratico. São estes os votos dos patriotas independentes (MARENCIO, 1928).

¹⁴⁶ O Partido Democrático foi fundado em fevereiro de 1926, reunindo elementos descontentes com o longo domínio do Partido Republicano Paulista (PRP) nos governos do estado de São Paulo e da República. Seu primeiro presidente foi o conselheiro Antônio Prado, antigo político do Império, agricultor, banqueiro e industrial. Entre seus principais líderes estavam Francisco Morato, Paulo Nogueira Filho e Marrey Júnior, e entre seus membros predominavam fazendeiros e profissionais liberais.

De fato, examinando a lista de deputados da 14ª Legislatura da Assembléia Legislativa de São Paulo — 1928-1930 — pela primeira vez no período republicano se empossou deputados de partido outro que não o PRP. Em total, foram cinco os representantes do Partido Democrático, entre estes o Dr. Zoroastro Gouveia, que assumiram o mandato legislativo ao lado de outros 55 perrepistas (CALIMAN, 1998). No entanto, o número esmagador da vitória dos Republicanos ainda dá margem para publicação aguerrida que deseja marcar sua posição líder no Estado.

O pleito correu disputadissimo, mas com ordem impecavel, libérrio e intensamente fiscalizado. E com a mesma ordem e a mesma liberdade se desenrolara a longa phase da propaganda, apesar de conduzida pelos democraticos por methodos demagógicos irritantes, sensivelmente inferiores ao nível de cultura paulista.

Revolucionarios, demagogos por índole, descontentes de todo gênero, cerraram fileiras em torno da sua chapa. E tudo transcorre dentro das maiores garantias, numa terra em que a policia de carreira, a primorosa instrucção da Força Publica, a alta capacidade technica e moral da magistradura e a admirável correcção do governo resultam em inflexível sustentáculo de todos os direitos (A VICTORIA..., 1928).

A situação política expressa em sua faceta local expõe a década de 1920 como um período de profundas transformações. Dado o rompimento da *política dos governadores* e progressivo desmonte do mundo coronelista, Faoro (2000b, p.305-336) coloca a necessidade de uma estrutura com autoridade sobre a crescente massa urbana e suas reivindicações. Na base dos conflitos estava a política econômica tensionada por pressões dentro e fora da oligarquia engendrada por setores descontentes com as ações de valorização do café e seus efeitos colaterais, inflação, aumento da taxa de câmbio e endividamento externo (SINGER, 2001, p.86-92).

O período da Primeira República, marcado pela alternância de ciclos econômicos essencialmente ligados ao mercado agrário-exportador, acabou por concentrar a renda no setor cafeeiro em detrimento de outros ramos de atividade econômica, beneficiando principalmente os plantadores das novas regiões produtoras. A primeira empreitada de valorização, 1906-1912, obteve sucesso no curto prazo, contudo, não perdurou nos anos da Primeira Grande Guerra (1914-1918), situação agravada pelas grandes safras de 1920 e 1921 (PELÁEZ; SUZIGAN, 1981, p. 148-184). Entre 1918 e 1924, o número de cafeeiros no estado de São Paulo passou de 828 para 949 milhões (PRADO JR., 1980, p.233). Nesse movimento, o município de Jaboticabal parte de 17.980 milhões de pés de café produtores de 900 mil arrobas em 1918 para 22.215 milhões em 1924 que fecharam a produção em 1.110 milhões de arrobas (JABOTICABAL, 1928, p.135-136).

A década de 1920 também demarca o programa permanente de defesa do café, alçado em demanda dos cafeicultores paulistas, devidamente representados pelo PRP, e apresentado publicamente como uma questão de interesse nacional. Trata-se de uma situação artificial que novamente trouxe prosperidade no curto prazo e culminou no desenlace fatal marcado pela quebra da bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929 (PRADO JR., 1980, p.235).

É neste contexto de prosperidade artificial que desejamos inserir a celebração do 1º Centenário de Jaboticabal. Por um lado, a floração de 1927–1928 indicava a proximidade de uma grande safra, situação que matinha presente o fantasma da superprodução. Por outro, a política de preços do Instituto do Café promovia adiantamentos financeiros aos cafeicultores que investiam, ainda mais, no aumento da produção (PELÁEZ; SUZIGAN, 1981, p. 189). Em meio ao ambiente de confiança, a Câmara, em 26 de maio de 1927, adere à comemoração do bicentenário do plantio de café:

Circular da Comissão Central comemorativa do 2o Centenário do café, solicitando à Câmara seja dado a uma das nossas vias públicas o nome de Avenida do Café, em comemoração a tão faustoso acontecimento. Após a leitura desta circular, o sr. vereador Dr. Arthur Whitaker, pediu a palavra pela ordem e obtendo-a, com conceitos reais patenteou a presteza das homenagens ao segundo centenário do plantio do café no Brasil, enalteceu a importância da formosa rubiácea que é ouro, sustentando os créditos do Estado de São Paulo e grandeza do Brasil, e por isso mesmo um grande factor facilitando o desdobramento da civilização no nosso país. Assim, sendo, continuou o Dr. Whitaker, é justo que a Câmara de Jaboticabal se solidarize às homenagens que amanhã serão prestadas a esse acontecimento, plantando também no Jardim da Praça da República um pé de café, e dando a um dos nossos logradouros públicos o nome dessa incomparável rubiácea [...] (JABOTICABAL, 1924-1937, p.71).

E mediante projeto de lei elaborado por Whitaker, a Câmara resolve:

Art. 1. O logradouro público conhecido com Largo da Estação, passa a denominar-se “Praça do Café”.

Art. 2. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (JABOTICABAL, 1924-1937, p.71).

O jornal *O Combate*, no ano de 1927, faz poucas menções à situação do café e concentra suas colunas nos preparativos para o centenário e no processo para a criação do bispado. O progresso e a prosperidade da cidade foram repetidamente ressaltados enquanto discussões econômicas travadas nacionalmente mantinham-se à margem das manchetes locais. Em contrapartida, *O Democrata* (O CAFÉ..., 1927) aborda o assunto pelo viés político denunciando como insuficientes os trabalhos do governo para assegurar tranquilidade para os lavradores. “Parece que os homens estão querendo concertar a sombra da vara torta, sem perceberem ou se lembrarem de olhar para a vara e desentortá-la para que a sombra endireite”.

O principal producto brasileiro, o factor essencial da riqueza do Brasil, anda sempre em crise, sem que os pró-homens da nossa situação lhe possam dar uma solução que equilibre a garantia da sua lavoura.

Os trabalhos todos dos nossos governos dão sempre resultados de efeitos insuficientes para uma solução plausível que assegure uma situação tranquilisadora para os lavradores.

Parece que os homens estão querendo concertar a sombra da vara torta, sem perceberem ou de lembrarem de olhar para a vara e desentortá-la para que a sombra se endireite.

As opiniões superabundam pela imprensa, pelas reuniões etc, mas a solução está sempre para descobrir.

* *

Corria com insistência, em rodas bem informadas que o sr. Julio Prestes, tencionava transformar o Instituto de Café em órgão autonomo, desannexando-o da secretaria da Fazenda.

Afirmava-se também que nessa hypothese, o dr. Mario Tavares continuaria na presidencia do Instituto.

* *

Ouvimos de boa fonte, que a aceitação da offerta de capitães estrangeiros para a defesa do café defendia das condições financeiras do Instituto.

O sr. Julio Prestes teria declarado que o Instituto dispõe de 280.000 contos, mas não sabia em que condições. Se dispuzesse daquella quantia em especie, dispensaria o auxilio de Londres e Nova York.

* *

Nos círculos commerciaes autorizados, não se acredita muito nas predições acerca da actual safra de Café no Brasil, calculada entre vinte e vinte e dois milhões de saccas. Assevera-se, entretanto, essa produção determinará uma crise no mercado do producto, forçando a queda do preço, deste anno. Observadores do commercio, que acompanham a marcha dos negocios, a respeito daquellas supposições, declaram que a persistencia dos preços actuaes depende da habilitação do Instituto de Defesa do Café em transferir para o mercado do anno vindouro, sete ou oito milhões de saccas da safra deste anno. O consumo mundial do café, por anno, é agora de cerca de vinte e um milhões de saccas, das quaes o Brasil fornece oitenta por cento, ou quasi 17 milhões. Calcula-se que o café transferido do anno passado para este anno, somado ao da safra de 1927, completa um «stock» visível de trinta e quatro milhões de saccas, isto é, o «quantum» que o Brasil poderia vender em dois annos.

Figura 234

Situação do café e crítica à política praticada pelo Instituto
Fonte: O Café... (1927)

Figura 235

Título do artigo publicado pelo *O Democrata*.
Fonte: O Café... (1927)

O mesmo artigo mostra a atuação próxima de Júlio Prestes defendendo a disponibilidade financeira do Instituto do Café para prosseguir com a política de valorização. O texto, certamente, embasado em periódicos da capital apresenta uma mensagem profética asseverando que a produção de 1928-1929 determinaria uma crise no mercado do produto, forçando a queda dos preços (O CAFÉ..., 1927).

Prestes foi de fato um agente de incontestável importância numa década (1920-1930) marcada pelo caráter de transição, quando o peso dos agentes urbanos impunha a necessidade de reavaliação na organização e da distribuição do poder (GUIMARÃES; TELES, 1987, p.14). Bacharel pela Escola de Direito do Largo São Francisco é um exemplo de como os postos políticos e culturais alternavam-se de pais detentores de posição estável e administradores de capital de relações sociais acessível apenas às famílias de maior prestígio (MICELI, 2001, p.114). Filho do político Fernando Prestes de Albuquerque, foi também fazendeiro em Itapetininga, sendo, portanto, conhecedor dos interesses dos agricultores da chamada oligarquia paulista. Membro da alta cúpula do PRP manteve contato com intelectuais e literatos como Taunay, Martins Fontes, Olavo Bilac e os modernistas, Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia, Plinio Salgado e Brecheret (GUIMARÃES; TELES, 1987, p.14). Entre as teias que organizam esse capital de relações manteve contato próximo a Whitaker, provavelmente estreitado durante o exercício conjunto das legislaturas estaduais no período de 1916 a 1924.

Temos a medida desta relação pela nota enviada a Prestes durante o período de exílio.

Recebi suas boas festas e, muito grato pela delicada lembrança venho trazer-lhe os votos calorosos que faça para que tenha um ano feliz. Tenho esperança de o abraçar aqui em breve, pois a opinião publica já está constringendo a Constituinte a concluir os seus trabalhos sem muita delonga.

Os jornais publicaram seu protesto dirigido ao consul brasileiro relativo à ordem de regresso dos exilados e posso dizer-lhe que a impressão produzida foi optima. Imagine que até Osvaldo Chateaubriand [diretor do Diário da Noite] o aplaudiu em um dos diários assinados.

O nosso PRP continua em crise, creada pela Acção Nacional. Enlaça-se a função outra com o PD e tal casamento vae importar seu suicidio.

Com um saudoso abraço, envio meus respeitos à sua família e peça dispôr.

A. P. de Aguiar Whitaker (WHITAKER, 1933)¹⁴⁷.

Figura 236

Nota enviada por Whitaker a Júlio Prestes durante o período de exílio
Fonte: Whitaker (1933)

Figura 237

O documento mostra a situação do PRP em contraposição ao oponente PD
Fonte: Whitaker (1933).

Voltando às comemorações do Centenário, estendidas até o mês de agosto para acomodar a data da visita presidencial¹⁴⁸, temos na presença de Júlio Prestes o ápice da festividade, o reconhecimento, de fato, da importância do município na conjuntura do Estado.

¹⁴⁷ Informação pessoal. Documento avulso pesquisado no Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivo Júlio Prestes, Série Correspondências, Exílio.

¹⁴⁸ Presidencial no sentido do exercício do cargo de Presidente do Estado de São Paulo, desempenhado por Júlio Prestes no período de 1927-1929.

Figura 238

Artigo entusiástico sobre a chegada de Júlio Prestes para as solenidades do Centenário
 Fonte: O Exmo... (1928)

Figura 240

Homenagem a Júlio Prestes
 Fonte: O Exmo... (1928)

Figura 239

Jornal pede a participação popular na ornamentação da cidade
 Fonte: Embandeiramento... (1928)

Novamente, a cidade como *locus* e instrumento da ação política recebe o presidente do estado de São Paulo embandeirada. As palavras do *O Combate* dão as cores do contexto:

Jaboticabal recebe hoje o exmo. sr. Presidente Julio Prestes, que vem abrilhantar, de modo excepcional, as festas commemorativas do nosso 1º centenário. É intensa a satisfação do povo, que vae ter a honra de hospedar o illustre estadista cujo governo vem felicitando S. Paulo. O dr. Julio Prestes é uma das figuras mais novas da politica brasileira. Sua carreira é triumphal. Deputado estadual, Deputado federal, presidente de seu Estado, s. excia. vem conquistando os mais altos postos da representação e do governo, com lampejos de intelligencia, de uma intelligencia sadia, feita de concepções modernas do problema governamental, intelligencia pragmática das questões publicas.

Julio Prestes é da nova geração republicana. Entretanto, diga-se para honra e gloria sua, elle recebeu a lustral de sua politica das mãos impollutas de seu venerado Pae, aquella doçura austera e querida de Fernando Prestes, reliquia da democracia brasileira, caracter fulgentíssimo, bondade tecida de plumas [...]

Felizmente, de 10 annos até aqui, vem o Brasil soffrendo a remodelação de sua mentalidade política, pela ingerência de novos espiritos na governação publica, espiritos esses formados à feição de nossas realidades geographicas, ethnicas e sociaes. Uma nova geração republicana, sem desmentir o glorioso passado das gerações fundadoras da Republica, vae amoldando a orientação dos negócios publicos à directriz moderna do pensamento, da nova mentalidade oriunda das transformações radicaes do organismo social e político dos povos (O EXMO..., 1928).

O discurso de Whitaker, proferido na recepção solene da Câmara Municipal, reverbera a importância da historiografia paulista como instrumento de justificação e exaltação das ações políticas e administrativas:

É a primeira vez, desde sua installação em 3 de fevereiro de 1868, ha 60 annos portanto, que esta Camara tem a honra de receber no recinto de suas sessões o magistrago supremo da circumscripção territorial paulista. Por meu intermédio ella agradece a V. Exa. essa deferencia especial e confessa igualmente o seu reconhecimento pela alta cortezia com que V. Exa. e os demais illustres auxiliares do governo aqui presentes accederam ao seu convite para uma visita a este municipio quando aqui se solemniza a passagem do primeiro seculo da fundação da cidade [...]

Sr. Presidente. Foi no começo do seculo passado que a Civilização, ao correr a cortina que velava um trecho da magestosa selva brasileira, descerrou aos olhos do Pogresso este recanto da velha capitania de Martim Affonso. Um caboclo audaz — João Rodrigues de Lima — chegou ao sertão tão remoto, tomou posse da gleba devoluta e della se fez proprietario. Occulto na matta sombria serpeava o ribeiro predestinado. Como si fôra um bosque sagrado do Thibet, pela selva pagã se derramava a columnata branca das jaboticabalenses, ornamentos de um templo mysterioso onde as romarias se faziam pelas calendas festivas em que nos capiteis das galhadas, rorejavam, quaes gottas congeladas de um capitoso vinho escuro, os celebrados fructos luzidios [...]

Em 1816 transmite a João Pinto Ferreira toda a gleba e a este novo Romulo, reservara o Destino a missão de traçar o perímetro do patrimonio que doou a Nossa Senhora do Carmo e de erguer a primeira capellinha a que deu por tecto pobres folhas de palmeiras. O portuguez de origem fizera-se brasileiro por obra de um triplice amor que lhe despertara a terra, a esposa e os filhos brasileiros, vinculandos para sempre ao nosso torrão o seu nome que relembrar uma vida proba e generosa [...] (WHITAKER, 1928a).

Inauguração do Obelisco 5.000 estudantes desfilam perante S. Excia...

A's 3 horas da tarde, já se achavam dispostos pela Rua Juca Quito, avenida Rio Claro, avenida Pintos e por toda a Praça da Republica, todos os estudantes da cidade e do município, e alguns de Monte Alto um total aproximado de 5 000. Junto ao obelisco formou, em guarda de honra, a officialidade do Gymnasio S. Luis.

A's 3 horas, em ponto, o sr. Presidente do Estado, o sr. Presidente da Camara Estadoal, dr. Arthur Whitaker, os srs. secretarios, os srs. deputados presentes, o sr. dr. Brito Bastos, Ministro do Tribunal de Justiça, o sr. dr. Amadeu Mendes, director geral da instrução publica, o sr. Major Novaes, presidente da Camara Municipal, o dr. Prefeito da Cidade, o dr. Juiz de Direito, o dr. Promotor Publico, o sr. Vigario da Parochia, o Revmo. Pe. dr. João Gualberto, Pe. Antonio Moreira, e grande numero de pessoas convidadas, tomaram logar no palanque destinado a S. Exa.

Em seguida o sr. Prefeito acompanhou o sr. Presidente do Estado que inaugurou o obelisco commemorativo da fundação da cidade deixando cair o panno que velava a placa de bronze com os seguintes dizeres:

«Ao seu fundador João Pinto Ferreira — a cidade de Jaboticabal».

Immediatamente subiu á tribuna o orador official, prof Aurelio Arrobas Martins, que discorreu sobre o acto considerando-o como um brado augusto de gratidão, uma homenagem ao trabalho e uma enternecedora lição de cultura civica. Perorando, disse: «Terra privilegiada e bendita que assim pagas a dedicação de um Novaes, a abnegação de um Fontes, a operosidade que pareceu predestinada dum Baptista Ferreira, bisneto do teu fundador, a elevação moral, o alto criterio e a circumspecção de Arthur Whitaker, formosa organização politica em marcha ascensional; a amorosidade de um capitão Fortunato que após 36 annos de vereança ainda se julga na

obrigação de consagrar-te as ultimas pulsações do seu coração, porque o amor só cansa quando descansa; a evangelisação patriota de Innocencio Paula Eduardo, Edgard Pimentel e Gustavo Starck, a integridade judiciaria de um Joaquim Neves! Terra bendita onde os jardins desabotoam em flôres, as creanças extuam de vida, as donzellas explendem formosura, e varões illustres captivam pela bondade e pelo patriotismo; ergue te, sem vaidade, mas com innocente orgulho, e, de ante das tuas irmãs, faz desfilar os cem annos da tua existencia; aponta-lhes a esmeralda das tuas campinas, a tua historia que é um monumento de grandeza, o teu céu que é um toldo de brilhantes; aponta-lhes o teu escudo onde o brazão dos Limas te recorda a Cidade Invicta; o canoão de Porto Feliz, o genio maritimo dos teus varões de antanho; as armas do conde Bastos que fazem reviver o valor, lealdade e mérito; o brazão dos Pintos, cuja operosidade grandiloqua se concretiza nesta hora no teu illustre prefeito; alça bem alto o escudo do Carmelo que symboliza a fé augusta que cimentou os teus alicerces, e exclama então: *perdurat in me paulistarum spiritus*».

Em seguida, fallou o leader da Camara Estadoal, dr. Armando Prado, S. Exa., cujo valor oratorio já é conhecido, produziu uma das suas melhores orações, terminando por exclamar: *ditosa patria que arranca ao desconhecido um vulto ignorado para o arremessar para a immortalidade da historia*.

Terminada esta parte iniciou-se o desfile dos 5.000 estudantes de Jaboticabal. A imponencia deste acto, o aspecto que então apresentava a nossa praça, não é possível descrever-se.

Ver tudo aquillo era sentir a impressão de uma granueza esmagadora! era palpar na sua realidade empolgante o patriotismo sadio nas suas mais puras manifestações. Foram horas de grande civismo que devem ter calado fundo no animo do sr. Presidente do Estado e mais pessoas que o acompanharam nessa memoravel jornada civica.

Figura 241

Narrativa sobre a inauguração do obelisco
Fonte: Inauguração... (1928)

Figura 242

Narrativa sobre a inauguração do obelisco
Fonte: Inauguração... (1928)

A inauguração do obelisco em homenagem ao fundador João Pinto Ferreira marca o clímax desse conjunto que concentra historiografia, espaço e política — elementos da trama que escolhemos para pautar este empreendimento de pesquisa. As honras dessa inauguração naturalmente giram em torno da presença do Presidente do Estado de São Paulo, no entanto, a participação de Joaquim Baptista Ferreira Sobrinho, bisneto de Pinto Ferreira e prefeito municipal torna o evento emblemático. A história fecha-se legando as honras da liderança administrativa ao descendente do desbravador do território da cidade.

Ver tudo aquilo era sentir a impressão de uma grandeza esmagadora! Era palpar na sua realidade empolgante o patriotismo sadio nas suas mais puras manifestações. Foram horas de grande civismo que devem ter calado fundo no animo do sr. Presidente do Estado e mais pessoas que acompanharam nessa memorável jornada cívica (INAUGURAÇÃO..., 1928).

Figura 243
Inauguração do obelisco
Foto:
Gentileza de C. Capalbo.

A conjuntura favorável dos preços do café em 1927-1928 e toda circulação em prol do centenário alçou Jaboticabal a um nível de destaque no Estado. Um instrumento importante nesta empreitada foram as publicações consecutivas do jornal *O Estado de São Paulo*, que atestam a sincronia de articulação entre a ordem de poderes locais e o centro de decisões políticas e administrativas do Estado. Em julho de 1928, as colunas dão destaque considerável ao aniversário da fundação da cidade, consecutivamente, nas publicações dos dias 14, 17, 18, 20, 22, 24, 31. Já no mês de agosto, além da divulgação nos dias 7 e 9, publica um conjunto admirável de rotogravuras do município.

Figura 244
O Estado de São Paulo, 14/07/1928
Fonte: Centenário... (1928i)

Figura 245
O Estado de São Paulo, 17/07/1928
Fonte: Centenário... (1928c)

Figura 246
O Estado de São Paulo,
18/07/1928
Fonte: Centenário... (1928d)

Figura 248
O Estado de São Paulo,
22/07/1928
Fonte:
Centenário... (1928g)

[illegible]

Figura 250
O Estado de São Paulo, 07/08/1928
Fonte: Centenário... (1928h)

Figura 251
O Estado de São Paulo, 31/07/1928
Fonte: Centenário... (1928e)

Figura 252
O Estado de São Paulo, 09/08/1928
Fonte: Centenário... (1928a)¹⁴⁹

Figura 249
O Estado de São Paulo, 24/07/1928
Fonte: Centenário... (1928f)

Figura 253
O Estado de São Paulo, 31/07/1928
Fonte: Centenário... (1928e)

Figura 254
O Estado de São Paulo, 09/08/1928
Fonte: Centenário... (1928a)¹⁴⁹

Figura 253

O Estado de São Paulo, 11/08/1928

Fonte: Centenário... (1928j)

Figura 254

O Estado de São Paulo, 11/08/1928

Fonte: Centenário... (1928j)

A narrativa mítica e ufanista da história paulista engendra-se de tal forma no cotidiano que os próprios atores envolvem-se profundamente com o discurso, acreditando serem herdeiros de um legado de progresso territorial, perpetuadores do desenvolvimento material e, portanto, legítimos aspirantes à liderança política nacional. O próprio Arthur Whitaker envia com deferência especial o texto “Recordações”, de autoria de Francisco Whitaker¹⁵⁰, ao IHGSP em 1947. Publicado em 1948, o deputado ressalta as palavras de modéstia do antepassado e também suas considerações sobre a origem da família e sua credencial de fundadores de cidades.

Não sei o que pretendes fazer desse obscuro trabalho. Publica-lo? Enquanto eu viver te peço que não o faças. Não quero presenciar a sua prova de fogo que, no caso, seria a sua publicação. Se passasse despercebido, eu ficaria triste; se fosse criticado, ficaria irritado; se fosse elogiado, me traria amolações; portanto me parece que o mais acertado seria você dar de presente ao Instituto Histórico aí de São Paulo esse obscuro trabalho que, embora não encerre qualquer parcela de valor literário, como documento histórico não deixa de ter certa importância, pois as informações que nele se encontram são religiosamente verdadeiras. Se tiveres intimidade com algum de seus diretores, isto te será fácil. Em caso contrário, guarda-o em tua gaveta para, mais tarde, quando o Porto Tibiriçá se transformar na grande praça comercial e de guerra em que ele fatalmente se transformará logo que seja regularizado o tráfego para a Argentina pelo rio Paraná, os teus tataranetos se lembrarem de que o fundador desse grande centro foi o filho de um irmão do pai de seu tataravô (WHITAKER, 1939).

No entanto, no contexto de Jaboticabal a estrela era o engenheiro Joaquim Batista Ferreira Sobrinho. Ao final da visita presidencial recebe a nomeação para o cargo de diretor geral das estradas do Estado. Coroamento da política jaboticabalense em estreita coligação com o alto escalão do PRP e perpetuadora das narrativas historiográficas em voga nas primeiras décadas do século XX.

Assim, o desenvolvimento urbano e a constituição dos espaços públicos produtos da ação humana fatalmente atravessada pelas relações de poder adquire características peculiares. Consumada a criação do *locus* urbano carregado de poder simbólico a obra ecoa no imaginário popular realimentando o ciclo de relações em constante processo de construção e reconstrução.

¹⁵⁰ Não sabemos ao certo o grau de parentesco entre Francisco e Arthur Whitaker, mas pelo teor do texto parece-nos que se trata do seu tataravô que imagina deixar um relato familiar da fundação de uma cidade para seu tataraneto apresentar no futuro aos seus tataranetos.

Dr. Joaquim Baptista Ferreira Sobrinho

Sua escolha para Director Geral das Estradas do Estado

Em nosso ultimo numero, quando noticiámos a nomeação do nosso zeloso Prefeito para o alto cargo da administração do estado, dissémos que essa escolha do sr. Presidente do Estado, se conferia uma grande distincção ao illustre filho desta terra, representava tambem uma alta deferencia para a politica de Jaboticabal.

De facto, se o sr. Presidente do Estado fundamentou a sua escolha nas qualidades de trabalho, de caracter, de rija honestidade em que timbra o dr. Joaquim Baptista, e ainda, nos grandes emprehendimentos por elle iniciados, e, em grande parte já executados neste municipio, é de logica concluir-se que bem avisados andaram aquelles que, em boa hora, lhe confiaram o poder executivo do Municipio, e que, por isso mesmo, a distincção de que ora desfructa attinge tambem, e dum modo especial, os dirigentes do Municipio, que provaram em tudo isso acertado criterio governativo e alevantada orientação administrativa.

E com isso recebe a direcção politica de Jaboticabal dos altos poderes do Estado um applauso publico a sua orientação, um premio significativo aos seus esforços, e um estimulo obrigante á continuação no caminho que até agora tem trilhado.

Se até esta data Jaboticabal

era olhada com satisfação e sympathia por quantos de perto a conhecem na sua vida publica e administrativa, tem que ser ainda, e com mais razão, admitida e imitada porque, de um articulista do «Correio Paulistano», é o paradigma de cultura e de progresso.

Hoje é o sr. dr. Joaquim Baptista, seu querido filho e companheiro leal dos que nesta terra representam o Partido Republicano Paulista, que vae levar o nome da Cidade das Rosas a um alto cargo administrativo.

Amanhã será um outro seu illustre representante e dedicado amigo que, a muitos titulos de benemerencia, irá juntar uma outra representação que virá trazer á politica local mais um fulgor de incontestavel prestigio e de segura influencia na vida publica do Estado.

Rejubilamo-nos com todas essas demonstrações de apreço que vão recebendo os nossos homens publicos, já porque significam a affirmação de cultura e sadia patriotismo que se desenvolvem em Jaboticabal, já porque denotam o triumpho dessa nova mentalidade que afoutamente vae se formando nas altas esferas governativas.

Oxalá esta acertada orientação não tenha solução de continuidade nos seus jovaveis intuitos.

Figura 255

Notícia sobre cargo de confiança concedido ao Dr. Joaquim Ferreira Batista Sobrinho
Fonte: Dr. Joaquim... (1928)

As obras tão freqüentemente citadas da Praça República foram apenas suficientes para o evento de inauguração do obelisco durante a visita de Júlio Prestes. A solenidade oficial ocorreria um ano mais tarde, durante as festividades de 7 de setembro de 1929, num contexto econômico ainda otimista. “A Prefeitura reitera hoje o seu convite a toda a população de Jaboticabal para que vá receber oficialmente a elegante, espaçosa e fulgurante Praça da República, emprestando o brilhantismo da sua numerosa concorrência” (A GLORIOSA..., 1929).

Figura 256

Inauguração oficial da Praça da República em consonância com as festividades da Independência
Fonte: A Gloriosa... (1929)

Trata-se de um empreendimento que tivera início em 15 de janeiro de 1927, quando a comissão de contas aprovou o projeto apresentado pela Casa Dierberger.

Ofício “da C. de Justiça e Contas aprovando a planta apresentada pela Casa Dierberger, de São Paulo, para a construção do Jardim da Praça da República e autorizando o sr. Dr. Prefeito Municipal a contractar o serviço depois do necessario entendimento — aprovado” (JABOTICABAL, 1924-1937, p. 65).

Como vemos pela publicação de 13 de janeiro de 1927, antes mesmo da aprovação da Câmara a notícia já circulava no jornal *O Combate*:

Vimos no gabinete do sr. dr. Prefeito Municipal duas lindas plantas do Jardim da Praça da República que vieram ha dias da Capital, fornecidas por casas especialistas dalli, para estudo, apreciação e escolha da Prefeitura.

São trabalhos lindos do ajardinamento da grande Praça da Matriz, compreendendo duas partes: acima e abaixo da Rua S. Sebastião, e conservando na parte inferior, em pontos diferentes, o arvoredo que alli existe.

Em qualquer das plantas, o prolongamento da rua referida, atravessando a Praça, será calçado à portugueza não se permitindo a passagem de vehiculos a tolher o movimento dos passeantes do logradouro esplendido.

A parte superior será convertida em um Jardim moderno de roseiraeas, pequenos arbustos e plantas de ornamentação, tudo disposto de modo a produzir efeitos lindos.

Naquelle angulo recto fronteiro ao Hotel Municipal, construir-se-à uma rotunda calçada para ponto de estacionamento de automoveis.

No prolongamento da Avenida da Estação pelo interior da Praça, se abrigará uma clareira no bosque com canteiros de roseiras admiravelmente dispostos e geometricamente traçados em diversas figuras.

O coreto se localizará na parte inferior, junto da Rua que corta pelo centro o logradouro.

O sr. dr. Prefeito disse-nos que o serviço de ajardinamento e construção começaria logo, tornando-se em breve realidade o novo Jardim Publico da grande praça (O JARDIM..., 1927).

A casa especialista mencionada no artigo e nomeada na aprovação da Câmara era o escritório do famoso paisagista Reynaldo Dierberger. Nos anos de 1920-1940, o nome Dierberger em si já era motivo de destaque no ramo da horticultura, filho do imigrante alemão João Dierberger, criou uma tradição familiar na organização de jardins público e particulares¹⁵¹. Sua atividade profissional aliava ciência botânica, preceitos higienistas e estética pinturesca.

Figura 257
Artigo de Dierberger publicado na revista *Ilustração Brasileira*
Fonte: Dierberger (1929)

¹⁵¹ Para mais informações sobre a história da família Dierberger consultar <http://www.dierberger.com.br/cronica> e também <http://www.fazendacitra.com.br/dierberger/content/view/19/30/>.

A arte de fazer um jardim obedece aos mesmos princípios de harmonia applicados por quem pinta uma tela, compõe uma poesia, ou constrõe uma casa. Como em todas as obras de arte, distingue-se ali o acabamento para cuja atenção se unem a longa experiencia e o gosto aos recursos do material e plantas [...]

O architecto-jardineiro, quando perfeito senhor de sua arte, não deve limitar-se aos seus conhecimentos de esthetica. Deve, ao mesmo tempo, ser profundo conhecedor do material botânico: profissional em horticultura e tecnico na construção de passeios, caminhos, e obras de arte do jardim. Só então, preenchendo esses requisitos, é elle capaz de idear a executar o jardim moderno de longa durabilidade e de belleza sempre maior, quando se completa o desenvolvimento das plantas. A parte technica, principalmente, deve merecer os seus maiores cuidados. O terreno perfeitamente preparado, profundamente cavocado e fortemente adubado constitue a base vital da longa duração de um jardim (DIERBERGER, 1929).

O projeto que o jornalista de Jaboticabal elogia foi publicado posteriormente pela Dierberger e Cia. no livro *Arte e Jardim*.

Figura 258

“Praça da República da cidade de Jaboticabal.
Cidade das mais adeantadas do Interior do Estado, Jaboticabal obteve em 1927,
um jardim público bem na altura de seu progresso”

Fonte: Dierberger & Cia (1928)

Autor do plano paisagístico do Parque do Ibirapuera¹⁵² e do Museu Paulista, Reynaldo Dierberger foi defensor da diversidade botânica e dedicou-se também à aclimação de espécies importadas.

Os horticultores cada um em sua especialidade produziram nestes ultimos annos verdadeiros milagres de hybridações das nossas antigas plantas [...]

Lógico é que, só nos estabelecimentos de primeira ordem, estas collecções podem ser encontradas, pois, sómente estes fazem os grandes sacrificios de constantes importações e experiencias de aclimação. Escolhendo destas grandes variedades os especimens que, para determinado fim, melhor se prestram e que, annos após a sua plantação, ainda conservam o bom effeito do conjunto, é um dos requisitos a que o paizagista deve mais attender (DIERBERGER, 1929).

Buscando o reflexo do pensamento de Dierberger em sua atuação, e especialmente no projeto elaborado para Jaboticabal, encontramos a investigação de Estellita e Demattê (2006). A pesquisa, que teve o objetivo de situar o valor paisagístico de árvores e palmeiras localizadas em áreas públicas do centro da cidade, localizou 81 espécimes merecedores de avaliação para eventual classificação como indivíduos imunes ao corte¹⁵³.

Esse quadro de diversidade faz parte do contexto dos anos de 1920 e traslada-se a partir dos modelos da capital paulista. Segundo Sevckenko (1992, p.111) “essa paixão pelas plantas e árvores e flores era generalizada e notória em São Paulo, marcando a cena urbana de forma peculiar”.

Figura 259

Artigo do jornal *O Combate* mostra a forma como o modelos paulistanos repercutem na cidade
Fonte: A Matriz... (1926)

¹⁵² Consultar Oliveira (2003).

¹⁵³ Ver Anexo A para acessar parte do levantamento referente à antiga Praça da República, atualmente Praça Joaquim Ferreira Sobrinho.

Figura 260
Praça após remodelação empreendida
pelo escritório Dierberger, 1929
Foto: Gentileza de C. Capalbo

Figura 261
Passeio central, 1948
Foto: Gentileza de C. Capalbo

Figura 262
Lateral inferior, esquina com o Hotel
Municipal, 1937
Foto: Gentileza de C. Capalbo

Figura 263
Vista da parte superior da Praça
Foto: Capalbo (2007)

Figura 264
Lateral do coreto.
Festa do Centenário, 1928
Foto: Gentileza de C. Capalbo

Figura 265
Vista parcial da Matriz, 1931
Foto: Gentileza de C. Capalbo

O Jardim da Luz é citado no artigo “A Matriz Velha e o jardim” (1926) como possível modelo a ser seguido. De fato, Sevckenko (1992, p.111) expõe que esse jardim, assim como o da República, exibia tal variedade de plantas intimamente entremeadas e harmoniosamente combinadas que mereceram a criação de documento especial, o *Guia botânico do Jardim da Luz e da Praça da República*, elaborado pelo prof. Usteri e patrocinado pelo prefeito Washington Luis.

Em consonância com o contexto, a publicação d’ *O Combate*, de 28 de agosto de 1927, informa que “começou alli, ha dias, plantação de relva e mudas de rosciras, arvores e plantas de ornamento, esboçando-se perfeitamente, à vista do publico o trabalho excellente da firma contractante” (O JARDIM..., 1927).

O calçamento das ruas e caminhos interiores será atacado logo que for dada por finda a plantação [...]

As mudas, plantas e sementes tem-n’as o technico recebido todos os dias da grande casa empreiteira que representa.

Pela sua promessa, o nosso jardim vai ficar o mais bello e o mais vasto da zona toda (O JARDIM..., 1927).

Figura 267
Notícia sobre a breve inauguração da elegante Praça da República veiculada pelo *O Combate* em 13/06/1929
Fonte: O Bello... (1929)

Figura 266
Artigo do jornal *O Combate* atesta a atuação da empreiteira da capital no fornecimento de mudas e sementes. Juntamente com as plantas ornamentais o perito em jardinagem informa a colocação de 2 jaboticabeiras e 1 cafeeiro
Fonte: O Jardim... (1928)

Paralelamente à montagem do jardim, *O Combate* veicula o andamento das negociações para a instalação da Diocese de Jaboticabal. O assentamento da sede eclesiástica é visto como elemento agregador de progresso que aproxima a cidade dos conceitos de civilização propagados pelos jornais.

“Almejada como é pelos habitantes desta terra a criação de um Bispado, que tanto vem contribuir para o enaltecimento dos fóros de civilização e o progresso de nossa cidade” (PELO..., 1927).

Pelo futuro Bispado de Jaboticabal

Imponente kermesse promovida pela Direc-
ria e corpo docente do Collegio Santo
André.

Conforme nota publicada no passado número desta folha, deverá realizar-se nos dias 29 e 30 deste mez. uma imponente kermesse promovida pelo Collegio Santo André e cujos resultados reterão em favor da criação do Bispado em labotibação.

Almeida como é pelos habitantes desta terra a criação de um Bispado, que tanto vem contribuir para o enaltecimento dos fôros de civilização e progresso de nossa cidade, não faltará, certamente, a mais franca concorrencia aos festejos, por parte desta população, que tantas e tantas vezes tem dado sobejas provas de seu altruismo, sempre que se trate de qualquer festa em prol do progresso local E tanto mais nesta, que já tem o seu exi-

to assegurado pelos empenhos que estão sendo empregados em favor dela pela diretoria, corpo docente, educandas e ex-alumnas do conceituado Colégio Santo André, esse venerabilíssimo Instituto de Instrução e Fé, e a sociedade de labo- ral se bonta de possuir.

tora da kermesse para a obra que vae realizar.

Com o valioso incentivo dessa proteção tão honrosa a Comissão sente-se cada vez mais animada e melhores empenhos dá aos preparativos da festa, elevando-se a seleção do número das barracas da kermesse, que serão assim distribuídas:

No interior do edifício serão armadas:

1ª) A tenda das bellas artes, ricamente provida de todos os trabalhos mais finos, como sejam. — quadros a oleo, couro laçado, relevos, bordados,

2.ª) No *hall*, exposição dos premios da tombola: biombo, pasta de couro lavrado, finissima coberta de piano, *cache-pot*, vaso em relevo, tres ricas almofadas, quadro a oleo, boneca com enxoval, sala de boneca;

3.ª) O bazar «Delícia das crianças»;

4.ª) Um bar "Selecto" no salão nobre.

NO PARQUE:

5.a) Perto da Gruta de Lourdes, a tenda dos objectos de piedade: imagens, quadros, terços, etc;

7.ª) Surpresas para a

petizada.

Como se vê, a organização é esmerada e os festejos promettem todo brilhantismo.

Pro-Patrimônio da Diocese de Jaboicabal

Constitue-se a Directoria da Commissão. -- As
primeiras listas. -- Esplendido, grandioso
exito. -- Prevê-se para breve o en-
cerramento das listas.

No dia 22 esteve reunida a Comissão do Patrimônio da Diocese de Jaboatão. Foi eleita a Diretoria definitiva que ficou constituída assim: Presidente: rmo. padre Antonio Ramalho; secretário: sr. Paulino O. Braga; thezoureiro: sr. José Baptista Ferreira.

Depois de assentadas as bases para a aquisição do Patrimônio com que se irá dotar a futura Diocese, a Diretoria da Comissão e mais os seguintes membros desta, sr. dr. Joaquim Antonio O. Neves, cav. Carlos Tonanni, maior João Baptista Novas, Antonio de Paula Eduardo e dr. Joaquim B. Ferreira Sobrinho, sairãrã a percorrer as ruas da cidade, em procura de amigos que subscreverem a lista de doativos.

Não nos deixou admirados a generosidade in-
controvertida da nossa sociedade, que, em cerca de
tres horas, concorreu com a somma abaixo men-
cionada para o Património da Diocese.

É a primeira lista que se constitue e essa magnifica, esplendida maravilhosamente promissora de outras listas tambem oheias, opulentas, confirmadoras dos bellos gestos, espontaneos e cordiaes, do nosso povo, cujo renome de boa-vontade para com todas as cousas excelsas avançou longe e repercute em toda a parte

E' simplesmente estupendo o primeiro aceno da sociedade desta terra, lançando nomes que, para logo, encheram a primeira lista de donativos pró-Diocese.

Todos, aliás, amantes da nossa civilização, contribuidores do nosso progresso, benfeitores da nossa cultura, constructores das nossas bellezas, sabem em tender o quanto mais de beneficios acarreta, em todos os sentidos, para nossa cidade e para nossa zona, a criação do Bispado de Jaboicabal.

Por isso, todos, na competição de quem melhor sabe amar a esta terra, contribuirão para a constituição do Patrimônio Diocesano.

Temos plena certeza de que em breve se atingirá a somma precisa para definitiva ereação e proxima instalação do Bispado

O primeiro gesto ficou, como padrão firme e inapagável, da bondade sem par do coração desta sociedade, alvoroçada sempre pela iniciativa do Bem, projectando-se em centenas de empresas de toda ordem.

Fica aos demais seguir o exemplo magnanimo desses outros tantos corações bem nascidos e inteligências bem orientadas, que quizeram abrir o rol de donativos, com a sua assignatura prestigiosa

Jaboticabal vai logo encerrar as listas com devotamento e presteza. Esperamelo, confiados na tradição inquebrantada de fidalguia, de pureza de sentimentos e de amor dedicadíssimo à cultura do Bem, tradição que constitui glória para esta cidade.

Vamos enunciar os nomes dos primeiros generosos contribuintes do Patrimonio Diocesano, nelle incluindo o do Collegio Santo André, que, num surto esplendido de amor ás causas de Deus, angariou em kermesse, importante quantia que doou á Diocese.

Figura 268

Convocação da população para eventos realizados em prol da criação do Bispado
Fonte: Pelo Futuro... (1927)

Figura 269

Articulação política e financeira para
criação da Diocese de Jaboatão
Fonte: Pro-patrimônio... (1927)

A Diocèse de Jajotleabab

Decididos a empregar todos os empenhos e esforços para conseguir a criação da Diocese de Jaboticabal e a instalação do Bispado no tempo justo da grande festa comemorativa do primeiro século da fundação da Cidade, os mais influentes membros da Comissão do Patrimônio devem seguir amanhã, para São Carlos, a fim de se entenderem ali com o sr. **evm**, o sr. Bispo, sobre todos os assumptos referentes à pretendida realisação

Um grupo das illustres comissionados compôr se-à d.ª sra. dra. Joaquim Antonio de Oliveira Neves, Joaquim Baptista Ferreira Sobrinho, Antonio Martins Fontes, Vicente Checchia e Adgelo Sangrardi e dos srs. Major Joao Baptista Naves, Paulino de Mello, prof. Aurelio Arrobas Martins e do Vigario da Parochia, Padre Antonio Ramalho.

É simplesmente estupendo o primeiro aceno da sociedade desta terra, lançando nomes que, para logo, encheram a primeira lista de donativos pró-Diocese.

Todos, aliás, amantes da nossa civilização, contribuidores do nosso progresso, benfeitores da nossa cultura, constructores das nossas bellezas, sabem entender o quanto mais de beneficios acarreta, em todos os sentidos, para nossa cidade e para nossa zona, a criação do Bispado de Jaboticabal (PRO-PATRIMONIO..., 1927).

Figura 270

Comissão encarregada das negociações para criação do Bispado
Fonte: A Diocese... (1927)

Pre-Bispado de Jaboticabal	
<p>A comissão organizada para constituir o patrimônio do nosso futuro Bispado não tem desistido de seus trabalhos, que têm dado bons resultados.</p> <p>Sabemos que a referida comissão está em negociação para a compra de um prédio, que servirá de sede provisória, e que, já pediu as necessárias instruções a S. Ex. Rvma. e. a. Arcebispo Bispo de São Carlos.</p> <p>Como era de esperar a população do nosso município tem sabido compreender a importância e o alcance desta obra e por isso tem acompanhado com interesse os trabalhos da comissão.</p> <p>Assim continuamos todos para que a entrada do nosso primeiro Antistite, se possa effectuar por todo o anno do primeiro centenario da cidade.</p> <p>São os seguintes os donativos angariados:</p>	
José Baptista Naves	5000\$000
D. Evangelina Naves	5000\$000
José Baptista Ferreira	5000\$000
Carlos Tommasi	1000\$000
D. Carlos Tommasi	1000\$000
Dr. Joaquim A. S. O. Naves	1000\$000
D. Ernestina Cabral S. Naves	1000\$000
D. Anna P. Cabral	1000\$000
Joaquim B. F. Sobrinho	2000\$000
D. Marliu B. Ferreira	2000\$000
Pe. Antonio Ramalho	1000\$000
Aurelio A. Martins	1000\$000
Esther Arrabbes M. B. de Mello	1000\$000
Paulino da Silveira Mello	1000\$000
Gymnasio M. S. Lela	1000\$000
Collegio Santo André	1000\$000
Manoel Marques Mello	1000\$000
José Ferreira Fontes	1000\$000
D. Hermantina F. Fontes	500\$000
José Ferreira Fontes	500\$000
Antonio P. Eduardo e Sra.	2000\$000
Felipe Attala	500\$000
Serafim G. Collette	2000\$000
P. P. Julio Soares e Angelo Soares	2000\$000
Vivian Batistal e filhos	1000\$000
Gilberto Moura	500\$000
Domingos P. Nogueira	500\$000
Pilemeno Bottino	500\$000
D. Maria Bottino	500\$000
José S. da Cunha e Sra.	300\$000
Dr. Arnaldo P. de Azevedo	500\$000
Agencia do Banco Commercial do Estado do São Paulo	1000\$000
Arthur Orsi e Sra.	500\$000
José T. da Oliveira	500\$000
Tasodero J. R. Costa	500\$000
Francisco Zaccaro	500\$000
Dr. Antonio Martins Fontes	500\$000
Fidelis A. Martins	500\$000
João I. da Silva	500\$000
Anna Candida de Jesus	500\$000
Antonio da Silva	500\$000
Antonio M. Ferreira	500\$000
Joaquim Lima Pires	500\$000
D. Brantia Lima Pires	500\$000
Nazario Kohenan	500\$000
Contribuição da Fábrica da Paróquia de Viradouro	1000\$000
Dr. Agenor Ferreira Guarita	500\$000
613005000	

Figura 271

Uma dentre as inúmeras listas de subscrições Pró-Bispado
Fonte: Pro-Bispado... (1927)

A instalação do Bispado de Jaboticabal e a festa de Nossa Senhora do Carmo

Proseguem com animações as festividades da padroeira da cidade, cujo encerramento no dia 16 terá o brilho da instalação da diocese, estando preparadas significativas homenagens a D. José

Desde o dia 7 do corrente vem realizando-se na cidade a festa de Nossa Senhora do Carmo, ex-tensa padroeira da paróquia. Conforme noticiamos, tiveram lugar com grande animação, no dia 7, as festividades da abertura, com alvorada e outras cerimônias religiosas. A noite iniciou-se a novena da Virgem do Carmo, pregando o Revmo. Padre Oscar Chagas, e em seguida começou a funcionar o leilão e kermesse para angariar os donativos com que se custeará as despesas da festa, cujo saldo será reservado como fundos para a pintura que dentro em breve se procederá na Cathedral com a arte e riqueza que requer um templo dessa categoria, a que passa a ser a antiga matriz de Jaboticabal.

Todos os dias da semana realizaram-se as mesmas cerimônias, bem como funcionou em frente à cathedral, os mesmos campeonatos profanos, com grande concorrência de povo.

Terça-feira, dia de Nossa Senhora, proceder-se-á ao encerramento, sendo também nesse dia instalada a diocese de Jaboticabal pelo Exmo. e Revmo. sr. Arcebispo-Bispo de São Carlos, D. José Marcondes Homem de Mello, cujas cerimônias pela sua significação e pompa, concorrerão para incomparável brilho da festa.

Sabemos que se preparam com verdadeiro fervor e entusiasmo, significativas homenagens a D. José, a cujo zelo e dedicação pela criação do bispado, se deve mais esse título que se vem juntar à cidade de Jaboticabal. Depois do acto da instalação será promovida uma justa manifestação popular ao zeloso antistite, fallando um orador em nome do povo. E' de esperar-se que os habitantes de Jaboticabal accorram em massa a essa homenagem, por ser ella não só um gesto de gratidão, como também da mais estrita justiça.

A contribuição relevante do povo às festas que se realizarão dia 16, é da mais elevada significação e pela qual chamará a si não só as bênçãos do Céu, como ainda os mais encomiosos louvores pelos conceitos que muito condignamente encerram actos de tamanha magnitude, sem esquecer o culto cívico que accorda em todos os dignos jaboticabalenses e quantos têm contribuido para o bom nome e progresso da cidade, o dia da sua gloriosa fundação.

Caro e enternecedor será, pois, registrar nos annaes da nossa tradição, tão cheia já de honras e louvores, mais este capítulo que receberá a consagração do nosso alto espirito de civismo e religiosidade.

Diocese de Jaboticabal

Programma da instalação

Amanhã, às 15 horas, chegará a esta cidade S. Exa. Rvma. o Sr. D. José Marcondes Homem de Mello para instalar oficialmente o Bispado.

Uma comissão irá, de automovel, esperar S. Exa. em Corrego Rico.

No dia 16, às 7 h/2, na Cathedral, S. Exa. Rvma. celebrará missa.

Às 14 h/2 horas será inaugurada a placa que dá á antiga praça S. Benedicto o nome benemerito de D. José Marcondes. — S. Exa. Rvma. assistirá acompanhado de todas as autoridades locais.

Às 16 horas haverá imponente procissão de N. Senhora do Carmo.

Acto da instalação

Às 18 horas, dará entrada solemne na Cathedral o Exmo. Sr. D. José Marcondes Homem de Mello, para instalar oficialmente o Bispado, com o seguinte programma:

1. «Ecce Sacerdos», pelo côro e orchestra
2. Leitura da Bulla Pontificia
3. Hymno do Papa
4. «O Salutaris Hostia», pelo côro e orchestra
5. «Te-Deum» pelo côro e orchestra
6. Sermão Congratulatorio pelo Rvmo. Pe. Oscar Chagas
7. Bênção do Santissimo
8. Hymno de Jaboticabal.

As autoridades locais, a Comissão Pró-Bispado, as associações religiosas da Cathedral são convidadas para assistir este acto solemnisimo.

Figura 272

Instalação do Bispado
Fonte: A Instalação... (1929)

Para além da notoriedade advinda das festividades do ano de 1928, a finalização das obras da Matriz (1926), a inauguração da Praça da República (1929) e a constituição da Diocese (1929) emprestam à cidade novos ares, roupa nova para a *urbes* que adentra a “civilização”. O ano de 1929 é, neste sentido, marcadamente emblemático à medida que fecha os empreendimentos iniciados na empreitada do Centenário e assinala um período de crise a partir da quebra da Bolsa de Nova Iorque.

O jornal *O Combate*, em 30 de novembro de 1929, aponta a gravidade da situação, no entanto, centra-se na necessidade de buscar soluções:

Seria inútil do ponto de vista pratico fallar das causas da crise, pois, o que interessa é a solução do problema e, por conseguinte, só as suggestões deveriam constituir a preocupação de todos. Já vimos repetida sobre este assumpto a phrase de Napoleão de que perdida a batalha qualquer soldado sabe explicar as causas. Achamos precisa a citação; e tanto mais quanto generaes das hostes adversas ao Governo não querem enxergar simplesmente porque isso não está de accordo com a sua campanha derrotista [...] O acontecimento da utima semana é daquelles cuja clarez não exige estudos aprofundados nem acervos de raciocinio. Está na conhecida e simples reportagem telegraphica do exterior. São os telegramas de New-York annunciando sem reservas, o “crack” do mercado de titulos e a baixa dos mercados na Allemanha, na Polonia, na Hungria e tantos outros paizes, que nos demonstram desde logo a causa da crise do café. Mas não é isto que querem ver os elementos da rebeldia politica. Para estes a aqestão todea gira em torno da acção protectora do Instituto do Café, cuja retenção de stocks é a sua argumentação estafante e improcedente para provar a origem da crise [...]

Entretanto, se neste fluxo do mar, ainda há muta gente que não tenha conseguido tomar pé, não tem faltado quem serena e conscienciosamente delle tenha emergido. A attitude do presidente da Republica que foi um ferro em brasa na vontade dos fatuos, a calma do presidente do Estado confiante nas forças da lavoura, o movimento patrotico dos lavradores e personalidades eminentes em conferencias, assembléas e ajustes para conjurar o mal imprevisível que não veio de nós, o interesse do Governo em cimentar o seu já elevado prestigio e o intersse das classes conservadores em defender-se economicamente, toda esta conjuncção patriotica e entusiastica de esforços e interesses ahi está para garantir-nos uma solução. É assim que se falla em grandes remedios todos praticáveis e efficazes [...] Tudo é possivel realizar em nosso paiz, tudo é possivel conseguir: e esta crise será vencida como tantas outras, sem os recursos precários da moratória e das emissões, e com a facilidade e garantia de que o producto está ainda em nossas mãos. Só em nosso Estado deve existir vinte milhões de saccas mais ou menos, e agora que entendermos necessario poderemos soltá-las estudada e methodicamente de modo que não seja prejudicial e ao mesmo tempo impossivel de permittir uma concorrência. E com isso não ha porque desanimar, não há porque dar importancia ao noticiário subversivo, mentiroso e alarmante de uma determinada imprensa, não ha porque dar ouvidos nos pregoeiros da esquina que enxergar o paiz dentro de um abusmo em cujas bordas a sua mentalidade doentia o collocava ainda ha pouco. A crise actual, não é só de café; mas também crise de nervos, crise de sadismo, crise de senso, crise de patriotismo. Para aquella os remedios vão sendo apontados e discutidos: para estas o remédio nem soffre discussão (CRISE..., 1929).

Na conjuntura local, a voz alarmista foi assumida pelo periódico oponente, *O Democrata*, que em dezembro denunciava a situação dos lavradores e, ao mesmo tempo, atacava a posição de Júlio Prestes e suas aspirações eleitorais. Para este grupo, sua eleição, ou melhor, a continuidade da política de valorização do café era “indesejável”.

Figura 273

Nota publicada pelo *O Democrata*, sobre a falta de caixa dos lavradores e a insatisfação com os governos do Estado e da União

Fonte: *Os Lavradores...* (1929)

“Todo o plano do governo da República, estreitamente dependente de São Paulo, ruiu pelo ponto mais fraco: o café” (FAORO, 2000b, p.342). A falência da política de Washington Luís tem na crise de 1929 o ponto alto da insatisfação das camadas médias e de outros Estados que desejam sair da condição de economias satélites (FAORO, 2000b).

São várias as macroconsequências, o fim da política de valorização do café, a queda das exportações, a desvalorização da moeda, a constituição da Aliança Liberal e, finalmente, o golpe de 1930. No ambiente da cidade de Jaboticabal isso significou dificuldades financeiras, o acirramento das disputas locais e a entrega da Câmara para os membros da Aliança Liberal em 28 de outubro de 1930.

Primeiramente, os vereadores e o prefeito em exercício apresentam a delicada situação financeira da Câmara.

Figura 274
Artigo d' *O Democrata* em oposição
à política de Júlio Prestes
Fonte: Marenco (1929)

Em tendo de ser a Camara entregue ao Governo Revolucionário, havia convocado a presente reunião para apresentar seus dignos companheiros na gestão politica do municipio a longos annos, os seus mais sinceros agradecimentos pelas deferencias e provas de confiança e solidariedade de que lhe cumularam sempre, estendendo estes agradecimentos a todos os funcionários municipais e aos municipes com os melhores votos de felicidades por todos. Ao mesmo tempo aproveita-se essa reunião para deixar bem clara a situação actual da Câmara e que é a seguinte: a Divida ativa monta calculadamente a importância de 550:000\$000 estando a Câmara a dever 2:377:229\$300 letras a pagar do calçamento — valor em circulação 425:461\$300 letras a pagar idem, digo valor em circulação 1:084:968\$000 15 letras de empréstimo de 1912 [segue detalhando valores]

Pela exposição que acaba de ser feita, vêm os senhores vereadores a exacta situação da Camara de Jaboticabal vinha admirando o seu progresso, o seu embelezamento, os melhoramentos que lhe eram imprescindíveis foram postos em execução. O Jardim da Praça da República, o calçamento — o apoio à Instrução Pública — conservação e reparação de estradas e não foram pouco dispendiosos estes serviços — só tendo porem a cidade a lucrar. Colhida porem, pela crise que assoberbou o paiz inteiro, acercada de compromissos que tenham a sua nascente em exercício anteriores, quando luctava pela realização de um emprestimo para o seu equilibrio, viu a Câmara a sua arrecadação estacionada, os

contribuintes punidos pela situação que estancou a vida de trabalho agitado e productivo de outros tempos, não podiam pagar os seus impostos e assim a Municipalidade tem interrompida sua primitiva segurança com arrecadações que chegavam a ironia da insignificantes quantias — insuficientes até para despesas urgentes. Eis um resumo o que cumpre assegurar-vos, no momento em que, ao despedir-me de vós, formulo os melhores votos para vossa felicidade, pelo bem estar do povo e constante progresso de Jaboticabal (JABOTICABAL, 1924-1937, p.158-159).

Para em seguida lavrarem o termo de entrega ao Governo Revolucionário.

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta nesta cidade de Jaboticabal, ai presentes os vereadores abaixo assignados e os membros da Aliança Liberal — Dr. Elias Rocha Barros, Dr. Juventino Lins Themudo e Pharmaceutico Américo de Castro, procedeu-se ao encerramento da escrituração nos livros “Caixa e Diario”, desta Camara, em seu proprio edificio onde é lavrado este termo, sendo dito pelos vereadores presentes que, em virtude da situação de facto criada no paíz pelo actual movimento revolucionário, e por força de telegrama dirigido à Municipalidade pelo Dr. Getúlio Vargas — representado pelo General Miguel Costa, resolveram entregar a Camara Municipal de Jaboticabal à Comissão da Aliança Liberal, acima nomeada delegando aos vereadores Cap. Fortunato Antonio da Silva e Odilon Ortiz poderes para, juntamente com a mesma Comissão da Aliança Liberal procederem à conferencia do arquivo da Camara, bem como de vales que figuram como saldo de caixa, depois de cuja conferencia será lavrado um termo em duplicata, para que tudo então seja entregue à mesma Comissão da Aliança Liberal. Convidados para assistir ao presente ato de entrega estiveram presentes, Dr. Basileu Soares Muniz, meretissimo Juiz de Direito da Comarca, Dr. Manoel de Oliveira Andrade Filho, Juiz Substituto deste districto judiciário e Dr. Raul da Costa Bastos Promotor Público da Câmara e Dr. Pedro Dória — Delegado de Policia deste município, nomeado pelo Governo Provisório de São Paulo (JABOTICABAL, 1924-1937, p.159-160).

Assim, o Partido Democrático toma o poder local e com ele o vulto de Vaz de Sampaio que se recusa a assumir qualquer cargo e para tanto alega motivos particulares.

A Junta Governativa deste município constituída pelo Srs. Drs. Elias da Rocha Barros, Juventino Lins Thernudo e Farmacêutico Américo de Castro, tomando em consideração haver recebido temporariamente os poderes municipais, resolve nesta data transmittil-os ao Conselho Diretor do Partido Democrático, como sendo, no momento actual, o verdadeiro poder político do municipio, perfeitamente representativo dos ideaes liberaes e democraticos. Passa pois a Camara Municipal à guarda dos diretores do Partido Democrático, Srs. Drs. Zoroastro Gouveia, Edgard Palma Travassos, Dr. Pedro Dória, Francisco de Souza Carvalho, Sansão Lino Machado, Luiz Cribaso, Cel José Manoel Vaz de Sampaio e Waldemar da Rocha Barros. Em consequência desta declaração, os diretores do Partido Democrático presentes ao ato se declararam empossados na direcção da Camara Municipal. Em seguida e por força de suas funcções especiais resolveram escolher para o cargo de Administrador do Município de Jaboticabal o Sr. Dr. Edgard Palma Travassos que é imediatamente empossado. E, de tudo para constar foi lavrado o presente termo, ao tres de Novembro de 1930. Após a leitura deste termo os membros da Junta srs. Drs. Francisco Aurélio de Souza Carvalho, Waldermar Rocha Barros, Luiz Cribaso e Ce. José Manoel Vaz de Sampaio, obtiveram exclusão da Junta, pelos seguintes motivos: dr. Francisco de Souza Carvalho por se achar exercendo nesta cidade o cargo de Delegado em comissão; dr. Waldermar da Rocha Barros por acampar o cargo de Delegado de Policia em Monte Alto, e os srs. Cel. José Manoel Vaz de Sampaio e Luiz Cribaso por motivos particulares, ficando pois a, Junta constituída dos seguintes senhores: - srs. Zoroastro Gouveia, Elias Rocha Barros, Edgard Palma Travassos, Pedro Doria e Sansão Lins Machado (JABOTICABAL, 1924-1937, p.160).

O desdobramento final deste encadeamento seria um tanto imprevisto, porém não menos simbólico e coerente com a trama tecida que enlaça discurso, pena e espaço. Em fins do ano de 1930, os adeptos de Getúlio Vargas substituem o nome da Praça da República para João Pessoa. “Em 1932, os jaboticabalenses retiraram a placa ‘João Pessoa’, voltando o nome de Praça da República” (CAPALBO, [199?], p.406). O engenheiro Dr. Joaquim Baptista Ferreira Sobrinho que retornara de São Paulo após chefiar a Diretoria de Estradas de Rodagem assume novamente o cargo de prefeito no ano de 1934, todavia, falece em fevereiro de 1936 aos 53 anos de idade.

Considerando que não se encontrara melhor local para perpetuar-lhe o nome na memória dos pástenos do que a Praça que ele tanto embelezou, a ponto de torná-la das mais belas do interior do Estado. A Comissão de Justiça, Legislação e Redação é de parecer favorável a mudança do antigo nome da Praça da República para Praça Dr. Joaquim Baptista Ferreira Sobrinho e de parecer também que uma vez aprovado este seja autorizado o Prefeito Municipal a abrir os créditos necessários a confecção de Placas e as solenidades de inauguração da mesma a 16 de julho do corrente ano, dia em que se comemora a data da fundação da cidade Jaboticabal (JABOTICABAL, 1924-1937, p.252).

A mudança de nome da praça central, que passa a ser denominada Praça Dr. Joaquim Baptista Ferreira Sobrinho, é o desfecho neste jogo de poderes locais. Lembrança tardia da República dos Bacharéis numa época em que o liberalismo extinguiu-se frente ao populismo da Era Vargas.

Fecha-se um círculo de poder, marcado materialmente pela manipulação dos instrumentos de sustentação delineados aqui pela imprensa, legislação e a própria cidade. Destarte, temos que o espaço urbano e mais especificamente levando em consideração o objeto em questão, a praça central de Jaboticabal, integraram um conjunto de narrativas que intentavam construir uma tradição em sintonia com uma ordem de poder em busca de consolidação.

Das relações que se armam em torno da história da cidade e sua seqüente materialização na praça Dr. Joaquim Baptista Ferreira Sobrinho, enxergamos a manipulação simbólica do espaço como uma tentativa de ordenar relações em conflito — os donos do poder vs. a necessidade de uma vida pública — num processo em que as ligações entre arcaico e moderno eram tênues e permitiam combinações insólitas¹⁵⁴.

¹⁵⁴ Analogia com o contexto de Jaboticabal elaborada a partir do texto de Rizek (2003, p.81).

JABOTICABAL EM 1936

Vista de Jaboticabal em 1927
Fonte: Capalbo (2007)

Praça Dr. Joaquim Batista Ferreira Sobrinho - 1932
Foto: Gentileza de C. Capalbo

Vista aérea em 1954
Foto: Gentileza de T. Cordido

Vista aérea da Catedral - 1960
Foto: Gentileza de C. Capalbo

JABOTICABAL EM 1939 -1940

Foto: Instituto Geográfico e Cartográfico (1940)

Kublai era um atento jogador de xadrez; seguindo os gestos de Marco, observava que certas peças implicavam ou excluía a proximidade de outras peças e deslocavam-se de acordo com certas linhas. Transcurando a variedade de formas, ele definia a disposição de um objeto em relação ao outro sobre o pavimento de maiólica. Pensou: “Se cada cidade é como uma partida de xadrez, o dia em que eu conhecer as suas regras finalmente possuirei o meu império, apesar de que jamais conseguirei conhecer todas as cidades que este conte”.

[...] O xadrez do Grande Khan era composto de grandes quantidades de peças de marfim polido: dispoendo sobre o tabuleiro torres ameaçadoras e cavalos sombrios, condensando uma grande quantidade de peças, traçando avenidas retas ou oblíquas com os movimentos da rainha, Marco recriava as perspectivas e os espaços de cidades brancas-e-pretas em noites de lua.

Ao contemplar essas paisagens essenciais, Kublai refletia sobre a ordem invisível que governava a cidade, sobre as regras a que respondiam ao surgir e formar-se e prosperar e adaptar-se às estações e definhando e cair em decadência. Às vezes, parecia-lhe estar prestes a descobrir um sistema coerente e harmônico que estava por trás das infinitas deformidades e desarmonias, mas nenhum modelo resistia a comparação com o jogo de xadrez.

ITALO CALVINO

O expresso que levará de volta o nosso viajante imaginário já está na estação, nossa metáfora acaba aqui, a cidade do presente aguarda-o. Termina a viagem pelos discursos que atravessam as relações arraigadas no exercício do poder e a produção da cidade e seus espaços.

A primeira preocupação foi elaborar algumas delimitações espaciais e situar o leitor na dinâmica do avanço cafeeiro. Paralelamente, iniciamos a fundamentação de alguns parâmetros que interligavam o objeto de pesquisa e conceitos que integravam o arcabouço teórico da investigação. Nossa linha-mestre foi a conexão entre a ação humana na produção do espaço e o universo de relações inerentes à existência em sociedade. No período da Primeira República, a multiplicidade de significados da palavra 'público' cria possibilidades para 'uma vida pública', para a criação de 'espaços públicos' e finalmente o surgimento de um 'público' que lê periódicos, elege representantes e usufrui dos espaços citadinos ditos 'públicos'.

O encadeamento traçado apresenta a produção espacial sempre pautada por uma finalidade. A existência de uma finalidade pressupõe também a existência de motivações. Para entender essas motivações é preciso conhecer os atores e muito mais: é imperativo conhecer seus desejos. Segundo Foucault desejo e discurso misturam-se, trata-se da manifestação do desejo e do próprio objeto de desejo que ocupam lugar privilegiado no exercício do poder. Contudo, o discurso não é mais portador de uma "verdade", mas de muitas e múltiplas formas de verdade. O discurso organizado principalmente pela linguagem simbólica adentra a cidade, transforma-a também em discurso. A cidade é, portanto, artefato e veículo dos desejos de poder. Porém os papéis não são iguais nem simétricos, o discurso é aberto, mas nem todos podem proferí-lo.

Figura 275

Texto publicado em 14/07/1907

Veicula discurso progressista simbolicamente ligado aos melhoramentos urbanos e ao jardim.

Fonte: Perola... (1927)

Os elementos destacados do discurso republicano são progresso, ordem e modernidade, que perpassam a própria existência das praças da cidade:

Não é fácil tarefa essa, quando de todos os lados, entre magnificas vias de comunicação, e exuberantes culturas cafeeiras, surgem essas bellas e encantadoras cidades [...] o apito das locomotivas, o barulho das fabricas e todo esse concerto que constitue o progresso e a civilização do grande Estado de São Paulo. Entre o justo orgulho do povo paulista, é necessario collocar Jaboticabal — a Perola d'Oeste — a linda e extraordinaria cidade [...] **As ruas muito bem cuidadas, os seus jardins, os edificios publicos, revelam bem a índole do seu povo trabalhador e honesto.**

O actual prefeito municipal de Jaboticabal sr. dr. Joaquim Baptista Ferreira Sobrinho, administrador energico, intelligente operoso, tudo tem feito em prol do engrandecimento dessa cidade bellissima, a cuja actividade e honestidade se deve essa grande prova de quanto pode fazer uma administração criteriosa e patriótica. Chefiado pelo estimado e influente politico sr. major João Baptista Novaes, o povo de Jaboticabal vive tranquillo, num progresso sempre crescente e cheio de gloria para o Estado (PEROLA..., 1927, grifo nosso).

O universo temporal da pesquisa — 1895-1936 — assinala as renomeações da praça e apresenta duas situações distintas, porém complementares: a ação corenelista e a ascensão de profissionais urbanos.

Por este caminho, apresentamos o Coronel Vaz de Sampaio e sua ação progressista em prol de uma “vida pública”. Todavia, parece-nos que a sua vida pública prevalecia sobre um ideal comum de cidadania, fruição da cidade e de seus espaços. Assim, o apoio popular torna-se moeda de troca e o jardim público um espaço de poder, de exibição de força política — o peso e a medida para o sucesso de negociações vindouras. Para que o sistema tivesse êxito, o Coronel encarna, ele mesmo, o mito do herói, aqui simbolizado pela figura do chefe político, daquele que tem pulso para conduzir. Apadrinhados, fiados na figura paterna do Coronel, a população torna-se consumidora de sua imagem mítica.

No macrocontexto, a República projeta relações burguesas. Contudo, no ambiente local, onde o exercício de poder materializa-se, os espaços de sociabilidade são marcados pelas disparidades da ordem social vigente. Na jovem república brasileira existe o povo, mas não o cidadão. Desta forma, o legado urbano da Era Vaz foram duas praças marcadas por disputas com a Igreja no que tange à sua propriedade, à sua administração, ao seu uso e a seus significados. Trata-se do embate para afirmação de uma autoridade urbana, da consolidação de um Estado que, historicamente, desde as origens coloniais e mais longe ainda, desconhece os limites entre público e privado.

No período findo à atuação de Vaz de Sampaio, a cidade de Jaboticabal ainda funciona dentro da dinâmica coronelista marcada pela chefia do PRP empreendida pelo Coronel José Augusto de Oliveira, que exerce de forma similar as demonstrações simbólicas de força política. Trata-se da mesma mecânica, porém, sua ascensão é abalizada pela atuação de profissionais ligados ao meio urbano, entre estes Arthur Whitaker e Joaquim Batista Ferreira Sobrinho.

Whitaker foi deputado estadual nos mandatos de 1916-1918, 1919-1924, 1925-1927 e 1928-1930, foi eleito vereador em vários pleitos, contudo exerceu o cargo nos períodos estratégicos de 1923-1925 e 1926-1928 e no ano de 1946 assumiu a posição de secretário de justiça do Estado de São Paulo.

Ferreira Sobrinho, bisneto de João Pinto Ferreira, doador do patrimônio de Jaboticabal foi vereador nos anos de 1926 a 1930 e prefeito de 1916 a 1928, de 1º de setembro a 28 de outubro de 1930 e, posteriormente, de 1934 a 1936, ano de seu falecimento.

Forma-se um anel protetor que atua dentro e fora das teias do poder local. Em lugar da brutalidade do mando coronelista, opta-se por uma autoridade revestida de alta carga simbólica. Nesse contexto, a figura física do herói é ressignificada na fundamentação de uma tradição e na constituição de um porvir promissor. Assim, constrói-se uma história que se enlaça aos principais elementos do discurso republicano: progresso, ordem e modernidade.

Nesta trama, o espaço urbano ocupa lugar privilegiado, é nele que o recém-nascido público exerce as relações burguesas finalmente aportadas via transmissão de modelos. A ordem, a higiene e a limpeza da cidade tornam-se a medida de seu desenvolvimento, atestam a índole do povo e fiam a grandeza do futuro.

Neste ambiente de conciliação entre administração pública, Igreja e jornais, os discursos ecoam uníssonos e transitam da fundamentação da tradição paulista e de seu espelho local para o espaço da cidade: a praça e a matriz (elevada a catedral em 1929), respectivamente, monumento da República e marco simbólico da paisagem, carregado pelo sentimento de identidade, de pertença. A cidade, como imagem, entra na dinâmica desse processo que é realimentada pelas festividades do Centenário (1928). A transformação da praça cristaliza-se em 1929 com o término das obras de reformulação e sofre o seu primeiro grande abalo, o terremoto das relações econômicas causado pelo *crack* de Nova York, e em seguida pelos decorrentes reajustes na ordem do poder representado pelo golpe de 1930. No entanto, os discursos dessa república finda ecoam ainda em 1936, com a renomeação da praça em homenagem ao recém-falecido Joaquim Batista Ferreira Sobrinho.

Figura 276

Praça Joaquim Ferreira Sobrinho em julho de 2006

Foto: V. Garcia

Figura 277

Detalhe de elementos do projeto de Reynaldo Dierberger que permanecem até a presente data.

Coreto ao fundo permaneceu, porém numa disposição diferente da original

Foto: V. Garcia

Ao fim desta pesquisa, encontramos a praça do presente. Esvaziada pela transformação das relações que lhe deram origem. Diante das demandas da modernidade, o espaço público tornou-se meio de circulação. O progresso chegou truncado, a palavra caiu em desuso, hoje se diz “desenvolvimento”, mas a gama de seus significados continua apontando para o futuro, é nele que reside o bem-estar da população. Vários fatores inerentes ao contexto contemporâneo transformaram e reordenaram a cidade, assim, outras áreas foram majoradas. O consumo crescente valorizou o uso dos espaços semi-privados, em especial, os centros de compras e o lazer oferecido pelos condomínios fechados.

Um dos pontos mais importantes foi perceber nitidamente que os espaços vivem por e pelos seus significados. Por mais parciais e destinados a atender interesses particulares de indivíduos ou de grupos, quando cessam os discursos, a praça definha e perde seu brilho, sua principal função restringe-se à circulação. É efetivamente um espaço marginal aos discursos em vigor num meio em que a televisão impera como principal veículo dos enunciados de poder. Ora, ora, mas que antítese, como centralidade e marginalidade podem coexistir no mesmo local? Sendo aqui a centralidade entendida como a situação de coesão material e histórica da trama urbana e marginalidade como a condição de um espaço desprovido de poder e significados presentes. Como e em que condições esse espaço sobrevive à margem dos discursos administrativos, comerciais, sociais e financeiros? Trata-se de um problema que atinge democraticamente todas as cidades brasileiras. Contudo, isto já seria assunto para outra pesquisa. E outras mais, possíveis pelos caminhos abertos na empreitada que acaba aqui. Ficam então as possibilidades de expandir a investigação para outras cidades da Diocese, conforme o primeiro planejamento de pesquisa ou mesmo adentrar de forma ainda mais profunda as relações que atravessaram a instalação de toda a infra-estrutura urbana de Jaboaticabal durante o mesmo período de recorte.

Figura 278

Árvores históricas da praça e detalhe de um caminho, julho de 2006
Foto: V. Garcia

Figura 279

No primeiro dia da pesquisa, eles se aproximaram e pediram para sair na foto, queriam saber se era para televisão. Eu disse que não, que era história. E esse foi o começo, início que já tinha um fim, estava ali bem diante dos meus olhos.
Foto: V. Garcia

Concluindo, acreditamos que nossa pesquisa contribui para a compreensão das tramas que se armam entre as relações culturais, sociais e políticas — sempre pautadas por ações de força, pelo exercício de poder — e a construção dos espaços urbanos. Acreditamos que, usando os instrumentos metodológicos proporcionados pelas pesquisas em história do cotidiano e das mentalidades, seja possível lançar um novo olhar sobre a historiografia de Jaboticabal de forma a suprir as indagações do tempo presente. Deixamos aqui nossa contribuição na certeza que existe espaço para muitas outras, pois se trata de um campo rico em informações a serem decifradas pelo olhar contemporâneo.

A praça em 3 momentos:

Figura 280

A “Praça do Coronel” apesar de cercada em mourão e arame farpado tinha um cunho um tanto mais popular. Como mostra a foto admitia-se a convivência entre o senhor de casaca e o menino vendedor.

Foto: Gentileza C. Capalbo

Figura 281

Na “Praça do Bacharel” as cercas são abolidas, porém o arsenal simbólico que passa a estruturar esse espaço encarrega-se de marcar as diferenças.

Foto: Capalbo ([199?])

Figura 282

A praça contemporânea esvaziada de pessoas e significados.

Foto: V. Garcia

O atlas do Grande Khan também contém os mapas de terras prometidas visitadas na imaginação mas ainda não descobertas ou fundadas [...]

Kublai perguntou para Marco:

— Você, que explora em profundidade e é capaz de interpretar os símbolos, saberia me dizer em direção a qual desses futuros nos levam os ventos propícios?

— Por esses portos eu não saberia traçar a rota nos mapas nem fixar a data da atracação. Às vezes, basta-me uma partícula que se abre no meio de uma paisagem incongruente, um aflorar de luzes na neblina [...] para pensar que partindo dali construirei pedaço por pedaço a cidade perfeita, feita de fragmentos misturados com o resto, de instantes separados por intervalos [...]. Se digo que a cidade para qual tende minha viagem é descontínua no espaço e no tempo, ora mais rala, ora mais densa, você não deve crer que pode parar de procurá-la.

O Grande Khan já estava folheando em seu atlas os mapas das ameaçadoras cidades que surgem nos pesadelos nas maldições [...]. Disse:

— É tudo inútil, se o último porto só pode ser a cidade infernal, que está lá no fundo e que nos suga num vórtice cada vez mais estreito.

E Polo: — O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.

ITALO CALVINO

15 de novembro. (1904). *O Atalaya*, Jaboticabal, 10 nov.

_____. (1906). *O Combate*, Jaboticabal, 15 nov.

A DIOCESE de Jaboticabal. (1927). *O Combate*, Jaboticabal, 20 nov.

A FESTA do centenário. (1928). *O Combate*, Jaboticabal, 25 mar.

A GLORIOSA data de hoje e a inauguração do Jardim da Praça da Republica. (1929). *O Combate*, Jaboticabal, 7 set.

A GRANDE festa comemorativa do 1º centenário de Jaboticabal. (1928). *O Combate*, Jaboticabal, 22 mar.

A INSTALAÇÃO do Bispado de Jaboticabal e a festa de Nossa Senhora do Carmo. (1929). *O Combate*, Jaboticabal, 14 jul.

A MAÇONARIA. (1901). *O Atalaya*, Jaboticabal, 16 jun.

A MATRIZ. (1913). *O Combate*, Jaboticabal, 6 abr.

A MATRIZ nova e o centenário. (1922). *O Combate*, Jaboticabal, 21 dez.

A MATRIZ velha e o jardim. (1926). *O Combate*, Jaboticabal, 10 out.

A NOSSA Matriz nova. (1926). *O Combate*, Jaboticabal, 15 jul.

A POLÍTICA Vaz. (1904). *O Atalaya*, Jaboticabal, 1 nov.

A VALORIZAÇÃO do café. (1910). *O Combate*, Jaboticabal, 17 abr.

A VERDADE. (1907). *O Combate*, Jaboticabal, 12 dez.

A VICTORIA das urnas. (1928). *O Combate*, Jaboticabal, 4 mar.

ABASTECIMENTO d'água. (1911). *O Combate*, Jaboticabal, 24 ago.

ABUD, K.M. (1999). A Idéia de São Paulo como formador do Brasil. In: FERREIRA, A.C.; LUCA, T.R.; IOKOI, Z.G. *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: UNESP.

ADOLPHO V. Sampaio. (1913). *O Combate*, Jaboticabal, 30 jan.

ADORNO, S. (1988). *Os Aprendizizes do poder : o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ALMEIDA, A. [198?]. *Acervo histórico de Jaboticabal*. Jaboticabal: [s.n.]. v.1.

ALMEIDA, N.M. (1981). *Dicionário de questões vernáculas*. São Paulo: Caminho Suave.

ALTA do café. (1911). *O Combate*, Jaboticabal, 22 jun.

AMARAL, C.M. (1895). *Carta enviada ao Bispo da Diocese de São Paulo, em 5 mar*. Carta.

AMORIM, E.C. (1986). *Teoria e prática de enfiteuse*. Rio de Janeiro: Forense.

ANDRADE, C.R.M. (1992). De Viena a Santos: Camillo Sitte e Saturnino de Brito. In: SITTE, C. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática. Anexo 3, p.206-234.

ANDRADE, D.M. (1978). *Jaboticabal, São Paulo — Brasil*. São Paulo: Populares.

- ANDRADE, F.P.D. (1966). *Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras*. Tese (Concurso de cátedra) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966.
- ANHEZINI, K. (2003a). Correspondência e escrita da história na trajetória intelectual de Afonso Taunay. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.32. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=50>. Acesso em: 25 fev. 2008.
- _____. (2003b). Museu Paulista e trocas intelectuais na escrita da história de Afonso de Taunay. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.10/11, n.11. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/registro/ForCitArt.jsp?iCve=27301104#>>. Acesso em: 25 fev. 2008.
- AO DR. FABRIQUEIRO. (1901). *O Atalaya*, Jaboticabal, 3 mar.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO CARLOS. (1929). *O Combate*. Jaboticabal, 18 jul.
- ARRUDA FILHO, O.V. (1987). *Andanças*. São Paulo: Nobel.
- AS CONSTRUÇÕES urbanas. (1928). *O Democrata*, Jaboticabal, 28 jun.
- _____. (1929). *O Democrata*, Jaboticabal, 15 jun.
- AS ELEIÇÕES estaduais. (1928). *O Democrata*, Jaboticabal, 18 fev.
- AS FESTAS de Jaboticabal. (1923). *O Combate*, Jaboticabal, 19 jul.
- AS NOSSAS ruas. (1899). *O Atalaya*, Jaboticabal, 5 fev.
- AS NOVAS construções. (1926). *O Combate*, Jaboticabal, 24 jan.
- AZEVEDO, A.N. (2003). *Da Monarquia à república: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/db2www/PRG_0654.D2W/INPUT1?CdLinPrg=pt&NrUsuSis=18365>. Acesso em: 20 out. 2007.
- AZZI, R. (1974). O Movimento brasileiro da reforma católica durante o século XIX. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v.4, n.135, p.646-662.
- _____. (1976). D. Antonio de Macedo Costa e a posição da Igreja do Brasil diante do advento da República em 1889. *Síntese*, Rio de Janeiro, n.8, p. 45-70.
- BARATA, A.M. (1999). *A Ação da Maçonaria brasileira 1870-1910*. Campinas: UNICAMP.
- BARBUY, H. (2006). *A Cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo 1860-1914*. São Paulo: EDUSP.
- BASTOS, R.A. (2006). Regularidade e ordem das povoações mineiras no século XVIII. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 9., 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: FAU-USP/EESC-USP/PUCCAMP/FAU-MACKENZIE. 1 CD-ROM.
- BEGUIN, F. (1991). As Maquinarias inglesas do conforto. *Espaço & Debates*, São Paulo, v.34, p.39-54.
- BENÉVOLO, L. (2004). *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva.
- BENJAMIN, W. (2000). *A Modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Disponível em: <[http://www.esnips.com/doc/6bb52c02-911a-4eec-ac92-c668aad32d0a/A-Modernidade-e-os-Modernos---Walter-Benjamin-\(PT-BR\)](http://www.esnips.com/doc/6bb52c02-911a-4eec-ac92-c668aad32d0a/A-Modernidade-e-os-Modernos---Walter-Benjamin-(PT-BR))>. Acesso em: 19 jun. 2007.
- BONDUKI, N. (1998). *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade.

BORTOLUCCI, M.A.P.C.S. (1991). *Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BOURDIEU, P. (1990). *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2005a). *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva. (Coleção Estudos, 20).

_____. (2005b). *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRAGA, J.G.S. (189?). *Carta enviada ao Bispo Diocesano Dom Joaquim Arcoverde*. Carta.

_____. (1904). *Carta enviada ao cônego Nunzio Grecco, em 15 set.* Carta

BRENHA, M.A. (1925). *Jaboticabal*. [S.l.: s.n.].

_____. (1928a). Carta enviada a Bastos Fera. *O Democrata*, Jaboticabal, 19 maio.

_____. (1928b). Conclusões e indagações históricas: o retrato de João Pinto Ferreira. *O Combate*, Jaboticabal, 24 jun.

BRESCIANI, M.S. (2001). Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: _____. (Org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: UFRGS.

CAFÉ. (1907). *O Atalaya*, Jaboticabal, 13 out.

CALÇADAS. (1910). *O Combate*, Jaboticabal, 26 jun.

CALIMAN, A.A. (1998). *Legislativo paulista: parlamentares 1835-2003*. São Paulo: Imprensa Oficial. Disponível

em: <<http://www.al.sp.gov.br/porta/site/Internet/menuitem.1f3810a62c9d6c848a3ff5af850041ca/?vgnextoid=4b9115f2ff7a7110VgnVCM100000590014acRCRD&ordem=nm&ordenacao=ASCENDENTE&nome=&area=&base=&partido=&legislatura=anteriores>>. Acesso em: 15 mar. 2008.

CALVINO, I. (1990). *As Cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.

CÂMARA MUNICIPAL (1909). Relatório da comissão de contas apresentado em sessão de 1 do corrente. *O Combate*, Jaboticabal, 6 jun.

_____. (1910). Luz elétrica – inauguração. *O Combate*, Jaboticabal, 14 ago.

CAPALBO, C.R. (199?). *A História de Jaboticabal 1879-1997 e outras histórias*. Ribeirão Preto: Multipress.

_____. (1993). *A História de Jaboticabal 1828-1978*. Ribeirão Preto: Multipress.

_____. (2007). *Memória fotográfica de Jaboticabal 1900-1990*. Jaboticabal: Santa Terezinha.

CARELLI, J. (1913). *Proposição à Câmara Municipal de Jaboticabal para acordo sobre a concessão do terreno da nova matriz e demolição da igreja antiga, em 29 maio*. [S.l.:s.n.].

CARVALHO, J.M. (2004). *A Formação das almas*. São Paulo: Cia das Letras.

_____. (2006). *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras.

CASCUDO, L.C. (2004). *Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia geral*. São Paulo: Global.

CASSIRER, E. (2003). *O Mito do Estado*. São Paulo: Codex.

CEL. VAZ de Sampaio. (1907). *O Atalaya*, Jaboticabal, 16 set.

CENTENARIO de Jaboticabal: a assistência pública – o “Hospital Santa Isabel” – asilo de alienados – a “Casa de Saude de Jaboticabal” – o leprosário – a “Associação das Damas de Caridade de S. Vicente de Paulo” – o asilo de mendicidade. (1928a). *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 ago.

CENTENARIO de Jaboticabal: a instrução publica e a educação – o collegio S. Sebastião – o collegio S. Domingos – dois grupos escolares – o gymnasio S. Luiz – o collegio Santo André – as escolas normais – o patronato agrícola “José Bonifácio” – a faculdade de pharmacia e odontologia – a associação instructiva e a universidade de Jaboticabal – visita do cônsul italiano – caravana acadêmica. (1928b). *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 jul.

CENTENARIO de Jaboticabal: histórico da cidade – crescimento da população – a administração do municipio – estatística da produção – informações do enviado especial do “Estado”. (1928c). *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 jul.

CENTENARIO de Jaboticabal: inicio dos festejos – missa campal – sessão solemne da Camara Municipal – inauguração do brazão de armas da cidade – exposição industrial e agrícola – festas esportivas – informações do enviado especial do “Estado”. (1928d). *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 jul.

CENTENARIO de Jaboticabal: o dia de Tayassú e Pirangy – ligeiras notas sobre formação, história, progresso, importancia comercial e industrial, lavoura e pecuária de Pirangy – a aviação – o dia do commercio. (1928e). *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 31 jul.

CENTENARIO de Jaboticabal: o dia de Tayuva e Corrego Rico – a chegada da caravana acadêmica de São Paulo e da embaixada uberabense – a visita do cônsul italiano. (1928f). *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 jul.

CENTENARIO de Jaboticabal: o dia dos districtos de Tayuva e Corrego Rico – a caravana acadêmica de São Paulo – a embaixada uberabense – a chegada do cônsul italiano – a exposição, a kermesse e o parque de diversões. (1928g). *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 jul.

CENTENARIO de Jaboticabal: o que foram as festas do “Dia do Commercio” – o “Dia dos Athletas” – o concurso das estações na kermesse – a capella do collegio Santo André. (1928h). *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 ago.

CENTENARIO de Jaboticabal: os festejos – um artigo que deu orgiem às comemorações – a fundação da cidade. (1928i). *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 jul.

CENTENARIO de Jaboticabal: rotogravuras. (1928j). *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 ago.

CERTEAU, M. (2005). *A Invenção do cotidiano: 1 artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.

CHEGADA do Sr. Bispo Diocesano. (1913). *O Combate*, Jaboticabal, 16 jul.

CIA. AGRÍCOLA SÃO MARTINHO (1917). *O Democrata*, Jaboticabal, 12 jul.

CIA. DE FORÇA E LUZ DE JABOTICABAL (1929). Refrigeração como factor importante da saude publica. *O Combate*, Jaboticabal, 7 set.

CINE-TEATRO MUNICIPAL (1929). Metropolis. *O Democrata*, Jaboticabal, 23 fev.

CIONE, R. (1992). *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Summa Legis. v.2.

COISAS (1911). *O Combate*, Jaboticabal, 30 jul.

COISAS da igreja (1901). *O Atalaya*, Jaboticabal, 8 set.

COMPANHIA Melhoramentos de Jaboticabal. (1910). *O Combate*, Jaboticabal, 28 abr.

CONCERTO. (1907). *O Atalaya*, Jaboticabal, 24 fev.

CONEGO Nuncio Greco. (1909). *O Atalaya*, Jaboticabal, 27 jun.

- CONFLITO. (1901). *O Atalaya*, Jaboticabal, 13 jun.
- CONSPIRAÇÃO. (1907). *O Atalaya*, Jaboticabal, 13 dez.
- CONSTRUÇÃO da nova Matriz de Jaboticabal. (1912). *O Combate*, Jaboticabal, 24 out.
- CONSTRUÇÃO de prédios. (1915). *O Combate*, Jaboticabal, 8 jul.
- CONTRA os pernilongos. (1902). *O Atalaya*. Jaboticabal, 13 nov.
- CORONEL José Manoel Vaz de Sampaio: eminente chefe político de Jaboticabal. (1907a). *O Atalaya*, Jaboticabal, 16 set.
- CORONEL Vaz. (1901). *O Atalaya*, Jaboticabal, 10 fev.
- _____. (1904). *O Atalaya*, Jaboticabal, 31 jan.
- _____. (1907b). *O Atalaya*, Jaboticabal, 19 set.
- CORREIA, D.P. (1938). Índice repertório dos 30 primeiros volumes da revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.30 (índice, v.30).
- COUTINHO, N. (2007). Na Época em que *O Combate* apareceu. In: CAPALBO, C.R. *Memória fotográfica de Jaboticabal 1900-1990*. Jaboticabal: Santa Terezinha.
- CRISE de café e de mais alguma coisa. (1929). *O Combate*, Jaboticabal, 10 nov.
- CUNHA, E. (1975). *Contrastes e confrontos*. Rio de Janeiro: Record. Disponível em:<<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>. Acesso em: 20 out. 2007.
- DI PIETRO, M.S.Z. (1995). *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas.
- DIERBERGER & CIA (1928). *Arte e jardim*. São Paulo.
- DIERBERGER ÓLEOS ESSENCIAIS S/A (2008). *Uma crônica*. Apresentada por João Dierberger Júnior. Disponível em:<<http://www.dierberger.com.br/cronica>>. Acesso em: 25 maio 2008.
- DIERBERGER PLANTAS (2008). História. Disponível em:<<http://www.fazendacitra.com.br/dierberger/content/view/19/30/>>. Acesso em: 25 maio 2008.
- DIERBERGER, R. (1929). São Paulo e os seus jardins particulares. *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 10, n.109, set.
- DIGNA Attitude (1910). *O Combate*, Jaboticabal, 13 fev.
- DIOCESE DE JABOTICABAL (2004). *Diocese de Jaboticabal 1929-2004*. Jaboticabal: Sta Terezinha.
- _____. (2007). *Paróquia de Nossa Senhora do Carmo – sesquicentenário*: documentário histórico. Jaboticabal: Sta Terezinha.
- DIRECTORIO DO PARTIDO REPUBLICANO (1916). *O Combate*, Jaboticabal, 15 out.
- DIRECTORIO DO PRP (1928). Boletim eleitoral. *O Combate*, Jaboticabal, 12 fev.
- DIRECTORIO local. (1915). *O Combate*, Jaboticabal, 2 set.
- DOGMATICO?. (1907). *O Atalaya*, Jaboticabal, 13 dez.
- DR. ARTHUR Whitaker. (1916). *O Combate*, Jaboticabal, 2 mar.
- _____. (1927). *O Combate*, Jaboticabal, 7 ago.

_____. (1928). *O Combate*, Jaboticabal, 19 fev.

DR. JOAQUIM Baptista Ferreira Sobrinho: sua escolha para Director Geral das Estradas do Estado. (1928). *O Combate*, Jaboticabal, 30 ago.

DR. ROCHA Barros. (1910). *O Combate*, Jaboticabal, 6 fev.

EGREJA Matriz. (1913). *O Combate*, Jaboticabal, 3 ago.

ELEIÇÃO em Jaboticabal. (1910). *O Combate*, Jaboticabal, 6 mar.

ELEIÇÃO Municipal. (1904). *O Atalaya*, Jaboticabal, 1 nov.

ELEIÇÕES Municipais. (1908). *O Atalaya*, Jaboticabal, 2 jan.

ELIADE, M. (2001). *O Sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes.

ELIAS, N. (1987). *El Proceso de la civilización: investigaciones sociogenéticas y psicognéticas*. Madrid: Fondo de cultura económica. Disponível em: <<http://www.esnips.com/doc/15164b64-fc11-4419-9432-4660eefdeed5/Norbert-Elias---El-proceso-de-la-civilizacion>>. Acesso em: 14 nov. 2007.

EM HOMENAGEM ao lançamento da primeira pedra da Nova Matriz. (1913). *O Combate*, Jaboticabal, 16 jun.

EMBANDEIRAMENTO da cidade. (1928). *O Combate*, Jaboticabal, 5 jul.

EMPREGADO público cabalista. (1907). *O Combate*, Jaboticabal, 12 dez.

EMPRESTIMO funesto. (1911). *O Democrata*, Jaboticabal, 15 jun.

ESPÍRITO Progressista. (1916). *O Democrata*, Jaboticabal, 13 ago.

ESTELLITA, M.; DEMATTÊ, M.E.S.P. (2006). Subsídios para a conservação de árvores e palmeiras notáveis do centro de Jaboticabal (SP). *Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana*, v.1, n.1. Disponível em: <http://www.revsbau.esalq.usp.br/artigos_cientificos/artigo08.pdf>. Acesso em: 22 maio 2007.

FÁBRICA DE NOSSA SENHORA DO CARMO (1916). *O Combate*, Jaboticabal, 24 ago.

FAORO, R. (2000a). *Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo. v.1.

_____. (2000b). *Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo. v.2.

FELICITAÇÕES. (1901). *O Atalaya*, Jaboticabal, 10 mar.

FERA, B. (1928a). A Fundação da cidade – VI Capítulo. *O Democrata*, Jaboticabal, 19 maio.

_____. (1928b). A Fundação da cidade – XX Capítulo. *O Democrata*, Jaboticabal, 25 ago.

_____. (1928c). A Fundação da cidade. *O Democrata*, Jaboticabal, 30 jun.

_____. (1928d). A Fundação da cidade: o descobrimento de Jaboticabal – XVII Capítulo. *O Democrata*, Jaboticabal, 21 jul.

_____. (1928e). A Fundação da cidade: quem fundou mesmo Jaboticabal? – Controvérsia histórica – Opinião do Zeca Misael – Zeca versus Brenha – Como pensa Bastos Fera – Jaboticabal não se fundou. Descobriu-se apenas. O Descobridor de Jaboticabal – XVI Capítulo. *O Democrata*, Jaboticabal, 14 jul.

FERNANDES, F. (2006). *A Revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo.

FERREIRA, A.C. (1999). Vida (e morte?) da epopéia paulista. In: FERREIRA, A.C.; LUCA, T.R.; IOKOI, Z.G. (1999). *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: UNESP.

FESTA de Nossa Senhora do Carmo. (1919). *O Combate*, Jaboticabal, 13 jul.

FESTA maçônica. (1901). *O Atalaya*, Jaboticabal, 27 jun.

FOUCAULT, M. (1986). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (2004). *A Ordem do discurso*. Disponível em:<<http://www.ebookcult.com.br/acervo/livro.php?L=269&cat=PHI000000>>. Acesso em: 7 out. 2007.

FRADIQUE, M. (2004). *História do Brasil pelo método confuso*. São Paulo: Cia da Letras.

FREHSE, F. (2001). Potencialidades do método regressivo-progressivo: pensar a cidade, pensar a história. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v.13, n.2, p.169-184, nov.

FREIRE, M.P. (1905). *Mapa contendo nova proposta de divisas entre Jaboticabal e Monte Alto*. Jaboticabal. Situação sem escala.

FREYRE, G. (2000). *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: Record.

FURTADO, C. (1984). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional.

GHIRARDELLO, N. (2002). *À Beira da linha: formações urbanas da Noroeste paulista*. São Paulo: UNESP.

_____. (2005). Os Códigos de posturas na formação de um modelo urbano no estado de São Paulo/Brasil. In: SEMINÁRIO DE ARQUITECTURA LATINOAMERICANA, 11., 2005, México. *Programa Y Resúmenes...* Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana.

GIESBRECHT, R.M. (2008). Estações ferroviárias do Brasil. Disponível em:<<http://www.estacoesferroviarias.com.br>>. Acesso em: 28 maio 2008.

GONÇALVES, J.M. (1918). Edital: Fábrica de Nossa Senhora do Carmo. *O Combate*, Jaboticabal, 3 mar.

_____. (1919). Carta enviada ao Bispo da Diocese de São Carlos, em 2 jun. Carta.

GRANDE reunião política. (1915). *O Combate*, Jaboticabal, 29 ago.

GRAVES ocorrências: revolta no destacamento. (1901). *O Atalaya*, Jaboticabal, 7 fev.

GRECCO, N. (1909). Carta enviada ao Bispo da Diocese de São Carlos, em 31 dez. Carta.

GRUPO Escolar Coronel Vaz. (1908). *O Atalaya*, Jaboticabal, 22 nov.

GUÉNON, R. (1962). *Os Símbolos da ciência sagrada: a importância dos símbolos na transmissão dos ensinamentos doutrinários de ordem tradicional*. São Paulo: Pensamento.

GUIMARÃES, S.G.; TELES, R.M. (1987). *Inventário do arquivo Júlio Prestes*. São Paulo: Arquivo do Estado.

HABERMAS, J. (1984). *Mudança estrutura da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HOBSBAWM, E. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras.

_____. (2005). *A Era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOLANDA, S.B. (1993). Do Império à república. _____. (Org.). *História da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2006). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.

HOMEM, M.C.N. (1996). *O Palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes.

HOMENAGEM de gratidão e amizade ao digno sacerdote e saudoso vigário desta paróquia. (1921). *O Combate*, Jaboticabal, 1 dez.

HONORIO, M. (1906). Movimento das idéias no século XX. *O Atalaya*, Jaboticabal, 15 fev.

HOORNAERT, E. (Org.). (1979). *História da igreja no Brasi*. Petrópolis: Vozes. Tomo 2, pt.1.

HOSPEDE illustre. (1913). *O Combate*, Jaboticabal, 13 jun.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1972). *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO. Universidade de São Paulo. (1940). Coleção de aerofotos oblíquas (1939-1940). São Paulo: IGC/USP.

INAUGURAÇÃO do obelisco 5.000 estudantes desfilam perante S. Excia!... (1928). *O Combate*, Jaboticabal, 19 ago.

INTIMIDAÇÃO aos “bons”. (1909). *O Democrata*, Jaboticabal, 2 set.

IRMANDADE do Santíssimo Sacramento. (1906). *O Atalaya*, Jaboticabal, 8 abr.

IZIDORO FILHO, M. (1991). *Reminiscências de Bebedouro*. Ribeirão Preto: Legis Summa.

JABOTICABAL. Câmara Municipal. (1868-1877). *Livro de atas 1*. Jaboticabal.

_____. (1877-1879). *Livro de atas 2*. Jaboticabal.

_____. (1879-1884). *Livro de atas 3*. Jaboticabal.

_____. (1884-1888). *Livro de atas 4*. Jaboticabal.

_____. (1888-1891). *Livro de atas 5*. Jaboticabal.

_____. (1892-1895). *Livro de atas 6*. Jaboticabal.

_____. (1893). Lei n. 3, de 2 de março de 1893. *Código de posturas*: registros de leis e regulamentos municipais – Livro 1. Jaboticabal.

_____. (1895-1899). *Livro de atas 7*. Jaboticabal.

_____. (1899-1905). *Livro de atas 8*. Jaboticabal.

_____. (1902). Lei n. 53, de 27 de maio de 1902. *Código de posturas municipais*: registros de leis e regulamentos municipais - Livro 3. Jaboticabal.

_____. (1905). Parecer da Comissão de Justiça sobre a construção da igreja Matriz no terreno da Rua Redenção. Manuscrito em resposta à petição do cônego Nunzio Grecco. Jaboticabal.

_____. (1905-1912). *Livro de atas 9*. Jaboticabal.

_____. (1912-1924). *Livro de atas 10*. Jaboticabal.

_____. (1924-1937). *Livro de atas 11*. Jaboticabal.

_____. (Org.). (1928). *Jaboticabal no primeiro centenário de sua fundação 1828-1928*. São Paulo: Rio Branco.

JABOTICABAL. Paróquia. (1853-1870). *Registro de óbitos*. Jaboticabal.

_____. (1854-1874). *Livro de tombo 1*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

_____. (1874-1926). *Livro de tombo 2*. Jaboticabal.

_____. (1891). *Cartas de aforamento*. Jaboticabal.

_____. (1913-1926). *Livro tombo da construção da matriz*. Jaboticabal.

_____. (1927-1945). *Livro de tombo 3*. Jaboticabal.

_____. (1929). *Livro de foros*. Jaboticabal.

JABOTICABAL impressões de um viajante. (1916). *O Combate*, Jaboticabal, 20 set.

JABOTICABAL progride. (1907). *O Atalaya*, Jaboticabal, 20 out.

_____. (1926). *O Combate*, Jaboticabal, 18 mar.

JABOTICABAL: um trecho da rua do commercio, além da Praça da República. (1909). *O Atalaya*, Jaboticabal, 11 fev.

JANOTTI, M.L.M. (1981). *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense.

JARDIM. (1899). *O Atalaya*, Jaboticabal, 20 maio.

JARDIM Público. (1902a). *O Atalaya*, Jaboticabal, 3 ago.

_____. (1902b). *O Atalaya*, Jaboticabal, 14 ago.

JARDIM Público de Jaboticabal. (1908). *O Atalaya*, Jaboticabal, 13 ago.

KINGMAN G, E. (2006). *La Ciudad y los otros Quito 1860-1940: higienismo, ornato y policía*. Quito: Flacso Ecuador.

KOWARICK, L. (1985). *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LANNA, A.L.D. (2002). *Ferrovias, cidades, trabalhadores 1870-1920*. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LAPA, J.R.A. (1996). *A Cidade: os cantos e os antros*. São Paulo: EDUSP.

LAURIANO, J. (197?). *A Paróquia de Ribeirão Preto no século XIX*. Ribeirão Preto: Artes Gráficas Guarany.

LEMOES, C.A.C. (1987). Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, A. (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/EDUSP. p.69-99.

_____. (1989). *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel.

_____. (1999). *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec.

LEPETIT, B. (1996). Das Capitais às praças centrais. Mobilidade e centralidade no pensamento econômico francês. In: SALGUEIRO, H.A. (Org.). *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: EDUSP. p.41-63.

LIGEIRAS apreciações sobre Jaboticabal. (1919). *O Combate*, Jaboticabal, 20 set.

- LIMA, R.K. (2001). Administração de conflitos, espaço público e cidadania – uma perspectiva comparada. *Civitas* – revista de ciências sociais, v.1, n.2, p.11-16. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/73/72>>. Acesso em: 20 out. 2007.
- LOJA maçônica fé e perseverança. (1916). *O Democrata*, Jaboticabal, 6 ago.
- LUCA, T.R. (1999). São Paulo e a construção da identidade nacional. In: FERREIRA, A.C.; LUCA, T.R.; IOKOI, Z.G. *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: UNESP.
- LUNÉ, A.J.B. (Org.). (1873). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- LUSTOSA, I. (1993). *Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MACHINA de beneficiar café. (1901). *O Atalaya*, Jaboticabal, 16 maio.
- MARENCIO (1928). O Pleito estadual. *O Democrata*, Jaboticabal, 18 fev.
- _____. (1929). O Indesejável. *O Democrata*, Jaboticabal, 28 mar.
- MARIA, J. (1981). *A Igreja e a república*. Brasília: UnB.
- MARINS, P.C. (2001). *Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP.
- MARQUES, M.E.A. (1980). *Apostamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo: seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até o ano de 1876*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.
- MARTINS, J.S. (1979). *O Cativo da terra*. São Paulo: LECH.
- MARX, M. (1991). *Cidade no Brasil terra de quem?*. São Paulo: Nobel; EDUSP.
- _____. (2003). *Nosso chão do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP.
- MATRIZ. (1907). *O Combate*, Jaboticabal, 7 fev.
- MELHORAMENTOS. (1910a). *O Democrata*, Jaboticabal, 22 maio.
- MELHORAMENTOS da cidade. (1909). *O Combate*, Jaboticabal, 30 dez.
- _____. (1910b). *O Combate*, Jaboticabal, 31 mar.
- MELLO, J.M.H. (1915). Ofício ao prefeito municipal. In: NOVA matriz. *O Combate*, Jaboticabal, 18 abr.
- MELLO, J.M.H. (1916). Portaria enviada a Comissão de Obras da nova Matriz de Jaboticabal. In: JABOTICABAL. Paróquia. *Livro tombo da construção da matriz*. Jaboticabal.
- MENESES, U.T.B. (1996). Morfologia das cidades brasileiras: Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP*, São Paulo, v.30, p.144-153, jun./ago.
- _____. (2005). A Cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: PRESERVAÇÃO: arqueologia, arquitetura, cidade. Brasília: Ministério do Meio ambiente; IPHAN/9R. p.36-76.
- MICELI, S. (1988). *A Elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (2001). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras.

_____. (2005). Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, P. A Economia das trocas simbólicas. 6.ed. São Paulo: Perspectiva. (Coleção Estudos, 20). p.1-61.

MILLIET, S. (1982). *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Hucitec.

MITRA DIOCESANA DE JABOTICABAL (1928-1929). *Resumo histórico e inventário de objetos*. Jaboticabal. Cópia carbonada de documento datilografado.

MONBEIG, P. (1984). *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Polis.

MORAES, A.C.R. (2002). *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec-Annablume.

_____. (2005). *Território e história do Brasil*. São Paulo: Annablume.

MORAIS, J. (1903). Proclamação da república em São Paulo: de 15 a 18 de novembro de 1889. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, n.8.

MUMFORD, L. (2004). *A Cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes.

NA MAÇONARIA. (1907). *O Atalaya*, Jaboticabal, 18 abr.

NEW ADVENT. (2008). *The Catholic encyclopedia*. Disponível em:<<http://www.newadvent.org/cathen/>>. Acesso em: 22 abr.

NOSSA igreja. (1921). *O Combate*, Jaboticabal, 25 ago.

NOSSA raça. (1920). *O Combate*, Jaboticabal, 26 fev.

NOVA Matriz. (1910). *O Combate*, Jaboticabal, 1 maio.

_____. (1913a). *O Combate*, Jaboticabal, 8 maio.

_____. (1913b). *O Combate*, Jaboticabal, 18 maio.

_____. (1913c). *O Combate*, Jaboticabal, 12 jun.

_____. (1916a). *O Combate*, Jaboticabal, 10 ago.

_____. (1916b). *O Combate*, Jaboticabal, 24 ago.

_____. (1917). *O Combate*, Jaboticabal, 25 fev.

NOVA praça. (1907). *O Atalaya*, Jaboticabal, 22 set.

NOVO MILÊNIO. (2008). *Carta corográfica da capitania de São Paulo*. Disponível em:<<http://novomilenio.inf.br/santos/mapa106.htm>>. Acesso em: 22 abr.

NOVO testamento, salmos e provérbios. (2005). Tradução de João Ferreira de Almeida. Campinas: Os Gideões Internacionais no Brasil.

O ATALAYA. (1899). *O Atalaya*, Jaboticabal, 6 abr.

_____. (1904). *O Atalaya*, Jaboticabal, 14 jan.

O BELLO jardim da Praça da República. (1929). *O Combate*, Jaboticabal, 13 jun.

O CAFÉ. (1911). *Correio Paulistano*. *O Combate*, Jaboticabal, 9 nov.

O CAFÉ: Instituto de Café – a safra de café em São Paulo. (1927). *O Democrata*, Jaboticabal, 16 jul.

O CENTENÁRIO. (1928a). *O Combate*, Jaboticabal, 17 jun.

_____. (1928b). *O Combate*, Jaboticabal, 28 jun.

O COMBATE. (1906). *O Combate*, Jaboticabal, 12 dez.

O DIA de Jaboticabal. (1923). *O Combate*, Jaboticabal, 10 jun.

_____. (1925a). *O Combate*, Jaboticabal, 16 jul.

_____. (1927). *O Combate*, Jaboticabal, 7 jul.

O DIA de Jaboticabal nas escolas municipais subvencionadas. (1925b). *O Combate*, Jaboticabal, 16 jul.

O EMPRESTIMO. (1912). *O Combate*, Jaboticabal, 12 maio.

O EXMO. Sr. Presidente do Estado e o centenário. (1928). *O Combate*, Jaboticabal, 11 ago.

O JARDIM da Praça da Republica. (1927). *O Combate*, Jaboticabal, 13 jan.

O JUCA Vaz. (1907). *O Atalaya*, Jaboticabal, 16 set.

O PADRE de Bebedouro. (1904). *O Atalaya*, Jaboticabal, 14 jan.

O PROTECTOR das oligarchias. (1910). *O Combate*, Jaboticabal, 13 fev.

ODEON (1929). Pecadora sem mácula. *O Democrata*, Jaboticabal, 24 ago.

OLIVEIRA, F.L. (2003). O Parque do Ibirapuera: projetos, modernidades e modernismos. In: SEMINÁRIO DO COMOMO, 5., 2003, São Carlos. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/048R.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2008.

OLIVEIRA, R. (2002). Euclides da Cunha: os sertões e a invenção de um Brasil profundo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, n.44, p.511-537. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200012>. Acesso em: 27 nov. 2007.

ORLANDO (1902). Cavacos. *O Atalaya*, Jaboticabal, 14 ago.

ORTIZ, R. (1991). *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2001). Sociedade e cultura. In: SACHS, I.; WHILHEIM, G.; PINHEIRO, P.S. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia das Letras.

OS LAVRADORES de Jaboticabal. (1929). *O Democrata*, Jaboticabal, 28 mar.

PADRE João Gualberto. (1910). *O Combate*, Jaboticabal, 13 maio.

PANICO na matriz: um veio que arde – atropello, confusão. (1901). *O Atalaya*, Jaboticabal, 21 jul.

PARTIDO republicano. (1899). *O Atalaya*, Jaboticabal, 20 maio.

PATETTA, L. (1987). Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, A. (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel; EDUSP. p.9-27.

PATRIMÔNIO de Nossa Senhora do Carmo. (1923). *O Combate*, Jaboticabal, 21 out.

PATRIMÔNIO de N.S. do Carmo: descoberta da escriptura de doação de João Pinto Ferreira. (1921a). *O Combate*, Jaboticabal, 3 abr.

PATRIMÔNIO de N.S. do Carmo de Jaboticabal: cópia da escriptura de doação. (1921b). *O Combate*, Jaboticabal, 10 abr.

PELA MATRIZ. (1921). *O Combate*, Jaboticabal, 2 jan.

PELÁEZ, C.M.; SUZIGAN, W. (1981). *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. Brasília: UnB.

PELO futuro Bispado de Jaboticabal. (1927). *O Combate*, Jaboticabal, 8 maio

PERES, S. (1994). *Coronéis & colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos como sujeitos autônomos*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História da, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>>. Acesso em: 29 abr. 2008.

PEROLA d'Oeste: impressões sobre Jaboticabal. (1927). *O Combate*, Jaboticabal, 14 jul.

PHARMACIA Popular. (1899). *O Atalaya*, Jaboticabal, 05 fev.

_____. (1901). *O Atalaya*, Jaboticabal, 15 set.

PHOSPHOROS sem cabeça. (1907). *O Combate*, Jaboticabal, 12 dez.

PINTO, A.A. (1903). *História da viação pública de São Paulo – Brasil*. São Paulo: Vanorden.

PLEITO de 1º de março. (1909). *O Democrata*, Jaboticabal, 2 set.

POLI, F.N. (1986). *Listagens básica dos bens culturais relevantes situados no centro comercial – Jaboticabal – SP*. Monografia (Trabalho de Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, II Instituição Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 1986.

POMPOSA festa de Nossa Senhora do Carmo. (1900). *O Atalaya*, Jaboticabal, 19 de jul.

PRADO JUNIOR, C. (1980). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2004). *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense.

PRÉDIOS novos. (1918). *O Combate*. Jaboticabal, 31 out.

PRO-BISPADO de Jaboticabal. (1927). *O Combate*, Jaboticabal, 30 out.

PROESAS da eleição. (1907). *O Combate*, Jaboticabal, 19 dez.

PROGREDIOR (1926). O Ideal de uma família. *O Combate*, Jaboticabal, 18 mar.

PROGRESSO. (1912). *O Combate*, Jaboticabal, 25 jul.

PRO-PATRIMONIO da Diocese de Jaboticabal. (1927). *O Combate*, Jaboticabal, 20 ago.

QUINTÃO, J.O. (1952). *Vista (407)*. In: INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO. Universidade de São Paulo. Coleção aspectos urbanos da capital e cidades do interior paulista (1938-1960). São Paulo: IGC/USP.

QUEIROZ, M.I.P. (1992). Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista da USP*, São Paulo, n.13, p.78-87, mar./maio.

RAMA, A. (1984). *A Cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense.

RECEPÇÃO política. (1901). *O Atalaya*, Jaboticabal, 15 set.

REIS, J.J. (1991). *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.

REIS FILHO, N.G. (1987). *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.

_____. (1994). *Algumas experiências urbanísticas do início da república: 1890-1920*. São Paulo: FAU/USP. (Cadernos de Pesquisa do LAP, 1 – Série Urbanização e Urbanismo).

_____. (1997). *Racionalismo e proto-modernismo na obra de Victor Dubugras*. São Paulo: FBSP.

RELATÓRIO de 1944. (1949). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo. n.44, p.393-399.

RESIDÊNCIA do Dr. Cesar Augusto Salgado Guarita – vice prefeito municipal. (1909). *O Atalaya*, Jaboticabal, 28 jan.

RESUMO das estupendas homenagens prestadas pela população da nossa cidade ao venerando chefe do diretório político local sr. coronel Augusto de Oliveira, por ocasião de seu regresso da Europa. (1912). *O Combate*, Jaboticabal, 15 ago.

RESUMO das festas. (1913). *O Combate*, Jaboticabal, 20 jul.

RIBEIRÃO PRETO. Paróquia. (1885). *Registro das pastoraes do Exmo. Rmo. Snr. Bispo Diocesano*. Ribeirão Preto.

RIZEK, C.S. (2003). Os Sentidos da cidade brasileira: figurações da ordem e seus avessos. *Espaço & Debates*, São Paulo, v.43-44, p.79-91.

RODRIGUES, S. (1995). *Direito civil: parte geral*. São Paulo: Saraiva.

ROLNIK, R. (2007). *A Cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP.

SAIA, L. (1978). *Morada paulista*. São Paulo: Perspectiva.

SALGUEIRO, H.A. (Org.). (2001). *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: EDUSP.

SALLES, I.G. (1986). *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o partido republicano e a política de mão de obras 1870-1889*. São Paulo: Hucitec.

SANDHALT, E.H.O. (1905). *Mapa do território entre Córrego Rico e Estrada Fonseca*. Monte Alto: [s.n.]. Escala: 1:50.000.

SANTOS, M. (1999). *A Natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, P.F. (2001). *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: UFRJ.

SÃO PAULO (Estado). (1894). *Collecção das leis e decretos do Estado de S. Paulo de 1894: actos do Poder Legislativo e actos do Poder Executivo*. São Paulo: Typographia do Diario Official.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça. Recurso eleitoral. (1908). Dr. Augusto Accioly do Prado e outros contra Câmara Municipal de Jaboticabal. Relator: Ministro Cunha Canto. 18 jan. 1908 (acórdão).

SÃO PAULO (Estado). Assembléia Legislativa. (1887). Concessão de privilégio à companhia de estrada de ferro Rio Claro para prolongamento de Araraquara à Barretos, passando por Jaboticabal. São Paulo.

SÃO PAULO. (Município). Câmara Municipal. (1886). *Código de posturas municipais*. São Paulo.

SCHORSKE, C.E. (1998). *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. São Paulo: Cia. das Letras.

SEGAWA, H. (1996). *Ao Amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel.

SENNETT, R. (1988). *O Declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras.

SERVIÇO eleitoral. (1907). *O Atalaya*, Jaboticabal, 13 dez.

SEVCENKO, N. (1998). A Capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____. (Org.). *História da vida privada no Brasil 3: república da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Cia das Letras. p.514-619.

_____. (1999). *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2005). *Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. Das Letras.

SILVA, J.C. (1928). A Fundação da cidade de Jaboticabal. *O Democrata*, Jaboticabal, 28 jul.

SILVA, J.T. (1980). *São Paulo (1554-1880): discurso ideológico e organização espacial*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

SILVA, R.A.B. (2004). *O Projeto de construção da nação republicana na visão de Euclides da Cunha*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000317694>>. Acesso em: 30 nov. 2007.

SIMÕES JUNIOR, J.G. (2007). O Ideário dos engenheiros e os planos realizados para as capitais brasileiras ao longo da Primeira República. *Portal vitruvius: arqtextos* 090, texto 090.03. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq090/arq090_03.asp>. Acesso em: 6 dez. 2007.

SINGER, P. (2001). Evolução da economia e vinculação internacional. In: SACHS, I.; WHILHEIM, G.; PINHEIRO, P.S. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia das Letras.

SODRÉ, N.W. (1983). *A História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes.

SPECULUM (2007). Disponível em: <<http://www.filoinfo.bem-vindo.net/filosofia/modules/lexico/entry.php?entryID=584>>. Acesso em: 1 out. 2007.

TAUNAY, A.E. (Org.). (1922). *Collectanea de mappas da cartographia paulista antiga*. São Paulo: Museu Paulista; Companhia Melhoramentos de São Paulo.

_____. (1928). Jaboticabal e a cartographia antiga paulista. In: JABOTICABAL (Município). Câmara Municipal. (Org.). (1928). *Jaboticabal no primeiro centenário de sua fundação 1828-1928*. São Paulo: Rio Branco. p.63-66.

_____. (1945). *Pequena história do café no Brasil (1727-1937)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café.

_____. (1980). Prefácio: edição 1952. In: MARQUES, M.E.A. *Apontamentos históricos geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo: seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP. (Reconquista do Brasil; nova série, 3/4).

TOLEDO, R.P. (2003). *A Capital da solidão: uma história de São Paulo das origens a 1900*. Rio de Janeiro: Objetiva.

TORRE da Matriz. (1907). *O Combate*, Jaboticabal, 28 mar.

TRISTE situação!. (1907). *O Atalaya*, Jaboticabal, 13 dez.

UM ASPECTO de Jaboticabal. (1908). *O Atalaya*, Jaboticabal, 8 set.

UM CADAVER. (1909). *O Combate*, Jaboticabal, 25 set.

VALE, M.M.B.T. (1998). *Arquitetura religiosa no século XIX no antigo "Sertão da Farinha Podre"*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VAMPRÉ, S. (1977). *Memória para a história da academia de São Paulo*. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura.

VELLOSO, F. (1916). As Decisões da igreja romana: indulgencias da porciuncula. *O Democrata*, Jaboticabal, 20 ago.

VEYNE, P. (1998). *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UNB.

VIOTTI DA COSTA, E. (1999). *Da Monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP.

VOTTA, G. (1901). *Alamach d'Oeste: estado de São Paulo para 1902 abrangendo as comarcas de Rio Claro, São Carlos do Pinhal, Araraquara, Jaboticabal, Bebedouro e Barretos*. Rio Claro: Ao Livro Verde.

WACQUANT, L. (2007). Notas para esclarecer a noção de Habitus. *Revista Brasileira da Sociologia da Emoção*, João Pessoa, v.6, n.16, p.5-11, abr. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/WacquantArt.pdf>>. Acesso em: 17 dez.2007.

WHITAKER, A.P.A. (1910). Advogado. *O Combate*, Jaboticabal, 13 fev.

_____. (1928a). Discurso de saudação de Júlio Prestes. In: CAMARA municipal: recepção solenne – os discursos. *O Combate*, Jaboticabal, 19 ago.

_____. (1928b). Dados geográficos e notícia histórica. In: JABOTICABAL (Município) - Câmara Municipal. (Org.). *Jaboticabal no primeiro centenário de sua fundação 1828-1928*. São Paulo: Rio Branco. p.35-59.

_____. (1928c). O Centenário de Jaboticabal. In: JABOTICABAL (Município). Câmara Municipal. (Org.). *Jaboticabal no primeiro centenário de sua fundação 1828-1928*. São Paulo: Rio Branco. p.11-19.

_____. (1933). *Nota enviada a Júlio Prestes*. [S.l.:s.n.].

WHITAKER, F. (1939). Recordações. In: Carta do dr. A.P.Whitaker a propósito do artigo “Recordações” de Francisco Whitaker – pt.1. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, n.44,

PRAÇA DA REPÚBLICA, ATUAL PRAÇA JOAQUIM BATISTA FERREIRA SOBRINHO

Espécie	Número de indivíduos	Localização	Critério de escolha inicial	IVP ¹⁵⁵
<i>Licania tomentosa</i>	7	Números 39 ao 69	Beleza, porte e valor ecológico	44,95 (média)
<i>Tamarindus indica</i>	1	Em frente ao nº 40	Beleza e porte (*)	65,80
<i>Caesalpinia pelthoporoides</i>	1	Em frente ao nº 87	Beleza e porte	48,45
<i>Genipa americana</i>	1	Em frente ao nº 108	Beleza e porte (*)	66,95
<i>Myroxylon peruiferum</i>	1	Em frente ao nº 115	Beleza e porte	65,30
<i>Hymenaea courbaril</i>	1	Em frente ao nº 150	Beleza e porte (*)	67,80
<i>Delonix regia</i>	1	Em frente ao nº 197	Beleza, porte e valor histórico	51,85
<i>Livistona chinensis</i>	3	Em dois lados do coreto e em frente ao nº 273	Valor histórico	73,95 (média)
<i>Sapindus saponaria</i>	1	Em frente ao nº 273	Beleza, porte e raridade	59,75
<i>Caesalpinia pelthoporoides</i>	4	Em frente ao nº 299	Beleza, porte e valor ecológico	58,30
<i>Phoenix canariensis</i>	6	Próximas e alinhadas com a R. São Sebastião	Valor histórico	79,30 (média)
<i>Phoenix canariensis</i>	7	Próximas e alinhadas com a R. Mimi Alemagna	Valor histórico	73,20 (média)
<i>Ficus</i> sp.	4	Em frente à Biblioteca Pública	Beleza e porte (*)	72,73 (média)
<i>Cedrela fissilis</i>	1	Em frente à Biblioteca Pública	Beleza e porte	63,20
<i>Cedrela fissilis</i>	1	Monumento no centro da praça	Valor histórico (*)	77,15

TABELA 7

Fonte: Estellita e Demattê (2006)

Figura 283

Praça Joaquim Batista Ferreira Sobrinho 2005
 Conjunto de *Phoenix canariensis*
 Fonte: Estellita e Demattê (2006)

Figura 284

Praça Joaquim Batista Ferreira Sobrinho 2006
 Foto: V. Garcia

¹⁵⁵ Índice de valor paisagístico.

Apêndice A**PRAÇA JOAQUIM BATISTA FERREIRA SOBRINHO
HERMAS E CATEDRAL** **Figura 285**

Herma em homenagem à Jocelyn de Godoy.
Banida da cidade, levada para Bebedouro em 1920 e resgatada em 1935
Foto: V. Garcia

Figura 286

Herma em homenagem à Bento Vieira da Albuquerque
Foto: V. Garcia

Figura 287

Placas comemorativas afixadas no obelisco em homenagem ao Centenário da fundação da cidade
Foto: V. Garcia

Figura 288

Situação atual da Catedral de
Nossa Senhora do Carmo de Jaboticabal
Foto: V. Garcia

Apêndice B

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

Gráfico 1

Situação demográfica do Brasil e do Estado de São Paulo

Fonte: IBGE (1972)

Gráfico 2

Situação demográfica do município de Jaboticabal

Fonte: Jaboticabal (1928)

Apêndice C

PRODUÇÃO CAFEIEIRA DESENVOLVIMENTO URBANO

Gráfico 3

Estatísticas sobre a produção de café entre os anos de 1905 e 1927

Fonte: Jaboticabal (1928)

Gráfico 4

Desenvolvimento urbano elaborado a partir da estatística predial no período de 1918 a 1927

Fonte: Jaboticabal (1928)

Apêndice D

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E DESPESAS

Gráfico 5

Desenvolvimento do orçamento municipal e discriminação das principais despesas, 1875 e 1930

Fonte: Atas da Câmara e publicações das previsões orçamentárias nos periódicos locais

Apêndice E

INFLAÇÃO NACIONAL FRENTE À PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E ACELERAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL

Gráfico 6

Inflação no Brasil

Fonte: Sachs; Whilhein; Pinheiro (2001, p.398)

Gráfico 7

Previsão orçamentária e crescimento da dívida municipal

Fonte: Atas da Câmara e publicações dos jornais da cidade